

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FLÁVIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**FRIEDRICH LIST: NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO
NA INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS ALEMÃES**

VITÓRIA

2017

FLAVIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**FRIEDRICH LIST: NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO
NA INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS ALEMÃES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Dr. Rogério Arthmar

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48f Oliveira, Flávio dos Santos, 1981-
Friedrich List : nacionalismo e cosmopolitismo na integração
dos estados alemães / Flávio dos Santos Oliveira. – 2017.
294 f.

Orientador: Rogério Arthmar.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Estado Nacional. 2. Cosmopolitismo. 3. Economia política.
4. Protecionismo e livre câmbio. 5. Nacionalismo. 6. Zollverein. I.
Arthmar, Rogério. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

FLÁVIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**FRIEDRICH LIST: NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO
NA INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS ALEMÃES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor. Rogério Arthmar
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador

Professor Doutor Felipe Almeida
Universidade Federal do Paraná – Examinador Externo

Professor Doutor Alexandre Ottoni Teatini Salles
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinador Externo

Professor Doutor Alain Herscovici
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinador Externo

Professor Doutor Júlio Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

A realização dessa tese seria inconcebível sem o incentivo e o apoio de diversas pessoas e instituições. Infelizmente, não é possível cumprimentar a todos em tão limitado espaço. Gostaria de registrar, no entanto, especial agradecimento aos meus pais por me proporcionarem exemplo de dignidade e a educação necessária para lutar de modo honrado pelos meus objetivos. Máxima gratidão dedico à minha família e amigos pelo suporte emocional quando estive aplicado à mobilidade acadêmica internacional. Expresso meu mais sincero reconhecimento a todos os meus professores, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Rogério Arthmar, pelos bons conselhos e por mostrar-me o caminho a seguir. Também é digno de honrosa menção o Prof. Dr. Giovanni Favero, do *Dipartimento di Management* da *Università Ca' Foscari di Venezia*, pela hospitalidade e imprescindível ajuda na condução de minhas pesquisas sobre a influência de Friedrich List e da Escola Histórica Alemã no crescimento econômico da Itália após a unificação. Sou igualmente grato ao Prof. Dr. Eugen Wendler, especialista em List mundialmente reconhecido e um dos fundadores da *Friedrich-List-Institut* em Reutlingen. Suas oportunas críticas serviram de precioso encorajamento. Do mesmo modo, saúdo à Doutora em Germanística, Dorothea Goetz, do *Centro Linguistico Ateneo* e a Vera Grund, do *Deutsches Studienzentrum in Venedig*, por ajudar-me sempre de bom-grado a compreender certas terminologias alemãs. Dedico excepcional agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à ERAMUS pelo amparo às pesquisas. A esse respeito, ainda considero cabível ressaltar a assistência recebido do Prof. Dr. Sebastião Pimentel, Coordenador Interino no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, bem como a ajuda de Cíntia Costa, Técnica em Assuntos Educacionais, no referido programa. A tese foi escrita sempre tendo em mente uma promessa há muito feita a um amigo, meu estimado Professor de Matemática, Prof. Elson José de Souza (1947-2004), homem honrado que dedicou sua vida à educação, e que, infelizmente, foi impedido de realizar seu sonho de propor mudanças pelo caminho político. Graças a ele, tenho buscado colocar em prática duas coisas fundamentais: ser um estudante diligente e, sobretudo, respeitar os meus professores.

“Die Geschichte der Vergangenheit ist der Spiegel der Zukunft”.
A História do passado é o espelho do futuro.
Georg Friedrich List (1789-1841)

RESUMO

A tese propõe uma reconstrução histórica do pensamento econômico de Friedrich List a fim de destacar sua contribuição à integração econômica e política dos Estados Alemães. A pesquisa foi organizada em quatro capítulos. No primeiro, coloca-se em evidência os fatores de desagregação inerentes à estrutura de poder vigente nos territórios germânicos até o limiar do século XIX, bem como o processo de ressignificação do conceito de nação durante o *Sattelzeit*. No segundo, além da formação de List como intelectual e burocrata, ressaltam-se sua atividade em prol da consolidação do Sistema Americano de Economia Política, assim como a influência do Historicismo e do Idealismo Alemão na elaboração do seu método histórico analítico. No terceiro capítulo, ganham relevo certas características fundamentais do Cameralismo Alemão, para em seguida ser apresentado um estudo acerca do processo de difusão da ortodoxia liberal clássica nos domínios alemães. Outrossim, salienta-se um conjunto de mudanças estruturais que culminaram à industrialização da Alemanha. Nesta ocasião, discute-se não apenas os efeitos positivos da reforma agrária e do *Zollverein*, mas também sublinha-se como o sistema nacional de transporte ferroviário proposto por List acelerou esse processo. O último capítulo analisa a influência do Iluminismo e seu ideal de progresso no pensamento de List. Segue-se uma interpretação para o plano sistemático implícito na obra capital do economista alemão. Mais adiante, são abordados as implicações do seu conceito de *Deutschland* e sua teoria do comércio internacional. Por fim, aprecia-se o legado de List no século XX, mediante um estudo sobre a *Friedrich List-Gesellschaft* (Sociedade Friedrich List (1925-1935) e a *List-Gesellschaft* (Sociedade List). Destaca-se a importância desta última, sobretudo no que concerne à instituição da União Europeia (UE). Os problemas econômicos enfrentados atualmente pela UE são analisados com base nos ensinamentos de List, o qual asseverava que a livre concorrência somente promove o bem-estar a prosperidade de todos parceiros anuentes se os países envolvidos estiverem mais ou menos no mesmo estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Palavras-chave: 1. Nação. 2. Cosmopolitismo. 3. Economia Política. 4. Protecionismo. 5. Forças Produtivas.

SUMMARY

The thesis proposes a historical reconstruction of the economic thought of Friedrich List in order to highlight his contribution to the economic and political integration of the German States. The research was organized in four chapters. In the first one, the disintegration factors concerning the German power structure up to the nineteenth century, as well as the process of re-signification of the concept of nation during the *Sattelzeit*, are brought to the fore. In the second, besides List's formation as an intellectual and bureaucrat, his activity in favor of consolidating the American System of Political Economy is emphasized, as well as the influence of Historicism and German Idealism in the elaboration of his historical method. In the third chapter, certain fundamental characteristics of the German Cameralism movement are stressed, and a study about the diffusion process of classical liberal orthodoxy in the German domains is presented. Also, a set of structural changes that culminated in the industrialization of Germany is pointed out. Along with that, not only the positive effects of the agrarian reform and the *Zollverein* are discussed, but also it is underlined how List's national railway system accelerated this process. The last chapter analyzes the influence of the Enlightenment and its ideal of progress in List's economic thinking. There follows an interpretation of the systematic scheme implicit in the key work of the German economist. The implications of List's concept of *Deutschland* and his theory of international trade are discussed in the sequence. Lastly, List's legacy in the twentieth century is appreciated by a study of the activities undertaken by the *Friedrich List-Gesellschaft* (Friedrich List Society (1925-1935) and the *List-Gesellschaft* (List Society). Particularly regarding the institution of the European Union. The economic problems currently faced by the European Union are analyzed on the basis of List's teachings, which asserted that free competition only promotes the well-being of all participating countries if they share a similar stage of development of their productive forces.

Keywords: 1. Nation. 2. Cosmopolitanism. 3. Political Economy. 4. Protectionism. 5. Productive Forces

RESUMEN

La tesis propone una reconstrucción histórica del pensamiento económico de Friedrich List a fin de destacar su contribución a la integración económica y política de los Estados Alemanes. La investigación se organizó en cuatro capítulos. En el primero, se ponen en evidencia los factores de desagregación inherentes a la estructura de poder vigente en los territorios germánicos hasta el umbral del siglo XIX, así como el proceso de resignificación del concepto de nación durante el *Sattelzeit*. En el segundo, además de la formación de List como intelectual y burócrata, se resaltan su actividad en pro de la consolidación del Sistema Americano de Economía Política, así como la influencia del historicismo y del idealismo alemán en la elaboración de su método histórico analítico. En el tercer capítulo, ganan relevancia ciertas características fundamentales del Cameralismo Alemán, para luego ser presentado un estudio sobre el proceso de difusión de la ortodoxia liberal clásica en los dominios alemanes. Además, se destaca un conjunto de cambios estructurales que culminaron con la industrialización de Alemania. En esta ocasión, se discute no sólo los efectos positivos de la reforma agraria y del *Zollverein*, pero también se subraya como el sistema nacional de transporte ferroviario propuesto por List aceleró este proceso. El último capítulo analiza la influencia de la Ilustración y su ideal de progreso en el pensamiento de List. Se sigue una interpretación para el plano sistemático implícito en la obra capital del economista alemán. Más adelante, se abordan las implicaciones de su concepto de *Deutschland* y su teoría del comercio internacional. Por último, se aprecia el legado de List en el siglo XX, mediante un estudio sobre la *Friedrich List-Gesellschaft* (Sociedad Friedrich List ,1925-1935) y la *List-Gesellschaft* (Sociedad List). Se destaca la importancia de esta última, sobre todo en lo que concierne a la institución de la Unión Europea (UE). Los problemas económicos enfrentados actualmente por la UE se analizan sobre la base de las enseñanzas de List, que asegura que la libre competencia sólo promueve el bienestar de todos los países partícipes si ellos están más o menos en el mismo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas.

Palabras clave: 1. Nación. 2. Cosmopolitismo. 3. Economía política. 4. Proteccionismo. 5. Fuerzas Productivas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ASPECTOS ESTRUTURAIS INERENTES À CONSTITUIÇÃO DO SACRO IMPÉRIO GERMÂNICO E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE NAÇÃO ALEMÃ.....	21
1.1 A ESTRUTURA POLÍTICA DO SACRO IMPÉRIO GERMÂNICO E OS EFEITOS PRÁTICOS RESULTANTES DO CONCEITO DE LIBERDADE.....	22
1.2 O NACIONALISMO ROMÂNTICO EM HERDER E FICHTE.....	36
1.3 MILITARISMO, NACIONALISMO E REFORMISMO PRUSSIANOS.....	51
1.4 O CONCEITO DE NAÇÃO ALEMÃ CONFORME A PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	63
2 AS BASES DO NACIONALISMO ECONÔMICO EM FRIEDRICH LIST.....	73
2.1 A FORMAÇÃO DE LIST E SUA INFLUÊNCIA NO SISTEMA AMERICANO.....	74
2.2 SOBRE A MATRIZ DO PENSAMENTO LISTIANO.....	88
2.3 APLICAÇÃO DO MÉTODO HISTÓRICO COMPARATIVO.....	100
2.4 A UNIDADE GERMÂNICA NO BINÔMIO LISTIANO.....	123
3 DA MATRIZ NACIONAL ECONÔMICA ALEMÃ E A TEORIA DA UNIDADE DAS FORÇAS PRODUTIVAS COMO PRINCÍPIO UNIFICADOR.....	133
3.1 O CAMERALISMO E SEUS EFEITOS DE LONGO PRAZO NA POLÍTICA ECONÔMICA DOS ESTADOS ALEMÃES.....	134
3.2 DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS ENTRE ECONOMIA COSMOPOLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL SEGUNDO FRIEDRICH LIST.....	150
3.3 A TEORIA DA UNIDADE DAS FORÇAS PRODUTIVAS COMO PRINCÍPIO DE INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS ALEMÃES.....	168
3.4 POTENCIAL MANUFATUREIRO E A UNIDADE ECONÔMICA NACIONAL.....	181

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO LISTIANO DE <i>DEUTSCHLAND</i> E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DO <i>ZOLLVEREIN</i> EUROPEU.....	196
4.1 A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA DO PROGRESSO NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE LIST.....	197
4.2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E O ELO EXPLICATIVO DO SISTEMA ECONÔMICO.....	216
4.3 O CONCEITO DE <i>DEUTSCHLAND</i> COMO ANTECIPAÇÃO DA CIÊNCIA GEOPOLÍTICA.....	229
4.4 O LEGADO DE LIST NO SÉCULO XX E O PROBLEMA DA REESTRUTURAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA.....	242
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	258
REFERÊNCIAS.....	266

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a História foi considerada obra exclusiva de grandes imperadores, reis, estadistas, generais etc. que, por meio de suas façanhas, performances, decisões e conquistas, moldaram o passado. Atualmente, novas perspectivas se apresentam como alternativa a esta concepção. Como resultado da inovação epistemológica que tomou forma no âmbito da historiografia, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, vastos campos de estudo, objetos e fontes se abriram ao historiador. Assim, em vez de se ocupar tão somente das macro-questões políticas como ponto de partida à reconstrução do passado, tem-se verificado possibilidades igualmente fecundas de representá-lo tomando-se como princípio, entre outras coisas, a forma como os indivíduos perceberam, interpretaram e conceituaram as grandes rupturas impostas por eventos como a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e a Revolução Industrial.

O caso a ser analisado reflete essa mudança de paradigma, ao colocar o indivíduo recôndito no centro da reflexão histórica. Examinam-se, no que se segue, aspectos da biografia de Daniel Friedrich List (1789-1846), o qual, após ter assistido atônito sua cidade natal ser conquistada e, logo depois, entregue incondicionalmente ao Reino de Württemberg, viu-se profundamente desapontado ante a improbidade administrativa, a corrupção e, principalmente, a falta de patriotismo e unidade nacional que dividiam os territórios germânicos em proveito das grandes potências, em especial a Inglaterra. Depois de adquirir formidável conhecimento acerca dos problemas atinentes à fragmentação do regime aduaneiro alemão, List iniciou intensa campanha em favor de reformas políticas e econômicas, que culminaram no *Zollverein* e, mais tarde, na elaboração de um complexo sistema nacional de transporte ferroviário, os quais, por sua vez, não apenas suprimiram uma miríade de alfândegas e barreiras comerciais, mas também deram grande passo rumo à integração dos Estados Alemães.

A fim de apreender a dinâmica inerente ao processo de amadurecimento intelectual de List, além de ressaltar aspectos importantes de sua vida, propõe-se uma reconstrução histórica do contexto social, político e cultural dentro do qual ele

está inserido. O pressuposto fundamental que norteia esse desígnio basea-se na ideia segundo a qual “do nada, nada provém” (*ex nihilo nihil fit*). Aqui, tal princípio traduz a percepção de que nenhum texto fala com voz única, ou seja, nenhum autor considerado clássico extraiu suas ideias de uma intuição pura *a priori*, anterior a qualquer experiência. Ao contrário, seu pensamento exprime um conjunto mais amplo de convenções ou questões paradigmáticas comuns a vários autores mais ou menos contemporâneos (BLAUG, 2001, p. 151-152). Desse modo, tão importante quanto compreender um texto é entender o ambiente intelectual em que ele foi concebido. Ao reconstituir as etapas de formação do pensamento econômico de List, colocam-se em evidência não apenas a influência dos eventos na formulação de suas teses, mas também como autor alemão ressignificou as ideias, os conceitos e as representações dados como recurso cultural disponível em sua época.

Por outro lado, para analisar o universo linguístico do período em questão, será de grande ajuda a proposta elaborada pela História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*). A abordagem metodológica dessa corrente historiográfica admite ser o conceito (*Begriff*) uma representação discursiva resultante da experiência humana em suas diversas formas de manifestações. Nesse sentido, em vez de exprimir substâncias imutáveis, o conceito emana de um processo cognitivo que demonstra uma relação de síntese entre afecção, apreensão e abstração. Decerto, ele pode ser historicizado, pois denota aspectos da temporalidade e linguagem do homem. Outrossim, a análise do conteúdo semântico de conceitos fundamentais (*Grundbegriffe*) podem ser reveladores por oportunizar compreender como os indivíduos davam sentido aos acontecimentos de sua época e por propiciar maior conhecimento do contexto histórico que subsidiou os elementos à sua composição (KOSELLECK, 2012, p. 36).

Ao perscrutar o intervalo denominado *Sattelzeit* ou *Schwellenzeit*, isto é, o lapso que se estende de 1750 a 1850, a *Geschichtliche Grundbegriff* (GG) catalogou cerca de 120 conceitos extraídos essencialmente a partir de citações de fontes originais que fornecem informações confiáveis a respeito dos usos passados de conceitos políticos e sociais. Seu objetivo é entender como intelectuais como, por exemplo, Herder, Kant, Hegel, Fichte, List etc. perceberam a formação histórica da era moderna na Europa germanófona. Assim, o GG fornece um panorama teórico

para compreender como foram conceituados os grandes eventos que transformaram o mundo tanto na esfera política quanto econômica. Além disso, ele se ocupa de investigar em que consistiam esses conceitos e como foram debatidos; em que medida permaneceram constantes, foram alterados ou recriados. Desse modo, estabelecem-se não apenas correlações, mas também salientam-se continuidades ou descontinuidades no que toca o processo de ressignificação das estruturas políticas, sociais e econômicas (RICHTER, 1995, p. 10-11).

Como se sabe, a obra de List consiste de um incisivo ataque à teoria econômica de Adam Smith. Por isso, para analisar o processo de elaboração do substrato semântico inerente ao pensamento liberal clássico, tomam-se como ponto de partida as reflexões de John Pocock, o renomado historiador inglês que examina em profundidade o sistema de linguagem operante nos países de língua inglesa no século XVIII. Sem entrar grande pormenores, Pocock investiga as complexas interações entre linguagem, pensamento e ação política, tendo como baliza o universo linguístico que constitui o cerne de determinada *langue* comum a uma época. Isso envolve não só delimitar o espaço e o tempo, mas também estudar, nessas fronteiras, tanto os autores considerados clássicos, quanto os de menor projeção, pois, segundo Pocock, o exame do maior número e variedade de autores supostamente situados num mesmo contexto, por diminuto que seja o fôlego intelectual de suas obras, é decisivo para conhecer a linguagem usada no período analisado (POCOCK, 2003, p. 29).

A esse respeito, importa sublinhar que o termo linguagem é empregado aqui mais no sentido retórico do que institucional, ou seja, trata-se de um modo de enunciação originado basicamente a partir de jargões profissionais de juristas, teólogos, filósofos, comerciantes etc., e que foram incorporados como legítimos para todos ouvintes e interlocutores, de modo a fundar um *sensus communis*, na medida em que somente se transmite uma mensagem inteligivelmente se esta vier a ser formulada mediante linguagem recorrente, acessível e de fácil assimilação. Por essa razão, cada contexto linguístico remete a uma conjuntura política, social ou econômica específica. As obras clássicas, com efeito, são aquelas em que o autor não apenas se apropria dessa linguagem comum, usando-a para seus próprios fins, mas também introduz uma *performance*, isto é, atua de modo a induzir

momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é empregada. Isso explica, em certa medida, por que conceitos como riqueza, nação, liberdade, economia política etc. sofreram consideráveis ressignificações (POCOCK, 2003, p. 37-29).

Nota-se que diferentemente de Quentin Skinner, que rejeitava a metodologia proposta pela *Begriffsgeschichte*, alegando ser o conceito apenas um ramo atinente ao fenômeno linguístico, Pocock não era adverso a um diálogo entre as abordagens anglófona e a alemã. Ao contrário, ele acreditava que ambas escolas compartilham as mesmas premissas, sendo a principal delas o recorte espaço-temporal. De fato, em sua volumosa coletânea de ensaios publicada em 1994 intitulada *The Varieties of British Political Thought, 1500-1800*, Pocock afirma ter empregado o termo *Sattelzeit* para delimitar o período analisado, o qual, em seu entendimento, se estendia do limiar da década de 1780 ao início de 1830. Além do mais, ele reconhece que os conceitos resultam ou são portadores de uma *langue*. Portanto, o que foi preservado na acumulação de documentos é uma história da mudança de conteúdo e usos da linguagem, sendo, na verdade, inconcebível uma desvinculação desta com a história dos conceitos (SKINNER, 1969, p. 5-6; HOFFMANN; KOLLMEIER, 2012, p. 79; POCOCK, 1996, p. 53-56).

Posto isto, constitui um dos objetivos da presente tese explicitar o processo da mutação semântica pelo qual passou o conceito de nação nos territórios germânicos. Para tanto, admite-se que, durante o *Sattelzeit*, a ideia de nação adquiriu formulação original e novo embasamento teórico, de modo que se estabeleceram, assim, as condições propícias para o surgimento de novas formas de pensar o sentido da vida política, social e econômica à época, culminando num conjunto de ações práticas que, de certo modo, aceleraram a integração dos Estados Alemães. É precisamente nesse ponto que se confere ênfase a *performance* introduzida por List, ao conceber a nação de um ponto de vista econômico. Mostrar-se-á que a sucessão de eventos que acarretou a integração econômica e política dos Estados Alemães não se deve apenas a fatores culturais, já que a autorepresentação da *völkisch*, isto é, a vaga ideia de uma comunidade étnica, ou a consciência da identidade comum de um suposto “caráter fundamental” germânico, na prática, desempenhou papel limitado nesse processo, o qual, na

verdade, guarda relação intrínseca com as novas necessidades oriundas da expansão do capitalismo. Sublinha-se a atuação de List, pois graças à sua intensa atividade política e intelectual, grande passo foi dado no sentido de suprimir as barreiras econômicas e políticas que, até então, dividiam os Estados Alemães.

Como a tese se insere no âmbito da História do Pensamento Econômico, pelo menos duas possibilidades de investigação se apresentam como viés explicativo, a saber, a reconstrução analítica e a reconstrução histórica. Em ambos casos, procede-se percorrer o caminho através do qual determinado economista formulou seu pensamento. De acordo com Mark Blaug, é possível fazer isso basicamente de duas formas: (i) mediante um exame minucioso das particularidades teóricas da obra, tendo em vista o que já se sabe acerca da análise econômica; (ii) buscar entender a obra à luz do contexto em que foi elaborada. Decerto, é impensável separar completamente esses dois modelos interpretativos, já que, em grande medida, um depende do outro. Seria, por exemplo, incorrer em crasso anacronismo valer-se das ferramentas e métodos das modernas teorias econômicas para depreciar paradigmas já obsoletos, desconsiderando-se as condições históricas em que foram concebidos. Além do mais, todas as conquistas das ciências resultam de conhecimentos prévios, sejam estes acertos, ou erros (BLAUG, 2001, p. 151-156).

Nenhuma ideia ou teoria no domínio da Economia é compreendida plenamente, senão como produto final de um processo de desenvolvimento intelectual. Reconstruir historicamente uma teoria econômica exige, todavia, leitura cuidadosa não só dos textos do economista a ser estudado, mas também da geração de pensadores que lhe precedeu. Por conseguinte, ao mesmo tempo que se analisa a obra de List, destacam-se possíveis influências no que tange à formação do seu pensamento. Por outro lado, visto que tal metodologia nos obriga a viajar para trás no tempo, a tese é dividida em quatro partes. O primeiro capítulo se ocupa de revelar as peculiaridades da formação política alemã, tomando como ponto de partida um estudo sobre a estrutura de poder do Sacro Império Germânico a partir da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Seu propósito é mostrar como as instituições criadas a partir da Paz de Westphalia reforçaram a autoridade dos príncipes em detrimento ao sacro imperador. A fragmentação política resultante da grande autonomia e independência dos principados, ducados, condados e domínios

eclesiásticos criou condições favoráveis à profusão de uma miríade de postos aduaneiros e pedágios ao longo de todo o território germânico, visto que a cobrança desses impostos se tornou importante fonte de renda num contexto em que a guerra se tornava atividade cada vez mais dispendiosa.

Em seguida, discute-se a construção do conceito de nação nos domínios alemães. Nesse caso, como resposta ao universalismo e ao cosmopolitismo apregoados pelo Iluminismo, serão analisadas as reflexões de Johann Gottfried von Herder (1744-1804). Subsequentemente, no contexto de luta contra a ocupação francesa, ganha relevo a concepção de nação proposta por Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), o qual formula seu conceito de nação alemã baseando a sua teoria em aspectos geográficos, culturais e étnicos, dando notável ênfase à especificidade da língua na caracterização indelével de um povo (FICHTE, 2009 [1808], p.48-73). A exposição destas e outras concepções de nação tem por escopo principal chamar a atenção para o fato de que, não obstante a consistência e originalidade desses e outros argumentos, eles não foram suficientes para suprimir as rivalidades e os interesses particulares que dividiam a Alemanha.

O segundo capítulo começa com breve exposição da biografia de List, frisando sobretudo a sua formação como intelectual e burocrata. Logo depois, ressalta-se a contribuição do economista alemão à consolidação do Sistema Americano de Economia Política (*The American System*), durante a sua estadia nos Estados Unidos, entre 1825 e 1832. Para tanto, confere-se especial ênfase aos seus *Outlines of American Political Economy*, os quais foram escritos no verão de 1827 e publicadas originalmente na forma de cartas no *Philadelphia National Journal*. Com isso, propõe-se resposta alternativa à polêmica concernente à fonte de inspiração de List para elaboração do seu *Sistema*, isto é, se os princípios gerais que sustentam essa obra foram originados quando de sua permanência no novo mundo ou se, de fato, List já os havia concebido ainda durante seu período de docência em Tübingen. Em favor dessa última hipótese, ressalta-se a influência do Historicismo e do Idealismo Alemão sobre o pensamento de List. Por fim, demonstra-se como List vale-se da História para refutar postulados importantes da ortodoxia liberal clássica e, sobretudo, evidenciar aos Estados Alemães como nações inteiras foram à

bancarrotas por falta de unidade política e por aderirem ao livre comércio numa circunstância em que suas forças produtivas ainda careciam de proteção.

No terceiro capítulo, delinea-se o processo de institucionalização da Ciência Cameral ou Ciência do Estado (*Staatwissenschaft*), a qual resultou da necessidade de reorganizar a vida econômica alemã após a Guerra dos Trinta Anos, ou seja, em um contexto em que os principados alemães viram-se cercados por monarquias já em avançado processo de centralização político-administrativa. Para entender o que foi o Cameralismo Alemão serão estudados seus principais representantes, isto é, Veit Ludwig Von Seckendorff (1626–1692), Johann Heinrich Gottlob Von Justi (1717-1771) e Joseph Von Sonnenfels (1733-1817). Salientam-se de suas elucubrações o que esses autores entendiam por Ciência da Polícia (*Polizeiwissenschaft*) e Ciência das Finanças (*Finanzwissenschaft*), as quais se ocupavam da profícua administração pública, visando a prosperidade do Estado e o bem-estar dos súditos, mediante um procedimento governamental sistematizado que articulava economia, política e gestão de homens e recursos escassos. A seção tem por finalidade mostrar que a tradição cameralista produziu efeitos de longo prazo, na medida em que fundou as bases da economia nacional alemã.

Depois disso, a fim de entender os fundamentos daquilo que List denomina Economia Cosmopolítica, propõe-se um estudo genealógico sobre o cosmopolitismo e, adiante, lança-se luz sobre o processo de difusão do pensamento fisiocrático e, principalmente, o liberalismo de Adam Smith nos territórios alemães. Compreender os princípios cosmopolitas é importante, pois é contra eles que List elabora sua concepção de Economia Política, a qual, em seu entendimento, seria a ciência que, levando em consideração os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações, preconiza normas por meio das quais cada nação individual possa chegar àquele estágio de desenvolvimento econômico no qual o comércio livre e irrestrito com outras nações igualmente desenvolvidas possa tornar-se possível e útil para todos. Por fim, explicita-se como List fundamenta a integração do Estados Alemães por meio sua Teoria da Unidade das Forças Produtivas e como, segundo ele, as manufaturas animam todas as outras atividades econômicas e incorporam todas as forças produtivas nacionais.

O último capítulo da tese coloca a ideia de progresso em perspectiva histórica para assinalar como esse ideal, consoante a aceção adquirida ao longo dos séculos XVIII e XIX, tornou-se um conceito fundamental na obra de List, principalmente, no que diz respeito à elaboração de sua teoria dos estágios econômicos. Subsequentemente, alguns aspectos da teoria do desenvolvimento de Joseph A. Schumpeter (1883-1950) são colocados em evidência. De acordo com o eminente economista austríaco, o desenvolvimento econômico é um fenômeno que resulta de novas combinações dos meios de produção, estando, portanto, intrinsecamente ligado à invenção (*Invention*) e à inovação (*Innovation*), ou seja, aquela parte da riqueza nacional que List denominava Capital Mental. Em seguida, propõe-se uma interpretação para o emprego do termo *Sistema* por List em sua obra e como ela é estruturada de modo a se adequar ao uso dessa terminologia. Aqui, admite-se que sua proposta sistêmica exprime aquilo que Ludwig Häusser, seu primeiro biógrafo, disse sobre o pensamento List, a saber, que este se traduz em termos de Universal. Nesse sentido, pode-se arguir que seu modo de pensar a economia evidencia a influência da tradição filosófica alemã de corte hegeliano, sobretudo no que concerne à sua pretensão de abarcar a totalidade do real de modo acrônico.

Posteriormente, empresta-se sentido histórico à ideia de *Deutschland* (Domínios Alemães) expressa na obra de List. Percebe-se que, ante as necessidades impostas pela nova fase do capitalismo industrial da época e, sobretudo, devido à impossibilidade de se conquistar novos territórios, List propôs reconsiderar o que consistiria a Alemanha, apoiando-se principalmente na afinidade cultural e histórica dos povos nórdicos. Consequentemente, sua representação da totalidade do território alemão é algo tão amplo que abarca praticamente todo o antigo Sacro Império Germânico. Outrossim, discute-se como sua teoria de comércio internacional se relaciona com o pensamento geopolítico que surge na época. Por último, sublinha-se o legado de List no século XX, a princípio, por meio da indelével contribuição da *Friedrich List-Gesellschaft* (Sociedade Friedrich List, 1925-1935) e, depois, a *List-Gesellschaft* (Sociedade List), no que tange, respectivamente, à reestruturação da economia alemã durante o entreguerras e à fundamentação teórica para a institucionalização da União Européia. Aqui, ganha particular relevância a atuação do Prof. Dr. Edgar Salin (1892-1974). Para interpretar os

problemas econômicos enfrentados atualmente pela União Européia, faz-se mister lembrar os ensinamentos de List, o qual afirmava que uma área livre comércio somente é oportuna quando os países envolvidos se encontrassem em estágio similar de desenvolvimento das forças produtivas.

A esse respeito, importa ressaltar que a obra de List exerceu grande influência na criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Na verdade, grande parte dos erros e acertos na indução à industrialização dos países do Terceiro Mundo derivam do pensamento de List.¹ Contudo, apesar de toda sua contribuição à Economia Política, List é um autor pouco lido no Brasil. Por isso, do ponto de vista acadêmico, a tese visa de certa forma suprir essa insuficiência. Outrossim, como a produção científica tem por objetivo servir de alguma a sociedade, a reflexão proposta por List acerca do sistema de transporte como um das variáveis responsáveis pela oscilação do preço das mercadorias, oferece ótima oportunidade para ser repensado o modelo de transporte predominante no Brasil, país de dimensões continentais, que dispõe de um imenso litoral e uma extensa planície litorânea, e que podem ser melhor aproveitadas para interligar os diversos Estados de Norte a Sul, seja por meio do transporte marítimo de cabotagem, seja por meio das linhas férreas.

Sabe-se que além da manutenção das estradas, dos automóveis e dos caminhões ser extremamente dispendioso, o uso prioritário do transporte rodoviário para tráfego a longas distâncias tem se mostrado grande obstáculo ao crescimento econômico já que parte considerável da renda se dissipa no traslado das mercadorias devido às perdas e gastos com o transporte. No caso do Brasil, para integrar as regiões de economias periféricas, é importante incentivar a modernização de outros meios de transporte como, por exemplo, o marítimo e o ferroviário. Essa medida gera não somente vantagens econômicas imediatas decorrentes da redução dos custos de transporte, mas também acarreta benefício político-social, pois o

¹ Não é de todo surpreendente que os trabalhos de List tenham sido intensamente estudados na China, principal alvo da política de livre comércio inglesa. O *Sistema Nacional de Economia Política* foi traduzido para o chinês no final da década de 1920, pelo Professor Wang Kai-hua, o qual escreveu sua tese de doutorado na Universidade de Tübingen em 1926, sob o título: *A Importância do Pensamento Econômico de List para China*. Na Índia, List exerceu enorme influência sobre os líderes do Partido do Congresso nas duas primeiras décadas do século passado. No Japão, desde o final do século XIX, tem sido grande o interesse sobre a teoria das forças produtivas do economista alemão (LIEBIG, 1998, p. 25-29).

desenvolvimento das regiões economicamente atrasadas possibilitará o descongestionamento dos principais centros urbanos da Região Sudeste. Ademais a expansão contínua e desenfreada do transporte rodoviário já tem sinalizado que, em breve, a menos que haja vultosos investimentos em planejamento e infra-estrutura, o sistema integrado de estradas e rodagem não terá condições de dar vazão a uma quantidade crescente de veículos em circulação.

Outra contribuição importante da obra de List diz respeito a seu modo de pensar a realidade econômica. Em seu entendimento, temporariamente cabe ao Estado a prerrogativa de conduzir do processo desenvolvimento das forças produtivas nacionais quer por meio do incentivo à formação progressiva do capital mental, mediante o aprimoramento do sistema de educação em geral, quer por meio de mecanismos de intervenção, visando salvaguardar os mercados internos até que a indústria nacional alcance os níveis técnicos de competitividade com os países desenvolvidos. Esses preceitos, extraídos da experiência de países, como Portugal, o qual teve suas economias arruinadas pela Inglaterra quando da assinatura do Tratado de Methuen (1703), podem servir de exemplos para ilustrar as possíveis consequências da implantação, por exemplo, de uma ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) para os países latinoamericanos.

CAPÍTULO 1. ASPECTOS ESTRUTURAIS INERENTES À CONSTITUIÇÃO DO SACRO IMPÉRIO GERMÂNICO E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE NAÇÃO ALEMÃ

Não obstante a tese se ocupe de revisar criticamente a atuação política e a produção intelectual de Friedrich List em prol da integração dos Estados Alemães, o primeiro capítulo é dedicado ao estudo sobre os efeitos de longo prazo produzidos como decorrência da peculiar formação histórica do Sacro Império Germânico. Dentre as consequências econômicas resultantes da fragmentação política do antigo *Reich* ressalta-se o estabelecimento de uma miríade de pedágios e aduanas ao longo de praticamente toda a sua extensão. Em seguida, coloca-se em perspectiva histórica a ideia de nação alemã. Nesse caso, para explicitar as etapas de sua construção, investiga-se a influência do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Além disso, aprecia-se as contribuições de Johann Gottfried Herder e Johann Gottlieb Fichte sobre este tema. Do mesmo modo, examina-se o processo de idealização do viés nacionalista prussiano, dando-se particular ênfase ao alcance das reformas levadas a termo na Prússia após o desastre de Jena a fim de avaliar em que medida pode-se admitir sua influência na configuração de uma nova identidade alemã. Pretende-se mostrar que o conceito de nação sofreu diversas ressignificações por meio da cooperação de gerações de pensadores, convertendo-se, assim, em possibilidade histórica para toda a humanidade. No entanto, embora assumissem diferentes significados, ao contrário de anular-se, essas diferentes acepções complementavam-se mutuamente. No caso alemão, por exemplo, nota-se que apesar de Herder definir o termo nação como uma comunidade cultural e lingüística, e Fichte concebê-la como uma substância que uni um povo numa mesma vida física e espiritual, a concepção de nação como unidade econômica proposta por List, não nega a validade das outras que lhe precederam, mas, em vez disso, ela apenas deixa explícito o aspecto dinâmico da linguagem em seu processo histórico.

1.1 A ESTRUTURA POLÍTICA DO SACRO IMPÉRIO GERMÂNICO E OS EFEITOS PRÁTICOS RESULTANTES DO CONCEITO DE LIBERDADE

Por muito tempo, os territórios a que hoje correspondem a Europa Central formavam o Sacro Império Romano Germânico (*Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation*), instituição política e religiosa composta por inúmeras entidades, incluindo independentemente as possessões eclesiásticas, os territórios sob jurisdição imperial, a gleba nobiliárquica etc. Teoricamente, todos esses domínios estavam subordinados ao imperador. Na prática, todavia, não havia um governo centralizado. Em vez disso, o poder político estava dividido entre o *Reichskammergericht*, responsável pelos assuntos jurídicos e situado em Wetzlar; o *Reichstag* ou Dieta Imperial, órgão para fins deliberativos, sito a Regensburg; o *Reichshofkammer*, o mais alto Tribunal, localizado em Viena; e, naturalmente, a pessoa do próprio imperador, o *Kaiser*, que também residia nesta cidade. Decerto, assim como os príncipes não tinham prerrogativas para imiscuírem-se nos assuntos dos outros domínios, do mesmo modo, o *Kaiser* também não era considerado plenamente soberano a ponto de impor sua vontade em todo *Reich*. Nesse sentido, o epíteto imperador cumpria mesmo a função simbólica de manter unida esta vasta extensão de terras. Efetivamente, ele exercia poder militar e diplomático bastante limitado, de modo que seu governo dependia, em grande medida, do apoio do *Reichstag* e da nobreza imperial (LEVINGER, 2000, p. 24; PIERENKEMPER; TILLY, 2004, p. 3-4; ANDERSON, 2014, p. 231).

Sabe-se que o Sacro Império Romano Germânico remete sua ancestralidade à fragmentação do Império Carolíngio. Na realidade, no entanto, ele não era nem sacro, nem romano, nem um império, pelo menos no sentido estrito do termo (EDELMAYER, 1994, p. 172). Além disso, pode-se dizer que também não era exclusivamente alemão, uma vez que o rei da Inglaterra, na condição de membro eleitor de Hanover; o rei da Dinamarca, como duque de Holstein; o rei da Suécia como senhor da Pomerânia, entre outros, participavam das decisões da Dieta Imperial. Outrossim, o Império incluía minorias francesas, italianas e polonesas em seu território, e abrangia várias comunidades de língua alemã vivendo fora de sua

fronteira formal (ZANK, 1994, p. 6; FICHTE, 2009, p. xiii; PIERENKEMPER; TILLY, 2004, p. 4). Até o limiar do século XIX, o então Sacro Império Germânico estava dividido em mais de trezentas possessões, sendo que os maiores e mais poderosos domínios situavam-se nas porções norte e leste, com a desvantagem, entretanto, de serem menos integrados politicamente se comparados com os menores e mais numerosos territórios situados nas regiões sul e oeste (ZANK, 1994, p. 5-6; FORREST; WILSON, 2009, p. 5).

Nota-se que, nesse intrincado sistema político, as regiões oeste e sudoeste correspondiam à parte territorialmente mais fragmentada, de sorte que alguns domínios não eram mais que vilas com número escasso de habitantes ou cidades livres que mantinham carta régia de autogoverno mediante o pagamento de uma franquia (ROWE, 2009, p. 55). Após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), todas as possessões do Sacro Império foram dotadas de considerável autonomia política e, portanto, direitos soberanos formalizados pela Paz de Westphalia² (SCHULZE, 1991, p. 43; PHIPOTT, 2000, p. 211; EULAU, 1941, p. 647-651). Com isso, o *Reichstag* tornou-se o fórum por meio do qual os senhores mais fracos procuravam salvaguardar seus privilégios e obrigar os principados mais poderosos a resolver suas diferenças de forma pacífica e permanecerem paz com as demais potências europeias. Sem embargo, o efeito mais radical dessa nova constituição imperial foi a emancipação dos príncipes ante as restrições imperiais (WILSON, 2009, p. 29). Essa nova configuração política descentralizada não somente atenuou as disputas entre os nobres, mas também criou as condições propícias para o surgimento de

² A Guerra dos Trinta Anos foi a princípio um conflito religioso envolvendo protestantes e católicos. Entretanto, ela assumiu formas de grande violência, devido, sobretudo, ao choque de interesses dinásticos pela hegemonia europeia. Nesse sentido, importa ressaltar que um dos motivos a levar a Suécia a aderir ao conflito foi seu irredutível propósito de enfraquecer o Império alemão e expandir sua influência à Escandinávia, ao Báltico e ao norte da Europa. Por outro lado, a intervenção francesa relaciona-se à sua intenção de sobrepujar a hegemonia da Espanha e conquistar, assim, a posição de primeira potência continental. Igualmente, essa guerra serviu de pretexto para a rebelião dos príncipes alemães contra o sacro imperador. Desde então, a erosão do poder imperial tornou-se inexorável e o seu papel progressivamente simbólico. Esse conflito devastador terminou graças à Paz de Westphalia, a qual consagrava dois tratados assinados em 24 de outubro de 1648; um deles em Münster (com 120 parágrafos) e o outro em Osnabrück (organizado em 17 capítulos). Em ambos, um dos signatários é o imperador do Sacro Império Romano Germânico. Em linhas gerais, esses tratados não somente ordenaram a cessação das hostilidades com precisas instruções aos envolvidos nos conflitos, mas também decretaram anistia geral de todas as infrações e perturbações anteriores. Do mesmo modo, eles regularam as restituições e a redistribuição dos butins de guerra em conformidade com as novas partilhas de poder, tendo em vista celebrar o estabelecimento de “uma paz cristã, universal e perpétua” (MOITA, 2012, p. 22-23; GOTTHART, 2001, p. 155-159).

grande variedade de instituições políticas, econômicas, religiosas e sociais em toda a Europa Central.

Em quase toda sua longa existência, o Sacro Império caracterizou-se pela vigência de um tipo de estrutura política que, em certa medida, refletia os efeitos práticos das complexas redes de dependência mútua provenientes das relações de suserania e vassalagem. Conforme Edelmayer, a grande diferença entre o Sacro Império Germânico e os outros Estados Monárquicos contemporâneos, como a França ou a Espanha, deve-se ao fato de que em plena Idade Moderna, ele ainda constituir-se um “Estado Feudal” (*Lehensstaat*), com enorme quantidade de territórios de variadas extensões. Uns eram do tamanho da Áustria e da Prússia; outros, não passavam de pequenas glebas senhoriais, como as possessões de cavaleiros, mosteiros etc. Além do mais, havia cerca de 70 cidades livres; para não mencionar os feudos imperiais situados no norte da Itália, como Milão, Módena, Mantova e Gênova. Todos estes domínios tinham algo em comum: quando morriam o vassalo ou o senhor feudal, procedia-se imediatamente à renovação do feudo. Por isso, mesmo quando o imperador arrogava para si prerrogativas extraordinárias, seus poderes eram limitados pelos príncipes, os quais ocupavam os postos mais altos da hierarquia subjacente à Constituição Imperial. Na prática, o governo imperial era indireto, isto é, mediado pelas diferentes camadas de autoridade que gozavam de considerável autonomia regional e local³ (EDELMEYER, 1994, p. 175-176; FORREST; WILSON, 2009, p. 8).

Já que as principais decisões que afetavam a vida diária tendiam a ser tomadas a nível dos governos desses territórios, o Sacro Império não chegou a organizar uma estrutura de poder compatível com um sistema absoluto de autoridade. Isso explica, de certo modo, a grande autonomia e liberdade de que

³ Os territórios germânicos variavam enormemente em tamanho, em riqueza, em força militar e em seus sistemas de governo. Grosso modo, eles podem ser divididos em quatro grupos. Os dois primeiros formavam as possessões dos nobres que auferiram suas terras imediatamente do imperador. Esses domínios nobiliárquicos, quase todos situados no sudoeste da Alemanha, tinham no final do século XVIII menos de 500.000 habitantes, ao passo que as cidades livres imperiais tinham em torno de 600.000 - 700.000 indivíduos. Um terceiro grupo, os principados eclesiásticos, incluía alguns territórios de alguma importância política, com destaque para Köln, Mains e Trier, o arcebispado de Salzburg, os bispados de Bamberg e Münster. Essas áreas eram habitadas por cerca de três milhões de pessoas ao todo. Finalmente, um grupo de Estados seculares - Brandemburgo, Prússia, Saxônia, Hanover, Palatinado, Baviera e alguns outros - exerciam diferentes graus de poder real e desempenhavam papéis de importância variável tanto na política alemã, quanto na política européia (ANDERSON, 2014, p. 233).

dispunham os príncipes em desvantagem do poder imperial. Posteriormente, após as resoluções de Westphalia, os príncipes aumentaram ainda mais o seu poder, de modo que não somente consolidaram sua superioridade política, mas também submeteram à sua vontade tanto a nobreza local, quanto os demais segmentos sociais residentes em sua gleba (KRIEGER, 1972, p. 11). A esse respeito, é interessante frisar que nos territórios principescos, além da aristocracia, da qual provinha grande parte dos membros do alto clero, viviam também os habitantes da cidade (*Bürgerstadt*), os quais cresceram na mesma proporção da expansão dos burgos, constituindo um grupo bastante heterogêneo de indivíduos oriundos das mais diversas categorias profissionais.

De acordo com List, nos territórios germânicos, a fundação de cidades começou no século X, quando o Imperador Heinrich I, desejoso de fortalecer seus domínios, promoveu a expansão urbana ao longo de suas possessões. A mesma política foi seguida, por seus sucessores. Desde então, surgiram inúmeras cidades nas antigas colônias romanas, bem como nas sedes dos príncipes, senhores temporais e eclesiásticos; perto dos mosteiros e onde houvesse o favor do Imperador. Igualmente, muitas cidades floresceram nos lugares onde a pesca, combinada às facilidades de transporte por terra e por água, ofereciam vantagens consideráveis (LIST, 1983 [1841a], p. 59; LIST, 1983 [1837a], p. 153).

[...] as cidades germânicas localizadas junto ao mar Báltico e ao oceano germânico floresceram devido à pesca, à navegação e ao comércio marítimo externo; floresceram também no sul da Alemanha e ao sopé dos Alpes, em razão da influência da Itália e Grécia, e ao comércio de transporte por terra; floresceram também às margens do Reno, do Elba e do Danúbio, por meio da viticultura e do comércio de vinhos, devido à fertilidade excepcional do solo e às facilidades de comunicação fluvial, a qual na Idade Média era ainda mais importante do que nos nossos dias, devido à lamentável condição das estradas e do estado geral de insegurança que nelas reinava (LIST, 1983 [1841a], p. 60).

A fim de melhor se protegerem contra ataques de assaltantes e piratas, as cidades marítimas do norte do Sacro Império Germânico bem cedo sentiram a necessidade de se unirem para sua própria proteção e defesa (WINTER, 1948, p. 279; BONNEFON, 1941, p. 91-92). Com esse objetivo, Hamburgo e Lübeck formaram uma Liga que, antes do término do século XIII, englobava praticamente todas as cidades de qualquer importância situadas às costas do mar Báltico e nos

mares do Norte; às margens dos rios Oder, Elba, Weser e Reno, compreendendo um total de 85 cidades. Com o tempo, a *Hansa* desenvolveu e instituiu uma política comercial que teve como resultado um grau de prosperidade comercial nunca antes alcançado.⁴ Por volta dos séculos XIV e XV, o comércio alemão se tornara “internacional”. Na Itália e no Oriente, foram fundados inúmeros entrepostos. No Sacro Império, as manufaturas floresceram grandemente e com elas as cidades (GRAICHEN; KIESOW-HAMMEL, 2013, p. 5; LIST, 1983 [1837a], p. 154; 1983 [1841], p. 15; BONNEFON, 1941, p. 90).

Estimuladas pelo espírito de progresso nas artes e na manufatura, bem como pelo grande empenho no sentido de distinguirem-se pela riqueza e pela livre iniciativa, essas cidades logo prosperaram e alcançaram elevado grau de civilização, tornando-se a mais rica fonte de receita para o Estado e o mais poderoso contrapeso para a aristocracia. Com efeito, os imperadores viram nas cidades hanseáticas aliados poderosos contra os nobres e, ao mesmo tempo, uma rica fonte de renda. Graças às atividades comerciais, a vida social das cidades promoveu o crescimento de artes e ofícios. Os comerciantes estimularam a liberdade municipal, o espírito empresarial e a busca do conhecimento. Com o tempo, os imperadores concederam franquias para as cidades, de sorte que seus habitantes viviam segundo o regime republicano (LIST, 1983 [1841a], p. 15; LIST, 1983 [1837a], p. 153).

Em linhas gerais, o comércio dos hanseáticos consistia do transporte de matérias primas adquiridas na Inglaterra e na Escandinávia para suas instalações industriais localizadas em Bruges. Ali as trocavam por tecidos, artigos de luxo e por produtos e bens manufaturados orientais, provenientes da Itália. Em seguida, esses produtos eram vendidos a todos os países banhados pelos mares nórdicos⁵ (LIST, 1983 [1841a], p. 17; LIST, 1983 [1837a], p. 155). Segundo List, porém, toda a prosperidade advinda da liberdade, do comércio e da indústria logo fora solapada

⁴ Conforme Carsten, no começo, o termo *Hanse* não representava nada de especificamente alemão e, na verdade, nada de político também. Ele referia-se à união de comerciantes, e não significava nada mais do que Liga. O nome *Deutsche Hanse* apareceu pela primeira vez no século XIV (CARSTEN, 2014, p. 8; LIST, 1983 [1841a], p. 15).

⁵As mercadorias mais procuradas no Ocidente eram produzidas no Oriente. Elas chegavam à Europa por meio do Mar Vermelho, o Nilo, Alexandria e Veneza. Os mercadores de Veneza distribuíam esses bens em todo o norte da Europa. Eles eram enviados por terra até o vale do Reno e por mar para os portos da França, Inglaterra, Flandres e Alemanha (LIST, 1983 [1837a], p. 153).

não somente pela falta de unidade política e pelas rivalidades entre as cidades hanseáticas (LIST, 1850 [1841a], p. 71), mas principalmente pelas barreiras que foram impostas ao livre comércio por parte, sobretudo, da Inglaterra.⁶ Por causa disso, List conclui que

A experiência de todos os países em todos os tempos ensina-nos que as nações, enquanto permanecem em estado primitivo ou de barbárie, auferem benefícios incalculáveis do comércio livre e sem restrições, em virtude do qual podem dar vazão a seus produtos oriundos da caça e da pecuária, das florestas e da agricultura, em suma, matérias-primas de todo tipo, obtendo em troca melhores roupas, melhores máquinas e utensílios, bem como os metais preciosos – o grande meio de intercâmbio. Consequentemente, tais países, de início, aprovam e adotam o comércio livre, sem restrições. Todavia, a mesma experiência mostra também que esses mesmos países, quanto mais avançam em sua cultura e em sua indústria, começam a dispensar menos simpatia a tal sistema, e que, ao final, acabam por considerá-lo como pernicioso e como um obstáculo ao seu progresso futuro (LIST, 1983 [1841a], p. 17).

Após as cidades hanseáticas terem sido excluídas dos mercados das nações das quais compravam e vendiam, nem a sua agricultura nativa nem a sua indústria manufatureira tinham sido suficientemente desenvolvidas para fornecer meios para o emprego profícuo do seu capital comercial excedente. Em conseqüência, grande parte desse capital fluiu para a Holanda e para a Inglaterra, servindo, portanto, para aumentar a indústria, a riqueza e o poder de seus rivais. Na verdade, há outras razões para o declínio e a queda da Liga Hanseática. A Dinamarca e a Suécia dificultavam os interesses das cidades *Hansa* sempre que podiam vingar-se da antiga política presunçosa dos comerciantes alemães. O Czar expulsou-os da Rússia e concedeu seus privilégios comerciais aos ingleses. A Ordem Teutônica, há muitos anos aliada da Liga Hanseática, foi derrotada e destruída pelos poloneses.⁷

⁶ Conforme List, no século XIV, o rei Eduardo III concebeu a ideia de que uma nação poderia fazer algo de mais útil e mais benéfico do que exportar lã em estado bruto e importar tecidos manufaturados. Por isso, ele convidou os tecelões de Flandres e Brabante para se instalarem na Inglaterra, oferecendo-lhes toda sorte de privilégios. Tão logo se verificou que já estava sediado aí um número razoável de tecelões estrangeiros, o rei baixou uma proibição interditando os ingleses de usarem qualquer artigo de tecido estrangeiro. Posteriormente, em 1463, sob o reinado de Eduardo IV, a oposição aos comerciantes estrangeiros atingiu tal nível, que ficou absolutamente proibida a importação de roupas estrangeiras, e muitos outros artigos. O parlamento inglês procurou e encontrou pretextos para abolir todos os privilégios dos hanseáticos, que embora protestassem vigorosamente contra tal exclusão, o Conselho de Estado perseverou em sua determinação para a grande vantagem dos comerciantes ingleses (CHANG, 2007a, p. 19; 2007b, p. 24; LIST, 1983 [1841a], p. 18; 1983 [1837a], p. 129; 1850 [1839b], p. 107; 1851 [1841], p. 74-75).

⁷ A Ordem Teutônica (*Deutscher Orden*) foi fundada em 1190, essencialmente, sob o patronado dos mercadores de Bremen e Lübeck. Além de oferecer proteção às cidades e ao comércio, esta Ordem se destacou, particularmente, na colonização da Alemanha Oriental, o que lhe rendeu grande prestígio e reputação. No entanto, com o tempo, os interesses das cidades e dos comerciantes, de um lado, e as aspirações dos cavaleiros, do outro, começaram a divergir. Por esse motivo, a Ordem declinou e foi, logo em seguida, conquistada (KOCH, 1996, p. 2).

Apesar disso, segundo List, o fator determinante a levar os hanseáticos a perderem seu comércio e sua riqueza foi a incapacidade de fundar sua aliança em uma unidade nacional sob a regência do imperador. Com efeito, da mesma maneira como nos dias de seu poder e prosperidade as cidades *Hansa* tinham ignorado o Sacro Império, agora a Dieta Imperial simplesmente não votou medidas que pudessem salvaguardar seus mercados no exterior (LIST 1850 [1839], p. 71-72; LIST, 1983 [1837a], p. 157).

À medida que as cidades hanseáticas perdiam o domínio dos mares, diminuía também sua influência para convencer o *Reichstag* a considerar seu comércio como objeto de interesse do Império.⁸ Além do mais, a aristocracia alemã fez de tudo o que estava ao seu alcance para oprimir exemplarmente esses agora humildes cidadãos. Os nobres há muito se enfureciam com o monopólio comercial exercido pelos mercadores das cidades no que toca, sobretudo, à exportação de produtos agrícolas. Por isso, suas exigências de livre comércio consistentemente lideraram a lista de queixas contra as cidades. Com o tempo, “as cidades no continente caíram gradualmente sob o domínio absoluto dos diversos príncipes, e, conseqüentemente, suas cidades marítimas foram privadas de suas conexões com o continente” (LIST, 1983 [1841a], p. 21-22; BERDAHL, 1988, p. 18).

Em razão disso, diferentemente da Inglaterra e da França, não houve nos territórios germânicos grupos progressivos de famílias burguesas, oriundos seja do comércio, seja das finanças, capazes de articular conexões sociais e ações políticas concretas contra os nobres. Como consequência da fragmentação política do Sacro Império, a burguesia comercial alemã estava dividida e espalhada por todo o território, não se concentrando em uma única cidade, o que a tornava mais fraca se comparada com suas congêneres francesa e inglesa (ZANK, 1994, p. 7-8; IGGERS, 1983, p. 18). Na verdade, enquanto naquelas monarquias a intensa atividade comercial e a produção manufatureira forjaram uma burguesia ativa que reivindicava tanto o fim das restrições feudais, quanto maior participação política e liberdade

⁸ Durante aproximadamente dois séculos, as cidades hanseáticas do Norte da Alemanha e do Báltico foram proeminentes política e economicamente. Seu declínio, contudo, foi acelerado por eventos como a abertura de novas rotas marítimas para o Oriente e o deslocamento do comércio via mediterrâneo para o Atlântico. Soma-se a isso, os conflitos, dificuldades internas, e, particularmente, a retirada de importantes membros da *Hansa*, como foi o caso das Províncias Unidas (WINTER, 1948, p. 279).

econômica, no Sacro Império, com exceção de algumas cidades comerciais do norte, esse processo desenvolveu-se escassamente. Em geral, no caso germânico, não havia uma burguesia (*Bürgerstand*) suficientemente forte para impor seus valores como grupo social representativo (KRIEGER, 1972, p. 20).

Conforme Koselleck, nos domínios alemães, a expressão *Bürger* era um termo procedente do vocabulário estamental que fixava uma posição jurídica determinada, a qual, no entanto, varia de um lugar para outro. De fato, o vocábulo burguesia referia-se à categoria profissional na qual também se incluem os cidadãos eminentes (*Vornehmere Bürger*), intelectuais (*Gelehrte*) e os comerciantes (*Kaufleute*). Apesar de seu *status* socioeconômico, entretanto, não se derivava disso nenhuma aspiração à participação política. Suas pretensões se limitavam a reivindicar o acesso aos cargos públicos e o reconhecimento de algum prestígio social (KOSELLECK, 2012, p. 237). Quando sua influência se estendia para além dos limites da cidade, a “burguesia”, amiúde, sujeitava-se à aristocracia. Por conseguinte, o prestígio econômico não foi suficiente para criar uma classe comercial capaz de impelir a sociedade alemã à vitalidade espontânea e à iminente pressão por mudanças (SCHULZE, 1991, p. 43; KRIEGER, 1972, p. 39).

Por outro lado, os camponeses, abandonados ao arbítrio de seus senhores, viram sua condição de vida piorar terrivelmente à proporção que as guerras, ao invés de lucros, redundavam em prejuízos. Temendo não serem pagos, os senhores confiscavam todos os bens comunais. Assim, nada mais pertencia ao camponês, nem o açude, nem o prado, nem a floresta, nem mesmo o peixe.⁹ Depois de pagar ao senhor os tributos referentes ao arrendamento, o camponês devia tomar emprestado dinheiro a juros para a compra das sementes. Verdadeiro pária, vítima de todos, sem armas e sem defesa, procurava o antigo homem do campo em vão um protetor. Diante de tal situação, as revoltas estouraram como um crepitemento de

⁹ Em sua *Die Ackerverfassung, die Zwergwirtschaft und die Auswanderung* (Constituição Agrícola, Pequenos Negócios e Emigração, 1842), List propõe uma história da agricultura européia, em que ele delineia como se deu o processo de exploração da terra desde as conquistas até à instituição da propriedade agrária. É interessante notar que, de acordo com o economista suábio, o período em que tanto os senhores quanto a Coroa (*Krone*) passaram a desempenhar um papel mais ativo na exploração de sua gleba coincide com o ressurgimento do comércio, evento que os impeliu impor um controle mais rígido sobre os impostos e, sobretudo, proteger suas corporações de ofício (LIST, 1850 [1842], p. 152-153).

tempestade em 1391, 1431, 1461, 1470, 1478, e ainda em 1492 (BONNEFON, 1941, p. 92).

Não obstante algumas exceções regionais, os camponeses não eram reconhecidos como uma ordem no que diz respeito aos propósitos de representação provincial ou territorial. Efetivamente, sua condição refletia o estado de submissão e dependência em que eram mantidos por parte de seus senhores. Essa situação de sujeição social e apatia política tornou-se ainda mais significativa a partir do século XVI, isto é, após o malogro das Guerras Camponesas (*Deutscher Bauernkriege*), um conjunto de revoltas de cunho popular que se desencadeou nos países de língua alemã entre 1524-1525, na qual a Liga da Suábia (*der Schwäbische Bund*), composta por príncipes e cavaleiros, bem como por prelados e cidades livres, acabou de forma sangrenta com a rebelião, abatendo cerca de 100 mil dos 300 mil camponeses e agricultores irredentos (KOSELLECK, 2006, p. 496). A plena sujeição dos camponeses se completou em muitos territórios alemães após a Guerra dos Trinta Anos, isto é, quando os senhores proprietários de terras (*Grundherrschaft*) concentraram os direitos de jurisdição (*Gerichtsherrschaft*), a administração e o poder das armas em suas mãos (ANDERSON, 2014, p 34).

No século XVIII, os territórios alemães estavam mais divididos politicamente do que em qualquer momento até então. A redução da autoridade efetiva do sacro imperador à posição de monarca eletivo, sendo sua nomeação adstrita à decisão de um grupo de nove príncipes - o rei da Boêmia, os arcebispos de Trier, Mainz e Köhl, os governantes da Saxônia, Brandenburg, o Palatinado, Baviera e Hanover - reduziram o Império a um estado de atomização política (ANDERSON, 2014, p. 231). Com efeito, desenvolveu-se nos territórios germânicos uma concepção de liberdade que, em grande medida, serviu para fundamentar, de um ponto de vista teórico, a fragmentação política expressa na constituição imperial. De fato, quase todos os juristas e filósofos políticos alemães como Justus Lipsius, Puffendorf, Thomasius, Wolff, entre outros, rejeitaram veemente as concepções de Estado de Maquiavel, Hobbes e Spinoza como inadequadas à realidade alemã (WHALEY, 2012, p. 192; LINDENFELD, 1997, p. 19). Visto que jamais houve uma teoria consistente do absolutismo no *Reich*, a definição e o exercício prático da liberdade ocuparam lugar de destaque não somente na filosofia clássica alemã, mas também na sua teoria

política. Deveras, a grande questão era saber se a liberdade seria melhor garantida pelos Estados territoriais individuais ou se pelo sacro imperador (ROWE, 2009, p. 45).

Nos domínios alemães, a ideia de liberdade adquiriu características específicas consoante sua *Bildung*. Desse modo, pode-se dizer que ela foi ao mesmo tempo o resultado e a resposta alemã ao Iluminismo.¹⁰ Conforme Krieger, o ideal de liberdade como o direito de manter e comunicar crenças e opiniões; ou o direito à livre iniciativa econômica e de troca; mobilidade social ou, finalmente, o direito à ampla participação nas sessões representativas do governo, foi realizado apenas naqueles países do Ocidente que podem ser denominados de comunidade atlântica. Em vez disso, na esfera política do Sacro Império Germânico, a ideia de liberdade referia-se, sobretudo, aos direitos de que gozavam os príncipes no interior dos seus domínios (KRIEGER, 1972, p. 3; VILLACAÑAS, 1991, p. 136). Assim, a crescente consciência de que a autoridade do imperador não era irrestrita levou ao reconhecimento da lei como forma de estabelecer limites a seus poderes. Nesse sentido, caso se retroceda ao período em que nem o imperador, nem os principados particulares não tinham organizado seus domínios de acordo com o sistema absoluto de governo, entender-se-á por que o conceito de liberdade serviu para subsidiar os príncipes de fundamentação teórica no que concerne à reafirmação de sua autonomia política em detrimento do poder imperial (KRIEGER, 1972, p. 5; LINDENFELD, 1997, p. 40).

De acordo com List, os príncipes aspiravam não somente evitar possíveis restrições a seu modo arbitrário de governar e manter as cidades e os nobres de

¹⁰ A palavra *Bildung* é uma expressão alemã que tem sua origem no substantivo *Bild*, isto é, imagem, representação, forma. No entanto, devido à introdução do sufixo *ung*, ela assume uma dimensão dinâmica que remete à ideia de formação, educação, cultura. No contexto do Iluminismo, este termo adquiriu diferentes significados, principalmente, nas obras de Kant e Mendelssohn. A partir de então, ele passou a evocar um nível de refinamento intelectual que assentaria as bases para o uso proficiente da razão e, portanto, para o exercício da liberdade. Segundo Koselleck, apesar de ter recebido acepções diversas ao longo da história, a *Bildung* consiste, essencialmente, em uma forma particular de comportamento e de conhecimento que se potencia a si mesma, e que abrange toda formação social alemã. Desse modo, ela não se restringe às classes burguesas. Ao contrário, tanto a nobreza, quanto as classes não burguesas participaram de várias formas na sua constituição. Grosso modo, a *Bildung* pode ser entendida como uma reivindicação de autonomia (*Autonomieanspruch*) na apreensão do mundo por meio da reinterpretação da cultura (*Erziehung*) proveniente do exterior. Essa forma peculiar de apropriar-se da linguagem extrínseca, no século XIX, teve influência decisiva na história política e econômica alemãs (KOSELLECK, 2012, p. 52-53; LINDENFELDS, 1997, p. 47).

grau inferior sob sua jurisdição, mas também tinham interesse em resistir ao estabelecimento de um império hereditário (LIST, 1983 [1841], p. 60). Certamente, os conflitos entre os príncipes e o sacro imperador tornaram-se, particularmente, mais intensos no limiar da década de 1780, isto é, quando se formou a Liga dos Príncipes (*Fürstenbund*) para opor-se ao Imperador Joseph II e suas pretensões de aumentar seu poder por meio do realinhamento unilateral das fronteiras diocesanas dentro do *Reich*, em conformidade com os territórios da Áustria. Além disso, ele tentou renunciar aos Países Baixos austríacos em troca da Baviera, ameaçando, assim, o equilíbrio de poder. Em resposta a isso, a Liga dos príncipes alemães iniciou o movimento anti-Habsburgo (ROWE, 2009, p. 46; LINDENFELD, 1997, p. 11).

Nota-se que, nessa complexa estrutura política, somente uma minoria dos habitantes dentro do *Reich* devia obediência apenas ao *Kaiser*. A grande maioria da população obedecia a um príncipe territorial e, portanto, tinha relacionamento “mediado” com o monarca. Esta dupla fidelidade dos súditos tornava-se problemática quando o imperador e o príncipe territorial, a quem eles também estavam sujeitos, entravam em conflito. Por isso, a fim de aumentar seu poder e sua autonomia, os príncipes encorajaram a profissionalização de suas próprias cortes territoriais, tendo em vista suprimir a influência imperial em seus domínios. Nesse ínterim, ainda em 1713-1714, o governo prussiano já buscava persuadir seus estados provinciais a renunciar “voluntariamente” seus direitos de apelo à corte imperial, alegando que o novo supremo tribunal de recurso da Prússia provia justiça de modo mais imparcial e acessível (ROWE, 2009, p. 47-50; ZANK, 1994, p. 6-7).

Decerto, as instituições imperiais funcionavam mais eficientemente nos territórios menores e nas cidades imperiais onde o imperador reservava para si direitos especiais. Elas eram menos eficazes, contudo, nos territórios maiores, onde os príncipes detinham o poder de resistir ao que eles consideravam como interferência externa. Some-se a isso o fato de que, na ausência de uma burguesia politicamente forte e ativa, os príncipes desempenharam influência predominante na interpretação, patrocínio e difusão do pensamento liberal, tendo em vista principalmente o fomento de conhecimentos técnicos e a objetivação da administração pública (VILLACAÑA, 1991, p. 137). Nesse sentido, o que se

denomina de despotismo esclarecido, por exemplo, representou, na verdade, um conjunto de medidas tomadas pelos príncipes, em seu processo de centralização política, para racionalizar seus governos e orientar suas políticas, visando angariar a lealdade dos súditos. Por isso, uma peculiaridade do Iluminismo alemão é que ele não foi antiaristocrático e antitradicional (KRIEGER, 1972, p. 21).

Do ponto de vista econômico, o efeito mais significativo da fragmentação política do Sacro Império Germânico foi a enorme profusão de tributos de trânsito que se cobravam pelo tráfico ao longo dos rios e estradas, visto que tal expediente criava uma série obstáculos à expansão das atividades comerciais (ZANK, 1994, p. 7). Além dos pedágios e aduanas, havia ainda uma miríade de outros impostos que pesavam sobre os mercados e praças públicas, bem como os que se faziam efetivos logo na entrada das cidades. Nesse mesmo período, embora por razões diversas, tanto a Inglaterra, quanto a França já haviam estabelecido um regime aduaneiro unificado. No caso da Inglaterra, ainda durante a Idade Média, se verificava ampla liberdade no trânsito interno de mercadorias. A uniformidade do sistema aduaneiro inglês, todavia, não decorreu da inexistência ou da importância secundária dos fatores de desagregação, mas sim de suas condições naturais, isto é, do predomínio das comunicações marítimas em detrimento da importância das vias fluviais e das comunicações terrestres (HECKSCHER, 1943, p. 36).

Como ressaltou List, a posição geográfica da Inglaterra também exerceu influência incalculável sobre o seu desenvolvimento independente. Devido à sua posição insular, ela não somente permaneceu imune às guerras do continente, senão que tirou vantagens imensuráveis destas para sua supremacia manufatureira. Em sua relação com o continente europeu, a Inglaterra sempre constituiu um mundo em si mesmo. Conseqüentemente, ela sempre procurou ficar isenta das rivalidades e rixas, preconceitos, egoísmos, paixões e desastres dos vizinhos do continente. Em razão disso, o progresso sem precedentes de sua constituição política, bem como a maneira positiva como se consumou a Reforma Protestante e a secularização da propriedade eclesiástica, cujos efeitos se demonstraram tão benéficos para suas indústrias, deve-se, em grande parte, à sua situação de isolamento. É a essa mesma causa que a Inglaterra deve aquela paz e prosperidade contínuas que, excetuando-se o período de guerra civil, desfrutou durante vários séculos, dispensado-a durante

todo esse tempo de entregar-se às armas e facilitando, cedo, a introdução de um sistema alfandegário consistente (LIST, 1983 [1841a], p. 42; LIST, 1983 [1837a], p. 135).

Por outro lado, a França, já na primeira metade do século XVI, estava praticamente livre de diversidades étnicas e, principalmente, de poderes soberanos paralelos em seu território, de modo que muito cedo também se constituiu um reino geograficamente unido e delimitado. Na verdade, se verifica aí a mais formidável tendência de unificação das esferas administrativas, o que repercutiu imediatamente no sistema aduaneiro francês (HECKSCHER, 1943, p. 95). Esse sistema geral e eficiente aboliu ou limitou ao máximo o recolhimento de tarifas alfandegárias regionais. Isso propiciou maior articulação dos mercados do país por meio da construção de estradas e canais, impulsionando, assim, o crescimento da indústria nativa.¹¹ Ao promover os interesses da agricultura, reduzindo os impostos diretos sobre a propriedade territorial, Jean Baptiste Colbert minimizou a severidade e as rigorosas medidas anteriormente adotadas na arrecadação aos cofres públicos, igualando, com isso, a incidência das taxas, e, finalmente, introduzindo medidas para a redução da taxa de juros. Por esse motivo, em todos os setores da administração pública, introduziu-se um regime de rigorosa economia e de perfeita ordem¹² (LIST, 1983 [1841a], p. 54; SARGENT, 2004, p. 19).

Por conseguinte, se na Inglaterra foi o predomínio das comunicações marítimas que favoreceram a uniformização do sistema aduaneiro inglês, na França foi a sua unidade territorial e, conseqüentemente, a ausência de poderes soberanos contrapostos que contribuíram para o estabelecimento de uma política aduaneira única (HECKSCHER, 1943, p. 63). Em contrapartida, no Sacro Império Germânico, sua estrutura política descentralizada autorizava a imposição de inúmeros pedágios,

¹¹A uniformização do sistema aduaneiro francês beneficiou também a agricultura, mais ainda do que a indústria, pois dessa forma dobrou e até triplicou o número de consumidores. Além disso, os produtores tinham comunicação fácil e barata com os consumidores (LIST, 1983 [1841a], p. 54).

¹²Colbert (1619-1683) iniciou sua carreira de administrador como intendente durante a gestão do cardeal Jules Mazarin (1602-1661), estadista italiano que serviu como ministro de finanças da França de 1642-1661. Colbert demonstrou probidade e diligência na detecção de fraudes de oficiais da receita real que enriqueceram às expensas do público. Desprovido de conexão familiar ou apegos pessoais, e acostumado ao trabalho penoso, obscuro e útil, Colbert parecia ser o mais qualificado a prestar a Luís XIV seus humildes, mas eficazes serviços. Durante sua gestão, ele se revelou hábil e enérgico administrador que soube não apenas aumentar a receita do Estado, mas também aprimorar a administração e estimular a indústria, a construção de portos e navios (SCHUMPETER, 2006, p. 143; SARGENT, 2004, p. 10; STEPHEN, 1855, p. 611-612).

portagens e aduanas ao longo de toda a extensão do *Reich*. Estima-se que, no final do século XVIII, havia cerca de 1.800 fronteiras aduaneiras (*Zollgrenzen*) em todo território alemão (ZANK, 1994, p. 6). Mesmo os domínios que haviam crescido em extensão e poder político, como a Prússia, Saxônia, Bavária e Württemberg, dispunham de possibilidades bastante limitadas para poder exercer influência tal que pudesse reformar todo o regime aduaneiro alemão (WHALEY, 2012, p. 512). Conforme Hirst, tanto a Bavária, quanto Württemberg haviam intentado melhorar seu comércio interno mediante o intercurso livre dentro do território e a transferência de todos os direitos aduaneiros para a fronteira. Essas medidas, entretanto, não surtiram grandes efeitos, pois o Estado Alemão mais influente, isto é, a Prússia, somente deu o primeiro passo para uma reforma tributária, ainda que de alcance limitado, em 1818 (HIRST, 1909, p. 13). Nesse Estado Alemão, havia mais de 67 diferentes tarifas dentro de seu território, com mais de três mil artigos sujeitos a serem taxados (ZANK, 1994, p. 6; EARLE, 1943, p. 432). Por isso, a exportação e importação de determinados bens eram em muitas lugares rigorosamente proibidas.

De acordo com Eli F. Hecksher, nem mesmo a política fiscal iniciada em Brandenburgo sob o governo de Frederico Guilherme foi capaz de introduzir mudanças significativas em todo regime aduaneiro prussiano, já que sua política baseou-se em um sistema de impostos de consumo, e não em um sistema de aduanas fronteiriças (HECKSCHER, 1943, p. 60). Mesmo após a dominação napoleônica, estadistas como Karl Georg Maasen (1769-1834), Diretor Geral da Administração da Indústria, Comércio e Tributação, em Berlim, e Adolf Friedrich Motz (1775-1830), Ministro da Fazenda, estavam mais interessados em unificar apenas as aduanas dos territórios estritamente prussianos espalhados pela Europa Central, tendo em vista o fortalecimento da Prússia no confronto com a Áustria, do que levar a termo a união de todas as aduanas espalhadas ao longo do território alemão (SNYDER, 1995, p. 5).

De fato, desde a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), os pedágios aduaneiros se multiplicaram de tal maneira nos territórios germânicos que, para ir de Mannheim até a fronteira holandesa, o vinho e o trigo triplicavam seu preço, razão pela qual era inconcebível transportá-los por via fluvial. A esse respeito, importa lembrar que, somente no Reno, a via de comunicação mais importante da Europa Central,

contavam-se entre 62 ou 64 postos aduaneiros. No relato de Heckscher, para ir, por exemplo, de Dresden a Hamburgo, um barco necessitava quatro semanas, quando a viagem, na verdade, podia ser feita em oito dias, se não houvesse os inúmeros postos aduaneiros. Entre Krossen e Hamburgo, uma distância de aproximadamente 425 km, existiam nada menos que 25 postos aduaneiros, dos quais oito correspondiam aos 300 km que separavam a fronteira oriental da fronteira ocidental de Brandenburgo. Em Ansbach-Bayreuth, além de um sem-número de pedágios por terra, havia 29 postos aduaneiros, distribuídos ao longo das vias de comunicação mais importantes que atravessavam o território (HECKSCHER, 1943, p. 53-58). Certamente, diante dos novos desafios advindos da guerra moderna, os príncipes não queriam prescindir de uma de suas principais fontes de renda, ou seja, seus pedágios de trânsito. Por isso, no que concerne ao regime aduaneiro no Sacro Império Germânico, o esforço de unificação do mercantilismo foi praticamente nulo. É fato que antes da ocupação napoleônica, não se pensou jamais em abolir o sistema aduaneiro medieval.

1.2 O NACIONALISMO ROMÂNTICO EM HERDER E FICHTE

O nacionalismo que se propagou em territórios alemães durante o lapso denominado de *Sattelzeit* por Koselleck, isto é, o intervalo a que corresponde o período de 1750 a 1850 (KOSELLECK, 2002, p. 5), resulta de um processo histórico que, na verdade, remonta a meados do século XVI, ou seja, quando eruditos humanistas alemães como Konrad Celtes, Johannes Aventinus, Ulrich von Hutten, entre outros, difundiram aquilo que conceberam como “virtudes genuinamente teutônicas”, a partir da releitura da obra *Germania* de Gaius Cornelius Tacitus (56-120). Consoante a interpretação que fizeram dessa obra, esses eruditos concluíram que coragem, honestidade, castidade, honra e amor à liberdade eram as virtudes que distinguiam os povos de línguas germânicas em relação aos *Welschen*, isto é, povos que viviam sob o jugo de Roma¹³ (HAUG-MORITZ, 2008, p. 430-431).

¹³ Conforme Gudeman, a hipótese de que Tácito visitou terras alemãs pode ser refutada a partir da própria obra *Germania*, já que esta não contém uma única observação ou declaração explicável na suposição de uma visita pessoal. Sem mencionar que tal viagem de exploração da parte de Roma teria sido impossível mesmo nos territórios que as legiões tinham uma vez ou outra penetrado. Ainda que se admita a possibilidade de conhecimento pessoal do território e do povo descrito por Tácito, há inúmeras passagens que teriam sido

Com efeito, desde o humanismo alemão do século XVI, o interesse pela cultura germânica foi particularmente expressivo, influenciando gerações até o romantismo de meados dos séculos XVIII e XIX. O próprio Martim Lutero, por exemplo, via sua luta contra o poder papal como a continuação do antigo desejo de autodeterminação e símbolo da proposta de reforma religiosa alemã contra a perfídia, a lascívia, a corrupção e a decadência moral de Roma. Nesse ínterim, importa destacar que o efeito mais significativo de seu intento de libertar o povo alemão, isto é, a sua tradução da Bíblia, assentou as bases de uma variante padrão da moderna língua alemã, uniformizando-a de Colônia a Königsberg, e do Elbe ao Alpes¹⁴ (ZANK, 1994, p. 7). Posteriormente, com o advento da imprensa de Johannes Gutenberg, a cultura alemã foi difundida por leitores e escritores, unidos por meio de uma rede cada vez maior de editoras, revistas e bibliotecas que se estendiam para além das barreiras territoriais e sociais.¹⁵

Isto poderia ter forjado as bases para a edificação de uma comunidade verdadeiramente nacional já no século XVII. Contudo, a integração nacional dentro de um Estado Alemão centralizado passava ao largo dos objetivos dos humanistas alemães (HAUG-MORITZ, 2008, p. 431). Além disso, as guerras religiosas que assolaram a Europa Central frustraram todas as expectativas de instituir uma coletividade nacional. Somente no final do século XVIII, o nacionalismo deixou de ser mera aspiração cultural para tornar-se questão política. Na verdade, embora o nacionalismo alemão, enquanto fenômeno político, esteja intrinsecamente relacionado à experiência traumática da dominação francesa, sua matriz encontra-se no Romantismo, já que este envolveu tanto um movimento de renovação literária,

expressas necessariamente de forma bastante diferente nessas circunstâncias. Além disso, em nenhum lugar, o renomado historiador e político romano apela para suas próprias observações, mesmo em questões sobre as quais a confirmação expressa de uma testemunha ocular teria sido conveniente. Desse modo, grande parte das informações de que ele dispõe sobre os germânicos não foi obtida por meio de entrevista pessoal e observação direta dos territórios alemães, mas sim através de relatos de soldados e comerciantes, bem como fragmentos de obras precedentes como *Bella Germaniae*, de Plínio, o Velho, e *Bello Gallico* de César (GUDEMAN, 1900, p. 94-95).

¹⁴ A língua que hoje em dia é chamada alemão (*Hochdeutsch*) deriva, na verdade, do dialeto falado nas partes altas do antigo *Reich*, isto é, no curso superior do Reno e Elba; portanto, no sul da Alemanha, Áustria e Suíça. No século XVI, esta língua tornou-se predominante, sendo usada, inclusive, na Chancelaria e na Dieta Imperial. Isso explica, em certa medida, por que Lutero valeu-se dela para traduzir a Bíblia (EDELMAYER, 1994, p. 172).

¹⁵ Lutero e os reformadores deram forte ênfase à erudição bíblica, o que favoreceu a democratização da leitura e, portanto, do conhecimento. Tomados em conjunto, isto produziu efeito positivo para o crescimento das atividades educacionais, pois além do coro cantado, o *Hochdeutsch* era usado também no estudo da escrita e da exegese bíblica. Aos poucos, o alemão padrão, baseado na tradução de Lutero, difundiu-se por todos territórios tectônicos, infiltrando-se até mesmo nas áreas católicas, apesar de alguma resistência, no clero (ZANK, 1994, p. 7; DAASTOL, 2011, p. 37).

quanto uma avassaladora crítica ao universalismo e ao cosmopolitismo derivados da filosofia das luzes (JOHNSON, 1996, p. 124; SNYDER, 1995, p. 3).

A definição geral do Romantismo Alemão tem-se mostrado praticamente inexequível não somente por causa das múltiplas e variadas interpretações acerca do enquadramento e reconhecimento dos autores que o compuseram, mas também devido à grande dificuldade de delineamento das características comuns ao movimento, se comparado com fenômenos similares em outros países. Apesar disso, pode-se dizer com certeza que ele surgiu como resultado de um colóquio envolvendo um grupo seletivo de pensadores que compartilhavam entre si grande descontentamento para com toda sorte de determinação, seja no âmbito artístico, seja no âmbito especulativo. A esse respeito, merece destaque o *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), movimento literário inspirado num drama de mesmo nome de Maximilian von Klinger (1752-1831), e que exprimia de maneira emblemática a nova mentalidade entre os jovens literatos alemães. Para Klinger, Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Friedrich Schiller (1759-1805) e outros expoentes do movimento, a arte representava uma necessidade interior do artista e, por esse motivo, devia obedecer apenas à intuição e à emoção, ao contrário do que apregoava, por exemplo, o classicismo, para o qual a atividade artística devia obedecer a regras rígidas e definitivas (PONTE, 2013, p. 70-71; SAFRANSKI, 2010, p. 24; GOETHE, 1974, p. xi).

Nesse período, até 1790, praticamente toda a intelectualidade alemã recebeu calorosamente a Revolução Francesa, inclusive plantando árvores como gesto simbólico em homenagem à liberdade. As execuções de Luís XVI e sua esposa Marie Antoinette, no entanto, chocaram profundamente as elites de toda a Europa. Além disso, o regime de terror imposto por Robespierre entre 1793-1794, bem como a destruição e a espoliação instauradas pelos exércitos de Napoleão, logo criaram as condições propícias para o fortalecimento de grupos reacionários e ultranacionalistas. Até mesmo os mais ardentes adeptos dos ideais iluministas e revolucionários viram-se desconfortavelmente contrariados pelos eventos que se sucediam (LINDENFELS, 1997, p. 48; JOHNSON, 1996, p. 124; BERLIN, 1976, p. 176). Conseqüentemente, a humilhação da derrota e o ressentimento gerado pelo tratamento dispensado aos territórios ocupados, primeiro sob o Diretório e depois

sob Napoleão, forjaram uma nova solidariedade enraizada no sofrimento e na adversidade. De fato, as mais recentes pesquisas sobre o Império Napoleônico confirmam o quadro sombrio legado pela dominação francesa, caracterizada pela imposição cultural, pesada tributação, recrutamento compulsório, miséria e morte. Mesmo as reformas administrativas e jurídicas alardeadas por Napoleão como expressão da racionalidade acabaram por se tornar nada mais do que um meio para facilitar a exploração imperial. Em face destas e outras evidências, tornou-se difícil sustentar sua imagem como o libertador dos povos oprimidos pelo Antigo Regime (BLAUFARB, 2009, p. 131).

Por conseguinte, o nacionalismo alemão começou como uma ideia que, aos poucos, converteu-se em sentimento identitário e, somente depois, converteu-se em fenômeno político e econômico. Nesse sentido, não obstante os irmãos Schlegel e Grimm, Tieck e Novalis terem igualmente se ocupado de resgatar em suas obras a história, a música, os mitos e o folclore alemães, a matriz do nacionalismo cultural alemão se encontra na crítica de Johann Gottfried von Herder (1744-1803) ao cosmopolitismo francês. Além de teólogo e pastor luterano, Herder foi um filósofo, poeta e historiador cuja produção intelectual o consagrou um dos mais influentes escritores alemães. De fato, tem-se dito que o nacionalismo de Herder origina-se basicamente de sua insatisfação com a cultura oficial, fortemente influenciada pelo iluminismo francês e sua aceitação servil por parte dos governantes de Berlim. A causa de seu descontentamento tem, todavia, raízes mais profundas. Segundo Villacaña, a aversão de Herder para com o iluminismo francês pode estar relacionado à falta de afinidade entre essa visão de mundo e a cultura que durante séculos moldou a religiosidade alemã, marcada pela interioridade e desapego pelas coisas mundanas. Este genuíno *modus vivendis* serviu-lhe como ponto de partida para sua crítica à concepção abstrata, mecânica, enciclopédica e técnica do iluminismo (VILLACAÑA, 1991, p. 130-131).

Esse substrato religioso constitui parte fundamental da *Bildung* que permeia toda a proposta nacionalista romântica alemã. Sem essa noção mística de um espírito que se expande através do *continuum* espaço-temporal, sem essa presença abrangente do divino na geografia e na história, não se pode entender o pensamento nacionalista de Herder, para quem um Deus onipresente atravessa

todas as manifestações sensíveis, de modo que sua presença constitui a única maneira de observar uma diversidade infinita a que aspira a uma unidade que subjaz a tudo o que existe. Conseqüentemente, uma nação, um idioma, uma maneira de ser e de pensar são realidades intocáveis, pois exprimem o divino em sua singularidade (VILLACAÑA, 1991, p. 133). Por causa disso, Herder tem sido considerado um dos precursores do Historicismo, da *Volksgeist* e do nacionalismo cultural, isto é, a idéia segundo a qual a nação é a personificação de uma cultura única e um modo de vida original, dotado, no entanto, de existência objetiva acima dos interesses particulares dos seus membros e da situação jurídico-territorial vigente (HERDER, 2007 [1774], p. 13; WHITE, 2005, p. 17; PITITTO, 1998, p. 183; JOHNSON, 1996, p. 130).

Além disso, Herder exerceu notável influência sobre a Estética ou Filosofia da Arte, a qual surgiu nesse período como resultado das elucubrações de Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762). Suas ideias sobre a intuição e a autenticidade fizeram-no um dos principais porta-vozes da reação romântica contra o classicismo, o racionalismo e a crença na onipotência do método científico. Enquanto d' Alembert, Helvétius, Holbach e, com maiores qualificações, Diderot, Wolff e Kant, acreditavam que a realidade é organizada em termos de necessidade e imutabilidade, Herder sustentava que muitas atividades e situações humanas, períodos históricos e civilizações possuem características únicas que marcam de forma indelével sua especificidade (FUCHS, 2006, p. 11; PITITTO, 1998, p. 187; BERLIN, 1976, p. 145). Portanto, tentar reduzir tal fato a combinações arbitrárias de uniformidade a fim de descrevê-los ou analisá-los segundo regras universais, tende a obscurecer precisamente aquelas diferenças cruciais que constituem a qualidade intrínseca do objeto estudado¹⁶ (HERDER, 2007, p. 13).

¹⁶ Urge-se salientar que Herder jamais assumiu atitude radical contra todos os ideais iluministas difundidos por Hume, Kant e Voltaire. A propósito, Herder e Kant não só estudaram juntos, mas também estavam ligados por estreitos laços de amizade. Na verdade, enquanto Kant escrevia especulações cosmológicas sobre o surgimento do Universo, dos sistemas solares e da Terra, ou apresentava pesquisas antropológicas, etnográficas e geográficas, Herder sentia-se intelectualmente ligado a ele. Quando, porém, o filósofo de Königsberg começou a calcular os limites da razão e a diminuir o significado da intuição e da contemplação, eles separaram-se mutuamente. De fato, o ponto de vista herderiano estava mais comprometido com o valor absoluto e a integridade dos diferentes povos do que proclamar um modelo universal de progresso e civilização (SAFRANSKI, 2010, p. 24; WHITE, 2005, p. 170). Por outro lado, deve-se ter em mente que o pensamento de Kant sofre profundas modificações depois da publicação da *Kritik der Praktischen Vernunft* (*Crítica da Razão Prática*, 1788). Em sua *Kritik der Urteilskraft* (*Crítica da Faculdade de Julgar*, 1790) e, sobretudo, sua *Anthropologie in Pragmatischer Hinsicht* (*Antropologia de um ponto de vista pragmático*, 1798), Kant dedica

Que nação na terra não tem alguma cultura? E quão curta seria o plano da Providência se a isso a que chamamos cultura, e que amiúde devíamos chamar apenas essencial langor de cada indivíduo da raça humana, fosse criado. Nada é mais indefinido do que esta palavra, e nada é mais enganoso do que as mesmas aplicações a todos os povos e épocas. Quão poucos são cultivados em um povo culto? E onde está a vantagem em definir isso? E até onde isso contribui para sua felicidade, a felicidade dos indivíduos?¹⁷ (HERDER, 1841 [1784-91], p. vi, tradução nossa).

Para Herder, a razão é sempre uma *razão posterior*. Ela trabalha com conceitos de casualidade e, por isso, não pode compreender o todo criativo, já que os acontecimentos causais são previsíveis, e os criativos, não. Posto isto, Herder acreditava que uma linguagem que aspire a apreender a movimentação misteriosa da vida deve se estruturar em metáforas em vez de conceitos (SAFRANSKI, 2010, p. 23). Por esse motivo, ele rejeitou muitos dos princípios fundamentais do Iluminismo, bem como a visão teleológica da história por ela propagada. Na verdade, Herder tinha grandes reservas sobre a ideia mecânica e linear de progresso, porque viu nisso um agente destruidor a nivelar as diferenças entre os povos, negando, assim, sua natureza autêntica. Em vez da razão iluminada, da ciência ou da tecnologia, Herder sugere que as manifestações intrínsecas da natureza humana como a espontaneidade emocional de empatia ou a criatividade do artista são as verdadeiras expressões de humanidade (JOHNSON, 1996, p. 130).

Em seu entendimento, os grupos humanos são naturalmente diversos devido, sobretudo, à influência do clima, da geografia e das diferentes necessidades físicas e biológicas que constituem os indivíduos. O elemento, contudo, que os integra e os torna uno é a sua língua, principal elo de ligação e veículo de suas tradições e memórias comuns. Desse modo, repousa na linguagem toda tradição, história, religião e princípios de existência de um povo (WHITE, 2005, 171; ZANK, 1994, p. 7). Até mesmo as mais primitivas formas de comportamento e solidariedade social preservadas pelos mitos e que unem um indivíduo ao outro só podem ser expressas e transmitidas às gerações posteriores na forma de símbolos, em particular, por meio

considerável espaço de sua reflexão filosófica para compreender o papel do sentimento e da emoção no agir humano.

¹⁷ “Welches Volk der Erde ist’s, das nicht einige Cultur habe? Und wie sehr käme der Plan der Vorsehung zu kurz, wenn zu dem, was wir Cultur nennen und oft nur verfeinte Schwachheit nennen sollten, jedes Individuum des Menschengeschlechts geschaffen ware? Nichts ist unbestimmter als dieses Wort und nichts ist trüglicher als die Anwendungen desselben auf ganze Völker und Zeiten. Wie wenige sind in einem cultivirten Volke cultiviert? Und worin ist dieser Vorzug zu setzen? Und wie fern trägt er zu ihrer Glückseligkeit bei? zur Glückseligkeit einzelner Menschen nämlich [...]” (HERDER, 1841 [1784-91], p. vi).

da linguagem falada. Com isso, a visão tradicional da sociedade como lugar da rivalidade individualista perde sentido, pois os indivíduos estão reunidos por vínculos indissociáveis pelo simples fato de compartilharem a mesma fala (BERLIN, 1976, p. 165; VILLACAÑA, 1991, p. 134).

De acordo com sua teoria da expressividade, Herder acreditava que o indivíduo só é autêntico na medida em que é fiel a si mesmo, isto é, à sua natureza interior. A expressividade, porém, não se limita apenas à esfera do indivíduo. Ao contrário, todos os empreendimentos criativos como a arte, a literatura, a indústria, o comércio, a ciência e as instituições políticas, bem como as ideias, os credos, os costumes e os mitos também dependem dessa ideia de originalidade. Com efeito, tal como os indivíduos, um povo deve ser fiel a sua própria cultura, isto é, à sua matriz de valores (HERDER, 2007 [1774], p. 55; WHITE, 2005, p. 172; PITITTO, 1998, p. 189). Disso resulta que, se de fato o indivíduo não pode prescindir de sua comunidade cultural, o homem que não pertence a nenhuma comunidade particular, isto é, o perfeito cosmopolita, obviamente não pode existir. É com base nesses argumentos que Herder exortou os seus colegas alemães a romperem com a deliberada imitação da cultura francesa, admoestando-os, em vez disso, a voltarem-se à contemplação de seu próprio patrimônio nacional. Além do mais, já que o homem não é visto como um ser dotado de natureza única e universal, mas como produto de realidades culturais específicas que devem ser protegidas da intervenção de uma sobre as outras, Herder afirmava que cada grupo só pode ser comandado por participantes da própria comunidade cultural, e que a dominação política de outras nações é inaceitável (HERDER, 2007 [1774], p. 15; WHITE, 2005, p. 167-171; SNYDER, 1995, p. 3).

Com isso, Herder não apenas evitava a tentação de reduzir o fluxo heterogêneo da experiência humana a unidades homogêneas, mas também rechaçava toda e qualquer forma de uniformidade que tivesse por finalidade a dominação de uma ou mais culturas sobre outra (BERLIN, 1976, p. 155). Apesar de toda sua formulação sobre as peculiaridades dos povos, Herder elaborou seu conceito de nação, sobretudo, de um ponto de vista moral e espiritual. Seu nacionalismo não visava tornar-se expressão da vida pública, seja na forma do Estado, seja na tentativa de prevalecer sobre outras culturas (WHITE, 2005, p. 172;

PITITTO, 1998, p. 189). Para ele, nada é tão manifestamente contrário aos objetivos do governo político do que o alargamento não natural das fronteiras dos Estados, ou seja, a imposição artificial de um conjunto de valores que sempre viola a unidade orgânica da cultura original. Desse modo, como ele via no Estado um potencial destruidor de diversidades, sua idéia de nação não poderia assumir uma forma ligada a essa entidade política, cujo principal objetivo parecia-lhe ser a centralização, coerção e a conquista (HERDER, 2007 [1774], p. 324; WHITE, 2005, p. 172).

A guerra, onde ela não é uma forçada auto-defesa, mas uma insensata agressão sobre uma nação vizinha pacífica, é um ato desumano, a mais brutal iniciativa, posto que não apenas a nação agredida é levada à morte e à devastação inocentemente, mas também a nação que conduz tão injusto sacrifício. Pode haver uma visão mais abominável para um ser supremo do que dois exércitos humanos opostos a se ferir mutuamente? E o resultado da guerra, mais terrível do que a si mesmo, são a doença, a fome, a peste, o roubo, a violência, a devastação de países, a brutalização das mentes, a destruição de famílias, a deterioração da moral nas longas gerações¹⁸ (HERDER, 1841, [1784-91], p. 366-367, tradução nossa).

Conforme Isaiah Berlin, em Herder o sentimento nacional não era um fenômeno político e jamais veio a sê-lo, pois ele reprovava qualquer forma de nacionalismo agressivo, seja qual fosse a sua manifestação. Não havia nada contra o qual ele esbrave mais incisivamente do que o esmagamento de uma comunidade por outra e a subsequente eliminação das culturas locais, pisoteadas sob as botas de algum conquistador (SAFRANSKY, 2010, p. 30; BERLIN, 1976, p. 158-175). Outrossim, em seu entendimento, a natureza criou as nações, e não os Estados; ao mesmo tempo, ela não fez algumas nações intrinsecamente superiores a outras (WHITE, 2005, p. 170; WIPPERMANN, 1979, p. 104). Portanto, qualquer que seja a forma como se entenda o pensamento herderiano, quer como nacionalista, quer como romântico, o certo é que a figura política do Estado não se encaixava em suas teorias como eixo principal (BERLIN, 1976, p. 163). Além disso, as teses originais de Herder sobre o conceito de nação somente ganharam notoriedade no contexto subsequente ao período do terror revolucionário. Foi, sobretudo, após a conquista

¹⁸ “Der Krieg, wo er nicht erzwungene Selbstverteidigung, sondern ein toller Angriff auf eine ruhige, benachbarte Nation ist, ist ein unmenschliches, ärger als thierisches Beginnen, indem er nicht nur der Nation, die er angreift, unschuldigen Weise Mord und Verwüstung drohet, sondern auch die Nation, die ihn führet, eben so unverdient als schrecklich hinopfert. Kann es einen abscheulichern Anblick für ein höheres Wesen geben, als zwei einander gegenüber stehende Menschenheere, die unbeleidigt einander worden? Und das Gefolge des Krieges, schrecklicher als er selbst, sind Krankheit, Lazarethe, Hunger, Pest, Raub, Gewaltthat, Verödung der Länder, Verwilderung der Gemüther, Zerstörung der Familien, Verderb der Sitten auf lange Geschlechter” (HERDER, 1841 [1784-91], p. 366-367).

dos territórios germânicos pelas tropas napoleônicas que o nacionalismo cultural proposto por Herder começou a assumir vigorosas conotações políticas.

Por outro lado, Fichte, durante muito tempo, foi devoto dos ideais iluministas e revolucionários.¹⁹ Ele mesmo chegou a afirmar que concebeu a sua *Wissenschaftslehre* (*Doutrina da Ciência*, 1804) em paralelo com a preocupação de reconhecer a legalidade da Revolução Francesa (FERRER, 2000, p. 99). Em 1793, Fichte publicou a obra *Beitrag zur Berechtigung der Urtheile des Publikums über die Französische Revolution* (*Contribuição para a Retificação dos Juízos do Público sobre a Revolução Francesa*), na qual defendeu não somente o cosmopolitismo como ideal universal de humanidade e a Revolução Francesa como expressão máxima do elo que une o Direito e a autodeterminação, mas também limitou a finalidade da constituição política à promoção da cultura de liberdade (VILLACANA, 1991, p. 149; FICHTE, 1793, p. 27-29).

Após os *Grundzüge des Gegenwärtigen Zeitalters* (*Traços Fundamentais da Época Contemporânea*, 1805), onde ainda manifestava indiferença em relação a qualquer protagonismo privilegiado de uma nação ou povo sobre outro, estando a pátria (*Vaterland*) lá onde reside a justiça e a cultura, Fichte, perplexo com os eventos que se desencadeavam na Europa, começou a manifestar suas primeiras afirmações ufanistas em *Der Patriotismus und sein Gegenteil: Patriotische Dialogen* (*O Patriotismo e o seu Inverso: Diálogos Patrióticos*, 1805) (FERRER, 2000, p. 113; ZEMAN, 1999, p. 268). Com o avanço dos franceses em Berlim, Fichte abandonou a cidade, seguindo o rei e sua corte para Königsberg. Posteriormente, com a humilhação sofrida pela Prússia, e sua redução a um estado satélite de Napoleão, o filósofo retorna à capital ocupada, traumatizado e convencido de seu papel histórico

¹⁹ Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) formou-se em Teologia na Universidade de Leipzig, aos 22 anos de idade. Recusou-se a seguir a carreira clerical e, por causa disso, perdeu a pensão que recebia de sua tutoria. Passou então a viver como preceptor. Impedido de publicar sua *Versuch einer Kritik aller Offenbarung* (*Crítica de toda a Revelação*), escrita, em 1791, e dedicada a Kant, seu ex-tutor, Fichte indignou-se e redigiu sua *Anspruch für Gedankenfreiheit* (*Reivindicação pela Liberdade de Pensar*), o que lhe valeu a reputação de jacobino. Posteriormente, tornou-se professor na Universidade de Jena, berço do romantismo alemão, onde substituiu o kantiano Karl Reinhold (1758-1823). Escreveu, então, sua memorável *Wissenschaftslehre* (*Doutrina da Ciência*, 1804), o mais completo e elaborado enunciado de seu pensamento. Em seguida, Fichte publicou um artigo intitulado *Über den Grund unseres Glaubens an eine Göttliche Weltregierung* (*O Fundamento de Nossa Crença em Uma Divina Providência*, 1798), e foi acusado de ateísmo e conspiração contra o regime, sendo, por isso, obrigado pelas autoridades a retirar-se da cidade. Após transferir-se para Berlim, ele passou a lecionar na faculdade de Filosofia, tornando-se em 1810 o primeiro reitor da universidade (FICHTE, 1980, p. vi).

na mobilização de um povo carente de renovação moral (CUNHA, 2013, p. 71). Por conseguinte, seus *Reden an die Deutschen Nation (Discursos à Nação Alemã, 1808)* foram, de fato, sua resposta à invasão estrangeira e à queda do Sacro Império Germânico (PONTE, 2013, p. 73). Esses discursos foram proferidos num ciclo de conferências no grande anfiteatro da Academia de Ciências de Berlim, no domingo 13 de dezembro de 1807, um ano e meio após o grande desastre. Durante aquele inverno em que foram pronunciados seus *Discursos*, as autoridades francesas não concederam devida atenção às suas palestras, negligentemente, classificadas como “lições públicas feitas em Berlim sobre o aperfeiçoamento da educação, por um célebre professor alemão”²⁰ (GÓMES, 2005, p. 2; CHEVALLIER, 1995, p. 235).

Decerto, o tema central dos *Discursos* é a educação. Trata-se, no entanto, de uma educação nacional (*National-Erziehung*), ou seja, voltada exclusivamente “à regeneração das especificidades do povo alemão, não obstante as distinções e divisões que eventos infelizes têm feito há séculos a esta nação”. (FICHTE, 2009 [1808], p. 10-11; FUCHS, 2006, p. 5). Seu objetivo consistia, fundamentalmente, em reestabelecer os alicerces que permitiriam a continuidade no porvir de uma nação que se encontrava ameaçada (GOUVEA, 2011, p. 4). Nesse caso, a salvação da nação alemã consumir-se-ia mediante a transformação absoluta de todo o sistema de educação até então em vigor, pois “nenhuma nação que tenha afundado em tal estado de decadência pode emancipar-se pelos meios usualmente empregados até agora”²¹ (FICHTE, 2009 [1808], 15; FUCHS, 2006, p. 9).

De acordo com Fichte, a racionalidade amplamente veiculada pela educação estrangeira suprimiu a conexão estabelecida pela religião entre a vida presente e a vindoura, ao mesmo tempo que reforçou a concepção segundo a qual a felicidade do homem consiste apenas na prosperidade material. Nesse sentido, prossegue Fichte, os alemães, durante muito tempo, foram educados a aspirar somente aquilo que lhes fosse aprazível segundo seus próprios critérios de bem-estar, mesmo que

²⁰ Em diversos lugares na Prússia, depois de 1806, agremiações patrióticas - que incluíam principalmente funcionários públicos, pastores, professores e oficiais de reserva - discutiram a situação política, econômica e social da monarquia derrotada e os motivos de seu colapso. Por causa da penetrante censura das autoridades francesas e prussianas, os principais meios para conduzir essa discussão, ainda que clandestinamente, eram por meio de cartas, folhetos e periódicos, bem como encontros sociais privados (HAGEMANN, 2009, p. 200).

²¹ “Keine Nation, die in diesen Zustand der Abhängigkeit herabgesunken, kann durch die gewöhnlichen und bisher gebrauchten Mittel sich aus demselben erheben” (FICHTE, 1808, p. 31).

em prejuízo de toda a comunidade. Por causa disso, Fichte, como tributário da filosofia kantiana, predicava que a nova educação (*Neue Erziehung*) devia instituir a *boa vontade* como atributo essencial e constante do povo alemão²² (FICHTE, 2009 [1808], p. 16-24; GORDON; WHITE, 2010, p. 35).

Sua nova educação visava a formação integral, abrangendo não apenas a esfera intelectual, mas também a vida cívica, moral e religiosa de todos os cidadãos indistintamente (GORDON; WHITE, 2010, p. 35). Ela devia ter sucesso na formação de indivíduos autodeterminados, independentes e auto-suficientes; fundamentalmente bons e capazes de fazer a coisa certa de forma resoluto e espontânea, sem hesitar e sem qualquer perspectiva de recompensa material ou cálculos utilitários, pois, para Fichte, a causa da decadência moral e da catástrofe militar da Alemanha repousava essencialmente no egoísmo resultante do materialismo introduzido e desenvolvido ao extremo em solo germânico (FUCHS, 2006, p. 8). Fichte nota que, durante muito tempo, “o tipo de formação que aqui se delineia tem sido privilégio apenas de um número escasso de pessoas, os quais pela mesma razão são chamados de classe cultivada” (FICHTE, 2009 [1808], p. 19). Já que a grande maioria da população alemã estava quase completamente privada dessa educação superior, a solução imediata proposta por Fichte seria difundir a nova educação a todos alemães, sem exceção, de modo que o conhecimento não se tornasse privilégio exclusivo de uma classe particular, mas sim a expressão da nação enquanto tal (GORDON; WHITE, 2010, p. 35).

Por meio da nova educação, queremos moldar os alemães em um corpo associativo, que deve ser estimulado e animado em todos os seus membros individuais pelo mesmo interesse [...]. Assim, não nos resta mais nada, a não ser aplicar o novo sistema a todos os alemães sem exceção, de modo que não seja a educação de uma única classe, mas a educação da nação, simplesmente como tal e sem exceção de nenhum dos seus membros individuais. É nesse sentido que se diz que na formação do homem acompanha-se um verdadeiro prazer no que é certo, de modo que toda

²² Conforme Kant, em sua *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, 1786), a *boa vontade* constitui o fundamento de determinação da ação moral. Em seu entendimento, “[...] discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar e como quer que possam chamar-se os demais *talentos* do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do *temperamento*, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama *caráter*, não for boa. O mesmo acontece com os *dons da fortuna*. Poder, riqueza, honra, mesmo saúde, e todo o bem-estar e contentamento com a sua sorte, sob o nome de *felicidade*, dão ânimo que muitas vezes por isso mesmo desanda em soberba, se não existir também a *boa vontade* que corrija a sua influência sobre a alma e juntamente todo o princípio de agir e lhe dê utilidade geral” (KANT, 2007 [1786], p. 22).

distinção de classes, que possa no futuro encontrar um lugar em outros ramos de desenvolvimento, será completamente removida e desaparecerá. Desta forma, crescerá entre nós, não a educação popular, mas a verdadeira educação nacional alemã²³ (FICHTE, 1808, p. 41-42, tradução nossa).

Ao elaborar seus “Discursos”, estava evidente para Fichte que a “Alemanha” existia apenas como uma vaga noção geográfica, não havendo ainda uma unidade política germânica. “Portanto, não era de maneira alguma clara – mesmo para os habitantes da Europa Central – se realmente havia algo denominado nação alemã” (CUNHA, 2013, p. 72). Aliás, o parco público que frequentou suas conferências em Berlim constituía uma pequena e subrepresentada elite intelectual prussiana. Por esse motivo, visto que a regeneração do povo alemão não seria alcançada somente pela renovação política, mas também espiritual, Fichte empenhou-se a construir uma nova representação da identidade alemã com o fito de apresentar para seus ouvintes uma impactante concepção do que os alemães foram, são e ainda podem vir a ser se abdicarem de seu estado de passividade.

Com esse propósito, Fichte salienta a existência de um genuíno espírito alemão assim como um permanente “caráter nacional” (*Nazional-Character*) que deve ser preservado da intromissão estrangeira, especialmente, da influência francesa. (SNYDER, 1995, p. 3). Em virtude desse místico “caráter fundamental”, somente o alemão estaria apto a receber a “cultura em questão”, “à exclusão de todos os outros povos europeus”, pois, segundo Fichte, o “caráter fundamental” do alemão deriva essencialmente de seu *habitat*, sua raça, sua memória, sua religião e, sobretudo, sua língua (FICHTE, 2009 [1808] p. 48-49). Dito de outro modo, sua índole peculiar origina-se do fato de os alemães terem ficado no *habitat* natural dos seus antepassados. Esse relativo isolamento constituiu sua memória como legado e sua raça como expressão da cultura, isto é, uma cultura de liberdade que lhes permite acesso ao supra-sensível. Além disso, com a Reforma, sua religião se desenvolveu em um grau mais elevado de liberdade, e sua língua, por não ter sido

²³ “Wir wollen durch die neue Erziehung, die in allen ihren einzelnen Gliedern getrieben und belebt sey durch dieselbe Eine Angelegenheit [...]. Es bleibt sonach uns nichts übrig, als schlechthin an alles ohne Ausnahme, was deutsch ist, die neue Bildung zu bringen, so dass dieselbe nicht Bildung eines besondern Standes, sondern dass die Bildung den Nation schlechthin als solcher, und ohne alle Ausnahme einzelner Glieder derselben, werde in welcher, in der Bildung zum innigern Wohlgefallen am Rechen nämlich, aller Unterschied der Stände, der in andern Zweigen der Entwilung auch fernerhin statt finden mag, völlig aufgehoben sey, und verschwinde; und dass auf diese Weise unter uns, keinesweges Volks-Erziehung, sondern eingenthümliche deutsche National-Erziehung entstehe” (FICHTE, 1808, p. 41-42).

misturada com a de outros povos, tornou-se a fonte de sua indelével identidade e superioridade em relação às outras tribos germânicas, que em seu processo de sincretismo assimilaram a já decrépita língua latina e, por isso, sucumbiram ante a latinidade (FICHTE, 1808, p. 118; 2009 [1808], p. 73; CHEVALLIER, 1995, p. 238).

Para Fichte, aqueles que falam a mesma língua são unidos naturalmente por uma série de laços invisíveis muito antes de qualquer artifício humano. Por isso, a língua é a fronteira verdadeiramente natural, pois, embora separe os povos em nações, muitas vezes ignorando e atravessando até mesmo os limites reconhecidos pelos Estados existentes, ela constitui a força criativa e espiritual que os uni às suas próprias origens através da tradição histórica (FUCHS, 2006, p. 14; GÓMES, 2005, p. 2; FICHTE, 2009 [1808], p.50-209). Sendo assim, as linhas pontilhadas que separam, por exemplo, a Prússia da Saxônia, em um mapa em constante mudança são meramente políticas. A língua freqüentemente ignora as delimitações existentes impostas pelos Estados, unificando os indivíduos, não obstante estarem divididos social e politicamente (BLÄTTER, 2002, p. 4).

Conforme Fichte, a despeito de todos os indelíveis feitos para a humanidade, desafortunadamente, a Alemanha havia sido despida de seu manto original. Na verdade, seu “caráter fundamental” havia sido eclipsado e, por isso, os alemães encontravam-se inelutavelmente na derrota e submissão. Diante de tal situação, era mister pavimentar o caminho por intermédio do qual a nação alemã ergueria a humanidade que fora solapada pela tirania francesa, inaugurando assim a melhoria e regeneração de toda a raça humana. Por isso, de certo modo, tal como em Herder, o nacionalismo fichteano era cosmopolítico, pois seu intento de edificar a nação alemã vinculava-se intrinsecamente ao propósito de erigir consigo, ao mesmo tempo, todas as demais nações do mundo. Do mesmo modo, a nacionalidade alemã não repousa apenas na língua. De fato, para Fichte, ela é uma ideia que se exprime nos valores universais do espírito e da liberdade. Assim, qualquer um a que aspire essa espiritualidade transcendental é de estirpe alemã e, portanto, deve unir-se à causa da edificação da humanidade. (FICHTE, 2009 [1808], p. 141; GORDON; WHITE, 2010, p. 35; ZUBIRÍA, 2014, p. 86).

Os discursos, que eu decidi aqui por ter, é claro, primeiro dirigiram sua voz estridente para você, mas eles tinham em mente toda a nação alemã; e na sua intenção, eles reúnem em torno de si, na sala em que você respirava visivelmente, todos os que seriam capazes de entender a língua alemã tão longe quanto esta se estende. Se eu tiver sucesso em acender uma faísca em qualquer peito batendo aqui diante de mim agora, uma faísca que será mais impressionante e levará vida, então não é minha intenção que eles permaneçam solitários e sozinhos. Gostaria de reunir-lhes, ao longo de todo o nosso solo comum, homens de sentimentos e resoluções semelhantes, e uni-los de modo que, ao longo do comprimento e da largura da pátria, até as fronteiras mais distantes, uma única e contínua chama de pensamento patriótico se espalhe deste centro e se inflame²⁴ (FICHTE, 1808, p. 454, tradução nossa).

Como a função histórica da Alemanha perpassa sua renovação espiritual, Fichte concedeu significativo destaque a *Bildung*. Contudo, como ele mesmo sugere, durante muito tempo, a única educação pública que os alemães receberam consistia unicamente na preparação para alcançar a bem-aventurança no céu. Até as instituições de ensino superior eram voltadas principalmente para a formação do clero; as outras áreas do conhecimento configuravam apenas apêndices para tal fim. Por conta de tal situação, Fichte apregoava constituir-se dever de todos os Estados Germânicos incumbirem-se da educação pública em seus domínios, a fim de desenvolver em todos os alemães o anseio de autosacrifício em prol da nação, pois fosse a educação monopólio da Igreja ou de grupos privados, isso estaria em total desacordo com os interesses nacionais (FICHTE, 1808, p. 346; 2009 [1808], p. 146-151).

Nota-se, apesar disso, que Fichte não era partidário do absolutismo estatal. Na verdade, para ele, como em Herder, o Estado, enquanto mero regimento da vida humana, não era visto como um fim em si mesmo, mas meramente como meio para o fim (τέλος) superior da formação que progride regularmente do puramente individual ao nacional. Nesse sentido, o Estado autêntico, para Fichte, é o que educa os seus cidadãos para serem autônomos, ou seja, capazes de tornar dispensável todo e qualquer poder e coação externa (ZUBIRÍA, 2014, p. 83; KOSELLECK, 2012,

²⁴ “Die Reden, welche ich hier durch beschliesse, haben freilich ihre laute Stimme zunächst an Sie gerichtet, aber sie haben im Auge gehabt die ganze deutsche Nation, und sie haben in ihrer Absicht alles, was so weit die deutsche Zunge reicht, fähig wäre, dieselben zu verstehen, um sich heran versammelt, in den Raum, in dem Sie sichtbarlich athmen. Wäre es mir gelungen, in irgend eine Brust, die hier unter meinem Auge geschlagen hat, einen Funken zu werfen, der da fortglimme, und das Leben ergreife, so ist es nicht meine Absicht, dass diese allein und einsam bleiben, sondern ich möchte, über den ganzen gemeinsamen Boden hinweg, ähnliche Gesinnungen und Entschlüsse zu ihnen sammlet, und an die übrigen anknüpfen, so dass über den vaterländischen Boden hinweg, bis an dessen ferneste Gränzen aus diesem Mittelpunkte heraus, eine einzige fortfließende und zusammenhängende Flamme vaterländischer Denkart sich verbreite und entzünde” (FICHTE, 1808, p. 454).

37; FERRER, 2000, p. 104). Certamente, Fichte assimilou e transferiu o conceito de autodeterminação de Kant do âmbito do indivíduo para a esfera da nação, a qual passou a ser considerada como uma entidade cultural e lingüística. Contudo, o que se verifica é que essas ideias não lograram estabelecer, de imediato, as conexões diretas entre os intelectuais nacionalistas e qualquer sentimento popular ou político (BREUILLY, 2009, p. 259).

Apesar de todo seu vigor e eloquência, os ouvintes dos *Discursos* de Fichte não se sentiram galvanizados. O público, em sua maioria, parece ter respondido com silêncio indiferente à sua exaltada pregação (CHEVALLIER, 1995, p. 240). Por causa de sua incessante ênfase na prioridade do *Volk* e da nação sobre o Estado, Fichte atraiu para si a desaprovação da corte, de modo que seus *Discursos* foram proibidos de ser lidos de 1814 a 1824.²⁵ Outrossim, como suas ideias visavam estabelecer um Estado-nação alemão unificado, seus projetos educacionais foram recebidos com hostilidade pelos príncipes de vários Estados alemães, como a Saxônia, Württemberg e Bavária. Por isso, em vez de se tornarem expressão popular, suas idéias foram assimiladas de maneira seletiva e, quando muito, aplicadas somente em alguns Estados particulares²⁶ (FUCHS, 2006, p. 5-9; VILLACAÑA, 1991, p. 147; SCHULZE, 1990, p. 111).

Ao nível da política organizada, verifica-se que os príncipes invocavam os argumentos nacionalistas somente se servissem aos seus interesses particulares. Em razão disso, tanto na Áustria como na Prússia, por exemplo, o patriotismo foi o elemento essencial na supressão das diferenças políticas e sociais durante a era revolucionária. Superado esse período, no entanto, a paz não resultou na unificação da Alemanha, visto que os príncipes, naturalmente, impuseram todos os tipos de

²⁵ A filosofia de Fichte ganhará destaque somente por volta de 1860. No entanto, o foco da atenção já não era mais sua *Doutrina da Ciência*, mas sim seus escritos políticos, os quais passaram a ser usados para fundamentar a edificação do novo império sob a regência do chanceler Bismarck (FUCHS, 1991, p. 5).

²⁶ O modelo de educação nacional de Fichte influenciou particularmente o ministro Wilhelm Humboldt (1767-1835) que, dois anos após a publicação dos *Discursos*, isto é, em 1809-1810, deu início uma completa reconstrução de todo o sistema de ensino da Prússia, tarefa continuada e aperfeiçoada por Süverne Altenstein entre 1810-1818. Além disso, este sistema educacional serviu de modelo para os reformadores ingleses. Os relatórios de Matthew Arnold sobre suas comitivas à Alemanha em 1859 e 1865 impressionaram o eminente filósofo Thomas Hill Green (1836-1882), influenciando, sobremaneira, suas ideias de reformas para o sistema educacional inglês quanto à questão da vocação profissional e à promoção da cultura humanista. Tudo isso resultou da revolução educacional alemã sobre a qual a influência do pensamento de Fichte mostrou-se de largo alcance (GORDON; WHITE, 2010, p. 36).

obstáculos a qualquer iniciativa que ameaçasse destruir a sua soberania e as hierarquias estabelecidas segundo seus critérios de autoridade e prestígio. Desse modo, pode-se aduzir que a representação da consciência da identidade comum de um suposto “caráter fundamental” do germânico, como em Fichte e nos românticos, não foi suficiente para levar a termo a unificação política.

1.3 MILITARISMO, NACIONALISMO E REFORMISMO PRUSSIANOS

Alguns estudiosos asseveram que o termo Prússia é derivado do vocábulo eslavo *Po-Rússia*, o qual significa *ipsis litteris* “próximo à Rússia” e faz menção à região situada à margem direita do rio Vístula, isto é, entre Dantzig e Memel. Outros compartilham a opinião de que as tribos que habitaram tal território eram chamadas *Prusczi* e que a região derivou seu nome deste fato (M.A.D., 1869, p.1). Igualmente, o nome Prússia foi atribuído às regiões da antiga Ordem Teutônica que, posteriormente, foram reunidas sob o brasão dos Hohenzollern desde meados do século XVII²⁷ (WIPPERMANN, 1979, p. 105). Ainda, no começo do século XVIII, encontrava-se ao sul do Báltico o pequeno território denominado Marca de Brandenburgo. O marquês pertencia à distinta família singularizada sob a insígnia da casa de Hohenzollern. A poucos quilômetros a leste dessa Marca, estava o pequeno ducado da Prússia. Sendo homem ambicioso, o marquês de Brandenburgo tomou posse desse ducado e, por meio de habilidosa diplomacia, logrou êxito em unir as províncias da Prússia à Brandenburgo, sob o consentimento do imperador do Sacro Império Germânico (ABBOTT, 1882, p. 9).

Depois de assumir o título de reino da Prússia em 1701, sob a regência de Frederico I, o antigo ducado, agora, abrangia uma área que compreendia (i) a província de Brandenburgo, conquistada pelos Saxões de Westphalia; (ii) o ducado da Pomerânia, conquistado dos Suecos depois da Guerra dos Trinta Anos, e inteiramente eslavo; (iii) a Prússia Oriental, em parte polonesa pela língua, e que se chamava Prússia Real por ter pertencido ao reino da Polônia; (iv) a Renânia franca,

²⁷ Enquanto esteve atuante, a Ordem Teutônica dividia-se em três ramos principais. Uma parte situava-se no sul e sudoeste da Alemanha, incluindo a Alsácia e a Borgonha. Outra, ficava em Livônia. Por fim, destacava-se o ramo prussiano, o qual ocupava o centro de Marienburg (KOCH, 1996, p. 3-23).

ocupada pelos galo-romanos, misturados aos francos; (v) a Westphalia e o Hanover, em grande parte saxões de origem como o Brandeburgo; (vi) alguns acréscimos, posteriores, advindos de conquistas, como a Silésia, a Pomerânia, e a província de Saxe (BONNEFON, 1941, p. 75; ABBOTT, 1882, p. 9-10).

Durante muito tempo, Berlim foi a capital da Marca de Brandeburgo, ao passo que Königsberg era a capital do ducado da Prússia. Embora coroado em Königsberg, o rei Frederico I escolheu Berlim como capital de seu novo reino. Seu filho, Frederico Guilherme, tinha então dez anos de idade. Aos dezoito anos, ele se casou com Sophie Dorothee, a filha do Príncipe Eleitor de Hanover que, posteriormente, se tornou George II da Inglaterra. Desse matrimônio, nasceu em 1712 o príncipe herdeiro, que também recebeu o nome de Frederico e, logo depois, ficou conhecido como Frederico, o Grande. Quando este completara quatorze meses de vida, seu avô, Frederico I, morreu, e seu pai, Frederico Guilherme, subiu o trono. De fato, o novo soberano foi responsável tanto por instituir os padrões normativos que constituíram os alicerces do Estado prussiano, quanto por imprimir o rígido conjunto de valores que, desde então se identifica como “virtudes tipicamente prussianas” (KROCKOW, 2002, p. 13; ABBOTT, 1882, p. 10).

Logo após ascender ao trono, Frederico Guilherme buscou consolidar sua autoridade sobre o reino, por meio de alianças com os *Junkers*, os poderosos nobres latifundiários do lado leste do Elba. De acordo com Berdahl, a supremacia política da aristocracia prussiana começou com o declínio das cidades hanseáticas. A fim de vender os produtos de suas terras diretamente para comerciantes estrangeiros, suplantando, assim, a mediação dos comerciantes locais das cidades, os nobres apoiaram os esforços dos Hohenzollern contra os *Hansas*. Assim, a ascensão dos *Junkers* à custa das cidades e o subsequente isolamento, declínio e exclusão destas do processo político converteu-se num dos principais fatores determinantes da natureza da sociedade ao leste do Elba (BERDAHL, 1988, p. 18). Além da articulação profícua com a nobreza, à Frederico Guilherme atribui-se a proeza de fundar um aparato administrativo moderno e um exército combativo; impulsionar a economia e impor a prestação de contas; trazer e fixar colonos no país e criar as instituições cabíveis ao pleno estabelecimento do Estado de Direito (KROCKOW, 2002, p. 13; ABBOTT, 1882, p. 10).

Não obstante as dificuldades econômicas advindas da escassez de suas receitas, Frederico Guilherme formou uma tropa composta por quase 100 mil homens, criando, por meio de uma constituição rígida e autoritária, um dos mais disciplinados e imponentes exércitos da época (ABBOTT, 1882, p. 12; M.A.D., 1869, p. 18-19). Ao mesmo tempo, o rei favoreceu o desenvolvimento da agricultura, drenou terrenos incultos, fundou colônias e encorajou praticamente todos os ramos da indústria. Mediante o incentivo à diligência, à parcimônia, à disposição para o trabalho e o cumprimento do dever, Frederico Guilherme buscou educar a nobreza para se tornar uma classe prestadora de serviços. Seu objetivo declarado residia em fundar um Estado altamente centralizado, dotado de aparato público moderno e exército combativo, bem como impulsionar a economia e impor a prestação de contas, frustrando, assim, quaisquer desvios internos que subvertessem a autoridade real²⁸ (KROCKOW, 2002, p. 13-15).

Frederico Guilherme morreu em 3 de maio de 1740, com 50 anos. Em seu lugar, assumiu o trono seu filho, com o título de rei Frederico II. Durante seu reinado (1740-1786), a instituição de um aparato estatal moderno foi fortemente marcada pela aliança com a aristocracia. O novo monarca prussiano empenhou-se, com sucesso ainda maior, a mudar a resistente e orgulhosa nobreza, inculcando-lhe um esplêndido sentimento de prestígio, a saber, a honra de servir ao Estado e ao Exército. Para tanto, ele reforçou a posição da nobreza. Escreveu o rei: “são os seus filhos que defendem o país, e uma raça tão boa merecer ser preservada por todos os meios”. Ao fornecer oficiais eficientes, consolidava-se definitivamente a aliança entre o Estado prussiano e os *Junkers*. Assim, Frederico II tornava-se monarca absoluto, não sendo contido por qualquer parlamento, constituição, costumes ou leis superiores à sua vontade (KROCKOW, 2002, p. 24; M.A.D., 1865, p. 25).

No mesmo ano em que Frederico II assumiu o trono, morreu Carlos VI, imperador do Sacro Império Germânico. Ele não tinha filho, mas antes de sua morte sancionou uma lei, em virtude da qual sua filha, Maria Theresa (1717-1780),

²⁸ A nobreza prussiana que desempenhou papel tão proeminente na história moderna da Alemanha era uma classe latifundiária. Mais do que qualquer outra aristocracia na Europa, a propriedade e a gestão destes latifúndios formaram o núcleo do seu *éthos*. No entanto, seu poder como classe repousava não somente no controle da terra, mas também sobre o controle de instituições importantes do Estado prussiano, especialmente do exército e da burocracia. Por causa disso, até o início do século XIX, a proteção dos interesses e privilégios da nobreza era um princípio fundamental que norteava a política dos Hohenzollern (BERDAHL, 1988, p. 14).

suceder-lhe-ia ao trono com suas vastas possessões. Tão logo o imperador foi enterrado, porém, sua filha teve seus direitos disputados. Frederico II, por exemplo, achou oportuno invadir e anexar a Silésia aos seus domínios (MARSTON, 2001, p. 7; M.A.D., 1865, p. 35). Com essa finalidade, inesperadamente, o rei prussiano elevou seu contingente permanente de 76 mil para mais de 90 mil soldados, levando adiante uma guerra para tomar posse da Silésia, província austríaca entre a Prússia e a Polônia, com cerca de dois milhões de habitantes. Depois de seis semanas de combate, ele anexou a província a seu reino, desencadeando, em seguida, a Guerra dos Sete Anos, conflito sangrento que envolveu praticamente todas as potências européias²⁹ (PALMER, 1986, p. 96; ABBOTT, 1882, p. 31-33; M.A.D., 1865, p. 37).

Imediatamente após a conquista da Silésia, o “espírito cavaleiresco” das monarquias vizinhas foi empregado em favor da jovem rainha, sobretudo por receio de que a Prússia aumentasse seu poder e ocupasse outros territórios. As articulações perpetradas por Maria Thereza para recuperar suas posses induziu Frederico enviar um exército de 60 mil homens para Silésia a fim de cimentar sua conquista. Com efeito, a França, que desejava enfraquecer a Áustria, juntou-se a Frederico, ao passo que a Inglaterra, descontente com a França, juntou-se a Maria Theresa. Posteriormente, a Suécia e a Polônia também viram-se atraídas para o turbilhão de fogo e sangue. Depois disso, Frederico firmou aliança com a Saxônia e Bavária para disputar a Morávia, região limítrofe com a Silésia. Nessa empreitada, ele recebeu enorme faixa de terra ao longo de toda a fronteira sul da Silésia, tomando posse de importantes postos como o Troppau, Friedenthal e Olmutz (RANKE, 1969, p. 20; ABBOTT, 1882, p. 35-36; M.A.D., 1865, p. 37-39).

Mesmo derrotada, Maria Theresa jamais desistiu de reaver a Silésia. Com esse objetivo, entrou em aliança secreta com Elizabeth, a Imperatriz da Rússia; Luis XV, rei da França e com Augustus III, da Polônia. A França, naquela época,

²⁹ O Tratado de Aix-la-Chapelle (1748), que colocou fim a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), não tinha feito nada para apaziguar a rancor da Áustria, causado pela perda da rica província da Silésia para a Prússia. Tampouco foi capaz de conter as ambições conflitantes da França e da Grã-Bretanha, que provocaram contínuas divergências muito para além da cessação oficial das hostilidades. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi, portanto, essencialmente, uma continuação da guerra precedente. Uma característica marcante desse confronto, no entanto, localiza-se em seu aspecto global, o qual exigiu total envolvimento de praticamente todas as monarquias europeias. Percebeu-se, ao longo do conflito, que os países estavam empregando tudo o que tinham simplesmente para continuar a lutar; todos os ganhos se tornaram secundários. A Prússia, por exemplo, lutava apenas para preservar sua própria existência (ANDERSON, 2014, p. 242; MARSTON, 2001, p.7).

encontrava-se em guerra com a Inglaterra, buscando conquistar o Hanover. A fim de não perder suas possessões no continente, a coroa britânica firmou uma aliança relutante e ineficaz com a Prússia. Nesse ínterim, a França já havia mobilizado um imenso exército para marchar sobre a Prússia pelo oeste. Os suecos, atraídos pela aliança, assim como os russos, estavam levando seus exércitos à Pomerânia e Livônia visando atacar pelo norte. Enquanto isso, a Áustria havia reunido 150 mil homens junto à fronteira da Silésia para invadi-la pelo sul³⁰ (MARSTON, 2001, p. 8; ABBOTT, 1882, p. 43-44; M.A.D, 1865, p. 54-55).

A Prússia parecia fadada à destruição. O que poderia fazer um pequeno Estado com cerca de 160 mil soldados contra quase todas as potências européias, conformando um exército de aproximadamente 500 mil homens. Percebendo a inevitabilidade do confronto, em agosto de 1756, após receber resposta evasiva e insatisfatória acerca das intenções de Maria Theresa, Frederico dispensou imediatamente três divisões da Prússia com mais de 100 mil soldados para invadir a Saxônia, Dresden e a Boêmia. Em seguida, atacou ferozmente o exército austríaco, entrincheirado fora dos muros de Praga. Como mais tarde o próprio Frederico recordaria, essa batalha revelou-se uma das mais atroztes de sua época, com pesadas baixas para ambos os lados. O exército prussiano saiu gravemente afetado, deixando para trás 14 mil soldados mortos ou presos (ABBOTT, 1882, p. 45; M.A.D., 1865, p. 56).

No dia 4 de dezembro de 1757, nas planícies de Lissa, os ventos da guerra sopraram em favor da Prússia. Frederico tinha 30 mil homens e a coligação austríaca 90 mil. A batalha redundou curta e decisiva. Os austríacos foram completamente derrotados. As baixas do exército prussiano foram de cinco mil vidas. Frederico, contudo, marchou triunfante sobre Breslau, conquistando como butim toda sua guarnição de 18 mil homens e todos os suprimentos. Em seguida, intrépido, ele se voltou contra os russos e suecos, obrigando-os a fugir para Stralsund, após

³⁰ A fim de angariar aliados, Maria Theresa ofereceu ceder voluntariamente algumas províncias na Bélgica como recompensa à França se os franceses aceitassem se juntar à Áustria contra a Prússia em sua luta para reaver a Silésia. Por outro lado, a Suécia aderiu à aliança graças, sobretudo, à influência predominante da França nesse país. Assim, a Prússia estava a ser dividida entre as potências aliadas. A Saxônia reivindicava Magdeburg; a Suécia aspirava à Pomerânia, e o resto seria repartido de modo similar. Nota-se que, além da Rússia e das monarquias supracitadas, com exceção apenas de Hesse-Cassel, Brunswick, Lippe e Gotha, todos os demais principados alemães estavam do lado da Áustria (M.A.D., 1865, p. 56).

terrível derrota em Hochkirchen, onde deixou para trás nove mil mortos ou prisioneiros. Subsequentemente, em 1759, a coligação austríaca redobrou seus esforços. Praticamente toda a Alemanha católica se reuniu com zelo religioso contra a Prússia protestante e a Inglaterra (ABBOTT, 1882, p. 46-47).

Os exércitos da França, Áustria, Polônia, Rússia e Suécia estavam marchando agora sobre a Prússia. Assim, Frederico tinha contra si cerca de 20 soldados inimigos para cada prussiano em armas. Com extraordinário esforço, o rei conseguiu arregimentar 40 mil soldados para um dos combates mais brutais até então, com um número de perdas de 24 mil para os austríacos e seus aliados, e 12 mil para os prussianos. Em 1760, após cinco anos de guerra quase ininterrupta, o rei prussiano conseguiu completar novamente suas fileiras com 75 mil homens, incluindo camponeses e rapazes. A coligação austríaca marchava com 250 mil soldados. Mesmo com tamanha discrepância numérica, o exército prussiano combateu com energia e habilidade, o que despertou admiração e respeito por Frederico em toda Europa. Em 1762, a fortuna abraçou a Prússia. Elizabeth, a Imperatriz da Rússia, morreu. Seu sucessor, Pedro III, detestava Maria Theresa e, por isso firmou aliança com Frederico, favorecido ainda por uma trégua com a Suécia. Assim, Frederico, aproveitando-se da ofensiva turca ao sul, atacou impetuosamente a Áustria, impondo-lhe baixas significativas. Além do butim de guerra, obtido às custas da Saxônia e Boêmia, e a posse definitiva da Silésia, a Guerra dos Sete Anos consagrou Frederico como um dos maiores generais da história, conferindo ao exército prussiano *status* de invencibilidade (PALMER, 1986, p. 102; ABBOTT, 1882, p. 50-51).

Quando morreu Frederico, o Grande, em 1786, o território prussiano tinha quase que duplicado. Seu sucessor, todavia, Frederico Guilherme II, príncipe Eleitor de Brandemburgo e soberano de Neuenburg, além de ser homem libertino e amante do prazer, era fraco e pródigo. Em pouco tempo, esgotou praticamente todo o seu tesouro, levando, assim, suas finanças à exaustão. Não obstante, em seu reinado a Prússia, após a total divisão do Reino da Polônia, recebeu cerca de 57 mil quilômetros quadrados de terras, com dois milhões quinhentos e cinquenta mil habitantes. Ao eclodir a Revolução Francesa, a Prússia contava com um exército

permanente de 220 mil homens, os quais consumiam quase quatro quintos das receitas do Estado (ABBOTT, 1882, p. 58-59).

A fim de conter a expansão da revolução e restaurar a monarquia francesa, Prússia e Áustria firmaram aliança militar. Assim, no dia 20 de setembro de 1792, o duque de Brunswick conduziu aproximadamente 140 mil soldados veteranos contra o exército francês. Após vinte dias de violenta batalha, o exército invasor foi dizimado, de tal modo que os remanescentes viram-se obrigados a se retirar. Com essa derrota, a Prússia encontrava-se em condição lamentável, enquanto o exército francês varria triunfantemente os territórios do Reno atrás de seus inimigos. Durante o inverno, os aliados uniram forças novamente a fim de sitiar a fortaleza francesa do Mayence. Para tanto, Prússia e Áustria reuniram cerca de 80 mil homens e partiram para o vale do Moselle. Depois de várias derrotas, Frederico Guilherme retirou-se da aliança com a Áustria, Inglaterra e Rússia por meio do acordo de paz de Basel, assinado em 5 de abril de 1795, razão pela qual desfrutou uma década de neutralidade, ao contrário das regiões sul e sudeste do Sacro Império, que tiveram de suportar o peso da luta contínua contra a França (ABBOTT, 1882, p. 73).

O governo prussiano somente abandonou sua neutralidade quando soube, em 15 agosto de 1806, que Napoleão havia cogitado ceder Hanover à Inglaterra em troca de uma aliança. A guerra contra o exército napoleônico, contudo, mostrou-se verdadeiro fracasso. A coalizão com a Rússia não se concretizou e, com exceção da Saxônia, Brunswick e Hanover, nenhum outro território germânico estava disposto a se juntar contra os franceses. Assim, o exército da coalizão, com 145 mil soldados, não logrou bater para Napoleão, que foi capaz de mobilizar mais de 200 mil homens: 180 mil franceses e cerca de 30 mil alemães pertencentes às tropas da Confederação do Reno, entidade cuja composição foi concluída em julho de 1806. A Prússia iniciou a guerra com apenas 108 mil homens, quase metade deles provenientes de outras regiões do antigo *Reich*, e muitos recrutados por métodos duvidosos (HAGEMANN, 2009, p. 193-194).

Na manhã de 14 de outubro, os rivais se encontraram frente a frente nas planícies de Jena e Auerstadt, onde teve início uma das batalhas mais atroztes de todos os tempos. Nesse combate, a investida do exército prussiano mostrou-se

verdadeiro desastre. Os franceses cortaram todas as comunicações entre o alto comando e os soldados prussianos, impedindo a eficiente mobilização das tropas. Em menos de catorze dias, o que sobrou do exército prussiano foi preso e todas as fortalezas da Prússia caíram em mãos dos franceses. O próprio rei escapou por pouco ser feito prisioneiro, fugindo às pressas para os confins da Rússia, buscando proteção junto ao Czar Alexandre. Entrementes, Napoleão ficou a repousar no palácio de Berlim, enquanto o exército francês acampava nas ruas e praças da cidade. Decerto, não há outro registro de uma potência militar ser tão rápida e completamente subjulgada como ocorrido nesse episódio (PARET, 1986, p. 132; ABBOTT, 1882, p. 89-90).

A derrota para o exército napoleônico teve efeito devastador não apenas sobre a moral das tropas, mas também sobre o entusiasmo e o otimismo fartamente cultivado em toda Prússia. Ao longo do século XVIII, criou-se o mito da invencibilidade prussiana, com seu exército disciplinado, implacável e destemido. De fato, foram as experiências concretas dessa guerra, o sucessivo desastre de Jena e a subsequente ocupação francesa que aguçaram e difundiram os sentimentos nacionalistas, tanto entre as classes educadas quanto entre uma população anteriormente desinteressada em política. Como causas da grande derrocada destacam-se a rígida estrutura organizacional do governo, o obsoleto sistema militar e seus métodos antiquados de guerra. Entretanto, o argumento de maior peso político foi, sem dúvida, a ausência de espírito nacional de autosacrifício. Essa última explicação viria a dominar os círculos patrióticos prussianos. Em razão disso, intensa campanha de propaganda nacionalista teve de ser conduzida antes e durante a guerra para ensejar ânimo às tropas e, ao mesmo tempo, despertar o espírito de patriotismo e abnegação. Nesse ínterim, o termo nação foi usado como sinônimo de povo (*Volk*) e pátria (*Vaterland*), ambos referindo-se ao Estado territorial prussiano e à nação alemã como um todo. A retórica patriótico-nacionalista tornou-se, assim, lugar comum entre as classes educadas durante os anos que se seguiram. Parte disso foi baseado em um ódio cada vez maior contra Napoleão e os franceses, o que refletia, sem dúvida, os conflitos com o exército francês durante a guerra e o período de ocupação (HAGEMANN, 2009, p. 201-202).

Desde da fundação do Reino da Prússia, para manterem unidos territórios tão descontínuos, os monarcas Hohenzollern aceleraram o processo de centralização administrativa com a intenção de assentar as bases de uma estrutura político-econômica homogênea (ZANK, 1994, p. 12). Em fins do século XVIII, o Estado prussiano iniciou uma série de reformas não apenas como reação à Revolução Francesa, mas também como tentativa de assegurar sua própria existência. Enquanto evitava a violência e os aspectos radicais gerados pela Revolução Francesa, a burocracia estatal (*Beamtentum*), em certa medida, influenciada pelos princípios da filosofia das luzes, trabalhou no sentido de introduzir medidas compatíveis com as mudanças geradas por aquele evento. O modelo desejado era o chamado *Mittelweg* (o caminho do meio), o qual consistia em levar adiante as reformas políticas, econômicas e sociais, tendo em vistas dois extremos, a saber, a revolução fundamental e a restauração total (OLSEN, 2012. p. 125).

Mais especificamente, superado o trauma das derrotas e da dominação napoleônica, a burocracia prussiana buscou personificar a continuidade, a unidade e o espírito do Estado. O objetivo maior consistia não apenas em servir ao público, mas também fazer a mediação entre o governo e a sociedade (OLSEN, 2012, p. 126). Nesse sentido, merecem destaque as medidas administrativas adotadas por reformadores como o Barão Heinrich von Stein (1757-1831), Primeiro Ministro da Prússia, em 1807-1808; e Karl August von Hardenberg (1750-1822), que serviu como chanceler por 12 anos ininterruptos até sua morte, em 1822. Esses estadistas tanto fixaram o padrão permanente de aliança autoritária entre a aristocracia e o monarca dentro da burocracia estatal, quanto reformularam os valores políticos tradicionais por meio de uma sutil adequação entre as práticas mais antigas da velha ordem social e os princípios mais recentes de universalidade e igualdade apregoados pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa (LEVINGER, 2000, p. 55).

Conforme Krieger, a Revolução Francesa inspirou toda uma geração de estadistas alemães a reavaliar, sob uma abordagem mais concreta, os problemas da liberdade política e de liberalização das instituições alemães. Durante a ocupação francesa, a vida alemã precisou ser adaptada às exigências da nova sociedade organizada segundo os critérios revolucionários franceses. Coube aos homens de estado criar um governo conciliador que combinasse harmonicamente os valores

monárquicos com as novas aspirações democráticas. Por isso, eles procuraram instituir uma nova ordem política capaz de preservar as hierarquias tradicionais e, ao mesmo tempo, contemplar em suas medidas administrativas os princípios de igualdade perante a lei universal (KRIEGER, 1972, p. 39).

Depois das guerras napoleônicas, as reformas introduzidas durante o reinado de Frederico Guilherme III resultaram, outrossim, da necessidade de reformular os quadros do governo em virtude do desastre de Jena. Decerto, a derrota da Prússia não apenas desprestigiou as elites tradicionais sob a acusação de improbidade e negligência, mas também fez ascender ao centro do poder político uma nova geração de líderes. Para superar os efeitos devastadores da guerra e evitar a total aniquilação do Estado prussiano, Frederico Guilherme III procurou reerguer seu reino por meio de um quadro ilustre de funcionários reformistas, dos quais, além de Stein e Hardenberg, merecem destaque Heinrich Theodor von Schön (1773-1856); Wilhelm von Humboldt (1767-1835); Johann August Sack (1764-1831); Friedrich August von Staegemann (1763-1840), Friedrich Ludwig von Vincke (1774-1844), entre outros (LEVINGER, 2000, p. 44).

Esses reformadores buscaram conciliar as aspirações das autoridades monárquicas com os anseios de uma população ávida por direitos políticos. Além das reformas militares, eles emanciparam a população camponesa da servidão (*Bauernbefreiung*), concederam às cidades maior autonomia (*Staedtordnung*) e inovaram as regulamentações comerciais, tudo isso acompanhado de importantes mudanças no sistema de tributação (PIERENKEMPER, TILLY, 2004, p. 23). Suas propostas constitucionais mostravam que, se devidamente instauradas, as instituições representativas produziriam uma expressão unitária de verdadeiro interesse nacional, em vez de dar voz às facções rivais. Aliás, mediante a racionalização das instituições administrativas e da educação do povo (*Volk*) visando a participação política, eles esperavam, finalmente, harmonizar as formas democráticas com o governo monárquico. Desse modo, não apenas instituíram uma nova ordem constitucional para substituir a antiga, mas também instauraram um novo princípio de comunidade política na Europa Central, isto é, a comunidade

nacional em detrimento da velha ordem outorgada pelo Sacro Império Germânico³¹ (LEVINGER, 2000, p. 42).

Com a derrota militar de 1806-1807, os ministros prussianos viram-se impelidos a expandir, ainda que cautelosamente, a influência das assembleias representativas, a principio estabelecendo as dietas provinciais e, posteriormente, durante a administração de Hardenberg, mediante a criação dos corpos de representação nacional (LEVINGER, 2000, p. 51). Urge salientar, no entanto, que esses reformadores, enquanto membros da aristocracia, ao mesmo tempo em que aspiravam a evitar a desestabilização da ordem social por meio de suas medidas de liberalização das instituições políticas, receavam igualmente que um programa de legislação radical prejudicasse os interesses aristocráticos. Por conta de tal ambiguidade, as novas assembleias não eram destinadas a representar o povo junto ao rei, mas, ao contrário, representar a política do rei junto ao povo, assegurando, assim, a plena efetivação de sua vontade.

Apesar de o rei e seus reformadores repetirem enfaticamente os benefícios da unidade nacional nos decretos publicados em 1811, 1815 e 1820, as medidas administrativas nesse sentido permaneceram incompletas até o ano de 1847. Desse modo, enquanto os reformadores foram relativamente bem-sucedidos na criação de uma sociedade econômica liberal, lograram eles muito menos êxito no que tange às reformas políticas e sociais, pois estas foram elaboradas, sobretudo, a partir de um ponto de vista aristocrático (OLSEN, 2012, p. 128). De acordo com Levinger, não obstante os líderes reformistas prussianos acreditarem que a representação nacional deveria coexistir harmoniosamente com o Estado monárquico, eles também eram relutantes em ceder autoridade significativa às instituições parlamentares (LEVINGER, 2000, p. 54). Assim, embora a revolução e a ocupação francesa tenham forjado as condições propícias para o desenvolvimento de tendências liberais e nacionalistas - fato que se verifica tanto na Prússia quanto em outros

³¹ Para os burocratas prussianos, liberdade política e algum grau de igualdade civil eram requisitos necessários para a construção da unidade nacional, pois os cidadãos somente poderiam compartilhar um espírito comum se vivessem sob as mesmas condições legais e se fossem, em certa medida, libertos do arbítrio do governo. Em razão disso, a ênfase na necessidade de se estabelecer um poder político pautado no consenso harmônico caracterizou inequivocamente as propostas desses reformadores (ZANK, 1994, p. 12).

Estados soberanos como Baden-Württemberg, Bavaria, Saxônia, entre outros, - a síntese entre a teoria e a prática não se realizou de maneira a provocar mudanças relevantes, sobretudo no que diz respeito à supressão dos interesses particulares.

Do mesmo modo, apesar dos esforços do governo prussiano para promover maior integração econômica tendo em vista reagir às pretensões da Áustria, seus resultados foram, de certa forma, limitados, particularmente no que se refere à consolidação da unidade alemã. Conforme List, se a lei alfandegária prussiana de 1818 atendeu a todos os requisitos e exigências dos fabricantes prussianos no que toca à proteção dos seus mercados, por outro lado ela afetou o comércio com os Estados germânicos vizinhos de forma muito mais perniciosa do que o comércio com as nações estrangeiras.³² Os Estados alemães menores, além de já estarem excluídos dos mercados austríaco, francês e inglês, viram-se agora excluídos também do mercado da Prússia, o que os afetava com particular dureza, já que muitos deles estavam rodeados, totalmente ou em grande parte, por províncias prussianas. Cercados de todos os lados por restrições que limitavam suas exportações a pequenas faixas de território e, além disso, separados uns dos outros por barreiras alfandegárias internas, os fabricantes desses territórios ficaram em situação desesperadora (LIST, 1983 [1841a], p. 66).

Além disso, com o retorno da paz, a manufatura inglesa entrou novamente em impiedosa concorrência com a Alemanha. O problema é que, durante o bloqueio continental e, principalmente, em consequência das novas invenções e do quase monopólio do comércio de exportação a países estrangeiros, as manufaturas da Inglaterra haviam superado em muito as da Alemanha. Por essa razão, bem como em decorrência de seu grande capital adquirido, a manufatura inglesa, pela primeira vez, encontrou-se em condição de vender a preços muito mais baixos, de oferecer artigos muito melhores e de conceder créditos a prazo muito mais longo do que ocorria na Alemanha (LIST, 1983 [1841a], p. 65). Com efeito, é nesse contexto de

³² Segundo List, a nova tarifa prussiana foi recebida em toda Alemanha com grande consternação, pois parecia dirigir-se não tanto contra o francês e o inglês como contra o comércio alemão. Esse tributo era cobrado de acordo com o peso das mercadorias negociadas. Consequentemente, uma vez que o comércio entre a Prússia e os países estrangeiros era baseado principalmente na compra e venda de bens de luxo, os impostos prejudicavam especialmente as manufaturas alemãs que, devido à concorrência inglesa, não haviam se desenvolvido e, por isso, produziam mercadorias de peso considerável. Enquanto o imposto pago por países estrangeiros situava-se na faixa de 6%, os Estados Alemães pagavam em média 25%, 30% e, em alguns casos, até 50%, o que se afigurava tão gravoso quanto uma proibição expressa (LIST, 1909 [1819b], p. 143; 1844, p. 42-43).

ocupação francesa, fim do Bloqueio Continental, Revolução Industrial e açambarcamento dos mercados alemães pelos produtos ingleses que Friedrich List concebeu sua ideia de nação não apenas de um ponto de vista sócio-cultural, mas também econômico, tendo em vista promover a plena integração dos Estados Alemães (SNYDER, 1978, p. 16).

1.4 O CONCEITO DE NAÇÃO ALEMÃ CONFORME A PERSPECTIVA HISTÓRICA

Entender o processo de construção da identidade nacional, bem como as manifestações coletivas do sentimento de nacionalidade constituem temas de notória relevância político-social, não obstante sua complexidade. A singularidade da forma mediante a qual os indivíduos são afetados por eventos que podem ensejar entusiasmo nacional é de tal modo dessemelhante que tem dificultado sobremaneira a determinação de um juízo objetivo que explicita as causas do ímpeto ufanista. Alguns estudiosos, no entanto, como Benedict Anderson, acreditam que “nacionalidade, qualidade de nação e nacionalismo são artefatos culturais de uma classe particular” (ANDERSON, 2006, p. 4). Conforme o historiador inglês, por volta do final do século XVIII a criação desses artefatos ocorreu de modo quase espontâneo, graças ao complexo cruzamento de forças históricas que, uma vez colocadas em ação, foram capazes não apenas de serem canalizados com graus variáveis de autoconsciência a uma grande diversidade de terrenos sociais, mas também de se mesclarem a uma quantidade correspondentemente ampla de constelações políticas e ideológicas. Além disso, o autor de *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (*Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*, 1983) concebeu o termo nação como uma “comunidade política imaginada e inerentemente limitada e soberana”. Em seu entendimento, toda nação tem limites finitos, já que “nenhuma nação se imagina coincidente com toda a humanidade”. Do mesmo modo, para Anderson, a nação nasce soberana, pois se origina em uma época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade da ordem divina e do reino dinástico hierárquico (ANDERSON, 2006, p. 6-7).

Como exposto acima, na literatura alemã, o termo nação adquiriu importância significativa em meados do século XVIII por meio da obra de Herder e sua crítica ao cosmopolitismo e ao universalismo amplamente difundidos pelo Iluminismo. Para Herder e, em menor medida, Fichte, o conceito de nação foi elaborado, principalmente, de um ponto de vista cultural. Nesse sentido, ambos tributaram à língua o elemento tanto de integração quanto de unidade, visto constituir-se ela o mais importante elemento de ligação e veículo das tradições e memórias comuns de um povo. Desse modo, a nação conformaria o meio mediante o qual a humanidade realiza sua singularidade e diversidade, manifestando em toda sua plenitude a verdadeira riqueza e variedade da natureza humana (BERDAHL, 1972, p. 66). De fato, quando o conceito de nação foi elaborado, tomando-se como parâmetro a língua e a perspectiva historicista, ele foi concebido de modo bastante diverso à proposta de Anderson. No final do século XVIII, quando o historiador inglês situa o surgimento do conceito de nação como comunidade imaginada, limitada e soberana, o Sacro Império Germânico abarcava em seu território diversas minorias étnicas como francesas, italianas, polonesas, eslavas etc. Em outras palavras, além das atuais regiões da Alemanha, Áustria, Suíça e Liechtenstein, também pertenciam ao antigo *Reich* uma parte do leste da França, o norte da atual Itália, a Eslovênia, a República Checa, o oeste da Polônia, o Sul da Dinamarca etc (MOITA, 2012, p. 22; EDELMAYER, 1994, p. 172). Tal configuração social e política dificulta sobretudo a aplicação do modelo explicativo proposto por Anderson.³³

Por outro lado, Norbert Elias e Michael Schröter, em seu livro *Studien über die Deutschen: Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19 und 20 Jahrhundert (Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX, 1992)*, discutem o fenômeno do nacionalismo sob um prisma sociocultural. Por conseguinte, eles sugerem que o ideal nacionalista, isto é, “uma imagem ideal do país e da nação podem ser observados nas concepções alimentadas pelas classes médias da maioria dos países europeus entre os séculos XVIII e XX”. Nesse sentido, o nacionalismo encontra-se intimamente relacionado à ascensão da chamada *Bildungsbürgertum* (burguesia letrada), a qual cresceu em paralelo à classe média

³³ Mais adiante, mostrar-se-á que o conceito de *Deutschland* (Domínio Alemão) formulado por List não se restringe à língua. Ao contrário, o economista alemão vai mais longe ao fundar sua ideia de nação alemã em um princípio histórico-territorial, isto é, no passado remoto do Sacro Império Germânico. Desse modo, List transfere o critério de identidade do *Volk* (a concepção étnica) para o território.

econômica (*Wirtschaftsbürgertum*), que começava a se beneficiar das crescentes liberdades decorrentes da emergente ordem social capitalista. Com efeito, a fim de se contraporem ao código aristocrático de honra e prestígio, os intelectuais da classe média, como porta-vozes dos estratos sociais em ascensão, desenvolveram uma moralidade considerada válida para todas as pessoas, isto é, baseada em uma sociedade sem distinções de classe, e orientada apenas pela virtude e pela razão³⁴ (CUNHA, 2013, p. 67-70; ELIAS; SCHRÖTER, 1997, p. 128-131). Conforme explicado por Elias e Schröter:

Assim como os grupos aristocráticos tinham baseado na ancestralidade da família seu orgulho e suas pretensões a um valor especial, também, como seus sucessores, os mais importantes setores das *classes médias industriais* basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões num valor especial, ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis (ELIAS; SCHRÖTER, 1997, p. 129, *itálicos nossos*).

No que concerne à formação desta auto-imagem, constata-se relativa subordinação dos valores morais ou humanistas às virtudes estritamente nacionais. Aos poucos, esse movimento favoreceu o desenvolvimento de um *ethos* nacionalista que, todavia, acabou por transmutar os tradicionais laços de dependência e obrigação não apenas em relação a determinadas pessoas ou a uma única pessoa numa posição de mando, mas também em relação a uma coletividade soberana que o próprio indivíduo forma com milhões de outros indivíduos, de acordo com as crenças das pessoas envolvidas. Aos poucos, essa coletividade atrai para si fortes emoções positivas, do tipo usualmente chamado “amor” (ELIAS; SCHRÖTER, 1997, p. 131-143). Dessa forma, conforme a perspectiva sociológica proposta por Elias e Schröter, o fenômeno do nacionalismo guarda relação direta com a “emancipação cultural das classes médias e a secularização de suas experiências políticas e associativas”. Por isso, o conceito de nação, até então bastante vago e ligado à

³⁴ Esse tipo de abordagem sobre as origens do nacionalismo é desenvolvido extensamente por Antony Smith. Em seu livro *Nationalism and Modernism (Nacionalismo e Modernismo, 1998)*, Smith afirma que a maioria dos nacionalismos tem como protagonistas os intelectuais, os quais, além de prover as definições básicas e as caracterizações da nação, são também os mais ávidos consumidores de mitos nacionais. Segundo Smith, todos os movimentos políticos e sociais modernos clamam por lideranças eloquentes a fim de produzirem impacto num mundo em que a educação secular, as comunicações e a burocracia racional se tornaram as marcas da modernidade. Além das necessidades imediatas de propaganda e comunicação, os intelectuais representam o único estrato com interesse permanente na própria ideia da nação e capaz de trazer as outras classes para a plataforma da solidariedade comunitária, em defesa da causa da autonomia. Igualmente, eles são hábeis em apresentar o ideal nacionalista de auto-determinação como expressão da cidadania, de modo que, pelo menos em princípio, todas as classes possam compreender os benefícios da participação na vida política. Por fim, somente eles podem fornecer os laços sociais e culturais com os outros estratos necessários para que o ideal da nação possa ser traduzido em um programa prático, segundo uma base popular (SMITH, 1998, p. 56-57).

identidade nobiliárquica medieval, passou a adquirir proeminência no debate político da época, pois assim poder-se-ia legitimar o princípio da igualdade para todos, seja sob epíteto de súdito, seja sob a denominação específica de cidadão (CUNHA, 2013, p. 66-67).

Igualmente, Elias e Schröter reconhecem que embora o termo nação forme derivativos que culminam na nacionalização do próprio *ethos* e dos sentimentos de coletividade, ele se distingue das outras grandes crenças sociais do período, como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo, pois, operando na dimensão psicológica da unidade, o nacionalismo, diferentemente dos outros movimentos políticos, traz consigo permanente potencial unificador. Além disso, a palavra nação refere-se, outrossim, a um aspecto de transformação global pela qual passaram, durante um lapso definido de tempo, as sociedades-Estados em que se apresentava uma relação de equilíbrio de poder (*Machtbalance-Figuration*), próprio de sociedades interdependentes. Do mesmo modo, Elias e Schröter sugerem ser o nacionalismo um fenômeno social característico das grandes sociedades-Estados industriais que se inseriam no estágio de progresso inerente às formações sociais do século XIX e XX (ELIAS; SCHROTER, 1997, p. 143-144).

Certamente, essa explicação para o surgimento e difusão do nacionalismo é bastante satisfatória. Não obstante, ela melhor se aplica aos países europeus em que alguns grupos sociais se beneficiaram da emergente ordem capitalista, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Por outro lado, importa lembrar que o termo classe média abrange grande variedade de indivíduos provenientes das mais variadas categorias sociais. Por isso, tem-se a impressão de que grande parte da produção intelectual provém exclusivamente desse segmento social. No caso alemão, porém, a construção do conceito de nação e seus diversos neologismos precederam, sobretudo, o advento das sociedades industriais. Na verdade, como exposto acima, o debate sobre o significado profundo do termo nação remete à segunda metade do século XVIII, e embora as guerras napoleônicas tenham sido um dos fatores mais influentes para a intensificação e disseminação do nacionalismo, isso não determina a data de seu nascimento. Ao contrário, como todos os movimentos históricos, o nacionalismo tem suas raízes profundas no passado mais

remoto. As condições que tornaram possíveis a sua emergência amadureceram durante séculos antes que convergissem em sua manifestação (KOHN, 2005, p. 3).

Diferentemente das tradições anglo-americana e francesa, em que a nacionalidade se desenvolveu intrinsecamente relacionada a princípios políticos como a cidadania e o senso de lealdade ao Estado, ou seja, os critérios básicos para ser um membro da nação, na Europa Central a ideia de nação não surgiu como fenômeno político (JOHNSON, 1996, p. 134). Nesse sentido, enquanto na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos o nacionalismo encontrou sua expressão predominante, mas nunca exclusivamente, nas mudanças políticas e econômicas, na Alemanha, Itália e entre os povos eslavos o nacionalismo vicejou principalmente no campo cultural. No início, entre esses povos, não foi o Estado, mas sim a *Volkgeist* e suas manifestações na literatura e no folclore, na língua materna e na história que se tornaram o centro de emanção do nacionalismo (KOHN, 2005, p. 4).

De fato, pode-se arguir que nos territórios germânicos o conceito de nação sofreu alterações semânticas que, em grande medida, exprimem as mudanças radicais decorrentes dos grandes eventos que marcaram o período denominado *Sattelzeit* por Koselleck.³⁵ Contudo, também é verdade que esses eventos impeliram o nacionalismo a diferentes direções. De acordo com Koselleck, é possível entender a profunda crise de pensamento por intermédio da qual conceitos políticos e sociais mudaram de sentido e adquiriram novas conotações e significados, servindo tanto para a interpretação do passado quanto para nortear expectativas futuras.³⁶ Essas ressignificações são passíveis de verificação, pois refletem as alterações ocorridas na estrutura da linguagem voltadas a apreender as transformações históricas resultantes de grandes rupturas. Por causa disso, os conceitos tornam-se

³⁵ Koselleck concebe como *Sattelzeit* o lapso que se estende de 1750 a 1850. Todavia, ele mesmo reconhece que essa terminologia tem oferecido inúmeras dificuldades heurísticas, razão pela qual chegou a cogitar substituí-la pela expressão *Schwelienzeit*. Sem outros pormenores, *Sattelzeit* é uma ferramenta de cunho estritamente teórico que pretende situar no espaço e no tempo o processo de percepção, conceituação e incorporação de vocábulos que exprimiram as mudanças que ocorreram como decorrência de eventos como o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (KOSELLECK, 1996, p. 69).

³⁶ Koselleck afirma que a partir do final do século XVIII, um número cada vez maior de conceitos adquiriram terminação de movimento -ismos-, evocando um futuro totalmente novo e diferente. Portanto, uma característica fundamental dessas representações discursivas é que elas não fazem qualquer alusão a uma experiência precedente, ou seja, não tem como fundamento de determinação o passado. Dentre tais conceitos, Koselleck cita os termos progresso, emancipação, desenvolvimento, liberalismo, nacionalismo etc. (KOSELLECK, 1996, p. 61).

necessariamente mais abstratos, gerais e menos descritivos (KOSELLECK, 2012, p. 36; 1996, p. 61-62).

Do mesmo modo, um conceito pode se tornar antiquado quando as circunstâncias ou o contexto no qual foram elaborados deixam de existir, ou no caso em que a realidade muda tão bruscamente que o conceito não mais consegue apreender e exprimir linguisticamente a complexidade do mundo. Por conseguinte, a longo prazo, raramente as palavras traduzem plenamente a verdadeira dimensão de determinados fatos (*Sachverhalte*). Ao contrário, ambos se modificam uniforme e paralelamente (KOSELLECK, 2012, p. 63; 1996, p. 62). Em razão disso, o conceito de nação recebeu diversas acepções como resposta às transformações que se desencadearam na Europa Central. Em meados do século XVIII, a primeira fase romântica ou protonacionalista foi, principalmente, cultural, literária e folclórica, despida de implicações políticas específicas ou imediatas. Esta fase conforma um período geralmente referido como “despertar nacional”, pois se ocupa de criar as tradições nacionais. Ela forneceu, todavia, os fundamentos para uma segunda fase, a qual corresponde aproximadamente à primeira metade século XIX, caracterizada pelo uso político e econômico da idéia de nação (JOHNSON, 1996, p. 136).

Ao longo de seu processo de construção, o conceito de nação alemã não apenas subsumiu a ideia de pátria (*Vaterland*) que o precedeu, mas também emprestou-lhe conotações culturais e políticas mais precisas, mediante as contribuições de Herder e Fichte, entre outros. Durante as guerras de libertação (*Freiheitskriege*), o nacionalismo demonstrou ser o elemento patriótico mais significativo, pois vinculava as demandas por liberdade nacional à supressão de toda e qualquer forma de opressão. Depois de 1815, essas guerras tornaram-se elementos catalizadores das construções nacionalistas ao longo do século que se seguiu, sendo continuamente lembradas em festivais, performances teatrais, torneios, procissões ou em cultos religiosos. Não obstante seu efeito unificador imediato, após a criação da Confederação Alemã (*Deutscher Bund*) e o Congresso de Viena, esse nacionalismo foi logo refreado, sobretudo depois do assassinato do escritor antinacionalista August Von Kotzebue (1761-1819) por um membro das *Burschenschaften* (Fraternidades estudantis). Tal evento desencadeou medidas repressivas, censuras e proibições das associações nacionalistas. Além disso, as

divergências políticas entre o sul católico, sob influência da dinastia austríaca, e o norte protestante, sob a insígnia prussiana, marcaram negativamente a questão nacional alemã ao longo do século XIX (CUNHA, 2013, p. 74-75).

Nesse cenário de repressão e indefinições acerca do nacionalismo alemão, as academias tornaram-se campo fértil para a difusão dos ideais nacionalistas. Nesse esforço, merecem destaque não apenas a atuação dos professores universitários, que passaram a definir os contornos de uma comunidade nacional ideal, mas também os historiadores que, em certa medida, apoiando-se na perspectiva historicista, fundaram os alicerces da unicidade do conceito de nação alemã, tomando como ponto de partida sua formação histórica específica (CUNHA, 2013, p. 77-78). Essa abordagem do nacionalismo alemão tornou-se clássica por meio da obra *Weltbürgertum und Nationalstaat (Cosmopolitismo e Estado-Nação)*, 1911) de Friedrich Meinecke (1862-1954), o qual sugere que cada nação teria seus aspectos originais individuais. Em linhas gerais, conforme Meinecke, o nacionalismo alemão diferiu do francês ou da maioria das nações da Europa Ocidental, pois ele emanou de uma fonte diferente. Ao contrário do ocorrido a oeste do Reno, em que o Estado antecedeu a nação, no caso alemão a consciência nacional precedeu a unificação política (MONTANI, 2012, p. 68; MEINECKE, 1970 [1911], p. 10-12).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Hans Kohn salienta que, enquanto a oeste do Reno o nacionalismo visava construir a nação a partir de lutas políticas concretas, ainda que sem levar em consideração sentimentos e representações do passado, na Europa Central os nacionalistas criaram uma pátria ideal a partir de mitos extraídos de períodos remotos, mesmo que desprovida de conexão imediata com o presente. Nesse sentido, diferentemente do resto do ocidente, em que o nacionalismo surgiu como produto de fatores sociais e políticos, na Alemanha o nacionalismo não encontrou justificativa numa concepção racional da sociedade ou por quaisquer obrigações de contrato. Em vez disso, ele se desenvolveu a partir do ideal orgânico de comunidade, isto é, segundo os tradicionais laços de parentesco e *status*. Outrossim, de acordo com Kohn, o nacionalismo germânico substituiu o conceito legal e racional de cidadania pelo infinitamente vago conceito de *Volk*, o qual, a princípio, foi descoberto pelos humanistas alemães e, posteriormente,

desenvolvido até a exaustão por Herder, os românticos e os filósofos idealistas (BREUILLY, 1982, p. 16; KOHN, 1944, p. 330-331).

Em contrapartida, apesar de reconhecer a especificidade do nacionalismo alemão, bem como a contribuição dos poetas românticos e dos filósofos idealistas para sua construção, Berdahl acredita que a ênfase exclusiva no viés cultural e étnico levanta uma série de problemas. O primeiro deles repousa na impossibilidade de propor respostas plausíveis às questões concernentes à relação intrínseca entre as idéias e as mudanças políticas. Em outras palavras, como explicar o que aconteceu de fato para transformar o nacionalismo cultural em movimento político? Ao contrário do que esperavam os poucos nacionalistas radicais que começaram a exigir a unificação política após 1815, as guerras de libertação produziram um patriotismo cuja lealdade foi direcionada aos Estados Alemães individuais. A Prússia, por exemplo, durante muito tempo, denunciou a unificação como um atentado à sua autonomia política. Com efeito, por mais importante que tenham sido as guerras de libertação, elas não explicam completamente por que a idéia cultural de nação foi gradualmente transformada em demanda por unidade política, nem por que, após a ocupação francesa ser removida, a Alemanha não foi imediatamente unificada (BERDAHL, 1972, p. 68-69).

Uma segunda limitação da descrição cultural ou étnica das origens do nacionalismo alemão é que ela tem pouca relação com o que realmente os nacionalistas aspiravam. O princípio étnico, por exemplo, colocava como reivindicação necessária o fato segundo o qual a língua falada determinava a posse do território. Conseqüentemente, o princípio lingüístico-cultural custou à Alemanha parte da Polônia, bem como levou os tchecos a buscarem a autonomia da Boemia; os italianos demandarem parte do Tirol, colocando-se em dúvida, ainda, o futuro de Schleswig-Holstein. Decerto, o critério cultural tornou-se menos importante e atrativo do que o poder do Estado na definição de nação em 1848 e nas duas décadas que se seguiram.³⁷ O Estado nacional criado por Bismarck, por exemplo, excluiu muitos

³⁷ O parlamento que se reuniu em Frankfurt am Main, em 1848, para discutir a possibilidade de instituir um Estado constitucional, não reivindicava que todos os alemães étnicos deviam viver nesse Estado. A questão fundamental posta pelo parlamento de Frankfurt revela a ausência de compromisso com os valores do nacionalismo étnico. Ao contrário, pode-se até argumentar que não se tratava de uma questão de mero

alemães, pois a unidade nacional para ele não era um fim em si, mas um meio para alcançar determinado objetivo, a saber, a expansão do poder da Prússia. Por isso, essa ênfase sobre o critério étnico-cultural da unicidade da tradição nacional alemã tem sido mais útil na descrição das ideias de alguns indivíduos nacionalistas do que para demonstrar por que esse nacionalismo se desenvolveu e como foi moldado o Estado nacional que dele emergiu (BERDAHL, 1972, p. 69-70; BREUILLY, 1982, p. 7).

Como se verificou por meio dessa breve apresentação, a exposição lógica do processo de formação do nacionalismo alemão deixa explícito alguns problemas que, todavia, podem ser suplantados caso se leve em consideração o papel da economia na construção da nacionalidade (BERDAHL, 1972, p. 71). Segundo essa interpretação, o nacionalismo é gerado em decorrência da percepção do atraso econômico e do desejo de uma economia moderna. De fato, Friedrich List (1789-1846) foi um dos primeiros eruditos a associar o atraso econômico alemão à ausência de unidade nacional. Certamente, List percebeu que diante do fortalecimento da Inglaterra como nação industrialmente desenvolvida e a reafirmação da Áustria e da Rússia como potências imperiais após o Congresso de Viena, somente a supressão das barreiras políticas e econômicas que até então dividiam os territórios germânicos poderia levar à superação da fragmentação política e do retardo técnico-industrial dos Estados Alemães.

Sem embargo, foi a lamentável situação da economia alemã, gerada pela abertura dos seus mercados aos produtos ingleses, que levou List a colocar em questão a validade universal da teoria econômica apregoada pela ortodoxia clássica. Assim, em contraposição à economia cosmopolítica, List propõe seu modelo de economia nacional, no qual defende maior participação do Estado no processo de desenvolvimento das forças produtivas da nação. Por conta disso, List tem sido reconhecido como um dos principais representantes do protecionismo e da teoria do desenvolvimento econômico nacional (BOIANOVSKY, 2011, p. 1; CHANG, 2007b, p. 3). As ideias fundamentais do autor alemão, contudo, tiveram alcance muito mais amplo. Sua teoria das forças produtivas e seu conceito de capital mental, por

pragmatismo, mas sim de incluir outros elementos étnicos em uma Alemanha unida e, ao mesmo tempo, evitar o problema de reivindicações excessivamente ambiciosas (BREUILLY, 1982, p.7).

exemplo, assentaram as bases últimas de uma concepção imaterial da economia e da civilização. Além disso, pode-se dizer que a sua obra foi determinante para acelerar o processo de integração dos Estados Alemães devido, sobretudo, à sua intensa atividade política e intelectual em prol do *Zollverein* e do estabelecimento de um sistema nacional de transporte ferroviário para toda Alemanha.

De tudo isso, depreende-se que a ideia de nação foi, na prática, um conceito funcional, uma vez que serviu para propósitos diversos, fossem eles políticos ou econômicos. Como ressalta Koselleck, com maiores ou menores desvios dos significados precedentes, os conceitos podem continuar a ser usados e re-utilizados. Embora tais variações possam ser marginais ou profundas, a reciclagem linguística assegura pelo menos um grau mínimo de continuidade. Desse modo, mesmo assumindo diferentes significados, ao contrário de se anular, eles se complementavam mutuamente. Com efeito, não obstante Herder definisse nação como uma comunidade cultural e lingüística, e Fichte a designasse como uma substância que une um povo numa mesma vida física e espiritual, a concepção de nação como unidade econômica, proposta por List, não nega a validade das outras que lhe precederam, mas, em vez disso, apenas deixa explícito o aspecto dinâmico da linguagem em seu processo histórico (KOSELLECK, 1996, p. 63).

CAPÍTULO II. AS BASES DO NACIONALISMO ECONÔMICO EM FRIEDRICH LIST

Neste capítulo pretende-se realizar uma reconstrução histórica do pensamento econômico de Friedrich List. Para tanto, alguns eventos importantes são destacados, como, por exemplo, a anexação de Reutlingen ao reino de Württemberg; os efeitos positivos da ocupação napoleônica à agricultura e indústria alemãs, bem como as repercussões negativas que sucederam à introdução do livre comércio nos territórios germânicos. Tais questões são colocadas em evidência basicamente por dois motivos, a saber: primeiramente, para apreciar sua influência na formação de List como burocrata e intelectual e, ao mesmo tempo, para avaliar em que medida esses eventos inspiraram sua intensa atividade em favor da integração econômica e política dos Estados Alemães, quer por meio do *Zollverein*, quer por meio de seu Sistema Nacional de Transporte Ferroviário. Em seguida, destaca-se a contribuição de List para a consolidação do pensamento econômico posteriormente denominado Sistema Americano de Economia Política (*The American System*). Com esse intuito, são analisados seus *Outlines of American Political Economy (Esboços de Economia Política Americana, 1827)*, os quais foram escritos durante a sua estadia nos Estados Unidos, entre 1825 e 1832. Mais adiante, são apresentados alguns fatores que lançam nova luz sobre a polêmica acerca da matriz do pensamento listiano, ou seja, se é ele genuinamente alemão ou se, de fato, foi inspirado no modelo americano. Contra essa última hipótese, ressalta-se a importância do Historicismo e do Idealismo Alemão no tocante à elaboração do seu método histórico analítico. Nota-se que a História desempenhou função epistemológica de primeira ordem no *Sistema* de List, pois forneceu-lhe um conjunto de experiências que, além de revelar as contradições implícitas na teoria clássica, serviu não apenas para fundamentar sua interpretação dos diferentes estágios de desenvolvimento econômico, como também para corroborar suas principais hipóteses acerca de sua concepção de protecionismo. Por fim, salientam-se a atuação de List para a concretização definitiva do *Zollverein*, bem como seus esforços para introduzir seu modelo de sistema nacional de transporte ferroviário para toda a Alemanha.

2.1. A FORMAÇÃO DE LIST E SUA INFLUÊNCIA NO SISTEMA AMERICANO

Daniel Friedrich List nasceu a 6 de agosto de 1789, em Reutlingen, pequena cidade imperial situada nos Alpes da Suábia, ao sul da capital Stuttgart. Devido à sua condição jurídica privilegiada, Reutlingen devia obediência apenas ao imperador, ou seja, estava livre da autoridade de qualquer príncipe local, de sorte que seus cidadãos desfrutavam de autogoverno municipal sob uma constituição bastante democrática. O conselho da cidade era composto por representantes das doze corporações de mestres artesãos e, ao contrário dos distritos rurais circundantes, ela era uma cidade protestante, cujos habitantes afiguravam-se firmes defensores da fé reformada (HENDERSON, 2006, p. 1; HÄUSSER, 1850, p. 3).

Em 1802, quando List tinha apenas doze anos de idade, Napoleão invadiu e submeteu Reutlingen à soberania da casa de Württemberg (HIRST, 1909, p. 2). No mesmo ano, a pequena cidade imperial se tornou a sede do distrito administrativo por meio do decreto do Duque Friedrich Wilhelm Karl. Como o ducado de Württemberg foi elevado à condição de reino em 1806, urgia fundir as administrações governamentais dos novos territórios (WENDLER, 2013, p. 7). Posteriormente, após as guerras napoleônicas, Reutlingen entrou em conflito com a Áustria, pois o príncipe Klemens von Metternich, desde 1809, desejava impor sua vontade sobre o Sul da Alemanha, segundo o espírito do Congresso de Viena (DAASTOL, 2011, p. 20). Desse modo, List cresceu em um ambiente de profundas transformações, desencadeadas pela Revolução Francesa, a ocupação napoleônica, o Congresso de Viena e a Revolução Industrial.

Seus pais, Johannes List (1746-1813) e Maria Magdalena List (1754-1815), tiveram dez filhos, seis primeiros dos quais foram mulheres; depois vieram Johannes (1787-1813) e Georg Friedrich List (1789-1846), seguidos de mais duas irmãs.³⁸ List

³⁸ O pai de Friedrich List foi um curtidor respeitável que, além de mestre de sua guilda, vice-magistrado e senador, ocupou vários cargos políticos na cidade. August Merkh, amigo de Friedrich List e mais tarde magistrado em Reutlingen, referiu-se ao pai do economista alemão como um cidadão sensível, afável e honesto. A mãe de List é mencionada por Merkh como uma mulher sábia que conduziu de forma exemplar sua vasta família, composta por muitas crianças, criados e empregados (WENDLER, 2013, p. 1-3; HÄUSSER, 1850, p. 3-4).

foi educado em uma *Lateinschule* que, apesar de seu nome, não fez dele um erudito em estudos clássicos, mas, ao contrário, um assíduo estudioso da literatura alemã. Aos quatorze anos, List foi introduzido aos negócios do pai sob a orientação de seu irmão mais velho. Cedo, porém, o jovem Friedrich achou o curtume uma atividade detestável. Na idade de dezessete anos, ele ingressou à vida pública, primeiro como aprendiz em Blaubeuren e, depois, após passar no exame, veio a exercer o ofício de assistente comissário de alfândega em Schelklingen, perto de Ulm³⁹ (WENDLER, 2013, p. 3; HENDERSON, 2006, p. 2; HIRST, 1909, p. 3; HÄUSSER, 1850, p. 4).

Em outubro de 1811, List candidatou-se com sucesso ao cargo de escrivão na chancelaria de Tübingen, posição que exerceu apenas provisoriamente, uma vez que ele não tinha a qualificação necessária. Herr Mieg, chefe da administração local em Tübingen, registrou a notificação de que List ainda não fizera o exame do Estado, habilitando-o a assumir o cargo. Enquanto se preparava para o exame atuário, List se matriculou na Universidade de Tübingen como aluno convidado durante o semestre de inverno de 1811-1812. Ele terminou seu trabalho como escrivão na primavera de 1813, a fim de se concentrar em seus estudos e exames. Assim, em seu vigésimo terceiro ano, ele veio a ocupar um posto na burocracia de Tübingen (WENDLER, 2013, p. 9; HENDERSON, 2006, p. 4; HIRST, 1909, p. 3).

Nesta cidade, List teve contato com alguns dos principais expoentes do Romantismo e do Idealismo Alemão, a saber, o poeta Johann Chris Friedrich Hölderlin (1770-1843), bem como os filósofos Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) (DAASTOL, 2011, p. 21). Além disso, List frequentou o renomado curso de Direito na prestigiosa Universidade

³⁹ Durante três anos – a partir de outubro de 1805 - List trabalhou como estagiário no escritório local do governo de Blaubeuren, situado entre Reutlingen e Ulm. Ali, ele aprendeu os rudimentos da administração pública com o Dr. Lutz, administrador competente que levava muito a sério sua profissão de instrutor. Como estagiário, List se ocupava sobretudo da cópia de contratos, certidões de casamento, documentos e contas relativas a questões fiscais e jurídicas etc. Em Schelklingen, List continuou a trabalhar com Dr. Lutz, porém, quando enviado a Wiblingen, ele passou a estar subordinado a um novo chefe, August Schuster, exímio burocrata e reformista que sugeriu inúmeras melhorias administrativas. Quando Schuster foi transferido para Ulm, ele enviou List para fazer os preparativos necessários à sua chegada. Após Schuster assumir suas novas funções, List foi nomeado seu vice sênior, de modo que, com a idade de 21 anos, ele já ocupava posição de responsabilidade. Enquanto trabalhava em Ulm, List pôde estudar muitos dos problemas a serem solucionados visando integrar a administração da cidade à burocracia central de Württemberg. Em Blaubeuren, Schelklingen, Wiblingen e Ulm ele veio a conhecer a deplorável gestão do reino de Württemberg, caracterizada pela improbidade, arrogância e desdém dos seus funcionários (WENDLER, 2013, 8-9; HENDERSON, 2006, p. 3; HIRST, 1909, p. 3; HÄUSSER, 1850, p. 6-7).

de Tübingen. Na mesma época, Schlayer, posteriormente ministro no governo de Württemberg, era estudante. Com ele, e em menor grau com seu professor, o jurista Malblanc, List formou íntima amizade⁴⁰ (HENDERSON, 2006, p. 4; HIRST, 1909, p. 3; HÄUSSER, 1850, p. 7).

Após ser bem sucedido no exame, List ascendeu progressivamente na hierarquia do Departamento da Chancelaria de Tübingen. Primeiro, ele ingressou no Ministério da Fazenda Real de Württemberg, onde assumiu um cargo como substituto na Secretaria da Fazenda (*Cameralamts-Substitut*), servindo nas cidades vizinhas de Wiblingen e Ulm. Em seguida, tornou-se assessor de finanças e contabilidade (*Finanzrat und Rechnungsrat*). Nota-se, no entanto, que desde a morte repentina de seu irmão mais velho, em 10 de março de 1813, seguida da morte de seu pai e de sua mãe, List engajou-se sobremaneira em atividades políticas em prol de reformas administrativas⁴¹ (SCHMIDT, 2012, p. 354). De fato, após a guerra napoleônica, a constituição da nova Federação Alemã estabeleceu que cada Estado devia ter uma constituição e uma assembleia eleita. A fim de evitar que os inimigos desafiassem os seus direitos, seu novo título e territórios, o rei Friedrich I de

⁴⁰ Pelas listas de chamada, verifica-se que além de frequentar aulas sobre Rousseau e Montesquieu, Contabilidade Pública e Direito Romano, List assistiu as aulas de “Enciclopédia da Ciência do Estado” do Prof. Dr. Johann Cristian Majer; Direito Privado e Direito Processual Civil, com o Prof. Dr. Julius V. Malblanc; Direito Penal e Direito Privado Alemão, com o Prof. Dr. Cristian Gottlieb Gmelin etc. O Prof. Malblanc atesta que List foi um estudante dedicado, de conduta atenciosa e detentor de excelente conhecimento. Ele fez, no entanto, a observação de que List desviava-se do currículo prescrito, estudando com afinco apenas o que lhe aprazia e, portanto, nunca se tornaria um jurista persuasivo. Seus relatórios sugerem que o jovem estudante de Direito estava mais preocupado com as ideias de Montesquieu, Adam Smith e Jean Baptiste Say. Nesse período, não só os seus estudos acadêmicos, mas também vários intelectuais, contribuíram para a formação do jovem estudante de jurisprudência, incluindo o jurista e poeta Ludwig Uhland; Justino Kerner, médico e poeta de Weinsberg; Johannes Schlayer, seu colega; Freiherr Karl V. Wangenheim, curador da universidade na época, entre outros (WENDLER, 2013, p. 12-13; HIRST, 1909, p. 4).

⁴¹ Em 1806, o rei Friedrich I determinou que todos os homens aptos ao serviço militar fossem registrados, mas quem tivesse 25 anos de idade e fosse casado poderia ser isento do serviço obrigatório. Visto que um novo alistamento era iminente, Johannes List, com 26 anos na época, decidiu se casar. Para tanto, ele precisava fazer a devida notificação no escritório do distrito de Reutlingen. A pessoa responsável, um oficial de nome Johann Gottlob Veiel, que havia sido transferido para Reutlingen pelo governo de Württemberg, em 1810, disse a Johannes que o departamento de registro de isenção do serviço militar ficava em Stuttgart e que ele teria que fazer sua inscrição lá, a fim de obter a dispensa. Após suposta tentativa de suborno em troca do documento, Johannes viajou às pressas para Stuttgart. Durante a viagem, ele sofreu uma queda de cavalo que culminou em sua morte dois dias depois, antes de chegar a Reutlingen, como resultado de uma lesão espinhal. Sua morte foi um duro golpe para a família, em particular porque ele havia sido designado sucessor dos negócios da família. O pai de List sofreu grande pesar pela morte do filho e viria a falecer seis meses depois, aos 68 anos de idade. A mãe de List morreu inesperadamente, em 21 de março de 1815. Como ela não tinha seguido um decreto das autoridades do distrito a respeito da herança do marido, ela foi detida pela polícia e levada à repartição distrital, onde foi tratada como criminosa. A senhora List ficou tão afetada por esse tratamento indigno que sucumbiu poucas semanas depois, de colapso nervoso (WENDLER, 2013, p. 11; HENDERSON, 2006, p. 4; HÄUSSER, 1850, p. 5-6).

Württemberg consentiu em conceder uma nova constituição ao seu reino (HENDERSON, 2006, p. 9). A Carta, que continha elementos liberais como o resultado de longas negociações, foi promulgada pelo duque de Reischach, Ministro do Interior, em 15 de março de 1815. No entanto, ela garantia apenas parcialmente direitos governamentais às províncias, acarretando, assim, grande insatisfação.⁴²

Em 1815, List publica seu *Vorschläge, Deutschlands Künftigen Handel Betreffend (Propostas Relativas ao Futuro Comércio da Alemanha)*, em que chama atenção para as vantagens do livre comércio entre os Estados Alemães, bem como à questão das barreiras alfandegárias (DAASTØL, 2011, p. 22; LIST, 1815, p. 2209-2014). Em 1816, List retorna à administração como contador, sendo, logo depois, promovido a secretário do Ministério do Departamento do Governo Local. Em seguida, tornou-se chefe inspetor de contas, sob a proteção de Karl August von Wangenheim, o qual certamente tomou conhecimento de suas “atitudes peculiares” e maturidade intelectual ainda na Universidade de Tübingen. No mesmo ano, List foi nomeado para atuar como secretário na comissão constituída com a finalidade de investigar queixas contra a burocracia e apresentar propostas de reforma. Ele apresentou inúmeros relatórios e sugestões salutares e factíveis em jurisprudência, administração, finanças e tributação, bem como um esboço para o novo sistema de contabilidade municipal⁴³ (DAASTOL, 2016, p. 87; 2011, p. 21-22; HÄUSSER, 1850, p. 8).

Devido ao seu ardente entusiasmo e anseio por mudanças, List auferiu não somente adversários políticos, mas também a confiança e os favores do então Ministro da Cultura, Freiherr Karl August von Wangenheim, o qual estava ansioso

⁴² List abordou este conflito em uma petição na qual apresentou seus pontos de vista e externou suas expectativas liberais e democráticas sobre a nova Constituição. Mais convencido do que nunca da necessidade de uma reforma, em 1816, ele fundou o *Württembergische Archive*, jornal voltado à reforma constitucional e administrativa, do qual se tornou editor-chefe. O evento marca o início de sua carreira jornalística como editor, publicista, co-editor e redator de cerca de dez revistas nacionais e estrangeiras, em que publicou um total de mais de 700 artigos sobre diversos assuntos (WENDLER, 2013, p. 12).

⁴³ Estas reformas são importantes indicadores das perturbações, conflitos sociais e barreiras ao desenvolvimento econômico que caracterizavam o contexto em que List se insere. Por causa disso, três níveis de análise tem que ser distinguidos: (1) a nível regional, destaca-se o Reino de Württemberg; (2) a nível nacional, ressaltam-se os Estados Alemães e (3) a nível internacional, salientam-se os Estados Unidos e a Inglaterra. No que concerne ao Reino de Württemberg, urgia resolver três problemas principais, notadamente, a pressão da população pré-industrial; as crises de produção agrícola e a reorganização de suas políticas comercial e econômica (SCHMIDT, 2012, p. 354). As propostas administrativas de List nesse período encontram-se em: *Protokollabschrift der Verhandlungen des Württ. Finanzrats Friedrich List mit dem Magistrat Seiner Vaterstadt Reutlingen: Neue Verwaltungsorganisation des Reutlinger Magistrats*. Friedrich List Archiv, Protokollabschrift. 1 Bd (152BI), 22-30 Apr. 1816.

que os funcionários do Estado tivessem a oportunidade de instruírem-se da melhor maneira na arte da administração pública⁴⁴ (HIRST, 1909, p. 7). Com esse objetivo, ele fundou a cátedra de Administração e Política (*Staatspraxis und Staatswissenschaft*) na Universidade de Tübingen, e nomeou List professor da recém fundada disciplina (LEVI-FAUR, 2012, p. 156). Conforme Hirst, suas aulas eram francamente propagandistas, apoiando as reformas de Wangenheim e elogiando o Estado constitucional moderno, em contraste com as formas mais antiquadas de governo (HIRST, 1909, p. 8-9).

De acordo com seu *Gutachten ueber die Errichtung einer Staatswissenschaftlichen Fakultät (Parecer sobre o Estabelecimento de uma Faculdade de Ciência Política, 1817)*, nota-se que a intenção de List era tornar seu curso um instrumento destinado a formar hábeis estadistas⁴⁵. Para tanto, fazia-se imperativo fundar os alicerces de uma nova Ciência do Estado. De acordo com o economista suábio, esta disciplina, sobretudo no tocante à Ciência da Polícia (*Polizeiwissenschaft*) e das Finanças (*Finanzwissenschaft*), havia sido construída até então sobre bases inconsistentes.⁴⁶ Grosso modo, em seu plano de curso, List destaca duas disciplinas essenciais, uma voltada à aprendizagem dos fundamentos do Estado (*Staatsgelehrtheit*) e a outra ocupando-se da instrução atinente à Ciência

⁴⁴ Em 30 de outubro de 1816, o rei Friedrich I morreu. Seu sucessor, o príncipe herdeiro subiu ao trono como rei Wilhelm I. Poucos dias depois, ele formou o novo gabinete. A administração governamental foi dividida em seis ministérios. O patrono de List e curador da Universidade de Tübingen, Karl August v. Wangenheim, foi nomeado Ministro da Cultura, responsável pelos assuntos religiosos e educacionais (WENDLER, 2013, p. 13).

⁴⁵ “Durch eine politische Fakultät erhält der Studierende eine philosophische Anschauung von dem ganzen Gebaeude des Staates; Er lehrt alle einzelnen Fächer desselben wissenschaftlich erkennen, und tritt also schon als ausgebildeter Staatsmann in's wirkliche Leben. [...] Nachdem ich den wichtigen Einfluss einer politischen Fakultät auf das Leben des Staates dargethan habe, unternehme ich es, das Gebiet derselben naeher zu bezeichnen. Alles was unmittelbar mit dem Staatsgebäude in Verbindung steht, gehört zur politischen Lehren”. *Por meio de uma Faculdade de Política, o estudante aufere uma visão filosófica de todo o edifício do Estado; ele aprende cada um dos ofícios cientificamente reconhecidos do mesmo, e também certamente trilha a vida efetiva de um estadista treinado. [...] Depois que eu demonstrei a importante influência de uma Faculdade de Política sobre a vida do Estado, aplico me a designar o território limítrofe do mesmo. [...] Tudo o que está imediatamente relacionado em conjunto com o edifício do Estado, faz parte das lições políticas* (LIST, 1850 [1817], p. 5).

⁴⁶ “Alle die weiten Faecher, welche man under der Staatspolizei (Wohlfahrtspflege) begreift, so wie die Faecher des Finanzwesens wurden keiner wissenschaftlichen Behandlung werth geachtet. Diese Zweige, so wie die saemmtlichen Faecher der Staatspraxis konnten nur in Schreibstuben und Kanzleien erlernt werden, und ein unbeschreiblicher Schlendrian war die nothwendige Folge hiervon”. *Todo o vasto panorama que o homem concebe como Polícia do Estado (bem-estar), assim como os temas de finanças não receberam nenhum tratamento científico apreciável. Estes ramos, bem como todos os assuntos da prática dos Estados só poderiam ser aprendido em salas de cartório e escritórios, e uma ineficiência indescritível era a consequência necessária disto* (LIST 1850 [1817], p. 2).

do Direito (*Rechtsgelehrtheit*).⁴⁷ Além disso, ele publicou uma interessante introdução às suas aulas sob o título de *Die Staatskunde und Staatspraxis Württembergs in Grundriss zur nähere Bezeichnung seines Lehrfaches und als Leitfaden für Zuhörer (Civismo e Administração para Württemberg em Esboço para Posterior Designação de seu Tema de Ensino e Guia para os Ouvintes)*, no qual delinea algumas críticas às teorias cosmopolíticas.⁴⁸

List mostrava-se, todavia, demasiado enérgico para manter-se distante das questões políticas externas à universidade. Por conseguinte, ao mesmo tempo em que lecionava em Tübingen, escrevia copiosamente para diversos jornais como o *Württembergische Archive (Arquivo de Württemberg)* e o *Volksfreund aus Schwaben (Amigo da Nação da Suábia)*, onde defendia reformas políticas importantes como o governo representativo, a responsabilidade ministerial, o autogoverno local, o julgamento por júri e a liberdade de imprensa. A princípio, esses jornais dispunham de toda sorte de favores oficiais, mas após a queda de Wangenheim, resultaram interditados, e todos os seus fundadores, em diferentes períodos, foram detidos na fortaleza de prisioneiros políticos em Asperg (DAASTØL, 2016, p. 87; HIRST, 1909, p. 10).

Desde 1819, List ocupou-se quase que completamente das questões relativas às reformas política e econômica. Nesse mesmo ano, a Associação dos Comerciantes Alemães fundou a *Deutsche Handels- und Gewerbeverein (Revista da Associação Industrial e Comercial da Alemanha)*, para a qual List escreveu extensamente, apresentando teses que, em grande medida, contrariavam o pensamento econômico predominante da época, inclusive polemizando com os economistas smithianos alemães como Gottlieb Hufeland (1760–1817), autor da

⁴⁷ A primeira subdivide-se, *inter alia*, em (i) História do Estado e Estatística (*Staatsgeschichte und Statistik*); Filosofia do Estado de Direito ou Ciência do Estado (*Philosophisches Staatsrecht oder Staatswissenschaft*); Jurisprudência e Administração (*Gesetzkunde und Verwaltung*); Teoria da Administração Pública (*Staatsregierungslehre*); Estado de Polícia (*Staatspolizei*). Por outro lado, a segunda disciplina trata da Filosofia do Direito (*Rechtsphilosophie*); História do Direito e o Espírito da Legislação (*Rechtsgeschichte und Geist der Rechtsgesetzgebung*); Prática Jurídica (*Rechtspraxis*) etc. (LIST, 1850 [1817], p. 6).

⁴⁸ Devido à sua função de catedrático entre 1816 e 1819, a maior parte dos escritos de List ocupava-se de questões relativas às finanças públicas e à administração política do Reino de Württemberg. Por outro lado, seus diversos artigos, panfletos e petições de 1819 a 1820 evidenciam três linhas principais de argumentação, a saber, (i) o diagnóstico da situação econômica; (ii) a análise das causas do problema e (iii) as medidas de política econômica correspondentes. Neste material, List apresenta numerosos relatórios e sugestões de reforma administrativa e financeira, como seu esboço para um novo sistema de contabilidade municipal (SCHMIDT, 2012, p. 359-361; DAASTØL, 2011, p. 23).

Neue Grundlegung der Staatswirthschaftskunst (Novo Fundamento para Arte da Economia Política); L. H. Von Jakob (1759 – 1827), autor de *Grundsätze der National-ökonomie (Princípios de Economia Nacional)*; C. J. Kraus (1753 – 1807), autor da *Staatswirthschaft (Economia Política)*. Nestes artigos, List colocava em dúvida a validade universal do livre-comércio, defendendo, ao mesmo tempo, assim como Adam Müller (1779-1829), uma política econômica nacional em detrimento da economia cosmopolita (LIST, 1909 (1827b), p. 274; SCHUMPETER, 1964, 150; HIRST, 1909, p. 9-111).

Em seu *Aufsätze in Sache des Handelsverein (Ensaio em Matéria de União Comercial, 1819)* List passou a defender impetuosamente a eliminação das tarifas internas e a criação de uma tarifa alemã comum contra os manufaturados estrangeiros. Após considerar a lamentável situação da política aduaneira alemã, List ressalta os efeitos nocivos das barreiras alfandegárias para a indústria e todas as atividades produtivas, em se tratando de um mesmo país (LIST, 1850 [1819a], p. 15-16). Com isso, ele propôs a supressão de todos os obstáculos ao comércio alemão a fim de instituir um mercado interno mais forte e competitivo. Foi por intermédio desse e outros escritos que ele lançou as bases do *Zollverein* (União Aduaneira Nacional dos Estados Alemães) como alicerce da unidade econômica da futura nação alemã. Seu objetivo era abolir todas as tarifas aduaneiras internas e estabelecer um sistema comercial e alfandegário comuns para toda a Alemanha.⁴⁹

Em 1819, os cidadãos de Reutlingen, elegeram List deputado na Assembléia representativa de Württemberg, em Stuttgart. Ele então iniciou intensa campanha em defesa da indústria nacional e da moralização administrativa, o que o tornou alvo de muitos inimigos. Seus oponentes eram, particularmente, Herr Fulda, professor em Tübingen, e o príncipe Metternich, Ministro de Estado, na Áustria. Entre os ministros austríacos, List foi tachado como perigoso revolucionário, já que ele ameaçava os interesses austríacos no sul da Alemanha (DAASTOL, 2016, p. 87; 2011, p. 24; BELL, 1942, p. 24). Suas atividades provocaram os adversários e deram-lhes

⁴⁹Embora List seja considerado por muitos o porta-voz da doutrina protecionista, ele foi também um dos fundadores do grande movimento pelo livre comércio entre os Estados Alemães; um movimento em prol da consolidação da Alemanha que, eventualmente, destruiu mais alfândegas e obstáculos ao trânsito de bens do que até mesmo os turbilhões políticos da ocupação francesa (CHANG, 2007a, p. 33; FURNISS, 1909, p. 433).

pretextos para exigir sua demissão da cátedra, sob a alegação de que sua postura afigurava-se imprópria para um funcionário público e ocupante de cargo político. Como muitas de suas ideias reformistas foram impressas e difundidas na forma de panfletos, List terminou preso e sentenciado por sedição, sendo condenado a dez meses de prisão (FREEMAN; BOWNEN, 2008, p. 65; HENDERSON, 2006, p. 64).

Ele, contudo, fugiu para França, onde se encontrou com o general Lafayette, que o exortou a ir para os Estados Unidos.⁵⁰ Em vez disso, List decidiu partir para a Inglaterra a fim de ganhar algum dinheiro. Em sua visita a Londres, ele familiarizou-se pela primeira vez com uma nova e revolucionária tecnologia de transporte, isto é, as locomotivas a vapor em estradas de ferro. Nessa ocasião, List propôs construir uma via férrea da Floresta Negra às planícies alemãs. Em Le Havre, ele escreveu em seu caderno de notas que deveria ser desenvolvida uma rede ferroviária a fim de conectar Le Havre com o Reno, no sul da Alemanha. O aumento do comércio e a diminuição dos custos de transporte foram destacados como apenas alguns dos efeitos positivos da obra. Após retornar ao continente, List foi para Basileia, na Suíça, de onde tentou obter permissão para reentrar na Alemanha. Ao ingressar sem autorização em Stuttgart, em abril de 1824, List foi detido e enviado à prisão de Hohen Asperg, onde permaneceu por cinco meses, somente deixando o cárcere em janeiro de 1825 (SCHMIDT, 2012, p. 353; DAASTOL, 2011, p. 24). No dia 26 abril do mesmo ano, List migrou para os Estados Unidos com sua família, portando passaporte em que constava ser a sua jornada ao novo país com propósito exclusivo de pesquisa e estudos (HIRST, 1909, p. 32).

Quando List desembarcou nos Estados Unidos, estava em processo de consolidação uma doutrina de pensamento econômico que viria a ser posteriormente denominada Sistema Americano (*The American System*). Este baseava-se, sobretudo, no *Report on Manufactures: Communicated to the House of Representatives* (1791) de Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro Americano (1789-1795), que defendia o uso de tarifas protecionistas temporariamente como forma não apenas de proteger as indústrias nascentes, mas também de criar um mercado interno e um banco nacional para garantir a

⁵⁰ O encontro com o Marquis de Lafayette foi orquestrado por um amigo paternal de List, Johann Friedrich Cotta (1764-1832), o mesmo editor das obras de Friedrich Schiller.

estabilidade monetária.⁵¹ (DAASTØL, 2011, p. 56; CHANG, 2007b, p. 33-34; HUGHES, 1983, p. 154). O apoio para o "Sistema Americano" vinha principalmente dos fabricantes de lã e ferro de New England e Pennsylvania, enquanto a oposição originava-se nos plantadores de algodão e de tabaco do Sul (HENDERSON, 2006, p. 70). Inaugurada por Hamilton e depois desenvolvida por Daniel Raymond, Mathew Carey, John Rae, Henry C. Carey, entre outros, um dos maiores legados desse grupo foi destacar o abismo técnico, industrial e material entre a Europa e a América. Hamilton, no seu *Report*, enfatiza ainda que a proteção à manufatura doméstica, em vez de ensejar aumento de preços e o monopólio da produção, como alegado por seus opositores, redundaria, de fato, em maior competição interna e menores preços:

Embora seja certo que o efeito certo e imediato das regulações de controle da competição dos tecidos estrangeiros com os nacionais seja um aumento no preço, é universalmente verdadeiro que o contrário seja o efeito final de cada manufatura bem-sucedida. Quando a manufatura doméstica atingiu o estado de perfeição e já mobilizou uma multidão de pessoas competentes, seus produtos invariavelmente tornam-se mais baratos. Livres da pesada taxação incidente sobre os concorrentes estrangeiros, tais produtos tornam-se atrativos e, dificilmente, deixam de ser vendidos a preço inferior, ao longo do tempo, ao do artigo estrangeiro do qual se tornaram substitutos. A competição interna que tem lugar erradica qualquer possibilidade de monopólio e, gradualmente, reduz o preço do artigo de modo a proporcionar lucro apenas razoável ao capital empregado. Assim ensina a razão das coisas e a experiência (HAMILTON, 1791, p. 1001-1002).

Nos Estados Unidos, a mais ativa organização favorável à proteção da indústria, *The Philadelphia Society for the Promotion of National Industry* (Sociedade da Filadélfia para a Promoção da Indústria Nacional), posteriormente, em 1820, denominada *Pennsylvania Society for the Promotion of Manufactures and Mechanic Arts* (Sociedade de Pensilvânia para a Promoção das Manufaturas e Artes Mecânicas), foi fundada por Hamilton para participar ativamente na agitação, panfletagem, patrocínio e proteção da indústria nacional (BELL, 1942, p. 66). Quando List chegou à Filadélfia, essa sociedade era regida por Mathew Carey e pelo então vice-presidente Charles Jared Ingersoll (EARLE, 1943, p. 431), o qual ficou tão impressionado com List que não só lhe pediu para participar da Convenção Nacional dos Protecionistas em Harrisburg, mas também para submeter seus

⁵¹ No seu *Report*, Hamilton elenca as diferentes vantagens das manufaturas em comparação com a agricultura, notadamente: (i) a divisão do trabalho; (ii) ampliação do uso da maquinaria; (iii) novos empregos para a sociedade. (iv) estimula à emigração de países estrangeiros; (v) multiplicação das possibilidades dos talentos e habilidades individuais; (vi) maiores oportunidades de negócios, e (vii) maior e mais estável demanda para os produtos agrícolas (HAMILTON, 1791, p. 980-996).

escritos sobre o protecionismo ao *Philadelphia National Journal*, os quais foram publicados na forma de doze cartas entre Agosto e Novembro de 1827, sob o título de *Outlines of American Political Economy*⁵² (LIST, 1909 [1827b], 274-275; FREEMAN, 1997, p. 95). Logo na primeira carta endereçada a Charles Ingersoll, List declara o seu objetivo maior.

Confino os meus esforços, portanto, exclusivamente à refutação da teoria de Adam Smith e companhia, cujos erros fundamentais não têm sido entendidos tão claramente como deveriam ser. É esta teoria, senhor, que fornece aos detratores do Sistema Americano os meios intelectuais de sua oposição⁵³ (LIST, 1909 [1827a], p. 148-149, tradução nossa).

A esse respeito, importa frisar que a escola clássica gozava de grande prestígio em solo americano no final do século XVIII e início do século XIX. Em 1789, surgia na Philadelphia a primeira edição americana de *The Wealth of Nations* (*A Riqueza das Nações*, 1776). A segunda e terceira edições apareceram em Hartford em 1811 e 1818, respectivamente. Em 1819, apenas dois anos após a sua publicação na Inglaterra, o livro de David Ricardo, *Principles of Political Economy and Taxation* (*Princípios de Economia Política e Tributação*, 1817) foi reimpresso em Georgetown, e uma tradução do *Traité d'Économie Politique* (*Tratado de Economia Política*, 1803) de Say apareceu em 1821, sendo rapidamente seguida por uma segunda edição (NEILL, 1897, p. 11).

A fim de contestar a visão cosmopolita proclamada por Smith e a ortodoxia liberal clássica, List concebe e desenvolve sua ideia de economia nacional. Antes dele, no entanto, Daniel Raymond, em seus *Thoughts on Political Economy: A Theory of Productive Power* (*Pensamentos sobre Economia Política: A Teoria do Poder Produtivo*, 1821), já havia proposto uma distinção entre economia individual e economia nacional. Em oposição à escola inglesa, ele afirma que a riqueza nacional é algo muito diferente do que a soma total da riqueza individual, e que um

⁵² A base da economia americana foi construída sob o referido sistema, o qual veio a ser defendido abertamente por diversos presidentes. A questão das tarifas e da proteção à indústria nacional foram discutidas nos Estados Unidos sobretudo após o Tratado de Ghent (1814), embora não existe uma defesa teórica do protecionismo. Por outro lado, List foi tido em tão alta estima pelos círculos dirigentes deste país que logo pediram-lhe que escrevesse o primeiro livro-texto para um Sistema Americano de Economia Política. Por isso, ele pode ser justamente considerado como um dos precursores da política protecionista dos Estados Unidos, sendo que suas ideias por longo tempo influenciaram a plataforma do partido republicano (DAASTOL, 2016, p.103).

⁵³ “I confine my exertions, therefore, solely to the refutation of the theory of Adam Smith and Co., the fundamental errors of which have not yet been understood so clearly as they ought to be. It is this theory, sir, which furnishes to the opponents of the American System the intellectual means of their opposition” (LIST, 1909 [1827a], p. 148-149).

incremento da riqueza de uma classe de cidadãos não necessariamente implica um aumento equivalente da riqueza nacional. Além disso, Raymond chama a atenção para necessidade de se entender o conceito de nação como algo bastante distinto dos indivíduos que a compõe. De fato, ele sugere que o grande equívoco de Smith foi ter confundido os interesses de um indivíduo ou uma classe com os interesses da nação como um todo.⁵⁴ Por conseguinte, não seria próprio da província da economia política estudar como os valores são criados e aumentados ou como os indivíduos e classes podem adquirir riqueza, mas sim estudar como o governo pode melhor legislar no sentido de garantir maior bem-estar para todos os cidadãos igualmente (NEILL, 1897, pp. 28-30; RAYMOND, 1821, p. 445).

Por outro lado, List sugere ser a nação o *medium* entre os indivíduos e a humanidade. Trata-se, portanto, de uma comunidade de indivíduos que possui governo, leis, instituições, interesses e história comuns, constituindo um só corpo livre e independente, que segue apenas os seus ditames, sendo dotada de prerrogativas para regular os interesses dos indivíduos a fim proporcionar maior segurança coletiva em relação a outras nações. Nesse sentido, o objeto da economia deste corpo não deve ser apenas a riqueza como um fim em si mesmo, mas principalmente o poder, pois a riqueza nacional é aumentada e assegurada pelo poderio da nação, ao passo que o poderio nacional é aumentado e assegurado pela riqueza nacional. A rigor, argumenta List, os indivíduos podem ser muito ricos, mas se a nação for destituída de poder para protegê-los, eles podem perder em um dia não apenas a riqueza que adquiriram ao longo de anos, mas também seus direitos, liberdade e independência (LIST, 1909 [1827a], p. 162).

Do mesmo modo, sem a intervenção do poder nacional não haveria segurança, confiança no dinheiro cunhado, nos pesos e medidas, proteção para os portos marítimos, nem tampouco para o comércio ultramarino. A ausência do poder nacional acarreta, outrossim, insegurança para os cidadãos em portos e países estrangeiros. Além disso, inexisteriam títulos de terra, patentes, direitos de autoria, canais, portos, ferrovias e nenhuma estrada nacional (LIST, 1909 [1827a], p. 214;

⁵⁴ De acordo com Edwin Cannan, para Smith os interesses futuros da nação são apenas os interesses dos indivíduos que em várias gerações virão a constituí-la. Do mesmo modo, os interesses atuais da nação são os interesses dos indivíduos que a ela pertencem atualmente. Com efeito, em Smith, nada existe que o incline a considerar uma nação como sendo, em qualquer momento, um agregado de indivíduos (CANNAN, 1903, p. 10).

FREEMAN, 1997, p. 95). Desse modo, List salienta, na segunda carta ao *Philadelphia National Journal*, a necessidade de intervenção do Estado para o benefício da nação e enumera algumas das responsabilidades do governo.

O Governo, [...], não só tem o direito, mas é seu dever promover todas as coisas que podem aumentar a riqueza e o poder da nação, se este objeto não pode ser efetuado pelos indivíduos. Por isso, é seu dever proteger o comércio com uma Marinha, porque os comerciantes não podem se proteger; do mesmo modo, é seu dever proteger o negócio do comércio por leis de navegação, [...], a agricultura e todas as outras indústrias por meio de estradas, pontes, canais, ferrovias, e as novas invenções por meio de leis de patentes, de modo que as fábricas devem ser erguidas por direitos de proteção, se o capital estrangeiro e a habilidade impedir o indivíduo de realizá-los⁵⁵ (LIST, 1909 [1827a], p. 164, tradução nossa).

List divide a Economia Política em (i) Economia Individual; (ii) Economia Nacional, e (iii) Economia da Humanidade. Em sua opinião, Adam Smith ocupou-se exclusivamente da primeira e última formas de economia, ensinando como um indivíduo cria, aumenta e consome a riqueza na sociedade junto com outros indivíduos, e como a indústria e a riqueza da humanidade influenciam a indústria e a riqueza do indivíduo. Por conseguinte, Smith esqueceu completamente do que o título de seu livro prometeu tratar. Não levando em consideração, os interesses e as aspirações das diferentes nações, seu livro, conforme List, consistiria em um mero tratado sobre a questão de como a economia dos indivíduos e da humanidade comportar-se-ia caso a raça humana não fosse separada em nações, mas unida por uma lei geral e por uma cultura universal. Seu erro fundamental consistiu em não somar a esses princípios gerais as modificações causadas pela fração da raça humana em corpos nacionais (LIST, 1909 [1827a], p.153-155).

Contestando a ideia smithiana segundo a qual os indivíduos, na promoção dos seus interesses, beneficiam toda a nação, List sugere, em sua sexta carta, que esse princípio seria verdadeiro unicamente se o interesse dos indivíduos e o interesse nacional nunca estivessem em oposição. Mas não é isso que acontece de modo geral. Na verdade, um país pode ter homens extremamente ricos, e ser

⁵⁵ “Government, [...], has not only the right but it is its duty, to promote everything which may increase the wealth and power of the nation, if this object cannot be effected by individuals. So it is its duty to guard commerce by a navy, because the merchants cannot protect themselves; so it is its duty to protect the carrying trade by navigation laws, [...] agriculture and every other industries by turnpikes, bridges, canals, and railroads; new inventions by patent laws; so manufactures must be raised by protecting duties, if foreign capital and skill prevent individuals from undertaking them” (LIST, 1909 [1827a], p. 164).

extremamente pobre quando lhe falta uma distribuição razoável da riqueza⁵⁶ (LIST, 1909 [1827a], p. 213). Nesse sentido, List afirma:

Um indivíduo provisiona apenas para seus propósitos pessoais e familiares, ele raramente se importa com os outros ou a sua posteridade; seus meios e pontos de vista são restritos, raramente ultrapassando o seu círculo de negócios privados; sua indústria está confinada pelo estado da sociedade em que vive. Uma nação provisiona para as necessidades sociais da maioria de seus membros, na medida em que os indivíduos não podem satisfazer esses desejos por seus esforços privados; ela fornece não apenas para o presente, mas para as gerações futuras; não só para a paz, mas para a guerra; seus pontos de vista são estendidos não apenas ao longo de todo o território que possui, mas ao longo de todo o globo⁵⁷ (LIST, 1909 [1827a], p. 212, tradução nossa).

Contrariando a concepção de riqueza baseada no valor de troca, List explica que a riqueza da nação está intrinsecamente relacionada à sua força produtiva, isto é, a resultante da interação entre o capital material e as habilidades dos seus cidadãos, de sua indústria e iniciativa (FREEMAN; BOWEN, 2008, p. 56; LEVI-FAUR, 1997, p. 361). A partir de sua teoria das forças produtivas, List define então três tipos distintos de capitais, a saber: (i) o capital natural; (ii) o capital intelectual e (iii) o capital material, sendo que a produtividade deste último depende dos dois primeiros, ou seja, da fertilidade da terra e da disponibilidade de recursos minerais no primeiro caso, e especialmente, da habilidade, moralidade, formação e destreza do povo, dos avanços da ciência e da tecnologia, do sistema educacional, de transporte e de comunicação no tocante ao capital intelectual⁵⁸ (BOIANOVSKY, 2011, p. 5).

⁵⁶ No segundo parágrafo da *Riqueza das Nações*, Adam Smith fala como se a riqueza de uma comunidade devesse ser medida por sua média e não por sua riqueza agregada. Nesse caso, uma nação bem abastecida com todas as coisas necessárias e conveniências para a qual tem ocasião é presumivelmente considerada por Smith como uma nação rica. Assim, tem-se que a riqueza geral é mensurada consoante os bens disponíveis a suas populações. Na maioria dos casos, contudo, Smith se esquece de dividir a riqueza pela população. O problema disso é que se a grande maioria resulta muito pobre, a média não pode ser rica, a menos que a pequena minoria seja enormemente rica, e sobre isso o economista escocês não se pronuncia. Por isso, tem-se admitido que ele estava obviamente pensando no agregado e não na média (CANNAN, 1903, p. 11).

⁵⁷ “An individual only provides for his personal and family purposes, He rarely cares for others or for posterity, his means and views are restricted, rarely transgressing the circle of his private business; his industry is confined by the state of society in which he lives. A nation provides for the social wants of the majority of its members, so far as the individuals cannot satisfy these wants by their private exertions; provides not only for the present, but for future generations; not only for peace but for war; its views are extended not only over the whole space of land it possesses, but over the whole globe” (LIST, 1909 [1827a], p. 212).

⁵⁸ List deriva sua ideia de capital mental do conceito de força produtiva, o qual, como ele mesmo reconhece, havia sido uma criação de Adam Smith, muito embora este último não tenha analisado extensivamente as consequências disso, preferindo conferir maior importância à sua grande descoberta, a saber, a divisão do trabalho, à qual ele atribui ser a causa última do aumento exponencial da riqueza. List, por seu turno, afirma que Smith limitou seu foco à matéria em vez da mente. Contra isso, List levanta a seguinte questão: “Seria mais correto classificar os membros do corpo humano (cabeça, mãos e pés) como causas da riqueza? Então nos depararíamos com a pergunta: o que induz cabeças, braços e mãos a produzirem, o que põe em atividade essas forças? Que outra coisa pode ser, senão o espírito que anima os indivíduos, a ordem social que torna úteis suas energias, e as forças da natureza de que os membros se servem?” Em outras palavras, explica List, a capacidade

Segundo List, o grande erro dos economistas liberais clássicos localizava-se no fato de terem tratado somente dos efeitos das trocas materiais. Por conseguinte, como esses teóricos confundiram princípios cosmopolitas com princípios políticos, não lograram apreender por inteiro o objeto da Economia Política. Este objeto não consiste propriamente em trocar matéria por matéria, como acontece na economia individual e cosmopolita, particularmente nos negócios de um comerciante, mas sim em aumentar as forças produtivas da nação (LIST, 1909 [1827a], p. 187). A fim de refutar a afirmação de que seria muito dispendioso sacrificar parte do lucro da nação para adquirir força produtiva futura, List sugere que de nada adiantaria uma nação dispor de quedas d'água, madeira, lã e tudo o que fosse necessário para produzir, e não dispor de homens habilidosos e experientes para erguer a indústria e levá-la à frente. Nessa situação, caso se empregue parte de seu capital material na formação do capital mental dos seus concidadãos, fazendo-lhes adquirir habilidades e competências na condução dos seus negócios, o dispêndio imediato de recursos para a instrução produzirá em breve espaço de tempo uma rentabilidade dez vezes maior do que os gastos. Sob tais condições, uma nação que investe na formação e desenvolvimento das suas forças produtivas, a princípio, pode ter um pequeno dispêndio. Essa despesa, todavia, é ínfima se comparada com a expansão do poder produtivo da nação, e será depois de alguns anos grandemente compensada pelos benefícios provenientes de uma economia nacional desenvolvida (LIST, 1909 [1827a], p. 198).

Vale notar que após a impressão e difusão dos *Outlines*, List tornou-se imediatamente celebridade, recebendo cumprimentos das mais altas autoridades do país, sendo repetidamente citado a favor ou contra, por membros do Congresso norte-americano (EARLE, 1943, p. 431). Os *Outlines* alcançaram repercussão tão ampla que List logo foi convidado a dar palestras para diversos membros do Congresso sobre os temas de suas cartas. Richard Rush, Secretário do Tesouro à época, anteriormente embaixador americano em Londres, destaca a imensurável contribuição das cartas de List para esclarecer a questão inerente à proteção dos

de produção de um país vincula-se, em muitos aspectos, às condições da sociedade em que o indivíduo foi educado, o que depende basicamente de um contexto em “que a ciência e as artes floresçam, que as leis e instituições públicas tendam a promover o caráter religioso, a moralidade e a inteligência, a segurança da pessoa e da propriedade, a liberdade e a justiça; [...] que, na respectiva nação, sejam cultivados harmoniosamente todos os fatores da prosperidade material, da agricultura, da indústria e do comércio” (LIST, 1983 [1837a], 185-186; 1983 [1841a], p. 98-99).

interesses nacionais (HIRST, 1909, p. 44). De fato, seus argumentos influenciaram sobremaneira o Congresso norte-americano a aprovar a *Tariff of Abominations* de 1828, fazendo de List um dos responsáveis pela promoção das leis protecionistas que abriram o caminho para o fomento à indústria nascente, lançando assim as bases para a industrialização dos Estados Unidos.⁵⁹

2.2 SOBRE A MATRIZ DO PENSAMENTO LISTIANO

Existe um debate não resolvido acerca da fonte de inspiração de List para a formulação do seu *Sistema*. Alguns estudiosos salientam haver notável semelhança entre as teorias de List e Raymond. Charles Neill, por exemplo, argumenta que nos *Thoughts on Political Economy* de Raymond, publicados em 1820, e em seus *Elements of Political Economy (Elementos de Economía Política, 1823)*, encontram-se enunciados os princípios fundamentais que List tomou como base para a elaboração não apenas dos seus *Outlines*, mas também de sua obra mais completa, isto é, *Das Nationale System der politischen Ökonomie (Sistema Nacional de Economía Política, 1841)* (NEILL, 1897, p. 47). Outros autores como Margareth Hirst e Ha-Joo Chang sugerem que List só adquiriu maturidade intelectual durante sua permanência nos Estados Unidos, mais precisamente quando do seu contato com o *American System* (CHANG, 2007a, p. 25; HIRST, 1909, p. 111-117).

Realmente, parece inegável que List foi, em grande medida, influenciado pela polêmica sobre as questões tarifárias nos Estados Unidos, país onde ele não apenas refinou seu instrumental teórico, mas também testemunhou na prática a importância do transporte ferroviário como meio de interligar o mercado nacional e promover a unidade das forças produtivas.⁶⁰ Não se pode inferir disso, todavia, que List tenha

⁵⁹ *Tariff of Abominations*, denominação dada pelos sulistas à tarifa aprovada pelo Congresso Americano em 1828, visava oferecer ainda mais proteção às manufaturas dos Estados do Norte, aumentando os tributos sobre os bens estrangeiros importados para quase 50%. Assinada relutantemente pelo então presidente John Quincy Adams (1767-1848), tais impostos criaram grandes problemas econômicos para os Estados do Sul, que desprovidos de um centro de produção industrial, precisavam importar à preço excessivo produtos manufaturados da Europa, principalmente a Grã-Bretanha, ou comprar esses produtos no Norte. Tal circunstância resultou no aumento do custo de vida no Sul e ajudou a selar a vitória de Andrew Jackson (1767-1845) na eleição presidencial de 1828, bem como intensificou as rivalidades entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos.

⁶⁰ List afirma que quando visitou os Estados Unidos, colocou de lado todos os livros, pois estes tenderiam a desviá-lo do caminho certo. Como ele mesmo recordaria, “a melhor obra sobre Economia Política que se possa

mudado de ideia após o seu contato com os economistas americanos. Nesse sentido, importa lembrar que List se tornou digno da estima e admiração de homens da estatura de Andrew Jackson, John Quincy Adams, Henry C. Carey, Charles Ingersoll, Ralph Waldo Emerson, entre outros, não apenas pelo fato de ter sido ele apresentado pelo célebre Marquis de Lafayette, mas principalmente pela circunstância de List, ao chegar à América, já ser um homem dotado de aguda percepção dos princípios da administração pública e da vida econômica.⁶¹

A princípio, como era habitual nos territórios alemães na virada do século XIX, a devoção às ideias cosmopolitas e de liberdade universal apregoadas pelo Iluminismo e pelos liberais também deixaram fortes marcas no jovem List. Ele mesmo recorda que a grande maioria dos funcionários de formação universitária, editores de jornais e autores de Economia Política havia aprendido pela cartilha da escola clássica, considerando qualquer tipo de taxas alfandegárias protecionistas como abominação teórica. Uma miríade de correspondentes e escritores, de Hamburgo a Bremen e de Leipzig a Frankfurt saíram a campo para condenar os desejos dos fabricantes alemães de estabelecer um sistema alfandegário comum. O trabalho desses advogados dos interesses ingleses era ainda mais facilitado pelo fato de que a teoria popular e as opiniões dos homens cultos alemães estavam quase todos de seu lado (LIST, 1983 [1841a], p. 4).

De fato, embora se ocupe da resolução de problemas de cunho essencialmente econômico como a produtividade do trabalho e o preço das mercadorias, a obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (*Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, 1776) foi igualmente responsável por assentar as bases de uma nova teoria do Estado de acordo com uma perspectiva liberal. Em linhas gerais, Adam Smith argumenta que a supressão de todos os obstáculos que obliteram o fluxo natural das atividades produtivas acarreta significativo aumento da riqueza nacional. Além disso, outro

ler naquele país moderno é a vida real. Ali se pode observar como regiões selvagens se transformam em Estados ricos e poderosos [...]. Em lugar algum como lá se pode constatar a importância dos meios de comunicação e o seu efeito sobre a vida intelectual e material do povo” (LIST, 1983 [1841a], p. 5).

⁶¹ Depois de uma viagem tempestuosa com duração de seis semanas, List e sua família desembarcam nos Estados Unidos, dirigindo-se para Filadélfia. Além da presença de seu amigo, general Lafayette, outra razão a levar a família List para a região foi o grande número de alemães vivendo na área, especialmente nos condados a noroeste do Estado da Pensilvânia. Durante os três meses em que viajou com Lafayette, List foi apresentado aos mais ilustres personagens políticos da época (HENDERSON, 2006, p. 68; BELL, 1946, p. 59).

ponto importante a destacar nessa obra é a percepção de que o fortalecimento do Estado não corresponde necessariamente à ampliação de seu raio de intervenção política, mas coincide com o aumento contínuo de seu estoque de capital ⁶² (OLIVEIRA, 2013, p. 162).

No último quartel do século XVIII, ainda vigorava na Europa a ideia de ser necessário que o Estado tivesse à sua disposição abundante reservas de ouro e prata para que, em caso de guerra, tais metais pudessem ser convertidos em recursos voltados à sua manutenção. Era pensamento comum a ideia de que “toda nação deve procurar, em tempo de paz, acumular ouro e prata, para que, quando a necessidade o exigir, possa ter com que fazer guerra contra seus inimigos de fora” (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 360). Em contrapartida, Adam Smith assevera que nem sempre é necessário acumular ouro e prata para que um país possa fazer guerra contra estrangeiros e manter esquadras e exércitos em terras distantes. Para ele, as esquadras e exércitos não se mantêm com ouro e prata, mas com bens de consumo. Nesse caso, “a nação que, da produção anual de sua indústria nacional, da renda anual proveniente de suas terras, de sua mão de obra e de seu capital consumível, tiver com que comprar esses bens de consumo em países distantes, tem condições de manter guerras nesses países”. Na verdade, Smith compartilhava, em grande medida, da teoria monetária de David Hume (1711-1776), para quem o dinheiro seria apenas o instrumento que os homens criaram para facilitar a troca de um artigo por outro. ⁶³ Desse modo, se o comerciante costuma achar mais fácil comprar mercadorias com dinheiro do que com outros bens, não é porque a riqueza consiste mais no dinheiro do que nas mercadorias, mas sim porque o dinheiro é o instrumento de comércio reconhecido e estabelecido como tal (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 365-367; HUME, 2004 [1752], p. 435).

⁶² Importa frisar que Adam Smith construiu sua teoria tendo em vista a organização social que existia antes da Revolução Industrial. Sua preocupação maior consistia em resolver os problemas inerentes ao papel do Estado na condução do processo de crescimento econômico na sociedade européia nos últimos decênios do século XVIII. Por isso, esperar que questões políticas e sociais contemporâneas sejam contempladas nas reflexões desse autor é sem dúvida perpetrar um crasso anacronismo (OLIVEIRA, 2013, p. 166).

⁶³ Em sua concepção do dinheiro, Hume adota a ideia tradicional, mas ainda compartilhada por muitos de seus contemporâneos, de que o dinheiro apenas existe, na medida em que é convencionalmente aceito como tal. A esse respeito, convém lembrar que a palavra dinheiro deriva do termo grego νομισμα (*nomisma*), cuja raiz se encontra no vocábulo νόμος (*nómos*), ou seja, regra, convenção. De fato, foi Aristóteles, no livro V de *Ética a Nicômaco*, que afirmou ser o dinheiro uma convenção humana (PAGANELLI, 2009, p. 67).

Decerto, para Smith, o ouro e a prata seriam apenas uma mercadoria como as demais, no sentido de que também se encontravam sujeitas às determinações da oferta e demanda. Assim, ele chegou à conclusão de que “um país que não possui minas próprias, sem dúvida, é obrigado a trazer de fora seu ouro e sua prata, tal como acontece com quem não tem vinhedos próprios e tem que importar vinhos”. Nesse sentido, da mesma forma que “um país que tem com que comprar vinho, sempre terá à sua disposição o vinho de que necessita, assim também um país que tem com que comprar ouro e prata, nunca terá falta deles”. Ademais, tal como qualquer outra mercadoria, o ouro e a prata precisariam ser adquiridos sempre por determinado preço, de sorte que do mesmo modo que representam o preço de todas as outras mercadorias, todas as outras mercadorias representam o preço a ser pago por esses metais (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 363). Posto isso, Smith conclui:

Com plena segurança achamos que a liberdade de comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do Governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e a prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 363).

Aliás, devido ao seu volume reduzido e ao seu alto valor, Smith assegura que, “não há nenhuma outra mercadoria que possa ser transportada mais facilmente dos lugares em que é barata para os lugares em que é cara, isto é, dos lugares em que supera a demanda efetiva para aqueles em que está aquém desta”. Com efeito, quando a quantidade de ouro e prata importada em um país supera a demanda efetiva, não há vigilância ou controle do Governo que consiga impedir sua exportação. Por causa disso, “nem mesmo todas as leis sanguinárias da Espanha e de Portugal seriam capazes de evitar a evasão do ouro e da prata excedentes desses países”. Por esse motivo, Smith afirma que, em qualquer eventualidade, nunca a preocupação do Governo será tão supérflua como quando está voltada para vigiar a conservação ou o aumento da quantidade de dinheiro em um país, pois embora o dinheiro sempre constituía parte do capital nacional, ele costumava representar apenas uma parcela pequena, e sempre a parte menos rentável (SMITH, 1983 [1776], v. I. p. 364- 365).

Já no capítulo em que trata da origem e uso do dinheiro, Smith explicou claramente que a riqueza da nação não deve ser medida por seu ouro e sua prata, mas sim pelos bens e serviços reais que põe à disposição de toda a população. Assim, enquanto o pensamento em voga na época alegava que a riqueza nacional se lograva mediante o controle governamental de todos os aspectos do comércio, Smith sustentava, em vez disso, que a riqueza da nação seria obtida de modo mais satisfatório quando os indivíduos estivessem liberados de tais controles, isto é, aplicando-se o que ele chamou de sistema de liberdade natural. Somente nessas condições os indivíduos estariam mais propensos a participar das duas grandes atividades promotoras da riqueza, isto é, a divisão do trabalho e a acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo (KUCUKAKSOY, 2001, p. 113-114; CANNAN, 1903, p. 73).

Smith acredita que o grande aumento da produtividade da indústria resulta da divisão do trabalho (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 42-43; CANNAN, 1903, p.45). Nesse sentido, é a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo. Conforme Takashi Negishi, Smith apresenta dois tipos diferentes de divisão do trabalho, a saber, (i) a subdivisão das diferentes operações para produzir um produto em particular numa determinada empresa ou fábrica; (ii) a especialização de empresas do mesmo setor. A divisão do trabalho no primeiro caso é limitada pela demanda de produtos de uma empresa ou fábrica, enquanto o segundo tipo de divisão do trabalho é limitado pela demanda da indústria como um todo (NEGISHI, 2000, p. 6; LIEBIG, 1998, p. 25). De fato, Smith acreditava que esse grande aumento da quantidade de bens que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, se deve a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; e, por fim, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitos indivíduos⁶⁴ (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 43-45).

⁶⁴ É importante ressaltar que Smith reconhece os efeitos negativos da divisão do trabalho para a sociedade. “O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre

Além disso, para Smith, a riqueza ou o bem-estar das nações corresponde a seu produto anual *per capita*, o qual é determinado, de uma parte, pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo” e, de outra, pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total, já que é o trabalho daqueles que sustenta toda a sociedade.⁶⁵ Com isso, Smith demonstra que o soberano deve ocupar-se apenas de três tipos de assunto evidentes e compreensíveis para qualquer pessoa. Primeiro, salvaguardar a sociedade da violência e da invasão por outros países independentes. Segundo, proteger todos os membros da sociedade da injustiça ou da opressão dos demais integrantes da mesma. Terceiro, construir e dar manutenção a certas obras e instituições públicas úteis, mas incapazes de gerar lucro para os indivíduos, de sorte que ninguém tem interesse em construí-las e mantê-las, sobretudo, porque sua rentabilidade nunca lhes permitiria recuperar a inversão que tais obras exigem (OLIVEIRA, 2014, p. 79-80; 2013, p. 165; SMITH, 1983, v. I., p. 173).

Com efeito, Smith recomenda um mínimo de funções para o governo, e adverte para o perigo dos governos demasiado poderosos. Para ele, as grandes nações não empobrecem por causa da prodigalidade e erros dos seus cidadãos, mas sim pela improbidade e o mau uso dos recursos pelos governantes. Posto isto,

os mesmos ou mais ou menos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer sua criatividade. Ademais, como a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais, muitas das quais se restringindo a algumas operações extremamente simples, elas suprimem ao mínimo suas capacidades inventivas, tornando-se geralmente tão embotadas e ignorantes quanto o possa ser uma criatura humana. Comumente, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população – a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça, visto que estas pessoas dispõem de pouco tempo para dedicar-se à instrução”. Por conseguinte, para Smith a educação pública exige, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado do que a de pessoas de alguma posição e fortuna (OLIVEIRA, 2014, p. 82-83; HENDERSON; DAVIS, 1991, p. 190-191; SMITH, 1983 [1776], p. 213-214).

⁶⁵ Os trabalhadores produtivos sustentam uns aos outros através de suas respectivas contribuições para a produção. A área da engenharia, por exemplo, fornece máquinas para a indústria têxtil. Esta, por sua vez, fabrica roupas para os engenheiros. Por outro lado, ambos, engenheiros e têxteis, dependem dos serviços do setor dos transportes, que, do mesmo modo, faz uso de bens produzidos pela indústria têxtil e setores da engenharia. Por isso, o empenho dos trabalhadores produtivos em todo o sistema mantém a economia em funcionamento, ao manter constante o fornecimento dos insumos necessários - materiais, combustível e equipamentos - para a manutenção da força de trabalho no mercado, substituindo o que está constantemente sendo consumido. Essa concepção circular – produção de mercadorias (*commodities*) por meio de mercadorias – contrasta com a representação neoclássica da produção como um processo "unidirecional" de transformação de recursos dados, através da aplicação de fatores de produção em bens finais. Quando os insumos são vistos como produtos do sistema - as mesmas *commodities* sendo usadas e reproduzidas no decorrer das operações produtivas - a Idéia de um "excedente" emerge imediatamente quando a produção de mercadorias é comparada com a necessária quantidade de insumos para produzi-las. Em termos práticos, o excedente é importante, pois fornece os meios de vida dos membros da comunidade que não contribuem diretamente para a produção de sua própria subsistência e fornece também os meios pelos quais, através da poupança e acumulação de capital, a capacidade produtiva da economia pode ser estendida (GRIEVE, 2013, p. 8; 2005, p. 2-3).

seria uma grande impertinência que reis e ministros intentem vigiar a economia dos cidadãos, sob o pretexto de angariar recursos para protegê-los. Ademais, como essas obrigações geravam gastos irrisórios para o Estado, pode-se dizer que, no contexto do final do século XVIII e limiar do século XIX, isto é, no período de transição para a sociedade capitalista, o modelo liberal, devido principalmente à sua viabilidade prática, foi bem recebido como proposta alternativa de Estado, se comparada com o Absolutismo (OLIVEIRA, 2013, p. 165).

O próprio List recorda ter sido por muitos anos adepto aficionado da doutrina de Smith e Jean-Baptiste Say, estudando com assiduidade e perseverança tanto as obras dos mestres, quanto as de seus discípulos na Inglaterra, Alemanha e França. Mas ele ressalta também que somente mudou de opinião a respeito da validade universal da teoria clássica quando confrontou os resultados positivos do bloqueio continental para a indústria alemã, com os efeitos contraproducentes gerados a partir do retorno do livre comércio (LIST, 1983 [1841a], p. 4; 1909 [1827a], p. 173). A proteção parcial contra a competição inglesa, segundo explicou List em seu *Sistema Nacional de Economia Política*, desencadeou progresso admirável não apenas nos diferentes setores da indústria alemã, mas também fez florescer todos os ramos da agricultura.

Quaisquer que sejam as alegações dos teóricos, particularmente dos ingleses, contra o bloqueio, é incontestável – e todos os que conhecem a indústria alemã devem atestá-lo, pois há testemunhas abundantes do fato em todos os escritos estatísticos da época – que, como resultado daquele bloqueio, as manufaturas alemãs de toda espécie, pela primeira vez, começaram a registrar progresso importante; que somente então tornou-se generalizada e bem-sucedida a criação mais aperfeiçoada de ovelhas (iniciada algum tempo antes); que somente então se trabalhou na melhoria dos meios de transporte (LIST, 1983 [1841a], p. 64).

Apesar disso, continua List, em centenas de cátedras universitárias alemãs ensinava-se a doutrina segundo a qual as nações só conseguem chegar à riqueza e ao poder mediante o comércio livre, universal e sem restrições. Conseqüentemente, grande quantidade de bens manufaturados ingleses foram importados logo após o colapso do Sistema Continental, de modo que as indústrias que tinham se desenvolvido durante às guerras napoleônicas viram-se ameaçadas de extinção por causa da desigual concorrência (LIST, 1983 [1837a], p. 9; 1983 [1841a], p. 261). O efeito imediato da assimilação da doutrina clássica foi que, depois de haver conquistado os campos e os mercados alemães, a Inglaterra converteu os territórios

germânicos num mercado tão promissor quanto aquele por ela usufruído em seu comércio com a Índia e a China.

A Inglaterra, não satisfeita em ter arruinado a maior parte das manufaturas alemãs e fornecer-lhes enormes quantidades de tecidos de algodão e lã, excluiu de seus portos os cereais e a madeira alemãs, e até, de tempos em tempos, a lã alemã. Houve tempo em que a exportação de manufaturados ingleses para a Alemanha era dez vezes maior do que a exportação feita ao seu tão enaltecido Império das Índias Orientais (LIST, 1983 [1841a], p. 261).

Foi precisamente a contemplação dos efeitos perniciosos do livre comércio sobre a economia alemã, portanto, que induziu List à dúvida sobre a infalibilidade do pensamento econômico inglês associado ao *free trade* (LIST, 1983 [1841a], p. 3).

Em suas palavras:

Meus olhos não sendo afiados o suficiente para descobrir num relance os erros de um sistema tão engenhosamente construído e apoiado por tantas verdades valiosas, julguei a árvore pelos seus frutos. Percebi que, tal como uma teoria engenhosamente inventada na medicina, por mais que apoiada em verdades brilhantes, ela deve ser, no entanto, fundamentalmente errônea se destrói a vida de seus seguidores. Por isso, um sistema de economia política deve estar errado, se ele afeta apenas o contrário daquilo que todos os homens de bom senso devem supor esperar dele⁶⁶ (LIST, 1909 [1827a], p. 174-175, tradução nossa).

Importa lembrar ter sido nesse exato momento em que sucedeu a dominação napoleônica que List entrou em íntimo contato com o Historicismo e o Idealismo Alemão, sobretudo, durante sua permanência em Tübingen. Como se sabe, Herder brindou ao século XIX o conceito de história dinâmica e aberta, em que cada momento, cada época, deveria ser visto como dotada de um sentido próprio e uma verdade a ser apreendida e vertida ao entendimento comum. O descobrimento da história dinâmica causou um verdadeiro corte no espírito europeu. De fato, tornou-se natural ver as coisas num contexto histórico. Assim, nenhum Deus, nenhuma ideia, nenhuma obra, nenhuma moral, nenhuma ordem social podiam ser estabelecidos de forma definitiva diante da História (SAFRANSKY, 2010, p. 27-30). Desde então, a História ocupou lugar de destaque nas especulações filosóficas alemãs, alcançando o seu ápice no Historicismo e, principalmente, no sistema hegeliano.

⁶⁶ “My eyes being not Sharp enough to discover at a glance the errors of a system so ingeniously built up and supported by so many valuable truths, I judged the tree by its fruits. I conceived that, as a theory in medicine, however supported by brilliant truths, must be fundamentally erroneous if it destroys the life of its followers, so a system of political economy must be wrong if it effects just the contrary of that which every man of common sense must be supposed to expect from it” (LIST, 1909 [1837a], p. 174-175).

Decerto, como visto, o Historicismo pode ser entendido como um fenômeno intelectual nascido em reação ao universalismo e ao cosmopolitismo difundidos pelo Iluminismo, e que exerceu influência determinante na formação do pensamento moderno alemão. Até então, sempre se havia falado do homem em coletivo singular, ignorando-se a sua especificidade. Herder, porém, ressignificou o indivíduo e, a partir disso, descobriu a pluralidade. O homem passou a ser visto como mera abstração; o que existe de fato são “os homens”. Nesse sentido, cada indivíduo marca de maneira singular aquilo que o homem é e pode vir a ser. Embora Herder já tivesse oferecido extensa apresentação dos princípios do historicismo alemão, o fator mais importante que acelerou a transição do Iluminismo para a perspectiva historicista foi o impacto dos acontecimentos políticos de 1792 a 1815⁶⁷ (IGGERS, 1983, p. 38).

Com efeito, diversos eruditos buscaram na história o fundamento da tradição política alemã. Por exemplo, em lugar do conceito utilitarista de Estado como instrumento dos interesses e bem-estar de sua população, eles propunham enfaticamente o conceito idealista do Estado como fim em si mesmo. Nesse sentido, o Estado não deve ser julgado por padrões éticos externos ou por normas utilitárias, mas deve sempre ser guiado e julgado em termos de poder político. Além da esfera do governo, a História tornou-se a pedra angular da verdadeira cultura alemã. Aos poucos, a filosofia e a metodologia do historicismo permearam todas as ciências humanas e culturais alemães, de modo que a linguística, a filologia, a economia, a arte, o direito, a teologia etc. tornaram-se estudos orientados historicamente. Assim, a História veio a ser o único guia para o entendimento das coisas humanas, dominando a produção intelectual alemã por mais de um século (IGGERS, 1983, p. 15).

O próximo passo na consagração da História foi dado por um grupo seleto de filósofos sob a insígnia do Idealismo Alemão.⁶⁸ Nesse caso, merecem destaque as

⁶⁷ Em 1774, Herder publicou sua obra *Auch eine Philosophie der Geschichte zur Bildung der Menschheit* (*Filosofia da História para a Educação da Humanidade*), onde comenta algumas de suas concepções acerca do processo histórico sob a perspectiva da diversidade e da transformação cultural. Posteriormente, suas ideias centrais sobre a História foram debatidas novamente em sua obra máxima, *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (*Ideia para a Filosofia da História da Humanidade, 1789-1791*) (BUARQUE, 2003, p. 58).

⁶⁸ Na Alemanha, do último quartel do século XVIII com Kant, até meados do século XIX com Hegel, a escola filosófica denominada Idealismo Alemão desempenhara uma influência tão significativa nos territórios

contribuições de Friedrich Wilhelm Schelling (1775-1854) e, sobretudo, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), para quem a História é, entre outras coisas, o processo de desenvolvimento progressivo do espírito rumo à liberdade (FRANÇA, 2010, p. 76; HENDERSON; DAVIS, 1991, p. 198-200). Compreendendo o espírito como vida, e a vida humana como história, Hegel assevera que esta é na verdade o processo de formação da consciência. Nesse sentido, o indivíduo singular deve perpassar as fases de formação do espírito universal como etapas de um caminho já batido e pavimentado na larga extensão do tempo. Desse modo, é através da percepção do processo histórico que se pode compreender não apenas as “leis da história”, seu sentido e sua direção, mas, principalmente, entender nossa atual situação histórica (CORBISIER, 1991, p. 18; HEGEL, 1987 [1807], p. 21-22; 1973 [1818/19], p. 342-343).

Como exposto, List foi professor em Tübingen durante o período em que o pensamento hegeliano alcançou o seu máximo esplendor, tornando-se hegemônico em praticamente todo o território alemão. De fato, List e Hegel mantinham relação muito próxima. O economista suábio havia cooperado com o grande filósofo alemão na elaboração de uma constituição para o Estado de Württemberg⁶⁹. Além disso, durante um ataque dos antimonarquistas, Hegel publicou sua defesa do rei Wilhelm I de Württemberg a pedido de List⁷⁰. Isso não somente mostra a conexão entre os dois, mas também o quanto eram partidários da ideia de unidade alemã e liberdade política (DAASTØL, 2011, p. 22). Nota-se que List assimilou de Hegel, *inter alia*, a ideia segundo a qual a história é sumamente importante para a compreensão do

germânicos que dificilmente se pode imaginar hoje. O respeito e veneração a essa tradição eram notórios entre os povos alemães e, especialmente, entre os acadêmicos e economistas alemães, os quais eram mais inclinados filosoficamente do que na atualidade (DAASTØL, 2011, p. 43).

⁶⁹ Hegel era filho de um gestor orçamental no serviço fiscal de Württemberg. A família de sua mãe era composta por teólogos, advogados e altos funcionários em Stuttgart e Württemberg. Assim como List, Hegel foi educado precocemente nos estudos clássicos e nas línguas originais. Durante seus estudos em Tübingen, seus companheiros de quarto eram outras duas personalidades do Idealismo Alemão, a saber, o poeta Hölderlin e o filósofo Schelling. Em 1818, Hegel assumiu o professorado em Berlim, sucedendo à Fichte, outro expoente dessa escola (DAASTØL, 2011, p. 294).

⁷⁰ Em 1802, Hegel escreveu um ensaio em que trata especificamente da Constituição Alemã, dando considerável atenção a questão da unificação dos Estados Alemães, com um exército único, sob a regência de um imperador. Hegel acreditava que a única maneira pela qual o Império Alemão poderia continuar a existir seria organizando um poder político que restaurasse a conexão entre o povo alemão e o imperador (DAASTØL, 2011, p. 494-495). List, igualmente, acreditava que a monarquia constitucional seria a forma mais plausível de governo, uma vez que reuniria, de modo harmônico e em si mesma, todos os benefícios da democracia, da aristocracia e da monarquia absoluta. Conforme List, de todas as formas de Estado, a Monarquia Constitucional é a mais apta a defender a liberdade, promover as artes e a ciência, bem como proteger os pequenos e médios proprietários contra a tirania dos ricos e poderosos (LIST, 1850 [1842], p. 157-158).

presente. Na verdade, a história tornou-se o eixo condutor de toda a sua crítica do pensamento econômico clássico, sendo que, por meio dela, ele busca refutar os princípios de liberdade universal como condição necessária do desenvolvimento econômico. Outrossim, tal como em Hegel, List acredita que o fator determinante da mudança histórica seria, sem dúvida, o crescimento do espírito objetivo, isto é, o Estado, entendido como plena realização da racionalidade, do exercício da liberdade concreta, da moralidade e da inovação rumo ao progresso (HEGEL, 1973 [1818/19], p. 325-326).

O Estado é a efetividade da ideia moral; é o Espírito ético enquanto vontade patente, claro por si mesmo, substancial, que se pensa e se conhece, e, uma vez que sabe, efetua. Na ética, o Estado tem a sua existência imediata, e na consciência, no saber e atividade dos indivíduos, encontra sua existência mediada, de modo que essa consciência por si, através dos sentimentos, tem sua liberdade substancial nele, como sua essência, finalidade e produto de sua atividade. [...] O Estado, como a efetividade da vontade substancial que possui na consciência de si a individualidade elevada a sua universalidade, é o racional em si e por si. Esta unidade substancial, como fim absoluto e imutável em si mesmo, é onde a liberdade atinge a plenitude dos seus direitos, e fim último tem o mais alto direito no confronto com os indivíduos, cujo dever supremo é ser membro do Estado⁷¹ (HEGEL, 1821, p. 241-242, tradução nossa).

Do mesmo modo, a História tornou-se para List o fundamento de um novo posicionamento em contraposição aos valores universais e liberalizantes da Inglaterra. Por isso, ela cumpre, no seu *Sistema*, uma função epistemológica de primeira ordem, na medida em que serve tanto para a comprovar suas hipóteses e verificar a validade geral da teoria clássica, quanto para revelar as especificidades do processo de evolução econômica de cada povo (LIST, 1983 [1841a], p. 6). Assim, por intermédio dos ensinamentos da História, List intenta destacar as causas do malogro econômico de diversas nações a fim de precaver a Alemanha contra os efeitos danosos da fragmentação política e do livre comércio no contexto de países em retardo técnico-industrial.

⁷¹ “Der Staat ist die Wirklichkeit der Sittlichen Idee – der sittliche Geist, als der offenbare, sich selbst deutliche, substantielle Wille, der sich denkt und weiss und das was er weiss, und insofern er es weiss, vollführt. An der Sitte hat er seine unmittelbare, und an dem Selbstbewusstsein des Einzelnen, dem Wissen und Thätigkeit desselben seine vermittelte Existenz, so wie dieses durch die Gesinnung in ihm, als seinem Wesen, Zweck und Produkte seiner Thätigkeit, seine substantielle Freiheit hat [...]. Der Staat ist als die Wirklichkeit des substantiellen Willens, die er in dem zu seiner Allgemeinheit erhobenen besondern Selbstbewusstsein hat, das in und für sich Vernünftige. Diese substantielle Einheit ist absoluter unbewegter Selbstzweck, in welchem die Freiheit zu ihrem höchsten Recht kommt, so wie dieser Endzweck das höchste Recht gegen die Einzelnen hat, deren höchste Pflicht es ist, Mitglieder des Staats zu sein” (HEGEL, 1821, p. 241-242).

De fato, desde há muito List vinha se ocupando da questão concernente ao método histórico comparativo, o qual já tinha discutido, ainda que superficialmente, durante sua permanência nos Estados Unidos. Nos seus maiores trabalhos, tanto no *Sistema Natural* como no *Sistema Nacional*, List repetidas vezes compara países e situações ao longo da história, e enquanto julga e toma o devido conhecimento das diferentes circunstâncias e situações do passado, tenta entender os padrões de desenvolvimento econômico e formular tendências baseando-se em cuidadosas observações empíricas. Em 1841, ele afirmou ter baseado seu método em estudos históricos, a fim de extrair princípios que pudessem ser utilizados para analisar os problemas do presente (DAASTØL, 2013, p. 68).

Em contraposição direta à teoria [clássica], o autor procura primeiro as lições da história, deduz a partir delas seus princípios fundamentais, desenvolve-os, submete os sistemas anteriores a um exame crítico, e, finalmente (uma vez que seu objetivo é em toda parte prático), explica a atual situação da política comercial⁷² (HIRST, 1909, pp. 300-301, tradução nossa).

List afirma que suas investigações seguem o método empírico e realista, no sentido de que o seu *Sistema* é baseado na experiência histórica, não sendo, portanto, um sistema abstrato com base em axiomas *a priori*. De fato, ele fundou suas conclusões em princípios derivados do que realmente acontece no mundo real. Com sua abordagem histórica, List deu continuidade ao projeto hegeliano de que só o real é racional (DAASTØL, 2013, p. 68). Seu ensaio sobre a reforma agrária, *Die Ackerverfassung, die Zwergwirtschaft und die Auswanderung (Constituição Agrícola, Pequenos Negócios e Emigração, 1942)*, apesar de longo tempo ignorado, é talvez o primeiro trabalho sistemático na tradição histórica, isto é, com uma metodologia empírica, em oposição à metodologia abstrata da escola clássica britânica. Anteriormente, em *L'Économie Politique Devant le Tribunal de l'Histoire (A Economia Política perante o Tribunal da História, 1836)* e em *Die Freiheit und die Beschränkungen des Auswärtigen Handels, aus dem Historischen Gesichtspunkt beleuchtet (A Liberdade e as Restrições ao Comércio Exterior, Iluminadas a partir de um Ponto de Vista Histórico, 1839)*, List apresenta estudo extensivo sobre a política

⁷² “In direct antagonism to the theory, the author first seeks the lessons of history, deduces from them his fundamental principles, develops them, subjects previous systems to a critical examination, and finally (since his aim throughout is practical) explains the present position of commercial policy” (HIRST, 1909, pp. 300-301).

comercial de diversas nações a fim de revelar o que a História ensina em relação à liberdade e às restrições ao comércio exterior (LIST, 1850 [1839], p. 64).

História, afirmou List, forneceu evidências de que o protecionismo era uma característica geral da industrialização de todas as nações, incluindo a Inglaterra, a primeira potência industrial. Em uma frase que se tornaria famosa, List afirmou que, sob a inspiração da "escola" de Smith, burocratas britânicos apregoavam que outros países deveriam seguir os princípios do livre comércio e, então, "chutaram a escada" pela qual a Grã-Bretanha subiu. (BOIANOVISKY, 2011, p. 7).

Em *L'Économie Politique devant le Tribunal de l'Histoire (Economia Política no Tribunal da História, 1836)*, List sustentou, que, uma vez que a economia, assim como a medicina, baseia-se na observação e na experiência, suas proposições devem ser encontradas na história. Esses e outros escritos de List não apenas exprimem o processo de gestação de um novo método de análise do pensamento econômico: eles também antecipam a abordagem histórica e os poderosos argumentos expostos de forma cabal no *Sistema Nacional de Economia Política*, o que faz de List, em verdade, precursor da Escola Histórica Alemã⁷³ (BOIANOVISKY, 2011, p. 7; SCHUMPETER, 2006, p. 480; CUSUMANO, 1875, p. 96). Com efeito, embora a experiência nos Estados Unidos tenha sido significativa no desenvolvimento das ideias econômicas de List, é evidente que ele havia mudado seu pensamento enquanto ainda vivia em Wüttermberg, isto é, baseando-se sobremaneira na experiência germânica.

2.3 APLICAÇÃO DO MÉTODO HISTÓRICO-COMPARATIVO

De acordo com Alfred Marshall (1842-1924), no começo do século XIX, o mais distinto dos sucessores imediatos de Adam Smith foi Jeremy Bentham⁷⁴ (1748-1832).

⁷³ Nas palavras de Vito Cusumano, um dos mais importantes representantes do grupo de economistas reunidos no Círculo de Pádua e responsável pela divulgação crítica do pensamento econômico alemão na Itália pós-unificação: "I vantaggi più significanti delle teorie di List sono quelli di aver dimostrato l'importanza della Storia e della Nazionalità nell'economia politica; di aver aperto la strada al metodo storico; di aver confutato alcuni principi di Smith e le cosiddette leggi naturali economiche. Non può quindi negarsi la influenza di List sulla scuola storica e in particolari su Roscher. È infatti con List che comincia in Germania la reazione al cosmopolitismo delle teorie economiche, alle conclusioni assolute efficaci per ogni tempo e per ogni luogo; è con List che emerge l'elemento nazionale e si comincia a tener conto delle condizioni politiche, storiche e sociali delle nazioni (CUSUMANO, 1875, p. 96).

⁷⁴ Em carta a John Stuart Mill escrita em 1841, Auguste Comte expressou a convicção de que Bentham deveria ser considerado o precursor da ciência chamada Economia Política. De fato, de acordo com a perspectiva liberal,

Com seu espírito lógico e inquiridor, Bentham foi um crítico incisivo “de todas as restrições e regulamentos para os quais não se pudesse dar razão plausível”. Sua declaração de que a *utility* de toda ação humana “devia ser aumentar a soma de toda sua felicidade” e que esta “seria tanto maior quanto equivalentemente estivesse distribuída na riqueza”, exerceu a mais significativa influência sobre os jovens economistas ingleses⁷⁵ (BENTHAM, 1823, p. 4-57). Decerto, a ideia de que, na atividade comercial, a busca inteligente do maior ganho financeiro para si mesmo pode se harmonizar com o crescimento geral da riqueza e o aumento da prosperidade de todos os homens, era há muito pensamento corriqueiro tanto no mundo dos negócios, quanto nas diversas teorias econômicas. Contudo, conforme Overton H. Taylor, o que Bentham propôs foi uma generalização ou ampliação desta ideia, de modo a açambarcar toda a vida humana, substituindo o cálculo de ganhos ou benefícios econômicos de ações projetadas, por tentativas de cálculos mais amplos de todos os ganhos ou benefícios para a felicidade humana⁷⁶ (MARSHALL, 1982 [1890], v. II, p. 338; TAYLOR, 1965, p. 162).

em praticamente todos seus escritos econômicos, Bentham se preocupa em estender a iniciativa privada ao comércio e a indústria como um meio de aumentar o bem-estar social. Grosso modo, em suas obras, como *Manual of Political Economy (Manual de Economia Política, 1795)*, *Institute of Political Economy and Observations on the Restrictive and Prohibitory Commercial System (Instituto de Economia Política e Observações sobre o Sistema Comercial Restrito e Proibitório, 1801-1804)*, *Defense of Usury (Defesa da Usura, 1818)*, *Emancipate your Colonies (Emancipar suas Colônias, 1830)*, encontram-se a defesa contra a ingerência da ação governamental no âmbito do comércio e da indústria. Tal prática, em seu modo de ver, é autodestrutiva ou prejudicial ao bem-estar social geral. Em outros trabalhos, destaca-se a discussão sobre a aplicabilidade de políticas que servem ao bem-estar social, e que não violam os princípios do liberalismo econômico. Em *Supply without Burthen (Suprimento sem encargo, 1795)*, Bentham defende a substituição da tributação direta como um meio de financiamento do governo. Igualmente, em *Abstract or Compressed View of a Tract Intituled Circulating Annuities (Visão adstrita ou resumida de um tratado intitulado circulação de anuidades, 1800)* ele desenvolve esquemas para reembolsar a dívida pública sem recurso à tributação direta ou empréstimos adicionais. Também estão incluídos na categoria da arte da economia política obras como *The True Alarm (O verdadeiro alarme, 1801)* e *Defense of a Maximum (Defesa de um máximo, 1801)*, que se desenvolveram como tentativas de resolver dificuldades teóricas que surgiram de algumas de suas propostas práticas. Na verdade, é aqui que Bentham antecipa notáveis performances na moderna teoria da macroeconomia (BALOGLOU, 2012, p. 286-287).

⁷⁵ De acordo com Bentham, *utility* significa a propriedade em qualquer objeto, pelo que tende a produzir benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade, ou o que vem novamente à mesma coisa para evitar a ocorrência de malícia, dor, maldade ou infelicidade. Utilidade é, portanto, para Bentham, um princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, de acordo com a tendência que parece ter de aumentar ou diminuir a felicidade do partícipe cujo interesse está em questão, compreendendo não apenas todas as ações de um indivíduo, mas também todas as medidas do governo. Por outro lado, a riqueza proporciona o prazer derivado da consciência de possuir artigos ou bens que pertençam à lista de instrumentos de gozo ou segurança, sendo sua manifestação mais evidente no momento da sua primeira aquisição; momento em que esse prazer equivale ao ganho ou a aquisição e posse (BENTHAM, 1823, p. 3-58).

⁷⁶ Na primavera de 1776, em sua primeira publicação de *A Fragment on Government (Um Fragmento sobre o Governo, 1817)*, Bentham descreveu aquilo que concebera como axioma fundamental, a saber, a idéia segundo a qual “a maior felicidade do maior número é a medida do certo e do errado”. Essa frase reaparecerá novamente com boa aproximação, em texto impresso por James Mill, em 1811, intitulado *An Introductory View of the Rationale of Evidence (Uma visão introdutória sobre a Lógica da Evidência)*. Em sua doutrina da felicidade, Bentham assenta o princípio da utilidade como a tendência a promover o fim último e comum de todas as ações

Graças a Bentham, difundiu-se entre os homens de negócios da Inglaterra a noção de que a influência dos costumes e dos sentimentos eram nocivos às atividades econômicas. Com o tempo, eles tornaram-se cada vez mais propensos a discutir as tendências da ação humana, na suposição de que “cada um estava sempre alerta para achar o caminho que melhor servisse aos seus interesses, e que era livre e presto para segui-lo” (MARSHALL, 1982 [1890], v. II, p. 338). Segundo Marshall, foram generalizações dessa grandeza que inspiraram as críticas incisivas contra os economistas ingleses no limiar do século XIX, sob a acusação de que “deixaram de investigar com suficiente rigor o papel que se poderia dar à ação coletiva em oposição à ação individual”. De fato, continua Marshall, faltava à ortodoxia clássica uma noção mais precisa do estudo comparativo da história num plano sistemático, pois embora estivessem cientes de que os habitantes de outros países apresentavam peculiaridades próprias que mereciam estudo, os economistas ingleses pareciam considerar tais diferenças como superficiais. Por isso, tiveram muitos críticos nos países estrangeiros, sobretudo, nos territórios germânicos (MARSHALL, 1982 [1890], v. II, p. 342, 343).

List, por exemplo, é reconhecido como um dos primeiros economistas alemães a fazer uso da ciência histórica para confrontar os dogmas da escola inglesa com a realidade. A História não apenas serviu de norte à formulação de suas hipóteses, mas também lhe forneceu fatos empíricos que colocaram em questão a validade geral da teoria clássica. Além disso, é mediante a História que List examina o progresso das forças produtivas em diversas nações, derivando disso sua teoria dos estágios de desenvolvimento econômico, a qual foi elaborada e discutida, primeiramente, em seu *Système Naturel d'Économie Politique (Sistema Natural de Economia Política (Sistema Natural de Economia Política, 1837))* como resposta à questão proposta pela Academia Francesa de Ciências Políticas e Morais.⁷⁷ Nesse

humanas. Em 1823, entretanto, no capítulo de abertura da segunda edição de *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation (Uma Introdução aos Princípios da Moral e Legislação, 1789)*, ele argumenta que os termos alternativos *the greatest happiness or greatest felicity* são preferíveis porque a palavra utilidade não transmite claramente as ideias de prazer, regozijo ou felicidade (BENTHAM, 1823, p. 2; BURNS, 2005, p. 47-48).

⁷⁷ Quando List chegou à França, no final de outubro de 1837, ele aparentemente não tinha a intenção de retomar seus estudos sobre economia. Durante os quatro anos anteriores, ele havia tentado fomentar a construção de estradas de ferro na Alemanha e tinha sido particularmente ativo na promoção da ferrovia entre Leipzig e Dresden. Decepcionado, no entanto, com seu fracasso em garantir uma diretoria em uma empresa ou um posto

sentido, a teoria dos estágios de desenvolvimento de List não é apenas um esquema para estudar historicamente as performances das economias nacionais, mas também um instrumento de comparação entre as nações, em determinado contexto histórico (BOIANOVSKY, 2013, p. 4-6; LIST, 1983 [1837a], p. 3-4).

Com efeito, List fundamenta sua proposta interpretativa do fenômeno do desenvolvimento recorrendo à História. A partir de exame rigoroso do passado, List percebe que, ao ressurgir a civilização na Europa, nenhum país se encontrava em situação tão favorável quanto à Itália, no que concerne ao comércio e à indústria. “Sua proximidade à Grécia, à Ásia Menor e ao Egito, e seu intercâmbio marítimo com esses países asseguravam à Itália vantagens especiais no comércio com o Oriente” (LIST, 1983 [1841a], p. 9). Ademais, sua agricultura e seus produtos manufaturados serviam de padrão e de estímulo a outros países, de modo que seu poder comercial, marítimo e naval era de longe o maior dos mares do sul.⁷⁸ Contudo, prossegue List, uma única coisa faltava à Itália para capacitá-la a tornar-se uma potência econômica mundial, de sorte que, devido à ausência desse único elemento, ela acabou perdendo todos os outros fatores de prosperidade.⁷⁹ (LIST, 1983 [1837a] p. 164; LIST, 1983 [1841a], p. 10). Em outras palavras,

na administração de uma companhia ferroviária estatal, deixou a Alemanha para se estabelecer em Paris, onde esperava despertar o interesse do governo francês em seus projetos. Logo após sua chegada à cidade, soube List que *l'Academie des Sciences Morales, et Politiques* estava oferecendo um prêmio para o tratado que respondesse a seguinte pergunta: “Caso um país proponha a introdução do livre comércio ou então modificar as suas tarifas, quais fatores devem ser levados em conta de modo a reconciliar, da maneira mais justa possível, os interesses de produção com os dos consumidores?”. O ensaio de List, intitulado *Sistema Natural de Economia Política*, explicou como, por estimular as suas forças produtivas, um país predominantemente agrário poderia desenvolver novas indústrias e elevar o padrão de vida de seu povo. Os juízes decidiram que nenhum dos ensaios era digno do prêmio, mas consideraram o trabalho de List uma das três obras mais notáveis. No prefácio de seu *Sistema Nacional de Economia Política*, List atribui a causa de seu insucesso não à dificuldade de escrever em uma língua estrangeira em limitado espaço de tempo, mas sim ao preconceito daqueles que julgaram-no, já que dois deles (Blanqui e Rossi) eram adeptos da escola de Adam Smith, cuja teoria ele combatia. List ficou desapontado com o resultado e, em setembro de 1838, escreveu a Georg von Cotta afirmando sua intenção de reformular e ampliar o seu ensaio para colocá-lo em forma adequada para publicação (HENDERSON, 2006, p. 83; HIRST, 1909, p. 84; LIST, 1850 [1839a], p. 64-65).

⁷⁸ Conforme Francesco Guissciardi, em sua monumental *Storia d'Italia*, o século XV foi o período de maior prosperidade e grandeza deste país desde a queda do Império Romano do Ocidente, chegando ao seu máximo esplendor por volta de 1490, período em que contava com grande número de habitantes, mercados, riqueza e, sobretudo, paz. Tudo isso devido à magnificência de seus príncipes; à efervescência de suas belas cidades; à majestade da religião e à probidade da administração pública (GUISCCIARDI, 1971, p. 2).

⁷⁹ Durante séculos, a Itália tinha reunido as antigas habilidades da Grécia e da Ásia. A República de Veneza possuía indústrias de todos os tipos - sobretudo a produção de lã, sedas, vidros e espelhos. Por muito tempo, ela monopolizou o comércio da Europa com as Índias Orientais por meio do Egito. Outrossim, ela tinha uma base firme de operações no mediterrâneo onde mantinha entrepostos comerciais na Morea, Chipre, Creta e várias outras ilhas. Depois de muitas lutas com a República de Gênova, que se prolongaram por várias centenas de anos, Veneza conseguiu estabelecer sua supremacia marítima de forma incontestada. Mas, assim como Gênova caiu porque sua grandeza havia sido fundada sobre a destruição de Pisa, do mesmo modo Veneza foi punida por

[...] faltava-lhe unidade nacional e o poder que dela deriva. As cidades e os poderes governamentais não agiam como membros de um corpo único, mas guerreavam-se e destruíam-se mutuamente, como se fossem potências e Estados independentes. Enquanto essas guerras devastavam externamente, cada comunidade era sucessivamente aniquilada pelos conflitos internos entre a democracia, a aristocracia e a autocracia (LIST, 1983 [1841], p. 10).

Para List, esses conflitos, tão destrutivos para a prosperidade nacional, eram estimulados e aumentados por forças estrangeiras e suas invasões; o poder eclesiástico interno, bem como o declínio da liberdade municipal das repúblicas e cidades. Com isso as comunidades italianas, uma vez separadas, acabaram alinhando-se umas contra as outras, de modo que a história das repúblicas e reinos marítimos demonstra como a Itália acabou autodestruindo-se por falta de unidade política, ou seja, por não levar em consideração os ensinamentos de Niccolò Machiavelli (1469-1527).⁸⁰ Além disso, continua o economista alemão, as cidades-estados italianas feriram a si mesmas por suas rivalidades. Elas falharam em cooperar e estabelecer um Estado unido. Se elas estivessem unidas, sua força teria sido perfeitamente suficiente para derrotar os turcos e amealhar a maior parte do comércio aberto pelas grandes descobertas (LIST, 1983 [1837a], p. 164; 1850 [1839a], p. 69-70).

A esse respeito, afirma List: “depois de haver exercido sua plena influência benéfica na Itália, o espírito da indústria, do comércio e da liberdade cruzou os Alpes, penetrou na Alemanha e erigiu novo trono nas costas dos mares do Norte” (LIST, [1851] 1841, p. 34; 1877 [1841], p. 8). Assim, em 1241, as cidades marítimas do norte da Alemanha fundaram uma união mútua para sua proteção e defesa denominada Liga Hanseática, a primeira rede comercial do norte da Europa

preferir dominar e degradar suas repúblicas irmãs em vez de formar uma aliança com elas (LIST, 1983 [1837a], p. 164; GUISCCIARDI, 1971, p. 4-5).

⁸⁰ List acreditava que “[...] o objetivo de *Il Principe* (*O Príncipe*, 1513) era claramente incutir nos Medici a ideia de que tinham sido chamados a unir toda a Itália sob um soberano único, e ao mesmo tempo indicar-lhes os meios para a consecução dessa meta. O título e a forma do livro – como se sua intenção fosse tratar da natureza do governo absoluto – foram sem dúvida escolhidos por motivos de prudência. [...] Em toda parte e sempre, o autor só tem em vista um único usurpador italiano. Os principados devem ser eliminados, as dinastias destruídas, a aristocracia feudal deve ser dominada, a liberdade nas repúblicas extirpada. Para fundar um rico império italiano, o usurpador deve tentar todos os meios: as forças do céu e as artimanhas do inferno, a sabedoria e audácia, a coragem e traição, a sorte e o azar. [...]” List assevera que se a linha geral da argumentação de Machiavelli deixasse ainda dúvidas quanto à sua tendência, essas dúvidas desapareceriam com a leitura de seu último capítulo. Ali o autor declara abertamente que “as invasões estrangeiras e as divisões internas constituem as causas fundamentais de todos os males que assolavam a Itália” (LIST, 1983 [1841a], p. 221-222.; MACCHIARELLI, 1961 [1535], 96-98).

(KIESOW-HAMMEL, 2013, p. 5-6; SELZER, 2012, p. 407; LIST, 1983 [1841a], p. 15). A *Hansa* começou como uma associação de comerciantes no interior do Sacro Império Germânico e, em meados do século XIII, constituiu uma associação composta de aproximadamente 200 cidades marítimas e interiores (ao longo dos rios). Sua influência estendia-se de Londres a Novgorod no oeste da Rússia, abrangendo, entre outras, Bruges e Ghent, em Flandres; o Golfo da Finlândia, no leste; o Báltico (Mar do Leste) e, praticamente todo Mar do Norte; além de cidades italianas como Veneza, onde comerciantes alemães armazenavam em suas instalações as mercadorias provenientes do Oriente (LIGGIO, 2007, p. 134).

Conscientes das vantagens que a operosidade dos indivíduos auferia da união de suas forças, esses comerciantes, estabeleceram entre si corporações de assistência mútua, sobretudo quando de viagens a negociações no exterior, e não perderam tempo em desenvolver uma política comercial, cujo resultado revelou-se em um grau de progresso nunca antes alcançado. Além do mais, os hanseáticos criaram uma poderosa esquadra naval e sancionaram uma lei (*Navigationsbeschränkung*), em virtude da qual os bens e produtos da *Hansa* só poderiam ser transportados por embarcações de bandeiras hanseáticas (CARSTEN, 2014, p. 8; LIST, 1983 [1841a], p. 15; 1850 [1839], 70; 1983 [1837], p. 154).

Por intermédio das transações mercantis com essa liga de comerciantes, os governos dos povos nórdicos eram beneficiados não somente por dar vazão ao excedente de produtos de seus próprios territórios e obter, em troca, artigos manufaturados muito melhor do que os produzidos internamente, mas também por enriquecer seus tesouros e cofres mediante impostos de importação e exportação, e por dar ocupação a seus súditos, evitando-os de se entregarem à ociosidade, à turbulência e à revolta. Por isso, “consideravam golpe de sorte toda vez que os hanseáticos fundavam fábricas em seus territórios, e empenhavam-se em induzi-los a fazerem isso, oferecendo-lhes privilégios e favores de toda espécie” (LIST, 1983 [1841a], p. 16; 1850 [1839], p. 70-71).

Por sua vez, os hanseáticos transportavam as matérias-primas adquiridas da Inglaterra e dos Estados nórdicos às suas instalações industriais localizadas em

Bruges (fundada em 1252).⁸¹ Ali elas eram trocadas por tecidos belgas e outros artigos manufaturados, bem como por mercadorias orientais provenientes da Itália. Em seguida, eles levavam esses produtos de volta para vendê-los a todos os países banhados pelos mares nórdicos.⁸² Apesar disso, além da ausência de unidade política, outro fator a contribuir para o malogro do comércio hanseático e, por conseguinte, para o fim da prosperidade econômica das cidades marítimas alemãs, localizou-se nas medidas de restrição ao comércio impostas pelos países nórdicos e, principalmente, pela Inglaterra (CARSTEN, 2014, p. 84; LIST, 1983 [1841a], p. 16; 1850 [1839], p. 71-74; 1983 [1837a], p. 15-16).

Por isso, de acordo com List, a História tem testemunhado, tanto nos tempos antigos como nos recentes, que as nações, enquanto permanecem em estado primitivo, ou de barbárie, auferem grandes benefícios do comércio livre e irrestrito. Tão logo esses mesmos países avançam em sua cultura e em sua indústria, no entanto, começam a dispensar menos simpatia a tal sistema. Certamente, continua List, depois que o livre comércio com os hanseáticos encorajou e promoveu a agricultura da Polônia, a criação de ovelhas na Inglaterra, a indústria siderúrgica na Suécia e todo tipo de artes e ofícios na Bélgica, esses países desenvolveram a opinião de que seria mais útil e benéfico para a nação produzir as coisas de que necessitavam em vez de exportar bens *in natura* e importar produtos manufaturados (LIST, 1983 [1841a], p. 17).

Com efeito, por volta de 1500, a preponderância comercial hanseática já tinha mudado para Flandres, e desta para o Brabante e Holanda, onde a Antuérpia e Amsterdã, respectivamente, tinham usurpado a liderança econômica dos Países Baixos⁸³ (CHANG, 2007a, p. 42; WINTER, 1948, p. 280; BONNEFON, 1945, 92;

⁸¹ Outra importante fábrica dos hanseáticos (fundada em 1272) situava-se em Novgorod, na Rússia, e era responsável por fornecer-lhes peles, linho, cânhamo e outras matérias-primas, em troca de artigos manufaturados. Além desta, havia o estabelecimento de Bergen (Noruega) – também fundada em 1272 – em que eram comercializados produtos da pesca, óleo de baleia e de pescado (LIST, 1983 [1841a], p. 17).

⁸² Os interesses da *Hansa*, no oeste, centravam-se em Flandres, uma província que desde o medievo era próspera no fabrico de panos. Além desta, merece destaque Bruges, uma agência comercial que, depois de 1350, foi supervisionada e governada como uma colônia pelas cidades unidas da *Hansa*, onde, por meio do porto de Zwin, mercadorias não apenas do extremo Báltico e da Rússia, mas também do Mediterrâneo, eram trocadas por produtos das férteis planícies dos Países Baixos (WINTER, 1948, p. 280).

⁸³ Por muito tempo a região a que compreende os Países Baixos constituía uma extensão do Sacro Império Germânico. Nota-se, por exemplo, que a Holanda e ainda seu povo e sua língua são designados por *Dutch*. Aqueles com conhecimento em alemão reconhecem imediatamente a palavra como sendo cognato de *Deutsch*.

LIST 1850 [1839], p. 70-73). Segundo List, a prosperidade dessa região relaciona-se intrinsecamente à percepção precoce do valor da segurança pública, das boas vias de comunicação, da indústria e da importância das cidades florescentes por parte dos condes governantes. Disso seguiram-se, naturalmente, um comércio intenso entre as cidades e o campo, a expansão da pecuária, especialmente a criação de ovelhas, e a ampliação da cultura do linho e do cânhamo⁸⁴ (LIST, 1983 [1841], p. 25; 1850 [1839], p. 72;). Apoiando-se no comércio recíproco entre a Liga Hanseática e a Holanda, cedo o país de Flandres conseguiu, em virtude de sua manufatura de lã, transformar-se no ponto central do comércio do Norte. Suas transações marítimas e sua indústria alcançaram tamanho esplendor que uma política de restrições protecionistas não podia ser considerada necessária no caso deles, já que até ali não havia surgido nenhuma concorrência capaz de ameaçar sua supremacia manufatureira.

Após Flandres ter sido durante séculos o principal centro manufatureiro – e Bruges, o principal mercado – da Europa setentrional, sua manufatura e comércio migraram para a província vizinha do Brabante. Em virtude dessa nova circunstância, a agricultura da província do Brabante não tardou a atingir também elevado estágio de prosperidade. Por outro lado, a Holanda, que desde os primórdios, foi obrigada a atender à sua demanda de cereais, madeira, combustível e tecidos por meio de seu comércio marítimo de exportação de laticínios e pescado, no início do século XVI, erigiu uma estrutura econômica muito moderna, não obstante apenas um quarto de sua força de trabalho ativa se ocupasse do setor agrícola (ZANDEL; LEEUWEN, 2011, p. 8). Por causa disso, os holandeses, devido às suas condições naturais, precisavam importar quantidades muito maiores de produtos agrícolas e de madeira do que os hanseáticos, os quais recebiam esses artigos dos territórios diretamente adjacentes às suas cidades. Assim, gradualmente, os hanseáticos foram sendo

Na verdade, a expressão *Dutch* deriva do alto alemão antigo *duitisk* e foi registrada pela primeira vez na forma latinizada na segunda metade do século VIII, ou seja, na Era Carolíngia, nas proximidades dessas regiões (DONALDSON, 1983, p. 4).

⁸⁴ A maioria dos historiadores vincula a riqueza e o poder da Holanda do século XVII ao aumento simultâneo do comércio e da cooperação política de sua elite urbana. A produtividade do campo é vista como apêndice das cidades, isto é, como resultado do aumento das atividades comerciais e da divisão do trabalho. Estudos recentes sobre as relações entre o campo e a cidade nos Países Baixos, todavia, revelam que o desenvolvimento da indústria rural apoiava-se na eficiência de suas comunidades camponesas, ainda que sob o controle exercido pelas cidades. Decerto, essas relações foram marcadas por intenso conflito de interesses, sobretudo no tocante à distribuição das cargas tributárias. Tais circunstâncias geravam, por sua vez, significativa diferença nos salários reais entre as cidades costeiras e os territórios interiores (HART, 2009, p. 80).

substituídos pelos holandeses no comércio com os países nórdicos (LIST, 1983 [1841a], p. 26).

Durante o reinado de Carlos V, as Províncias Unidas dos Países Baixos dispunham de um poderio e capacidade produtiva que, por si só, teriam assegurado ao seu imperador a supremacia sobre o mundo, tanto em terra como no mar. Segundo List, se Carlos V tivesse se livrado da Coroa da Espanha, como chefe supremo dos Países Baixos Unidos, imperador da Alemanha, e cabeça da Reforma Protestante, teria todos os meios, tanto materiais como intelectuais, para fundar o mais poderoso império comercial e industrial, a maior potência militar e naval que jamais existiu. Carlos V, porém, seguiu exatamente a política oposta, e o resultado disso é assunto da História.⁸⁵

As províncias holandesas do norte, fortes devido ao poderio naval, conquistaram sua independência e Amsterdam tornou-se o centro comercial do mundo (PHILPOTT, 2000, p. 211-216). Depois da união de Portugal com a Espanha, a Holanda tomou posse das colônias portuguesas mais importantes. Com efeito, até a primeira metade do século XVII, os holandeses ultrapassaram os ingleses no tocante à manufatura e à posse de colônias, ao comércio e à navegação⁸⁶ (CHANG,

⁸⁵ Carlos nasceu em 24 de fevereiro de 1500, em Ghent, capital da província da Flandres Oriental. Ele foi o último membro proveniente da casa de Borgonha. Seus avós eram Maximilian, imperador do Sacro Império, e Maria, rainha da Borgonha. Os pais de Carlos eram Felipe, o Belo, e Juana, a Louca, filha do rei Fernando de Aragão e da rainha Isabel de Castela. Quando Maria morreu em 1482, Felipe e Juana governaram a Borgonha (Países Baixos), onde Carlos cresceu. Em 1504, Isabella morreu, e Felipe levou Juana à Castela para pressionar seu direito de governar, vencendo a seu pai Maximiliano e seu sogro Fernando com a ajuda dos nobres castelhanos, que não queriam ver o crescimento contínuo do poder de Fernando. Mas Felipe morreu em 1506, e os Países Baixos foram deixados para Carlos, enquanto Fernando tornou-se regente sobre Castela. Com a morte de Maximilian em 1519, um novo imperador era necessário. Os três principais candidatos foram Francisco I, rei de França, oriundo da casa Valois; Carlos I da Espanha, da família Habsburgo, e Henrique VIII, da casa dos Tudors da Inglaterra, todos, contudo, jovens. Os príncipes eleitores alemães tinham a tradição de escolher alguém fraco para ser imperador de modo que eles pudessem manter sua autonomia. Assim, com o apoio de Frederico, o Sábio, Duque da Saxônia, Carlos tornou-se imperador do Sacro Império Germânico, senhor dos Países Baixos, das terras dos Habsburgos e da Espanha (BEARD, 2005, p. 46-47).

⁸⁶ Por volta de 1600, a Holanda havia se tornado o centro florescente do comércio, indústria e finanças da Europa, ocupando posição dominante na economia mundial. Isso tem despertado ampla especulação sobre a maneira como esta região veio a tornar-se tão poderosa. Tradicionalmente, as explicações historiográficas têm se centrado em sua evolução durante as últimas décadas do século XVI, isto é, como resultado da ascensão dos mercados de Amsterdam devido às mudanças dos fluxos comerciais e a subsequente vinda dos comerciantes de Antuérpia, após a queda da cidade, em 1585. A isto acrescenta-se ainda a chegada de dezenas de milhares de calvinistas flamengos e outros refugiados que traziam consigo suas habilidades, seus capitais, suas redes comerciais etc. Nos últimos anos, contudo, pesquisas revelam que antes da década de 1570 a economia e a sociedade holandesas haviam adquirido significativos traços de desenvolvimento. Já no início do século XVI, a Holanda era notavelmente urbanizada, com mais de 45% de seus habitantes vivendo nas cidades, tendo assim, de longe, a mais alta taxa de urbanização da Europa. Com isso, ainda por volta de 1500, a estrutura ocupacional mostra uma

2007a, p. 43). De acordo com List, no entanto, os holandeses não se deram conta de que a supremacia conquistada só poderia ser mantida se estivesse sustentada por grande espírito nacional (LIST, 1983 [1841a], p. 28). Em contrapartida, na Inglaterra, esse sentimento transbordava em virtude dos novos ideais emergentes da República recém-criada. Nesse sentido, quando chegou o conflito, tornou-se evidente que a nacionalidade inglesa apresentava gabarito muito superior ao da holandesa.⁸⁷ Após o fracasso na guerra contra a Inglaterra, a Holanda começou a perder parcela expressiva de seu mercado exterior. Conseqüentemente, grande parte do capital material, intelectual e profissional que já não podia ser empregado neste país foi desviado para a emigração ou expatriado na forma de empréstimo (LIST, 1983 [1837a], p. 29). Com efeito, ressalta List a esse respeito:

O exemplo da Holanda, como o da Bélgica, das cidades hanseáticas e das repúblicas italianas, ensina-nos que a operosidade privada, sozinha não é suficiente para manter o comércio, a indústria e a riqueza de Estados e nações inteiros, se não lhes forem favoráveis as circunstâncias públicas sob as quais o comércio e a indústria funcionam: o exemplo desses países ensina-nos além disso que a maior parte das forças produtivas dos indivíduos deriva da constituição política do governo e da força da nação (LIST, 1983 [1841a], p. 29).

No que concerne à França, se por um lado o progresso de sua agricultura encontrava-se em grande medida atrelado às atividades dos mosteiros, por outro o desenvolvimento de seu comércio e sua indústria guardaram relação direta com as cruzadas, as corporações de ofício e sua proximidade à Itália e ao país de Flandres.

proporção muito elevada de pessoas trabalhando em setores não agrícolas. Cerca de 40% da absorção total do trabalho se dava na indústria, 20% nos serviços, 15% na pesca e mineração, e apenas cerca de 25% na agricultura. Mesmo no campo, atividades não agrícolas foram muito importantes, envolvendo provavelmente metade da força de trabalho. As indústrias holandesas, tanto urbanas quanto rurais, também foram muito bem-sucedidas na exportação de seus produtos, encontrando mercados para sua cerveja, pano, tecido, tijolos e turfa em praticamente todo o noroeste da Europa e, em particular, nas partes do sul dos Países Baixos, na Flandres e Brabante. A Idade de Ouro holandesa terminou em 1702, quando a morte de Guilherme III pôs fim à Casa de Orange (BAVEL; ZANDEN, 2004, p. 503; HART, 2009, p. 80).

⁸⁷ No século XVII, a coroa inglesa percebeu que o transporte e a construção naval - tão importantes para o comércio e defesa de uma nação - devem tornar-se independente de influências estrangeiras. Por esta razão, o Parlamento aprovou a famosa Lei de Navegação em 1651, estipulando que os produtos manufaturados e agrícolas estrangeiros somente poderiam ser trazidos à Inglaterra por navios ingleses, sendo que o capitão e três quartos da tripulação tinham de ser cidadãos nativos deste país. A mesma lei afirmava que só os peixes capturados por embarcações inglesas podiam ser desembarcados em seus portos, e somente seus navios poderiam transportar peixes daqueles ou qualquer porto inglês para outro ancoradouro. A Lei de Navegação desferiu golpe fatal na supremacia naval e na indústria pesqueira holandesas, o que levou a Holanda imediatamente declarar guerra à Inglaterra. Em 13 de fevereiro de 1653, uma grande batalha naval foi travada e os holandeses foram completamente derrotados. O resultado foi que o comércio holandês através do estreito de Dover foi cortado, enquanto o comércio no Báltico foi seriamente interrompido por corsários ingleses. Soma-se a isso o fato de que a pesca holandesa foi totalmente suspensa e 1.600 navios holandeses caíram em mãos inglesas (LIST, 1983 [1837a], p. 132-133).

Nota-se, igualmente, que já no século XIV, a Normandia e a Bretanha produziam tecidos de lã e de linho tanto para o consumo, quanto para a exportação, com destaque para a Inglaterra, principal parceiro econômico. Sob a regência de Francisco I, a manufatura da seda foi introduzida no Sul da França. Em seguida, Henrique IV favoreceu essa indústria, bem como a manufatura do vidro, linho e lã, ao passo que Richelieu e Mazarin favoreceram as manufaturas de seda, as produções de brocados e de lã no Rouen e Sedan, além da pesca e da navegação. Segundo List, porém, foi com Colbert que tiveram início os dias gloriosos da indústria francesa (LIST, 1983 [1841a], p. 53; 1983 [1837a], p. 141).

List ainda afirma que, por meio da política de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), a França empreendeu uma obra que a Inglaterra só conseguiu executar com sucesso mediante árduo esforço e à custa de duas revoluções. Dentre suas principais medidas merecem destaque o incentivo à aquisição de melhores máquinas e ferramentas e à imigração de mão de obra qualificada; a introdução de uma política tarifária em benefício da indústria nativa; a abolição dos pedágios regionais etc. A respeito disso, importa frisar que o objeto central de todo o Edito de 1664 foi a unificação ou supressão da multiplicidade de aduanas que até então erguera barreira intransponível à expansão do comércio interno do reino.⁸⁸ Do mesmo modo, tanto os obstáculos levantados pelo homem, quanto aqueles impostos pela natureza foram igualmente removidos. Em razão disso, estradas, pontes, canais e viadutos foram reparados tendo em vista encurtar distâncias e interligar o campo à cidade. O propósito de todas essas reformas era introduzir na França uma

⁸⁸ Interessante contrastar aqui a visão de List com a de Smith a propósito desta figura singular da história da França: “Os franceses têm favorecido de maneira particular suas manufaturas, restringindo a importação de mercadorias estrangeiras que pudessem concorrer com elas. Nisso consistiu grande parte da política do Sr. Colbert, o qual, a despeito de sua grande habilidade, nesse caso parece ter sido vencido pelos sofismas de comerciantes e fabricantes, que sempre exigem monopólio face a seus concidadãos. Atualmente, as pessoas mais inteligentes da França estão convencidas de que tais medidas de Colbert não beneficiaram o país. Mediante a tarifa de 1667, aquele ministro impôs taxas aduaneiras extremamente altas a um grande número de manufaturados estrangeiros. Como ele se recusasse a mitigá-las em favor dos holandeses, estes, em 1671, proibiram a importação de vinhos, conhaques e manufaturados da França. A guerra de 1672 parece ter sido, em parte, provocada por essa disputa comercial. A paz de Nimega pôs fim a essa disputa, em 1678, suavizando algumas dessas taxas em favor dos holandeses que, por seu turno, suprimiram sua proibição de importações. Foi mais ou menos na mesma época que os franceses e ingleses começaram a prejudicar a indústria uns dos outros, recorrendo às mesmas taxas aduaneiras e proibições, sendo que coube aos franceses, parece, ter dado o primeiro passo. O espírito de hostilidade que passou a subsistir entre as duas nações desde então tem impedido até agora a mitigação dessas medidas, dos dois lados” (SMITH, 1996 [1776], v. I, 476-477).

nova etapa de desenvolvimento da indústria e das manufaturas⁸⁹ (CHANG, 2007a, p. 36; SARGENT, 2004, p. 29).

Ao analisar em profundidade a história econômica da França, List acredita que o primeiro passo a promover o insucesso da indústria francesa foi dado por meio da revogação do Edito de Nantes, graças ao qual foram banidos mais de 150 mil dos mais operosos, preparados e prósperos habitantes da França.⁹⁰ Estes, para dupla infelicidade da monarquia francesa, transferiram seus negócios, suas indústrias e seu capital para a Suíça; para todos os principados protestantes do Sacro Império Germânico, especialmente a Prússia, bem como para a Holanda e Inglaterra (BUTLER, 1988, p. 63). A solução encontrada pelos conselheiros do rei para resolver a triste condição à qual a indústria e as finanças francesas haviam sido reduzidas por um longo período de mau governo foi estabelecer a política de livre comércio apregoada pela teoria dos *économistes*⁹¹ (CHANG, 2007a, p. 36; LIST, 1983 [1841a], p. 55; 1983 [1837a], p. 144-145).

Os estadistas franceses pensavam que a prosperidade do país poderia ser restabelecida de imediato, desde que se conseguisse melhor mercado para os vinhos e conhaques franceses na Inglaterra, permitindo, em contrapartida, a importação de manufaturados ingleses.⁹² A Inglaterra, encantada com a proposta, presenteou os franceses com uma segunda edição do Tratado de Methuen, na forma

⁸⁹ Quando Colbert morreu, em 1683, a França possuía 50 mil teares ocupados na fabricação de tecidos de lã e produzia anualmente artigos de seda no valor de 50 milhões de francos, de sorte que a receita do Estado teve um incremento de 28 milhões de francos, com uma florescente indústria pesqueira, uma grande marinha mercante, e uma esquadra poderosa (LIST, 1983 [1841a], p. 54; 1983 [1837a], p. 142).

⁹⁰ No dia 17 de Outubro de 1685, Luis XIV revogou o Edito de Nantes, o qual havia sido emitido por Henrique IV, em 1598, para conceder liberdade de culto aos protestantes. O efeito imediato disso foi o êxodo de mais de 160.000 franceses. Esse evento foi o maior movimento migratório da população européia na era moderna, ao lado da expulsão dos mouros da Espanha, e foi ainda mais notável em face dos precários meios de transporte e estradas da época (BUTLER, 1988, p. 64).

⁹¹ Segundo List, embora Adam Smith tenha destruído os alicerces da doutrina dos fisiocratas, ele aceitou piamente o princípio de livre comércio que eles defendiam. Na verdade, “Smith deu à doutrina fisiocrática o apoio de sua grande autoridade, sendo, no entanto, cauteloso na assimilação de suas ideias. Ele elogiou a nobreza de seus sentimentos e aprovou a grandeza dos seus objetivos. Posteriormente, convenceu os discípulos de Quesnay a aceitar suas doutrinas. Assim, eles difundiram os princípios abstratos da economia clássica sem levar suficientemente em conta o que estava acontecendo no mundo real”. Desse modo, sublinha List, “Smith lembra o capitão de um navio de guerra que captura um navio inimigo e, em seguida, elogia a bravura de seus inimigos, a fim de persuadi-los a entrar ao seu serviço” (LIST, 1983 [1837a], p. 146).

⁹² O Estado francês pré-revolucionário participou ativamente na promoção industrial. No entanto, a tradição colbertista foi em grande parte suprimida devido às ideias liberais da Revolução Francesa e pelo impasse político que se seguiu ao período napoleônico. Assim, apesar de sua imagem pública como um país predominantemente intervencionista, a França, durante a maior parte do século XIX e a primeira metade do século XX, perseguiu um regime de política em muitos aspectos mais liberal do que a Grã-Bretanha ou os EUA (CHANG, 2007a, p. 62).

do assim chamado Tratado de Eden (1786), acordo comercial imediatamente seguido de resultados não menos perniciosos do que os produzidos pelo original português.

Os ingleses, acostumados aos vinhos fortes importados da península ibérica, não aumentaram seu consumo de vinho na medida esperada, ao passo que os franceses perceberam que o que tinham a oferecer aos ingleses era simplesmente a moda e artigos miúdos, cujo valor global era totalmente insignificante; enquanto isso, os fabricantes ingleses, em todos os artigos de primeira necessidade – cuja soma total era enorme - , puderam superar em muito os fabricantes franceses no referente aos preços baixos, bem como no tocante à qualidade dos produtos e à concessão de crédito (LIST, 1983 [1841a], p. 55).

No caso de Portugal e Espanha, o testemunho da história também não deixa dúvida quanto aos efeitos deletérios advindos do comércio livre universal em se tratando de nações em desigual estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Durante muito tempo, devido aos seus vastos rebanhos de ovelhas de boa raça, os espanhóis foram assíduos vendedores de lã tanto para a Inglaterra quanto para a Itália. Nota-se que após a expulsão dos árabes de seu território, a estrutura agrária da Espanha transformou-se em decorrência do processo de concentração fundiária. Com efeito, por volta do final do século XVI, o êxodo rural atingiu proporções alarmantes. Por outro lado, a tributação foi um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento da agricultura na Espanha. Além dos pesados impostos e da estrutura agrária, o cultivo da terra também foi prejudicado pelo seu uso extensivo para pastagem, de modo que, desde o final da Idade Média, a produção de lã tornara-se uma atividade rentável e uma mercadoria valiosa (LYNCH, 1992, 205-207).

Ainda sob o domínio árabe, no século X, Abdul Rahman III (912-950), havia cultivado extensas plantações de algodão, açúcar e arroz nas férteis planícies nas proximidades de Valência, dedicando-se, com igual sucesso à sericultura. Nesse mesmo período, Córdoba, Sevilha e Granada possuíam importantes manufaturas de algodão e de seda, ao passo que Valência, Segóvia, Toledo e várias outras cidades de Castela eram famosas pelas suas manufaturas de lã. Além do mais, Sevilha sozinha possuía nada menos que 16 mil teares, enquanto as manufaturas de lã de

Segóvia empregavam, em 1552, cerca de 13 mil trabalhadores⁹³ (LIST, 1983 [1841a], p. 45).

Aliás, até por volta do final do século XVII, as cidades portuárias espanholas haviam se tornado a sede de um comércio intenso e de grandes centros de pesca, sendo que quando Filipe II ascendeu ao trono, a Espanha possuía grande esquadra de navios mercantes e poderosa frota de guerra, de sorte que suas embarcações eram temidas por todas as potências marítimas. Tudo isso deixa evidente que, por muito tempo, a monarquia espanhola deteve todos os sinais de grandeza e prosperidade necessários para torná-la a nação mais poderosa do mundo (LYNCH, 1992, p. 216-217). Entretanto, o fanatismo, juntamente com o despotismo, sufocou o elevado espírito da nação. De acordo com List, o primeiro passo nessa obra obscura foi a expulsão dos judeus, coroada pela expulsão dos mouros. Com isso, a Espanha expurgou de seu território seus mais operosos e abastados habitantes, os quais levaram consigo todo o capital que possuíam (KELLENBENZ, 1967, p. 352; LIST, 1983 [1841a], p. 46; 1983 [1837a], p. 164).

Igualmente, a descoberta da América e da rota comercial pelo cabo da Boa Esperança constituíram sentença morte à indústria e ao poderio nacional espanhóis. Em vez de trocar os produtos das Índias Orientais e Ocidentais por artigos manufaturados nacionais - como fizeram posteriormente os holandeses e os ingleses - os espanhóis e, mais tarde, os portugueses, julgaram ser mais conveniente comprar produtos manufaturados de nações estrangeiras, pagando com o ouro e a prata extorquidos de suas colônias. Por causa de sua economia fraca, seu parco mercado interno e o lamentável estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, a Espanha não podia restringir seus metais preciosos a seus domínios, mas, ao contrário, teve que trocá-los por matérias-primas e, sobretudo, bens manufaturados estrangeiros (REINERT, 2005, p. 222; KELLENBENZ, 1967, p. 350).

⁹³ Nota-se que os espanhóis possuíam rebanhos de ovelhas de tão boa qualidade que já, em 1172, Henrique II, rei da Inglaterra, proibiu a importação de lã deste país. Dois séculos antes, os habitantes do bairro espanhol de Viscaya eram famosos por sua produção de ferro e por sua habilidade incomum como marinheiros e pescadores. Por causa da destreza de seus trabalhadores, bem como a qualidade de seus panos, até os dias de Colbert, a Espanha exportava para a França grande parte de seus tecidos de lã (LIST, 1983 [1837a], p. 163).

Do mesmo modo, o elevado nível dos preços, encorajado pelo constante influxo de ouro e prata, tornou as exportações difíceis e favoreceu sobremaneira as importações, já que o preço da sua mão de obra e de suas matérias-primas tornaram dispendiosos o valor de seus manufaturados, se comparado com outros países.⁹⁴ Tal fenômeno desencadeou a ruína da sua indústria nacional, pois o ouro e a prata só produzem efeitos positivos onde a indústria sabe como atrair e empregar esses bens. Conseqüentemente, a monarquia espanhola não apenas transformou seus cidadãos úteis em traficantes de escravos e em tiranos coloniais, mas também promoveu a indústria, o comércio e o poderio marítimo dos holandeses e dos ingleses, transformando-os em rivais que logo se tornaram suficientemente fortes para destruir as esquadras portuguesa e espanhola, roubando-lhes suas fontes de riqueza (LIST, 1983 [1841a], p. 46; 1983 [1837a], p. 164).

No caso de Portugal, constata-se que, tal como a Espanha, o país possuía excelentes rebanhos de ovelhas. Por volta de 1681, sob a regência do Conde da Ericeira, foi introduzida em Portugal uma tentativa de desenvolver sua própria indústria. O projeto visava, entre outras coisas, implantar uma manufatura de tecidos e, desse modo, industrializar sua própria matéria-prima a fim de fornecer à metrópole e às colônias artigos manufaturados nacionais. Para tal objetivo, incentivou-se a imigração de mão de obra qualificada, sobretudo, os tecelões ingleses. Assim, “a manufatura de tecidos floresceu tão rapidamente, em consequência da proteção que lhe foi dispensada, que três anos mais tarde (em 1684) foi possível proibir a

⁹⁴ Antes de List, outros eruditos já haviam mostrado que o aumento na oferta de dinheiro em um país faz com que o preço de seus bens e serviços aumentem. Nesse caso, as mercadorias desse país tornam-se menos competitivas, fazendo com que suas exportações diminuam, ao passo que as importações aumentam. Nesse caso, sua balança comercial torna-se desfavorável, pois suas espécies fluem para outros países. Todavia, como salienta David Hume, essa evasão de metais preciosos causará, por seu turno, uma queda no preço das mercadorias e serviços, o que favorece o retorno das mesmas, regulando, naturalmente, a balança comercial. Igualmente, Hume afirmava ser impossível para um Estado manter a balança comercial favorável de forma ininterrupta, como muitos mercantilistas defendiam. Tal prática levaria a um aumento contínuo da quantidade de ouro e prata dentro do país, o que implicaria a elevação no nível dos preços. Dito de outro modo, se um país tem balança comercial favorável, algum outro país ou países devem ter saldo negativo devido à perda de ouro ou prata, acarretando assim uma queda do nível geral dos preços de suas mercadorias. Sob tais circunstâncias, as exportações diminuiriam nos países com balança comercial favorável visto que seus preços são relativamente mais elevados do que as outras economias. Isso beneficiaria grandemente os países com balança comercial desfavorável, gerando não somente o aumento das suas exportações, mas também, em última análise, a autocorreção dos saldos comerciais. Na verdade, por intermédio de sua teoria do comércio internacional, Hume sustenta que a riqueza pode ser aumentada mediante o comércio, e que *superávits* ou *déficits* comerciais seriam transitórios, devido à ação do *price-specie flow*, o qual equilibraria tanto a balança nacional de pagamentos, quanto o nível internacional dos preços (HUME, 1983 [1752], p. 201-203; ROTHBARD, 2006, p. 426; HARRY; COLANDER, 1994, p. 56).

importação de tecidos e roupas estrangeiras” (MENEZES; COSTA, 2012, p. 201; LIST, 1983 [1841a], p. 46; 1983 [1837a], p. 129).

O resultado desse empreendimento materializou-se no fato de Portugal ter conseguido suprir seu mercado doméstico e a suas colônias com artigos manufaturados produzidos no país a partir de matéria-prima proveniente do próprio solo durante um período de quase dezenove anos. Em 1703, contudo, após a morte do Conde da Ericeira, o célebre e habilidoso embaixador britânico Paul Methuen logrou persuadir o governo português de que Portugal seria altamente beneficiado se permitisse que a Inglaterra importasse os vinhos portugueses pagando taxas alfandegárias um terço abaixo das que vigoravam para vinhos de outros países, ao passo que Portugal admitisse importar tecidos e roupas inglesas às mesmas condições que vigoravam antes de 1684⁹⁵ (MENEZES; COSTA, 2012, p. 200; LIST, 1983 [1841a], p. 46-47; 1850 [1841], p. 77; 1983 [1837], p. 129).

Logo após a conclusão desse tratado, “observou-se em Portugal um verdadeiro dilúvio de produtos manufaturados ingleses, e o primeiro resultado de tal inundação foi a ruína repentina e completa da manufatura portuguesa” (AZEVEDO, 1973, p. 402-404; LIST, 1983 [1841a], p. 47; 1983 [1837a], p. 130;). Constata-se que o referido acordo comercial inviabilizou o desenvolvimento das indústrias em território português, pois Portugal viu-se na dependência de importar produtos manufaturados da Inglaterra. Ante tais dificuldades econômicas, o governo português utilizava boa parte das volumosas riquezas extraídas de sua colônia na América para pagar as dívidas desse comércio. Em contrapartida, na Inglaterra, as riquezas obtidas do Império português financiaram seu desenvolvimento econômico, ampliando o poderio dos banqueiros, industriais e comerciantes (VICENTINO; DORIGO, 2010, p. 355). A fim de evitar a inflação em seu país, os ingleses exportavam grande parte dos metais preciosos adquiridos em suas transações com

⁹⁵ Em maio de 1702 chegou a Lisboa o diplomata inglês Sir John Methuen, na qualidade de enviado extraordinário, encarregado de persuadir o governo português a separar-se da aliança com Luís XIV e abraçar a causa da Inglaterra. Ele cumpriu seus deveres diligentemente e com pleno êxito, pois só se retirou no ano seguinte, deixando ao filho, Paul Methuen, a formalidade de assinar o tratado que recebeu seu nome, o qual ficou conhecido também como ‘Tratado dos Panos e Vinhos’, consistindo basicamente de três artigos. Pelo artigo 1º, Portugal obriga-se a admitir os panos e outras manufaturas de lã britânicas, cuja importação se proibira anos antes, qualquer que fosse a procedência. Pelo artigo 2º, a Inglaterra comprometeu-se a receber os vinhos portugueses, pagando por eles dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses. O 3º artigo, meramente do protocolo, estipulava ratificar o convênio no espaço de dois meses (AZEVEDO, 1973, p. 396-399).

os portugueses às Índias Orientais e à China, onde trocava-nos por bens que, mais tarde, negociavam no continente europeu por matérias-primas.

Conforme List, o Tratado de Methuen conferiu um privilégio a Portugal, mas a vantagem foi puramente nominal. Na prática, o verdadeiro e real beneficiário foi a Inglaterra. As exportações anuais deste país para Portugal superavam suas importações em um milhão de libras esterlinas. Para List, residia aí, pois, importante lição de história e economia:

[...] qualquer que seja a estimativa que se faça dos efeitos do Tratado de Methuen no tocante à Inglaterra, um fato é incontestável: em relação a Portugal, esses efeitos de forma alguma foram suficientes para convencer outras nações a entregarem à concorrência inglesa seus mercados internos por bens manufaturados a fim de facilitar a exportação de produtos agrícolas (LIST, 1983 [1841a], p. 50).

No caso dos Estados Unidos, até sua independência em 1776, eles foram mantidos pela Inglaterra em estado de servidão e dependência tão grande que não lhes era permitido manufaturar qualquer artigo além dos estritamente de uso doméstico e artesanal. Desde o dia em que as colônias americanas foram fundadas até o dia em que se tornaram um Estado independente, elas foram tratadas pela Inglaterra como colônias a serem exploradas, embora mantidas, todavia, fiéis à pátria mãe⁹⁶ (HUGHES, 1990, p. 66). Em 1651, a Inglaterra impôs pesada tarifa sobre o tabaco importado da Virgínia. Quando os plantadores responderam exportando seu tabaco para a Holanda, o parlamento inglês aprovou, como retaliação, uma lei determinando que as exportações provenientes das colônias americanas teriam que ser primeiro enviadas para um porto inglês, onde o tributo de importação seria cobrado (CHANG, 2007a, p. 51; 2007b, p. 32).

Em 1719, a Câmara dos Comuns declarou que o desenvolvimento das indústrias nas colônias americanas era contrário aos interesses ingleses na América. Mais tarde, em 1750, o Parlamento denunciou a existência de forjas, fundições, manufaturas e várias outras empresas de fabricação colonial como sendo "incômodos comuns", nocivos para a sociedade. No mesmo ano, a existência de

⁹⁶ Essa afirmação contrasta com o que Smith diz sobre as colônias inglesas da América do Norte. Para ele, a riqueza e a prosperidade destas colônias relacionavam-se não apenas a boa qualidade e a liberdade de que gozavam seus habitantes para conduzir seus negócios a seu próprio modo, mas também devido à circunstância de os impostos serem mais moderados e o monopólio comercial da mãe-pátria ser menos opressivo, exceto em se tratando de manufaturados mais refinados (SMITH, 1983 [1776], v. II, p. 61-68).

uma manufatura de chapéus no Estado de Massachusetts causou tamanho desgosto ao Parlamento inglês que este tachou a existência de qualquer tipo de manufatura como atividade perniciosa. Por causa disso, o monopólio de toda a indústria manufatureira por parte da Inglaterra constituiu uma das principais causas a desencadear a Revolução Americana, sendo que as taxas alfandegárias para o chá foram apenas um pretexto para a eclosão do evento⁹⁷ (SMITH, 1983 [1776], v. II, p. 68; LIST, 1983, 1983 [1841a], p. 73; [1837a], p. 170-171).

Após ser firmado o Tratado de Paris (1783), acordo internacional que reconheceu oficialmente o fim da guerra entre os ingleses e os americanos, bem como a independência dos Estados Unidos da América, percebeu-se que as peculiaridades atinentes à formação histórica americana tornavam impossível a introdução de um sistema comercial único e pautado em um regime aduaneiro válido para todos os Estados membros.⁹⁸ Conseqüentemente, cessadas as hostilidades, os produtos manufaturados ingleses conseguiram novamente entrada praticamente franca nos territórios americanos. O resultado disso foi que a prosperidade decorrente do progresso adquirido durante os anos da guerra desapareceu com maior rapidez do que havia surgido. Depois de promulgada a Constituição Federal, o Congresso foi inundado de petições em favor da adoção de medidas protecionistas como forma de incentivar a indústria nativa. Muito cedo, porém, essa proteção demonstrou-se inadequada, pois o efeito das suaves leis alfandegárias de 1789 era facilmente sobrepujado pelos fabricantes ingleses, que contavam com a vantagem de seus métodos e processos de produção mais aprimorados (LIST, 1983 [1841a], p. 74).

⁹⁷ Desde as reformas do então primeiro ministro Sir Robert Walpole (1676-1745) até meados do século XIX, a Inglaterra foi essencialmente protecionista. Em 1720, por exemplo, a média tarifária sobre as importações de manufaturados neste país foi de 45-55%, em comparação com 6-8% nos Países Baixos, 8-12% na Alemanha e na Suíça e cerca de 20% na França. Ao longo do século XVIII, a Inglaterra sancionou inúmeras leis que restringiam as exportações de artigos oriundos de suas colônias que competissem com seus produtos tanto em seu mercado interno, quanto no exterior. Assim, ela proibiu, por exemplo, as importações de têxteis de algodão da Índia, visto que estavam arruinando a indústria irlandesa e britânica (CHANG, 2007b, p. 28).

⁹⁸ Para lutar a Guerra da Independência, as Treze Colônias uniram-se, ainda que de modo tênue e instável, por meio dos Artigos da Confederação e União Perpétua. Submetido aos legisladores, em 1777, esse documento foi ratificado somente em 1781. A Confederação era, todavia, fraca demais para ser totalmente eficaz como um quadro de governo nacional. Do mesmo modo, os encargos de tributação para pagar as operações do governo dos Estados Unidos foram deixados para os Estados individuais. Com efeito, esta e outras responsabilidades provocaram novas dificuldades e divergências, o que deixou a nova nação enterrada em dívidas e inflação quando terminou a guerra (HUGHES, 1990, p. 85).

Sem dúvida, a manufatura norte-americana teria sucumbido ante a concorrência inglesa não fossem o embargo e a declaração de guerra de 1812⁹⁹. Em consequência desses eventos, da mesma forma que na época da Guerra da Independência, as manufaturas americanas receberam tal impulso, que não somente conseguiram atender totalmente à demanda interna do país, como ainda começaram a exportar seus manufaturados¹⁰⁰ (CHANG, 2007a, p. 34-35). Porém, com o fim dos conflitos, os laços que atavam os Estados da União eram fracos demais para dar proteção adequada à indústria e aos negócios que se desenvolveram enquanto o comércio com a Inglaterra tinha sido interrompido. Pressionado por poderosos interesses privados, opostos aos dos fabricantes nacionais, e deixando-se levar pelos argumentos dos teóricos, o Congresso aprovou medidas de considerável redução das taxas alfandegárias de 1816. Automaticamente, reapareceram os mesmos efeitos sentidos de 1786 até 1789, ou seja, ruína das manufaturas, falta de mercado para a produção nacional, queda do valor da propriedade territorial etc. (LIST, 1983 [1841a], p. 75; 1983 [1837a], p. 171).

Foi somente no ano de 1824, ou seja, depois que os efeitos nocivos das leis inglesas sobre importação de cereais manifestaram-se em toda a extensão, que o Congresso aprovou taxas alfandegárias um pouco mais elevadas. Em 1825, não obstante o Reino Unido aderisse cada vez mais ao livre mercado, o número de falências entre os produtores americanos de trigo tinha crescido a um grau tão alarmante que o Congresso concordou em outro aumento na tarifa. Entretanto, assim que as informações relativas aos novos tributos chegaram à Inglaterra, o parlamento inglês tomou medidas de retaliação contra os americanos. Essa represália colocou os fabricantes americanos em posição ainda pior do que antes, o

⁹⁹ Inicialmente, os Estados Unidos não tinham um sistema aduaneiro em nível federal. De fato, a primeira tentativa de proteção tarifária pelo Congresso em 1781 falhou. Quando adquiriu o poder para tributar, o Congresso aprovou uma lei tarifária bastante liberal (1789), outorgando uma tarifa fixa de 5% sobre todas as importações, com algumas exceções. Após a divulgação dos *Reports* de Hamilton, a tarifa média sobre os produtos manufaturados estrangeiros foi aumentada de 5% para cerca de 12,5%, mas ainda era demasiado baixa para induzir os americanos a comprarem bens manufaturados nacionais. Quando a guerra de 1812 eclodiu, o Congresso dobrou imediatamente as tarifas de importação de 12,5% para 25%. Posteriormente, em 1816, as tarifas foram elevadas ainda mais, alcançando a média de 35% (CHANG, 2007a, p. 25-26; 2007b, p. 34-35).

¹⁰⁰ Conforme List, havia duas razões pelas quais a guerra de independência promoveu o desenvolvimento das indústrias americanas. Em primeiro lugar, quando eclodiu o conflito, os fabricantes foram imediatamente libertos de todas as inconvenientes impostas pela concorrência britânica. Em segundo lugar, o estabelecimento de novas indústrias tornou-se obviamente necessário, rentável e patriótico, visto que a interrupção do comércio com a Inglaterra impeliu os americanos a parar de comprar-lhes produtos manufaturados e de enviar suas matérias-primas para a metrópole (LIST, 1983 [1837a], p. 171).

que levou o Congresso a aprovar, em 1828, tarifas ainda superiores, elevando a taxa média dos bens tributáveis a 61% do valor, depois de debates violentos (HUGHES, 1990, p. 154; LIST, 1983 [1841a], p. 75; 1983 [1837a], p. 173).

Na prática, embora os Estados Unidos tenham sido durante muito tempo um exemplo continuamente invocado pelos representantes da ortodoxia clássica, à medida que o território se desenvolvia, se tornava objeto da mais veemente condenação por parte dos teóricos de todos os países da Europa. Muitos pensavam que a própria natureza tinha destinado os Estados Unidos exclusivamente à agricultura, uma vez que a terra mais fértil e cultivável podia ser obtida naquele país por valores irrisórios.¹⁰¹ Cedo, porém, a escola inglesa teve que assistir aos Estados Unidos procurarem o bem-estar da nação em uma direção exatamente oposta àquela apregoada pela doutrina do livre comércio. Na verdade, os americanos investigaram em profundidade os argumentos dos teóricos, colocando em dúvida os prognósticos da ciência que seus próprios defensores não tinham a coragem de pôr em prática (LIST, 1983 [1841a], p. 76-77). Como ressaltado por List:

Os norte-americanos haviam há muito aprendido da experiência que a agricultura não pode atingir um estágio elevado de prosperidade se não assegurar para o futuro a troca de produtos agrícolas por artigos manufaturados; que, ao contrário, quando o agricultor vive na América e o manufator vive na Inglaterra, tal intercâmbio não raro é interrompido por guerras, crises comerciais ou por tarifas alfandegárias estrangeiras e, por conseguinte, se quisermos que o bem-estar nacional repouse sobre fundamentos seguros, o manufator [...] deve vir e estabelecer-se bem próximo do agricultor (LIST, 1983 [1841a], p. 78).

Para List, os americanos foram os primeiros a conceber com clareza a ideia segundo a qual uma grande nação não deve centrar-se exclusivamente em desfrutar vantagens materiais imediatas. Ao contrário, ela deve ser autônoma, ou seja,

¹⁰¹ Smith, por exemplo, dizia que “a agricultura é o negócio adequado para todas as novas colônias; um negócio que o baixo preço da terra torna mais rentável do que qualquer outro. Por isso, as colônias têm abundâncias de produtos diretos da terra e, ao invés de importá-los de outros países, geralmente têm um grande excedente para exportar. Nas colônias novas, a agricultura atrai mão-de-obra de todos os outros empregos ou a impede de procurar qualquer outro emprego. Há pouca mão-de-obra para as manufaturas necessárias e nenhuma para as manufaturas supérfluas. Quanto à maior parte dos manufaturados, tanto dos necessários quanto dos que são mais de luxo, as colônias verificam ser mais barato comprá-los de outros países do que fabricá-los elas mesmas. É sobretudo estimulando os manufaturados da Europa que o comércio colonial encoraja indiretamente a agricultura. Os manutadores europeus, aos quais o comércio colonial dá emprego, constituem um novo mercado para a produção da terra; dessa forma, através do comércio com a América, se amplia muito o mais vantajoso dos novos mercados, isto é, o mercado interno para os cereais e o gado, para o pão e a carne de açougue da Europa (SMITH, 1983 [1776], v. II, 89).

manter-se pela criação de uma produção manufatureira própria e independente. Do mesmo modo, se ela aspira a um lugar entre as nações poderosas e civilizadas do mundo, não pode temer nenhum sacrifício para garantir por si mesma a posse desses elementos. Foram intuições evidentes como essas que induziram os americanos a impor restrições à importação de produtos manufaturados e a proteger sua indústria nacional. “Sem tal política, nunca se teria conseguido manter com sucesso uma produção manufatureira nos Estados da costa atlântica: isso se deduz da experiência dos próprios norte-americanos bem como da história da indústria de outras nações” (LIST, 1983 [1841a], p. 78-80).

Poder-se-ia citar um sem-número de exemplos para ilustrar a importância da história na crítica à ortodoxia liberal proposta por List. Como indicado, a História desempenha função epistemológica de importância essencial em seu pensamento, pois fornece-lhe a substância necessária para corroborar suas principais hipóteses de trabalho.¹⁰² É nesse sentido que, partindo da experiência das cidades italianas e hanseáticas, da Holanda, Brabantes e Flandres, List chega à conclusão de que as forças produtivas da nação aumentam em proporção às liberdades vigentes e ao grau de perfeição de suas instituições políticas e sociais, ao passo que estas, por seu turno, extraem os recursos e o estímulo para seu ulterior aperfeiçoamento do aumento da riqueza material e da força produtiva dos indivíduos.

Desse modo, segundo List, a História não registra nenhuma comunidade industrial rica e poderosa que, ao mesmo tempo, não desfrutasse de liberdade. A prova empírica disso, em seu entendimento, é que o surgimento e aumento real da indústria e do poderio da Inglaterra datam somente dos dias em que foi efetivamente estabelecida sua liberdade nacional, enquanto a indústria e o poderio de Veneza, das cidades hanseáticas, dos espanhóis e dos portugueses decaíram quando perderam sua liberdade. Além disso, a História mostra que as artes e o comércio migram de uma cidade para outra e de um país para outro. Foi assim que as artes e o comércio migraram da Grécia e da Ásia para a Itália; da Itália para a Alemanha,

¹⁰² Em seus últimos trabalhos, como em *Politik der Zukunft* (*A Política do Futuro*, 1846), a História junta-se à Estatística e as ciências políticas e econômicas à prescrição de normas para reger o bom governo, no que diz respeito ao crescimento da riqueza e do poder do Estado. Ela ensina, por exemplo, em que medida a ausência do espírito de nacionalidade cria as condições políticas e sociais do retardo econômico, estagnando-se até à submissão e nulidade (LIST, 1846, p. 306).

Flandres e o Brabante; e dali para a Holanda e Inglaterra. Em toda parte, foram a falta de bom senso e o despotismo que os expulsaram, tendo sido sempre o espírito de liberdade que os atraiu (LIST, 1983 [1841a], p. 81-82; HUME, 1983 [1752], p. 202).

Do mesmo modo, por meio da História, List fundamenta sua interpretação dos diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Nesse caso, dos ensinamentos da História extrai-se que uma manufatura recém-estabelecida jamais poderá competir com sucesso com as manufaturas mais antigas e mais sólidas de outros países. Por conseguinte, toda nação sustentada por uma civilização progressista e instituições livres, deve procurar as garantias para a continuidade da sua prosperidade e soberania mediante o desenvolvimento independente e uniforme de seus próprios poderes, bem como pela proteção temporária dos seus mercados até que ela alcance elevados níveis de competitividade (CHANG, 2007a, p. 3; LIST, 1983 [1841a], p. 85). Nas palavras de List:

A História ensina-nos que as nações dotadas pela Natureza de todos os recursos necessários para atingirem o mais alto grau de riqueza e poder podem e devem, sem comprometer os objetivos que visam, modificar seus sistemas de acordo com o estágio de seu próprio progresso: no primeiro estágio, adotando comércio livre com nações mais adiantadas como meio de saírem elas mesmas de um estado de barbárie e para fazerem progresso na agricultura; no segundo estágio, promovendo o crescimento das manufaturas, da pesca, da navegação e do comércio exterior, adotando restrições ao comércio; e no último estágio, após atingirem o mais alto grau de riqueza e poder, retornando gradualmente ao princípio do comércio livre e da concorrência sem restrições, tanto no mercado interno como no mercado internacional, de maneira que seus agricultores, comerciantes e manufatores possam ser preservados da indolência e estimulados a conservar a supremacia que adquiriram (LIST, 1983 [1841a], p. 85-86).

Com efeito, no esquema de List, no primeiro estágio encontravam-se a Espanha, Portugal e o Reino de Nápoles; no segundo, a Alemanha e os Estados Unidos da América; a França parecia-lhe estar mais próxima da linha limite do terceiro estágio. Contudo, apenas a Grã-Bretanha teria atingido o último estágio de desenvolvimento (LIST, 1850 [1839], p. 107). Por isso, ele sustentava que o livre comércio universal compreendia um ideal a ser alcançado no futuro distante, pois cada nação devia fomentar o desenvolvimento de suas próprias indústrias por meio de proibições, taxas de importação, subsídios e as leis de navegação, de modo a restringir o fluxo de importações de países mais avançados. Somente com o uso de

tais recursos poderiam países como França, Alemanha, Rússia e os Estados Unidos alcançar um padrão de eficiência industrial que lhes permitisse competir em igualdade de condições com a Grã-Bretanha, a qual, naquela época, constituí-se o país industrializado mais avançado do mundo (LIST, 1983, [1837a], p. 1).

Outrossim, List se propõe a mostrar, por meio dos ensinamentos da história, como a Inglaterra aproveitou-se do declínio de Veneza, Gênova, da Liga Hanseática, de Flandres, Espanha, Portugal, França e Alemanha - um declínio que se deveu, por vezes, à intolerância religiosa, ocasionalmente aos privilégios dos nobres e, noutros episódios, à opressão de governantes despóticos. Após o colapso do sistema continental, quando a paz foi restaurada, intelectuais em todo o mundo abraçaram o discurso dos economistas clássicos ortodoxos, para quem a doutrina do livre comércio universal e irrestrito levaria o progresso a todas as nações.¹⁰³ De fato, segundo List, esse discurso era muito cômodo à Inglaterra, a qual já havia atingido elevado estágio do desenvolvimento de suas forças produtivas. Foi assim que Rússia, Escandinávia, Alemanha, Itália, França, Espanha, Portugal e os Estados Unidos pensaram estar prontos para aceitar os bens manufaturados ingleses em troca de seus produtos semi-processados, ignorando o grande ensinamento histórico apontado por List de ser o livre comércio vantajoso entre os países apenas quando se encontrassem eles em um nível técnico-produtivo similar, mas nunca entre países em estágios distintos de desenvolvimento (CHANG, 2007a, p. 4; LIST, 1983 [1841a], p. 43; 1983 [1837a], p. 135-136).

¹⁰³ David Ricardo admitia ser o temor da dependência britânica de trigo estrangeiro em períodos de guerra ou más colheitas alhures o maior impedimento para o fim do protecionismo agrícola e a prática irrestrita do livre comércio pelo reino, o que ocorreria apenas em 1846, com a revogação definitiva das *Corn Laws*, medidas de proteção à agricultura nacional adotadas em 1815. A dependência recíproca entre Inglaterra e as nações produtoras de trigo, num contexto de estabilidade legal, seria a maior garantia de benefícios permanentes para todos participantes de uma constelação comercial livre. Ou, como expresso no ensaio *On the profits of stock* (1815): “Não pode restar dúvida que se os países produtores de trigo confiarem nos mercados ingleses para uma demanda regular, se estiverem perfeitamente seguros que nossa legislação sobre tal comércio não vacilará repetidamente entre subsídios, restrições e proibições, uma oferta muito maior será plantada e a ameaça de uma exportação menor em virtude de más colheitas será grandemente reduzida” (RICARDO, 2004 [1815], p. 30).

2.4 A UNIDADE GERMÂNICA NO BINÔMIO LISTIANO

Entre 1819 e 1820, além do *Württembergische Archive* e o *Volksfreund aus Schwabe*, List escreveu inúmeros ensaios para o *Deutsche Handels- und Gewerbeverein*, órgão no qual veio a tornar-se "secretário consular" (DAASTØL, 2016, p. 87; 2011, p. 24). Nestes escritos, ele apresenta pela primeira vez uma discussão extensa acerca dos benefícios do *Zollverein* para a economia alemã.¹⁰⁴ A esse respeito, urge frisar que, em 1819, em praticamente todos os Estados alemães discutiam-se diversas propostas, esquemas e projetos de novas instituições políticas, uma vez que o artigo XIX da Constituição da Nova Dieta criava condições favoráveis para o estabelecimento de um sistema comercial nacional (LIST, 1844, p. 44). Como List mesmo recorda no prefácio à primeira edição do *Sistema Nacional de Economia Política*,

[...] esse artigo pareceu-me oferecer uma base sobre a qual poderia assentar a futura prosperidade comercial e industrial da nossa pátria alemã, surgindo daqui a ideia de fundar uma liga de comerciantes e fabricantes alemães para a abolição de nossas tarifas internas e a adoção de uma política comercial comum para toda a Alemanha (LIST, 1983 [1841a], p. 4).

Assim, em abril de 1819, List foi à Frankfurt, durante a Feira de Páscoa, isto é, quando a cidade estava repleta de comerciantes e fabricantes de todas as partes da Alemanha. Ali, como relatou em seu *Aufsätze in Sachen des Handelsvereins* (*Ensaaios sobre a Associação Comercial*, 1819-1820), ele reuniu um grande número de homens de negócios para discutir não apenas propostas voltadas a abolir as alfândegas internas, mas também visando estabelecer um sistema aduaneiro único em toda a Alemanha (SNYDER, 1978, p. 19; LIST, 1909 [1819b], p. 137; 1850 [1818-1820], p. 15). Posteriormente, em setembro de 1820, um Congresso Comercial reuniu em Darmstadt representantes de todos os Estados do Sul da Alemanha, bem como da Prússia e Saxônia. Formou-se, assim, um comitê composto por

¹⁰⁴ Enquanto se dedicou à atividade jornalística, List editou ou contribuiu com os jornais *Württembergische Archive* (*Arquivo de Württemberg*, 1817); *Volksfreund aus Schwaben* (*Amigo da Nação da Suábia*, 1818-1821); *Der Readinger Adler* (*A Águia Leitora*, 1826); *Encyklopädie der Staatswissenschaften* (*Enciclopédia das Ciências Políticas*, 1834); *Das National-Magazin der Gesellschaft zur Verbreitung Gemeinnütziger Kenntnisse* (*Revista Nacional da Sociedade para a Difusão do Conhecimento de Utilidade Pública*, 1834); *Eisenbahn-Journal und National-Magazin für die Fortschritte im Handel, Gewerbe und Ackerbau, für National-Unternehmungen und Öffentliche Anstalten, für Statistische Nachrichten und neue Entdeckungen jeder Art und für Interessante Erscheinungen in der Literatur und Praxis der Nationalökonomie Überhaupt* (*Jornal sobre Ferrovia e Revista Nacional para Invenções, Descobertas e Progresso no Comércio, Indústria, Entendimento Público, Instituições Públicas, Estatística para Descoberta de Novas Invenções de qualquer Tipo e para os Fenômenos Interessantes na Literatura e na Prática da Economia Nacional em Geral*, 1835-1837). Além disso, a maior parte dos 650 artigos do *Zollvereinsblatt* (*Zollverein Gazeta*, 1843-1846) foi escrita por List.

comerciantes do Reno, Prússia, Baviera, Saxônia, Württemberg, Nassau e Baden. Além disso, convites para juntar-se à nova Liga foram enviados às associações comerciais de Hanover, Brunswick, Leipzig e as cidades hanseáticas (LIST, 1983 [1837a], p. 1-2; HIRST, 1909, p. 15-19). O próprio List, a respeito desse movimento, afirma:

Os artigos de sua constituição foram submetidos à Dieta, bem como a todos os governantes dos Estados germânicos, para aprovação. Em cada cidade alemã foi nomeado um correspondente local, e todo Estado Alemão tinha o seu correspondente provincial. Todos os membros e correspondentes obrigavam-se a promover a consecução dos objetivos da associação com todos os meios disponíveis. A cidade de Nuremberg foi escolhida como quartel-general da associação, sendo autorizada a nomear uma comissão central, à qual caberia dirigir os negócios da associação, sob a orientação de um assessor, cabendo esta última função ao autor da presente obra. [...] Depois de essa associação apresentar à Dieta germânica uma petição, encarecendo a necessidade e a conveniência das medidas propostas pela sua organização, a comissão central de Nuremberg deu início às suas operações. Delegações foram enviadas a todas as cortes germânicas, enviando-se também uma ao congresso geral realizado em Viena em 1820. Naquele congresso conseguiu-se, no mínimo, um resultado: vários Estados germânicos menores e de segunda categoria concordaram em realizar um congresso especial sobre o assunto, em Darmstadt. O efeito das deliberações desse último congresso foi, primeiramente, realizar uma união entre Württemberg e a Baviera; em segundo lugar, uma união de alguns Estados germânicos com a Prússia; a seguir, uma união entre os Estados alemães médios [...] (LIST, 1983 [1841a], p. 66).

Pouco tempo depois, um grupo de comerciantes do Reno sugeriu ao rei da Prússia ser oportuno encorajar o progresso da indústria alemã, removendo todas as barreiras alfandegárias dentro da Alemanha de modo a transferir esses tributos às fronteiras terrestres e portos. Neste momento, no entanto, todas as tentativas de fomentar o debate sobre a questão atinente à união aduaneira, tanto na Dieta Federal quanto nas Assembléias dos Estados Alemães em Karlsbad e Viena, não tiveram resultados práticos. Outra maneira pela qual vislumbrava-se formar uma união aduaneira seria todos os Estados Alemães aceitarem a tarifa de um deles e aderirem, portanto, a seu regime alfandegário e administrativo. Foi assim que a Prússia, valendo-se de sua influência política, criou um *Zollverein* com base em sua própria tarifa. De fato, um ano antes de List elaborar sua petição ressaltando a necessidade de abolir os direitos aduaneiros internos na Alemanha, a Prússia tinha empreendido uma reforma drástica em sua própria tarifa. Seu autor, Karl Georg von Maassen (1769-1834), introduziu uma reforma fiscal que extinguiu cerca de 60 aduanas e tributos de portagens, concedeu isenção de impostos para compra de matérias-primas, reduziu a 10% a tarifa sobre a importação dos bens manufaturados,

estabelecendo-a numa faixa de 20% a 30% para produtos coloniais (HENDERSON, 1975, p. 32-33).

Ao mesmo tempo, outros Estados alemães, especialmente no sul, começaram a negociar acordos comerciais entre si. Após anos de intensa atividade políticas e negociações articuladas muitas vezes sem êxito da parte de List e seu grupo, a Baviera e Württemberg consentiram em formar uma união aduaneira em 1827. Pouco depois, Hesse-Darmstadt concordou em aderir ao sistema tarifário prussiano em 1828. Neste mesmo ano, com a conivência de Metternich, a maioria dos Estados do centro da Alemanha, que até então haviam se mantido à margem do processo de integração econômica, assinaram um acordo comercial estabelecendo a União Comercial da Alemanha Central (*Mitteldeutscher Handelsverein*), a qual foi deliberadamente criada para ser rival à união aduaneira formada entre Prússia, Hesse e Darmstadt¹⁰⁵ (PLOECKL, 2010, p. 4).

Em maio de 1829, a Prússia firmou um tratado comercial com os reinos da Baviera e Württemberg, por intermédio do qual se previam acordos comerciais preferenciais entre eles. Em seguida, a Prússia conseguiu a proeza de persuadir dois membros da União Comercial da Alemanha Central – Meiningen e Gotha – a permitir a construção de duas estradas prussianas através dos seus territórios, de modo a interligar a Bavária e Württemberg à Liga Prússia-Hesse-Darmstadt, o que estabeleceu, efetivamente, o livre comércio entre estes Estados Alemães. Por outro lado, a Saxônia era o maior obstáculo para qualquer avanço; e por mais algum tempo, sobretudo por motivos políticos, ela se recusou a assinar qualquer tratado com a Prússia. Somente em 1 de Janeiro de 1834, uma *Zollverein* alemã foi constituída entre a Prússia, Nassau, Württemberg, Baviera, Saxônia e os Estados da Turingia. Na verdade, estes últimos se juntaram só no decorrer dos dois anos que se

¹⁰⁵ A União Comercial da Alemanha Central tinha dois propósitos principais. O primeiro era deter qualquer expansão do sistema aduaneiro prussiano e impedir a articulação entre os Estados do norte e do sul. O segundo objetivo era manter rotas abertas para o comércio internacional que não passassem pelo território da Prússia e que, portanto, evitasse o pagamento dos tributos de trânsito que esta impunha ao tráfego. No entanto, a União Comercial da Alemanha Central não conseguiu atingir seus objetivos, pois seus membros, unidos apenas por uma hostilidade comum à Prússia, eram muito desconfiados uns dos outros. Eles temiam que qualquer aliança entre eles seria benéfica para uns em detrimento dos outros (HENDERSON, 1975, p.35).

seguiram, após a adesão de Baden, Nassau e da cidade de Frankfurt¹⁰⁶ (PLOECKL, 2010, p. 3-4; HIRST, 1909, p. 19).

Imediatamente após tornar-se cidadão americano, em outubro de 1830, List conseguiu uma entrevista com o presidente Andrew Jackson, mediante a influência de seu amigo e, então, Secretário de Estado, Edward Livingstone, a quem escrevia assiduamente sobre questões econômicas. Nessa audiência com Jackson, List pediu para ser nomeado cônsul americano na Saxônia, Baviera, Hesse-Kassel e Alsácia. Sempre pronto a recompensar seus apoiadores, Jackson nomeou List cônsul americano em Hamburgo, sujeito à confirmação pelo Senado.¹⁰⁷ List, contudo, não assumiu as suas funções em Hamburgo. Seus adversários no Senado americano - partidários do livre comércio -, trabalharam pelo indeferimento de sua nomeação (HENDERSON, 2006, p. 72; HIRST, 1909, p. 65).

Em julho de 1832, List foi nomeado cônsul americano em Baden e, no ano seguinte, quando avançavam as negociações da *Zollverein* composta pela Prússia, Nassau, Württemberg, Baviera, Saxônia e os Estados da Turingia, List obteve consulado em Leipzig (HIRST, 1909, p. 19-67). Ele, entretanto, não dedicou muito tempo aos deveres inerentes ao cargo, ocupando-se quase que integralmente dos assuntos referentes ao *Zollverein*. Nesse ínterim, defendeu não somente a expansão da união aduaneira para incluir os Estados alemães que ainda não tinham aderido, mas também a adoção de uma política protecionista.¹⁰⁸ Como o Estado prussiano constantemente resistia às pressões políticas dos outros Estados-membros do *Zollverein* no que concerne à elevação das tarifas, List argumentava que um grande erro tinha sido cometido em 1834, quando os Estados Alemães aderiram ao

¹⁰⁶ Durante as próximas duas décadas Braunschweig, Luxemburgo (1842), Hannover, Oldenburg (1854) tornaram-se membros também. Na esteira da guerra Astro-prussiana de 1866, a Prússia forçou mudanças consideráveis na estrutura da união aduaneira e após a fundação do Império Alemão em 1871, o *Zollverein* tornou-se parte fundamental de sua organização político-econômica (PLOECKL, 2010, p. 4).

¹⁰⁷ List apoiou Andrew Jackson em sua campanha à presidência dos Estados Unidos de 1828, inclusive usando de sua influência editorial no *Adler* em benefício do candidato. Importa lembrar que o apoio dos imigrantes alemães na Pensilvânia foi fator determinante na eleição de Jackson, já que os percentuais de votos para John Quincy Adams no Leste e para Jackson no Sul foram praticamente iguais (WENDLER, 2016, p. 308; EARLE, 1943, p. 431; BELL, 1942, p. 78).

¹⁰⁸ Nota-se que List reconhece as vantagens gerais do comércio internacional livre e universal. No entanto, ele prefere limitar seu impacto a países com grau semelhante de desenvolvimento. De fato, ele acreditava que restrições comerciais temporárias, além de outras medidas, deveriam servir como forma de nivelar as diferenças entre parceiros comerciais que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas (WENDLER, 2013, p. 224).

Zollverein concordando em adotar a tarifa prussiana de 1818, a qual naquela época era a mais liberal da Europa¹⁰⁹ (CHANG, 2007a, p. 32; HENDERSON, 2006, p. 90; LIST, 1983 [1837], p. 1-2; 1909 [1819b], p. 143; 1850 [1846], p. 377).

Além das questões sobre a integração econômica, List ocupou-se particularmente da elaboração de um sistema nacional de transporte ferroviário. Com tal propósito, ainda em 1835, ele fundou um jornal especializado em estradas de ferro intitulado *Eisenbahn-Journal (Revista da Ferrovia)*,¹¹⁰ dedicando considerável atenção à possibilidade de interligar os Estados alemães (*Deutscher Zollverein*) por meio das linhas férreas. Decerto, durante 1833-1837, List elaborou projetos detalhados para ferrovias na Prússia, Hamburgo, Braunschweig e Baden. Do mesmo modo, valendo-se de sua experiência prática adquirida da construção da Little Schuykill Railroad, ele projetou uma rede ferroviária para a Saxônia em seu *Über ein Sächsisches Eisenbahn-System als Grundlage eines Allgemeinen Deutschen Eisenbahn-Systems (Sobre um Sistema Ferroviário Saxão como base de um Sistema Ferroviário Geral Alemão, 1833)*, que também serviu de base para interligar Leipzig-Dresden.¹¹¹ Em 1835, List escreveu uma obra intitulada *Memoire die Eisenbahn von Mannheim nach Basel Betreffend (Diário sobre a Estrada de Ferro de Mannheim à Basileia)*, em que esboça sua intenção de interligar todos os

¹⁰⁹ Mais adiante dedica-se uma sessão para explicar o processo de difusão do pensamento liberal clássico nos territórios germânicos, destacando, entre outras, sua influência sobre estadistas prussianos.

¹¹⁰ *National-Magazin für neue Erfindungen, Entdeckungen und Fortschritte im Handel und Gewerbe, in der Land- und Hauswirtschaft, in öffentlichen Unternehmungen und Anstalten, sowie für Statistik, Nationalökonomie und Finanzwesen (Revista Nacional de Invenções, Descobertas e Progresso no Comércio, Indústria, Entendimento Público e Instituições Públicas, e de Estatística e Economia Nacional e Finanças)*.

¹¹¹ Apenas três meses após chegar a Leipzig, List escreveu e fez circular entre estadistas e diversas autoridades alemães 500 panfletos que logo estabeleceram sua reputação como perito em construção ferroviária. Na verdade, o impresso consiste de um convincente apelo à construção de uma rede ferroviária no reino da Saxônia, com particular referência à linha Leipzig-Dresden. Na visão de List, não obstante sua importância econômica, posição estratégica e situação demográfica, as potencialidades de Leipzig não estavam sendo plenamente exploradas. A impossibilidade de construir canais para os rios mais próximos tinha obrigado os comerciantes a dependerem quase que inteiramente dos transportes rodoviários. Como as ruas não eram bem pavimentadas, o custo de vida era mais elevado do que em muitas outras cidades alemães, pois a despesa de transporte por estrada onerava sobremaneira o preço das mercadorias. Por causa disso, List concluiu que a cidade necessitava urgentemente melhorar seu tráfego e que isso poderia ser alcançado mediante a construção de uma rede de ferrovias na Saxônia. Para tanto, ele sugeriu que a primeira linha férrea da região deveria ligar Leipzig e Dresden, enquanto a segunda sairia de Leipzig e percorreria os principais distritos manufatureiros e mineradores, perpassando Dresden, Zwickau, Chemnitz, Freiburg, Weimar, Gotha, Frankfurt am Main, Bamberg, Halle etc. Olhando para o futuro, ele viu a Saxônia como o núcleo de um sistema ferroviário que abarcaria toda a Alemanha. Em um mapa no fim do panfleto, List indicou onde as principais ferrovias deveriam passar. Posteriormente, sua previsão provou ser substancialmente profícua. Em abril de 1834, foi estabelecido um comitê para promover uma companhia responsável por construir a linha férrea. Como List não era um cidadão de Leipzig – de fato, ele era agora naturalizado cidadão americano -, ele não foi eleito membro titular da comissão, mas foi nomeado membro honorário (HENDERSON, 1977, p. 144-146; LIST, 1897 [1833], p. 37-38).

Estados alemães. Embora estivesse inteiramente envolvido na construção da linha Leipzig-Dresden entre 1834-1837, List nunca perdeu de vista seu principal objetivo: promover a construção de uma rede de ferrovias para toda a Alemanha. Na verdade, tal propósito foi um dos principais motivos de seu desentendimento com os diretores do comitê executivo. Nesse período, List fundou o *Nazional-Magazin*, tendo em vista difundir suas ideias. Igualmente, continuou a escrever copiosamente para outras revistas sobre as vantagens econômicas do transporte ferroviário, mesmo que para muitos dos seus parceiros, a linha Leipzig-Dresden fosse uma empresa puramente local que deveria beneficiar apenas a Saxônia (HENDERSON, 1977, p. 146-147).

Já em outubro de 1833, List havia enviado cópias de seu panfleto sobre seu plano de ferrovia ligando Leipzig-Dresden a Karl Georg von Maassen, o então Ministro das Finanças da Prússia, com uma carta na qual defendeu também a construção de ferrovias de Berlim a Hamburgo e de Magdeburg a Leipzig. Em seguida, em julho de 1834, enviou List cópias dos três primeiros relatórios do comitê ferroviário de Leipzig para o Freiherr von Rochow, Ministro do Interior. Em março de 1835, mais uma vez contactou as autoridades prussianas e apresentou dois relatórios sobre as vantagens de linhas férreas que ligariam Hamburgo a Berlim, Magdeburgo e Leipzig. Com impetuoso entusiasmo, ele partiu, então, para Berlim, confiante que as autoridades prussianas seriam receptivas a seus planos de transformar a cidade em um centro ferroviário¹¹² (HENDERSON, 1977, p. 147).

Em 1837, List foi convidado a participar da construção de uma das mais importantes linhas ferroviárias alemãs e uma das primeiras no continente europeu (DAASTØL, 2011, p. 28). Após ter sido inaugurado o primeiro trecho da ferrovia Leipzig-Althen em 24 de abril de 1837, deixou List a Saxônia em direção à França. Ali List escreveu um tratado *Le Monde Marche. Réponse à la question de l'Académie des Sciences Morales et Politiques. (O Mundo Está se Movendo. Resposta à Pergunta da Academia de Ciências Morais e Políticas, 1837b)*, em que

¹¹² List criticou incisivamente um projeto rival anteriormente apresentado por um grupo de empresários ingleses para a construção de uma estrada de ferro ligando Berlim a Hamburgo. Em 26 de abril, Cristian von Rother, o Ministro de Estado e Presidente do Banco Prussiano, respondeu, todavia, que o governo da Prússia não estava preparado para incentivar a construção de ferrovias. Assim, List esperava que o rei daria parecer favorável ao seu pedido de uma concessão. Ele foi informado, contudo, que nenhuma licença poderia ser concedida a um único indivíduo e, mesmo quando ele ganhou apoio financeiro de um grupo de banqueiros de Berlim, seu pedido foi negado. A concessão para construir a ferrovia Berlin-Magdeburg foi concedida a A. W. Francke, destacado cidadão de Magdeburg, no final de 1837 (HENDERSON, 1977, p. 147).

se ocupa extensivamente da questão concernente aos novos sistemas de transporte¹¹³. Na França, List pugnou para que neste país fosse construída uma rede ferroviária atrelada às linhas da Alemanha, Bélgica, Suíça, Itália e Espanha, de modo que ela seria o centro de um novo tipo de Sistema Continental, muito mais eficiente do que o imposto à Europa pela conquista e dominação napoleônica (HENDERSON, 1977, p. 142-146; LIST, 1897 [1833], p. 20-23).

Após retornar da França, em 1838, List publica um trabalho intitulado *Das Deutsche National-Transport-System in Volks-und Staatswirthschaftlicher Beziehung* (*Aspectos Políticos e Econômicos de um Sistema Germânico de Transporte*), o qual foi originalmente impresso como um longo artigo na *Staatslexikon*. Em 1839, ele publicou um ensaio com o título *Das Wesen und der Wert einer nationalen Gewerbsproduktivkraft* (*A Natureza e o Valor da Força Produtiva de uma Nação*), e iniciou a elaboração de sua obra de economia política mais completa, ou seja, *Das Nationale System der Politischen Oekonomie. Der Internationale Handel, die Handelspolitik und der deutsche Zollverein*¹¹⁴ (DAASTOL, 2011, p. 29; HIRST, 1909, p. 89).

Em 1840 List recebeu o doutorado honorário pela Universidade de Jena, sendo, em seguida, homenageado pela Academia de Ciências da Hungria. Em 1841, ele recusou uma oferta para se tornar editor do *Neue Rheinische Zeitung* (*Novo Jornal Renano*), cuja posição foi assumida por Karl Marx (1818-1883). No ano seguinte, List publica seu *Die Ackerverfassung, die Zwergwirtschaft und die Auswanderung* (*Constituição Agrícola, Pequenos Negócios e Emigração*, 1942), em que propõe reformas a serem aplicadas à agricultura. Logo depois, ele dedicou suas energias à edição do *Zollvereinsblatt*, jornal que fundou em 1843 para a divulgação

¹¹³ *Die Welt bewegt sich. Über die Auswirkungen der Dampkraft und der neuen Transportmittel auf die Wirtschaft, das bürgerliche Leben, das soziale Gefüge und die Macht der Nationen*, (LIST, 1837b). traduzido e comentado Eugen Wendler do original francês, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1985.

¹¹⁴ O *Sistema Nacional de Economia Política* consiste de um prefácio, uma introdução e quatro livros. Dois outros livros foram planejados, a saber, *A Política do Futuro* e *A Influência das Instituições Políticas sobre a Riqueza e o Poderio Nacionais*. O conteúdo geral desses ensaios é discutido por List nos últimos quatro anos de sua vida em diversos artigos que se encontram, principalmente, no *Allgemeine Zeitung*. A recepção da obra maior de List (uma segunda edição tinha sido solicitada dentro de quatro meses após sua publicação) induziu Cotta a olhar com favor a proposta de seu autor em fundar um jornal semanal em apoio ao *Zollverein*. O Congresso de 1842, no qual representantes dos diferentes Estados Alemães se reuniram para discutir a questão tarifária, mostra claramente que o livro de List tinha deixado indelével impressão em muitas mentes (HIRST, 1909, p. 90- 123).

de informações sobre o progresso da união aduaneira alemã. Em 1844, ele viajou várias vezes a Viena e Hungria, escrevendo nesse ano suas obras, *Zur deutschen Eisenbahnfrage (A Questão Ferroviária Alemã)* e *Über die Beziehungen der Landwirtschaft zur Industrie und zum Handel (Sobre as Relações entre a Agricultura, a Indústria e o Comércio)*. Posteriormente, List publica *Über die National-ökonomische Reform des Königreichs Ungarn (Sobre a Reforma Nacional-econômica do Reino da Hungria, 1845)*, um plano de desenvolvimento econômico baseado na massiva construção de redes ferroviárias. Por fim, em 1846, ele escreveu *Die Politisch-nationalökonomische Nationaleinheit der Deutschen (A unidade nacional-político-econômica da Alemanha)* (DAASTØL, 2011, p. 30).

Constata-se que todos os seus esforços em prol da construção de estradas de ferro para a Alemanha, desde 1833, estavam ligados, de certo modo, ao seu projeto de unidade e grandeza alemã. O sistema ferroviário alemão e o *Zollverein* seriam faces opostas de uma mesma moeda (HENDERSON, 1977, p. 150; EARLE, 1943, p. 442). Sem o *Zollverein*, nenhum sistema ferroviário alemão jamais seria sequer discutido, muito menos construído (LIST, 1841b, p. 3). Por outro lado, somente por intermédio de um sistema nacional de transporte ferroviário seria possível promover a unidade das forças produtivas, alavancando, assim, as potencialidades da nação. Além disso, List aplicou-se à construção de estradas de ferro pois, em seu entendimento, apenas por intermédio de meios eficientes de transporte cada distrito ou província poderia transferir a sua produção para as outras províncias, até mesmo para as mais distantes, obtendo em troca os produtos excedentes de tais regiões (LIST, 1850 [1837b], p. 71-72). Se não houvesse estradas, canais e trens, as possibilidades de mercado seriam restritas. Nesse caso, sem poder vender o produto de seu árduo trabalho, os agricultores não teriam entusiasmo para trabalhar.¹¹⁵ Assim, as ferrovias e a infraestrutura não somente trariam consigo o poder da ciência, mas também dinamizariam todas as atividades econômicas do país, rompendo e transformando os modos de vida pastoris com

¹¹⁵ List acreditava que a renda da terra e o poderio manufatureiro gerado em conjunto com a cidade promovem o comércio, a navegação, as ciências, as artes e instituições, as leis, a liberdade, o bem-estar, a prosperidade, a civilização e o poderio político. No entanto, para List, esses benefícios decorrem dos fatores que integram a agricultura à manufatura, os quais, em seu entendimento, são a união aduaneira e meios de transportes eficientes (LIST, 1850 [1839], p. 106).

ocupações mais cultas e rentáveis visando atender as demandas dos centros urbanos¹¹⁶ (FREEMAN; BOWENED, 2008, p. 58).

Durante muito tempo, List viajou por praticamente todos os Estados alemães com o propósito de difundir suas ideias. Visitou líderes políticos e chefes de Estado como Anthonie, o rei da Saxônia (1833); o rei Ludwig I da Baviera (1841); o príncipe Maximiliano da Baviera (1842); o ministro das finanças da Rússia, George von Cancrin (1843); o ministro do Interior, príncipe von Öttingen da Baviera-Wallerstein (1845); o príncipe Karl von Leiningen (1845), e até mesmo um meio-irmão da rainha Victoria da Grã-Bretanha. Com a mesmo propósito, List encontrou-se com homens de ciência e das artes como Alexander von Humboldt (1834); Klara Wieck-Schumann (1840), além de Heine e Börne. Em sua visita a Londres, pouco antes de morrer, ele conheceu o príncipe Albert da Grã-Bretanha (1846); os comerciantes Richard Cobden (1846) e John Bowring (1846), bem como o economista John Ramsay MacCulloch (1789-1864), sem esquecer o futuro primeiro ministro Lord Palmerston (1846) (DAASTØL, 2011, p. 28; LIEBIG, 1998, p. 29; HIRST, 1909, p. 82).

Em 1843 e novamente em 1844, List encontrou-se com Metternich, o chanceler e príncipe austríaco que já o havia considerado um radical perigoso. Eles discutiram projetos para a expansão da rede ferroviária nos domínios dos Habsburgo. Na segunda entrevista, Metternich pediu para List enviar ao presidente do Conselho Real um relatório sobre as linhas de comunicação na Hungria. List entregou o documento em 1845, mas seu relatório não o fez ganhar a nomeação oficial na Áustria para conduzir a construção da ferrovia, como ele havia esperado¹¹⁷ (HENDERSON, 1977, p. 150). Em seguida, ainda que sem sucesso, List viajou a Londres a fim de convencer a coroa inglesa a apoiar de construção de uma linha férrea entre a Europa e a Ásia. Três meses depois, com a saúde debilitada, durante

¹¹⁶ List também sugere que por meio da introdução das redes ferroviárias, os edifícios, as fábricas, o comércio e o valor das propriedades seriam multiplicados em curto espaço de tempo, e que o aumento do valor da propriedade superaria em poucos anos o capital investido nas ferrovias. Ele acrescentou ainda que o Estado ganharia igualmente com a construção das estradas de ferro, pois a expansão econômica proveria nova fonte de receita mediante a compra de ações de empresas de transporte ferroviário, rendendo assim altos dividendos (HENDERSON, 1977, p. 145).

¹¹⁷ Em seu projeto de um sistema de transporte para Hungria, List salienta que, além das vantagens econômicas imediatas geradas pela estrada de ferro ligando Viena, Pefth, Debreczin, Galiza e os principados adjacentes ao Danúbio, tal empreendimento aumentaria a influência da Áustria sobre a Hungria, ao possibilitar não apenas o envio rápido e diligente de meios de vida, bens e pessoas, mas também tropas e provisões para o exército (LIST, 1850 [1845], p. 307-308).

uma viagem para promover a criação da *Sociedade de Indústria e Comércio da Baviera*, no dia 30 de novembro, em Kufstein, List se suicidou com um tiro no peito, encerrando aos 57 anos sua intensa vida em prol da unidade alemã (LEVI-FAUR, 2012, p. 156; LIEBIG, 1998, p. 29; HIRST, 1909, p. 107).

Dias depois, o rei da Prússia mandaria convocar List, a fim de que prestasse serviços em sua administração, mas já era tarde demais (DAASTØL, 2011, p. 30). Menos de um ano após a sua morte, foi convocada a Dieta Unida para discutir a unificação da Alemanha, e, em 1848, iniciaram-se os trabalhos de uma Constituinte Nacional, culminando, posteriormente, na consolidação do Estado Alemão como nação política e economicamente desenvolvida, cortada por estradas de ferro que seguiam aproximadamente o traçado que List havia proposto durante sua estadia em Leipzig. Seu famoso panfleto sobre a estrada de ferro de Leipzig-Dresden e seus artigos sobre os benefícios do transporte ferroviário em vários jornais e periódicos proporcionaram a seus leitores melhor compreensão da importância das ferrovias na Alemanha. Na verdade, seu sistema de transporte ferroviário foi capaz não apenas de promover a integração econômica da Alemanha, mas também estimulou a difusão das estradas de ferro por toda a Europa (LIEBIG, 1998, p. 28; FURNISS, 1909, p. 434; HIRST, 1909, p. 76). Pouco depois, quando se tornou óbvio que suas ideias de economia nacional prestavam, na realidade, um magnífico serviço à sua pátria, o homem que tinha sido violentamente denunciado durante a sua vida veio a ser exaltado como verdadeiro patriota¹¹⁸ (SNYDER, 1978, p. 6).

¹¹⁸ Na Alemanha, diversas ruas, escolas, universidades etc. levam o nome de Friedrich List. Em Reutlingen há uma estátua em sua homenagem na praça em frente à estação ferroviária. Espaço considerável é dedicado a List no Museu de História Local, enquanto todos os seus arquivos são preservados na sede da prefeitura. A antiga cidade imperial prestigia o homem que, depois de representá-la no parlamento de Württemberg, projetou seu nome para além das muralhas da cidade natal, como um patriota que defendeu a causa da unidade alemã num momento em que a Alemanha estava dividida em muitos Estados (HENDERSON, 2006, p. 1).

CAPÍTULO III. DA MATRIZ NACIONAL ECONÔMICA ALEMÃ E A TEORIA DA UNIDADE DAS FORÇAS PRODUTIVAS COMO PRINCÍPIO UNIFICADOR

Neste capítulo ressaltam-se aspectos específicos do Cameralismo Alemão, conforme as obras de alguns dos seus principais representantes. Confere-se destaque às funções precípua do Estado, sobretudo no que diz respeito à condução da vida econômica a fim de chamar atenção não apenas para seus efeitos de longo prazo na formação econômica alemã, mas também para avaliar a influência desses princípios sobre a concepção de Economia Política de Friedrich List. Em seguida, coloca-se em evidência como sucedeu o processo de difusão do pensamento liberal clássico nos territórios alemães, tomando-se como enfoque principal a atuação dos intelectuais e o papel desempenhado pelas universidades nesse contexto. Pretende-se, assim, entender a influência de tal movimento na formação de quadros administrativos adeptos ao liberalismo, sobretudo, nos Estados do Norte. Segue-se a exposição do que List entende por Economia Política ou Nacional, em contraposição ao que ele denominou Economia Cosmopolita. A terceira sessão tem por objetivo evidenciar como List fundamenta a integração econômica e política dos Estados Alemães mediante sua teoria da unidade das forças produtivas. Para tanto, sublinha-se um conjunto de mudanças estruturais que culminaram na industrialização da Alemanha, concedendo-se atenção não apenas para os efeitos positivos da reforma agrária e do *Zollverein* no desenvolvimento econômico alemão, mas, principalmente, como o sistema nacional de transporte ferroviário acelerou esse processo. Finalmente, por meio de um estudo comparativo entre um modelo de Estado manufatureiro e um Estado essencialmente agrário, elencam-se as vantagens advindas da ampliação do potencial manufatureiro da nação tanto para o comércio quanto para a agricultura. Nosso objetivo é sublinhar os benefícios da edificação de uma economia forte e independente e, ao mesmo tempo, propor respostas para o problema atinente à necessidade de medidas protecionistas temporárias como forma de promover o aprimoramento das forças produtivas nacionais.

3.1 O CAMERALISMO E SEUS EFEITOS DE LONGO PRAZO NA POLÍTICA ECONÔMICA DOS ESTADOS ALEMÃES

Conforme John G. A. Pocock, no século XVIII as guerras haviam se tornado atividade extremamente dispendiosa, não somente por causa das inovações bélicas, mas também porque os países envolvidos, devido aos sucessivos enfrentamentos, viram-se na contingência de manter um exército permanente e pronto para combate, em vez de recrutá-lo e dispensá-lo tão logo o conflito terminasse.¹¹⁹ Por esse motivo, até por volta de 1750, grande parte do debate econômico limitou-se à prescrição de normas por meio das quais se poderia, de modo profícuo, tornar o Estado mais rico e poderoso. Nesse ínterim, estadistas, filósofos, homens de negócio e altos funcionários de alfândegas, posteriormente alcunhados mercantilistas, defendiam com veemência a necessidade de o Estado ter ao seu dispor grandes quantidades de ouro e prata para custear as despesas provenientes da manutenção tanto de uma imensa máquina administrativa, quanto uma vasta esquadra de navios e exércitos profissionais¹²⁰ (POCOCK, 2003, p. 12; HARRY; COLANDER, 1994, p. 47; ROSTOW, 1990, p. 19-20; SMITH, 1983 [1776], p. 360).

O mercantilismo expressa uma visão de mundo que, aplicada à economia, perdurou por mais tempo na história das ideias econômicas. No entanto, embora se verifiquem certas continuidades no decorrer dos seus quase quatro séculos de existência, também é notável que a prática mercantilista tenha sofrido modificações

¹¹⁹ Entre os séculos XVI e XVIII, verifica-se aumento significativo no tamanho dos exércitos europeus, com destaque à infantaria, o que de certo modo reflete as melhorias introduzidas no âmbito da indústria bélica, como a invenção do mosquete e da baioneta. Como consequência da evolução na arte da guerra, os Estados modernos formaram exércitos de massa recrutados quase que inteiramente da população nacional. A origem desta revolução está relacionada, outrossim, ao crescimento da população, bem como às inovações nas tecnologias de comunicação e transporte, favorecendo a mobilização de grandes exércitos e a adoção de técnicas intensivas em produção bélica. É interessante notar que, em muitos casos, embora os segmentos sociais burgueses não servissem na infantaria nem na cavalaria, eles deram notável contribuição ao revigoramento das forças armadas, fornecendo serviços técnicos, logísticos e administrativos, aplicando na prática as ferramentas da ciência à engenharia de guerra (ALESINA; REICH; RIBONI, 2017, p. 1; GUERLAC, 1986, p. 64-65).

¹²⁰ Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith atribui essa tese a John Locke (1632-1704), ainda que sem apresentar referência textual. De acordo com o economista escocês, “Locke advertia que toda nação deve procurar, em tempo de paz, acumular ouro e prata, para que, quando a necessidade o exigir, possa ter com que fazer guerra contra seus inimigos de fora” (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 360). Provavelmente, Smith se referisse a um panfleto de Locke, intitulado *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest and Rasing the Value of Money (Considerações sobre as Consequências da Redução do Juro e do Aumento do Valor do Dinheiro, 1692)*.

significativas como forma de se adequar à nova realidade que se configurou, sobretudo, a partir do século XVII. A princípio, grande parte de sua doutrina fundava-se na ideia de que no mundo existe uma quantidade fixa de recursos econômicos disponíveis. Por isso, admitia-se que qualquer aumento na riqueza de um país ocorria sempre à custa de outros.

Apoiando-se na tese escolástica de que no comércio entre os indivíduos, o ganho de um implica necessariamente a perda do outro, os mercantilistas acreditavam que para um Estado se tornar rico e poderoso, isso não dependia apenas da abundância ou da escassez de suas forças ou de sua riqueza, mas sim que seus vizinhos possuíssem mais ou menos força ou riqueza do que ele mesmo detem (HARRY; COLANDER, 1994, p. 47; HECKSHER, 1943, p. 470). Essa concepção estática da vida econômica constituiu fundamento da doutrina mercantilista. Com efeito, todas as medidas levadas a cabo pelas Monarquias Modernas, como a regulamentação do comércio exterior para impedir a saída de ouro e prata; a promoção da indústria por meio da indução à importação de matérias-primas baratas; o incentivo à exportação, particularmente de bens manufaturados; a ênfase no crescimento demográfico etc. (ALEXANDRE, 1998, p. 134; BLAUG, 1985, p. 10), relacionavam-se intrinsecamente à percepção de que o *superávit* comercial seria a forma mais vantajosa de um país se apropriar da riqueza alheia de forma não-violenta.

De acordo com Douglas A. Irwin, os mercantilistas acreditavam que os ganhos advindos do comércio somente poderiam ser acrescidos mediante incrementos nas exportações. Assim, a política mercantilista preconizava ampla ingerência governamental sobre a economia para garantir que parte considerável desses ganhos fossem acumulados pelo Estado, já que o intercâmbio comercial entre a Europa e outras regiões do mundo era realizado por empresas dotadas de direito de monopólio, o que gerava lucros imensuráveis para determinados grupos. O reconhecimento de tal fato levou monarcas e estadistas a adotarem políticas intervencionistas não apenas para se apropriarem de parte desses ganhos, mas também para manterem suas balanças comerciais favoráveis. Por esse motivo, os aspectos mais distintivos da política mercantilista eram, na verdade, parte integrante deste regime de privilégios e monopólios estatais. As importações encontravam-se,

em grande medida, restringidas ou, em muitos casos, até mesmo proibidas, a fim de salvaguardar as manufaturas autóctones, ao passo que as exportações eram subsidiadas por razões semelhantes. De fato, a proteção estatal dos interesses comerciais era inquestionável nos escritos mercantilistas (RORTHBARD, 2006, p. 213-214; IRWIN, 1991, p. 1296-1297; COOPER, 1829, p. 9).

Embora muitos estudiosos distingam entre a política do entesouramento, também conhecida como Metalismo, e a doutrina da balança comercial, na prática, os mercantilistas aspiravam apoderar-se, resolutamente, de todas as riquezas possíveis para o próprio país, não obstante o meio para realizar tal finalidade variasse consoante o estágio de suas forças produtivas. Na Inglaterra, por exemplo, as mais difundidas práticas mercantilistas foram sem dúvida a doutrina da balança comercial e a do pleno emprego (VINER, 1965, p. 8; GRAMPP, 1952, p. 468-469). De acordo com Eli Heckscher, uma das maiores preocupações dos mercantilistas consistia em fomentar possibilidades de trabalho no interior do país e adotar medidas contra o desemprego. Por isso, condenava-se a importação de manufaturados como atividade nociva, já que, ao mesmo tempo em que prejudicava a riqueza nacional, ela impossibilitava aproveitar produtivamente os braços ociosos da nação, inibindo, assim, o crescimento da produção doméstica (HECKSCHER, 1943, p. 568-569). Também, na Inglaterra, era comum a ideia de que a produção deveria ser estimulada por meio da incessante interferência estatal na economia. Nesse sentido, direitos de proteção deviam ser estabelecidos em detrimento dos produtos estrangeiros, embora a importação de matérias-primas baratas a serem usadas na fabricação de manufaturados, tendo em vista à exportação, devesse ser amplamente encorajada¹²¹ (SPIEGEL, 1991, p. 108).

¹²¹ Nota-se, portanto, que o objetivo das medidas protecionistas não era somente a acumulação de metais preciosos; a manutenção da balança comercial favorável; o avanço dos interesses privados; as baixas taxas de juros ou a promoção do comércio em detrimento das outras atividades produtivas. Na verdade, esses dispositivos constituíam meio para o fim de dar ocupação a dezenas de milhares de homens e mulheres destituídos de trabalho (VINER, 2011, p. 17; GRAMPP, 1952, p. 472; HECKSCHER, 1943, p. 569-570). Importa lembrar, todavia, que embora a finalidade da atividade econômica fosse a produção, esta não era voltada para o consumo doméstico. A maioria dos mercantilistas defendia o aumento da riqueza do país, incentivando as exportações, ainda que em prejuízo do público. Assim, a riqueza nacional repousava sobre a pobreza de muitos, pois se pensava que altos níveis de produção, juntamente com baixo consumo interno, permitiriam ampliar as exportações, o que aumentaria a riqueza e o poder do Estado. Além do mais, eles também defendiam baixos salários, pois acreditavam que uma remuneração acima do nível de subsistência acarretaria a redução do empenho no trabalho. Nesse caso, trabalhar-se-ia menos horas por ano, e a produção nacional inexoravelmente cairia (HARRY; COLANDER, 1994, p. 45-47).

No Sacro Império Germânico, tendências políticas e econômicas tradicionais tiveram de ser modificadas para se adaptar às novas exigências decorrentes da necessidade de reparação dos territórios devastados pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Estima-se que após esta guerra, em alguns lugares, a população foi reduzida a menos de dez por cento, de modo que os príncipes, seus soldados e burocratas foram, praticamente, tudo o que sobrou (KRAUS, 2011, 106). Lançar luz sobre a questão atinente à restauração das estruturas políticas e econômicas desses domínios significa entender como os principados e, posteriormente, os Estados Alemães, mediante ações práticas, superaram as crises provocadas pelas guerras, tendo em vista à burocratização do aparato estatal, partindo-se em muitos casos do zero. O problema mais urgente a ser solucionado era a autoconservação. Isso implicava angariar recursos visando a formação de um corpo administrativo eficiente e uma adequada força militar. Nesse ínterim, os homens incumbidos de elaborar uma teoria da gestão pública tiveram efetivamente que responder à seguinte questão: que programa deve um governo sábio adotar a fim de ser suficientemente abastecido com dinheiro, e, assim, ser capaz de cumprir os deveres do Estado em suas várias ordens de importância? (SMALL, 2001 [1909], p. 21-22).

Em 1648, além de trazer fim à Guerra dos Trinta Anos, a Paz de Westphalia reconheceu formalmente a existência de mais de trezentos domínios autônomos na Europa Central. Por conseguinte, na ausência de uma metrópole ou um Estado Alemão unificado, os príncipes viram-se ante a necessidade de organizar as atividades econômicas de sua gleba tendo em alta consideração um mundo dominado cada vez mais pela competição violenta entre impérios globais. Tais circunstâncias criaram as condições favoráveis à introdução do Estado de Polícia (*Staatspolizei*), isto é, um arranjo institucional baseado numa relação de dominação e dependência mútua entre o príncipe e seus súditos em que estes estavam comprometidos a obedecer, enquanto aquele proporcionasse-lhes dignidade e bem-estar¹²². Para desempenhar cabalmente suas funções, o príncipe restabeleceu uma

¹²² Tal como a palavra *Οικονομία*, o vocabulo *Polizei* tem sua origem em Aristóteles. De fato, este termo deriva do vocábulo grego *Πολιτεία*, o qual correspondia a uma das formas aristotelianas de governo, a saber, aquela responsável pela regência de muitos indivíduos. O epíteto *Polizeiwissenschaft* apareceu nos territórios germânicos no século XV, a princípio, referindo-se à organização profícua da administração doméstica, já que os assuntos militares, bem como as questões externas ao reino eram considerados prerrogativas exclusivas do príncipe. Com o tempo, seu raio de atuação foi-se ampliando de modo a abarcar não apenas a ideia de bem-estar,

antiga instituição medieval, a Câmara (*Der Kammer*), expressão que provém da tradução latina da palavra grega *Καμάρα*, empregada inicialmente para designar o recinto privado do príncipe, e, em seguida, por extensão, o *locus* da sua administração¹²³ (REINERT, 2011, p. 40-47; SCHUMPETER, 2006, p. 142-155; SMALL, 2001 [1909], p. 3; GUERRERO, 1985, p. 16).

O cameralismo tornou-se uma realidade institucional graças ao esforço intelectual levado a termo por funcionários públicos, consultores administrativos e professores universitários para conhecer, instrumentalizar e fortalecer o Estado ante os desafios resultantes das novas configurações políticas inerentes à consolidação das Monarquias Modernas. A esse respeito, merece destaque a necessidade de dar resposta à crescente demanda por instrução por parte de jovens nobres que se preparavam para o serviço público de carreira, ou de funcionários mais antigos que desejam melhorar a gestão administrativa, particularmente na Alemanha e na Itália. No decorrer do século XVIII, cátedras começaram a ser ofertadas para o ensino daquilo que foi descrito, na Alemanha, como Ciência Cameral ou Ciência do Estado (*Staatswissenschaft*), mas que pode ser caracterizado com mais precisão como Princípios de Administração e Política Econômica¹²⁴ (SCHUMPETER, 2006, p. 155).

Em linhas gerais, pode-se dizer que o cameralismo atravessou quatro etapas de desenvolvimento: (i) a fase original, que vai do início do século XVI a meados do

mas também de prosperidade tanto para o Estado, quanto para os súditos (LINDENFELD, 1997, p. 18-20; HEGEL, 1973, p. 310).

¹²³ A *Kammer* era uma instituição política deliberativa em forma de colegiado, cujos membros, os cameralistas, ponderavam sobre questões concernentes aos negócios públicos, visando tanto atender às necessidades do Estado quanto desenvolver o potencial produtivo da comunidade. Sua composição era poliárquica e sua forma organizativa baseava-se no acordo consensual (KRAUS, 1985, p. 17). Com o tempo, além dos impostos, as autoridades camerais adquiriram gradualmente a gestão das outras duas principais fontes de renda do Estado: as terras dos príncipes (*Domaenen*) e os monopólios e concessões governamentais (*Regalien*), os quais consistiam (i) no controle da mineração e salinas; (ii) alfândegas e portagens; (iii) concessão de títulos e monopólios, como a exploração de madeiras nas florestas principescas; (iv) serviço postal etc. A extensão dos poderes do *Kammer* nestas áreas marcou assim um avanço na institucionalização das rendas públicas e privadas dos príncipes (TRIBE, 2004, p. 9; LINDENFELD, 1997, p. 15).

¹²⁴ A primeira cátedra de Ciência Cameral foi instituída na Prússia em 1727. Por meio de um decreto de 24 de julho do mesmo ano, Frederico Guilherme I nomeou Simon Peter Gasser (1676-1745) para lecionar a disciplina *Oeconomie, Polizey und Kammersachen*, na Universidade de Halle, com o propósito de que a juventude prussiana pudesse adquirir boa formação antes que eles fossem empregados no serviço público. Nota-se que o próprio rei foi a Halle para ministrar a palestra inaugural do curso de *Kameralwissenschaften*, onde explicitou sua insatisfação com o fato dos estudantes de Direito serem ignorantes quanto aos assuntos de Economia e Finanças. A segunda instituição a levar adiante o ensino do Cameralismo, também em 1727, foi a Universidade de Frankfurt an der Oder, onde o historiador Justus. C. Dithmar (1676-1745) foi nomeado professor de *Kameral-Oekonomie und Polizeiwissenschaft* (TRIBE, 2004, p. 9; 1988, p. 42-43; LINDENFELD, 1997, p. 15).

século XVII, período caracterizado pelo esforço para solapar os resquícios do feudalismo; (ii) a fase sistemática (1656-1727), correspondendo ao lapso concernente ao ano de publicação da obra de Veit Ludwig von Seckendorff (1626–1692) e o ano da instituição da cátedra de Ciências Camerais, ou seja, o momento em que o Cameralismo se reveste de programas bem definidos de ações que favorecem seus desígnios. Segue-se (iii) a fase acadêmica, na qual é estabelecida o curso *Kameral-Oekonomie und Polizeywissenschaft* (Economia, Polícia e Cameralística) nas Universidades de Halle e Frankfurt an der Oder, ou seja, quando as Ciências Camerais se tornam uma disciplina universitária definitivamente; (iv) e por fim a fase científica (1755-1848), em que se concebe e realiza a técnica cameralista por meio da contribuição de Johann Heinrich Gottlob Von Justi (1717-1771). Essa fase se conclui em meados do século XIX, quando ainda se ensinava a obra de Joseph Von Sonnenfels (1733-1817).

Ao contrário do que comumente se afirma acerca do Cameralismo, considerando-o apenas mera versão alemã do mercantilismo, ele consistiu, na verdade, em um tipo específico de reflexão econômica e, ao mesmo tempo, um programa de ação prática com a finalidade não apenas de enriquecer e aumentar o poderio do Estado, mas também de promover o bem-estar dos súditos. Trata-se, portanto, de um procedimento governamental sistematizado articulando economia, política e administração dos negócios do Estado, tendo em vista gerir homens e recursos limitados por meio do encorajamento da emulação, indústria e proliferação de conhecimento útil (CUNHA, 2013, p. 2; BELL, 1961, p. 104). Além do mais, seus principais idealizadores argumentavam ser possível ensinar as Ciências Camerais por meio da cátedra, pois elas podiam ser aprendidas mediante exercícios de raciocínio simples e lógicos. Portanto, configurariam uma poderosa via pedagógica para que os funcionários públicos conhecessem os melhores meios de promover o bem-estar do Estado e a felicidade dos súditos (GUERRERO, 1985, p. 17).

Já no século XVIII, era aceito que o estadista Veit Ludwig von Seckendorf (1626-1692) fundou os alicerces da "ciência" do Cameralismo por meio de suas *Additiones oder Zugaben und Erleuterungen zu dem Tractat des Teutscher Fürsten-Staats* (*Adendo ou informações e notas para um tratado acerca do Estados principescos alemães*, 1665). Essa obra seminal foi concebida não apenas como

acréscimo de seu trabalho anterior *Der Teutscher Fürsten-Staat* (*Estados Principescos Alemães*, 1656), mas também como resultado de um processo de amadurecimento e crítica empírica extraídos da observação da florescente economia holandesa quando de suas viagens com o duque Ernest I, de Sachsen-Gotha. Por trás de um programa descritivo e pedagógico, nota-se nessa obra uma visão social e política bem definidas. Além de versar sobre história, demografia e jurisprudência, ela se ocupa também de lições sobre política e ciência estatal, não obstante se apresente, igualmente, como factível manual de administração pública, finanças e economia política (SAKLI, 2013, p. 155; SCHUMPETER, 2006, p. 164).

A princípio, sua intenção original era preconizar regras de administração e finanças apenas para o principado de Gotha, visando sua reestruturação após a Guerra dos Trinta Anos. Seu objetivo, contudo, foi estendido a todos os Estados Alemães que, devido às suas desvantagens militares e econômicas, encontravam-se ameaçados pelas poderosas potências européias da época (REINERT, 2011, p. 48). Grosso modo, seu texto foi dividido em três partes: a primeira apresenta uma descrição detalhada das características dos territórios e suas populações; em seguida, propõe um estudo sobre as funções precípuas dos governos, tanto de um ponto de vista secular quanto espiritual e, por fim, considera a melhor forma mediante a qual o território deve ser administrado de modo a assegurar sua autosuficiência. A conclusão é que um governante prudente deve manter tudo em seu lugar social, espiritual e jurídico adequados, enquanto o mais importante em sua virtude é cuidar do bem-estar dos seus súditos (TRIBE, 2006, p. 528).

Seckendorff concebe o Estado de um ponto de corporativo, isto é, como uma unidade orgânica, em que no seu topo está o príncipe, ainda que este não goze de prerrogativas absolutas (NEU, 2009, p. 90; SMALL, 2001 [1909], p. 60-61; SECKENDORFF, 1754, p. 6-7). De fato, em suas obras já se encontram vestígios dos primeiros ideais relacionados ao Estado de Bem-Estar (*Wohlfahrtsstaat*), mencionando a responsabilidade do governo no que concerne à ajuda aos necessitados. Com ele, a Ciência da Polícia (*Polizeywissenschaft*) volta-se para o estudo da manutenção e melhoria da população e ao seu enriquecimento. Por isso, ele acredita que criar infraestrutura e incentivar o trabalho constituem premissas dos esforços da administração pública. Igualmente, ele assevera ser incumbência do

Estado regular o comércio por meio de intervenções sobre o mercado a fim de manter preços e salários justos (KRAUS, 2011, p. 107; REINERT, 2005, p. 227-228; GUERRERO, 1986, p. 92-93).

Escrevendo em um contexto altamente competitivo do capitalismo em sua fase comercial, Seckendorff argumenta existirem dois pilares seguros a sustentar o governo: o primeiro, um exército permanente e, o segundo, uma grande quantidade de metais preciosos em seus cofres. Ainda que homens em armas possam preservar a paz e a justiça, sem dinheiro nada pode ser feito. Por isso, a principal preocupação do governante responsável reside em arrecadar dinheiro suficiente para assegurar seu poder, e a única maneira definitiva de se garantir o financiamento adequado de tais pilares consiste na conjugação do interesse do governo com o de seus súditos (TRIBE, 2006, p. 528; LINDENFELD, 1997, p. 12). Como muitos dos seus contemporâneos, Seckendorff preconizou instrumentos voltados a desenvolver a capacidade produtiva dos súditos a fim de escapar da excessiva e debilitante dependência das potências exteriores. De fato, pode-se dizer que sua ênfase sobre esses elementos encontrou sua implicação central na substituição de importações e na introdução de manufaturas como forma de suprir as necessidades econômicas domésticas. Seu objetivo era criar as condições propícias para o desenvolvimento dos Estados Alemães, tendo em vista uma competição desigual com a Escandinávia, a Inglaterra, a França e os Países Baixos (SCHUMPETER, 2006, p. 164; REINERT, 2005, p. 22). Como sumarizado por Albion Small, ao comentar as propostas econômicas de Seckendorff:

Daí então segue um esboço similar, sob cinco títulos, de medidas a serem empregadas na obtenção das maiores vantagens dos excedentes de produção de um país, a saber: (1) levantamento dos principais produtos domésticos, adotando-se políticas para o seu encorajamento; (2) a influência do governo deve ser utilizada para manter a população zelosa na continuidade de tais ocupações vantajosas; (3) oferecimento de estímulos aos negociantes de outros países na aquisição desses bens; (4) regulação cuidadosa dos indivíduos desejosos de conduzir comércio exterior com esses bens; (5) proteção dos consumidores domésticos contra vários tipos de fraudes (SMALL, 2001 [1909], p. 82-83).

De modo sumário, *Der Teutscher Fürsten-Staat* não trata apenas de estudar as formas de governo, nem as ideias políticas. Seu objeto central é a maquinaria administrativa do Principado, forma estatal peculiar dos Estados Alemães,

institucionalizada depois da Guerra dos Trinta Anos. Por outro lado, versa também sobre a estrutura social e organizacional do governo, tanto do ponto de vista espiritual quanto material. Nesse particular, além de sua ênfase sobre a necessidade de uma conduta moral impecável da parte do príncipe, Seckendorff concentra seus esforços em pregar medidas de política econômica quanto à expansão do comércio e das manufaturas, bem como em analisar questões delicadas como a probidade da gestão fiscal; o estabelecimento das condições propícias para a produção do campo; a regulamentação dos pesos e medidas; as finanças ou *Kameralwissenschaft*. No tocante às medidas de economia política, além da supressão das tarifas aduaneiras internas, Seckendorff pugna por um sistema de tributação baseado no imposto especial de consumo (REINERT, 2011, p. 48; SMALL, 2001 [1909], p. 68; LINDENFELD, 1997, p. 14-15; GUERRERO, 1986, p. 94).

No limiar do século XVIII, sucedeu considerável esforço no sentido de instituir o ensino universitário das Ciências Camerais. Nesse sentido, merece destaque a atuação de Johann Heinrich Gottlob von Justi (1717-1771), o qual consagrou ao Cameralismo seu nível mais elevado de erudição acadêmica. Nascido em Thüringen, seu grande mérito foi ter logrado dividir habilmente as Ciências Camerais em Ciências Econômicas, Ciências da Política e Ciências das Finanças, questão que nenhum dos pensadores anteriores havia resolvido plenamente (GUERRERO, 1986, p. 151-153). Desempenhou ele ainda papel importante como teórico inovador e sistematizador das ideias cameralistas. Dedicado estudante de Direito nas Universidades de Wittemberg, Jena e Leipzig, seu arcabouço intelectual abrangia não apenas a Filosofia do Direito Natural de sua época, mas também compreendia vasta experiência prática na administração dos negócios públicos. Trata-se, portanto, de um autor de notável produção intelectual, que avançou concretamente na compreensão do papel dos interesses privados e dos mecanismos de auto-regulação de uma economia de mercado. Nem por isso deixou ele de entender e estabelecer limites a estes processos, em particular no que diz respeito à funcionalidade potencial de tais dispositivos, sobretudo no que concerne à estrutura de poder dos Estados Alemães de seu tempo. (CUNHA, 2013, p. 1-5; SCHUMPETER, 2006, p. 166; ROSCHER, 1868, p. 82-83).

O tipo de reflexão econômica desenvolvido por Justi decorre não apenas de sua aguda percepção das questões comerciais e tributárias, mas principalmente de sua experiência como professor no *Collegium Theresianum*, a prestigiosa *Ritterakademie*, fundada em 1746, durante a regência de Maria Theresa (1740-1780). Seus cursos visavam fortalecer o Estado austríaco, unificar a comunicação administrativa do Sacro Império Germânico e formar oficiais capacitados para o pleno desempenho das funções públicas. Em conexão com esse professorado, Justi foi instruído pelo Conde Haugwitz, o todo poderoso ministro das reformas ilustradas em andamento na Áustria, a oferecer uma disciplina intitulada *Collegium Oeconomico-provinciale*, a qual tratava de finanças, comércio, tributação, agricultura e indústria. Assim, em 1752, foi apresentado seu plano de ensino denominado *Kurzer Systematischer Grundriss aller Ökonomischen und Kameralwissenschaften* (*Esboço Sistemático do Curso de toda Ciência Econômica e Cameral*), esquema em que prefigura o desenho geral de seu sistema teórico de Economia Política, posteriormente, desenvolvido em seu livro mais importante dedicado à rainha austríaca, *Staatswirtschaft oder Systematische Abhandlung aller Oekonomischen und Kameral-Wissenschaften, die zur Regierung eines Landes erfordert werden* (*Economia Política ou Tratado Sistemático de todas as Ciências Econômico-cameralistas necessárias ao Governo de um País*, 1755)¹²⁵ (CUNHA, 2013, p. 3-4; SMALL, 2001 [1909], 241; GUERRERO, 1986, p. 152; OSTERLOH, 1970, p. 20-21).

Nesse tratado de Economia Política se encontram informações gerais fundamentadas sobre a profícua atividade da gestão pública. Sem dúvida, uma das teses mais importantes do livro e todos os escritos de Justi sobre temas afins é a de que as questões sociais são, em grande medida, problemas de administração pública (SMALL, 2001 [1909], p. 245; GUERRERO, 1986, p. 162). Em razão disso, tal como Seckendorff e a maioria dos escritores cameralistas da época, Justi tratou os problemas econômicos tendo em vista um governo que aceita as responsabilidades inerentes ao melhoramento das condições de vida e aperfeiçoamento moral dos súditos, obrigando-se não apenas a criar empregos e prover meios de subsistência para todos, mas também aprimorar os métodos e

¹²⁵ Nos domínios germânicos, a principal incumbência de um professor universitário consistia em apresentar um curso sobre o tema de sua cátedra. Nas universidades alemãs as aulas consistiam na exêgese e crítica dos livros-textos abordados. Usualmente, os textos eram escritos pelos professores para cumprir adequadamente esse propósito (TRIBE, 2004, p. 9).

organização da produção para um fornecimento suficiente e satisfatório de matérias-primas e alimentos. Além disso, é de sua responsabilidade o embelezamento das cidades, o seguro contra incêndio, a educação, o saneamento etc. Novamente, se nota aqui que o Cameralismo não se prestava somente ao fortalecimento do Estado como finalidade única. Em vez disso, o propósito das Ciências Econômicas e Camerais envolvia favorecer a felicidade comum (*Gemeinschaftliche Glückseligkeit*), sendo que esta, por sua vez, comportava a conciliação do contentamento dos súditos com o triunfo do Estado, já que o bem de ambos estava concebido de modo idêntico (CUNHA, 2013, p. 7; SCHUMPETER, 2006, p. 167; TRIBE, 1988, p. 61; JUSTI, 1755, p. 4-22).

Aliás, logo na primeira sessão do livro, em um opúsculo intitulado *Kurze Geschichte des Finanzwesens und des Haushandels den allen Völkern* (*Breve História das formas financeiras e comerciais de todos povos*), Justi, após extensiva investigação histórica, se dedica ao tema da administração do patrimônio estatal consoante a prática e êxito da polícia, do comércio e da economia, o que reforça a idéia de que as Ciências Camerais tinham sido divididas, mas não opostas ou dicotomizadas. Como a conjugação de atividades entre a polícia, o comércio e a economia constitui o fundamento da ação do governo, essas atividades também favorecem a expansão das forças do Estado. Para Justi, assim como a Economia ou *Haushaltungskunfts* ocupava-se em ensinar como os meios de vida das pessoas podiam ser preservados, incrementados e razoavelmente aplicados, assim também sucederia com as Ciências do Governo (*Regierungswissenschaften*) relativamente aos bens do Estado. Nesse caso, de acordo com Justi, as Ciências Econômicas equivaleriam às Ciências Camerais na medida em que fossem observadas desde o ângulo da administração estatal¹²⁶ (TRIBE, 1988, p. 61; GUERRERO, 1986, p. 173; JUSTI, 1755, p. 6-20).

A riqueza do Estado consiste não apenas de todos os tipos de bens móveis e imóveis que estão localizados nas fronteiras do país, quer pertençam aos

¹²⁶ O termo *Wirtschaft* (Economia) aparece na literatura cameralista com a específica denotação de que a atividade mais importante do Estado não é nem a troca nem a produção, mas a gestão e a alocação de recursos. Segundo Justi, a mais elevada prova de clarividência do governo se expressa no uso da riqueza e do poder do Estado para realização do bem-estar e da felicidade dos súditos. Ele explicitamente afirma, aqui antecipando Adam Müller e List, que a riqueza (*Vermögen*) não se restringe a bens materiais, mas consiste de todas as capacidades e habilidades das pessoas, as quais devem ser desenvolvidas pelo Estado (LINDENFELD, 1997, p. 18-25).

súditos, quer sejam adquiridos diretamente pelo Estado, mas de todas as habilidades e aptidões das pessoas pertencentes à República; sim, a esse respeito, às pessoas mesmo devem ser imputados alguma consideração; e o uso geral de tal propriedade do Estado constitui precisamente o poder supremo. Todas os arranjos da autoridade suprema dependem também que ela faça das riquezas e poderes do Estado um uso sábio com vistas à realização da felicidade coletiva¹²⁷ (JUSTI, 1755, p. 5, tradução nossa).

Após deixar a Áustria, Justi se estabeleceu em diversos Estados Alemães como Goettingen, onde publicou uma de suas obras de que gozaria maior difusão na Europa, a saber, seus *Grundsätze der Policeywissenschaft (Princípios de Ciência da Polícia, 1756)*. Posteriormente, ele migrou para Hamburg e Prússia, onde desenvolveu e expandiu sua concepção de Estado e Economia. Nesse ínterim, ele publicou, entre outras, um extenso tratado de política, *Die Natur und das Wesen der Staaten, (A Natureza e a Essência do Estado, 1760)* e o seu trabalho mais importante acerca da Ciência da Polícia, *Die Grundfeste zu der Macht und Glückseligkeit der Staaten; oder ausführliche Vorstellung der gesamten Policey-Wissenschaft (As bases para o poder e bem-aventurança dos Estados; ou apresentação detalhada de toda a Ciência da Polícia, 1761)*, o qual foi sucedido por vasta produção sobre as Ciências Camerais ou Econômicas que exerceram significativa influência sobre as gerações posteriores (KRAUS, 2011, p. 107; CUNHA, 2013, p. 6).

Por outro lado, Joseph von Sonnenfels (1733-1817), é considerado o último grande pensador cameralista. Proveniente de estirpe judaica recém-conversa ao catolicismo, em 1744 sua família mudou-se para Viena, onde seu pai, antigo rabino de Nikolsburg, região da Morávia, foi nomeado professor de línguas orientais na universidade e, logo depois, enobrecido em 1746. Depois de prestar serviços na *Deutschmeisterregiment*, Sonnenfels aplicou-se ao estudo da jurisprudência, tornando-se um dos mais esclarecidos intelectuais do círculo iluminista vienense, atuando, em seguida, na vida pública tanto no ofício de professor universitário, como administrador. Pode-se dizer que sua obra exprime o esforço de reconciliar as

¹²⁷ “Das Vermögen des Staats besteht nicht nur in allen Arten von beweglichen und unbeweglichen Güthern, die in den Grenzen des Landes befindlich sind, und entweder den Unterthanen gehören oder dem Staate unmittelbar zustehen; sondern auch in allen Fähigkeiten und Geschicklichkeiten der zu der Republik gehörigen Personen; ja die Personen selbst müssen in gewissem Betracht darzu gerechnet werden; und der allgemeine Gebrauch dieses Vermögens des Staats machet eben die oberste Gewalt aus. Alle Anordnungen der obersten Gewalt kommen also darauf an, dass sie von dem Vermögen und den Kräften des Staats zu der Bewirkung der gemeinschaftlichen Glückseligkeit einen weisen Gebrauch machet” (JUSTI, 1755, p. 5).

exigências de um Estado forte com as novas instituições geradas a partir da conjugação de diversos fatores culturais, políticos e econômicos decorrentes do advento do Iluminismo, da Revolução Francesa, da ocupação napoleônica e da Revolução Industrial. Do mesmo modo como Seckendorff e Justi, assumiu Sonnenfels cargos burocráticos de grande relevância no que toca à administração do Estado, sendo nomeado por Maria Thereza conselheiro na Chancelaria austríaca. Em 1810, ele foi condecorado com a presidência da renomada Academia de Belas Artes de Viena (SCHUMPETER, 2006, p. 167; TRIBE, 1988, p. 78).

No outono de 1763, Sonnenfels foi nomeado professor de Ciência das Finanças e da Polícia (*Finanz-und Policeywissenschaft*) em Viena, após propor à imperatriz Maria Thereza a publicação periódica de questões concernentes ao comércio e às Ciências Camerais. Dois anos depois, talvez devido à falta de material adequado para lecionar, ele publicou um volumoso livro dividido em três tomos, cada um dos quais examinando as matérias de seu título, *Grundsätze der Polizey, Handlung und Finanzwissenschaft (Princípios da Polícia, Comércio e Finanças, 1767)*. A obra mereceu várias edições, entre as quais a quinta ocorreu em 1787. Neste livro, Sonnenfels sustenta a tese de que os objetivos primordiais do Estado podem ser divididos em quatro temas correlacionados, a saber, (i) a proteção externa; (ii) a segurança interna; (iii) a diversificação de ocupações produtivas e, (iv) o incremento da renda. Essas quatro áreas compõem o conteúdo da Ciência do Estado (*Staatswissenschaft*) e, ao mesmo tempo, as linhas de especialização das quatro ciências especiais que formam a Ciência Política ou arte do governo, compreendendo a Ciência da Polícia, a Ciência do Comércio e a Ciência das Finanças. Dentre estas ciências, Sonnenfels dá considerável destaque àquela que se ocupa da polícia, ou seja, do conhecimento técnico da manutenção da ordem interna do Estado (TRIBE, 2006, p. 542; 1988, 78-84; LINDENFELD, 1997, p. 37; GUERRERO, 1986, p. 144).

Nota-se que o primeiro volume, o qual se incumbe da matéria do Estado e de polícia, soma mais de quinhentas páginas. Nele, Sonnenfels concebe a tarefa da polícia como sendo a manutenção da segurança e de um equilíbrio adequado na sociedade. Nesse sentido, o objetivo da política econômica seria prevenir a diminuição da oferta de bens por meio da regulação dos mercados e do comércio.

Em seu entendimento, se a escassez resultasse de um cultivo incipiente, então isso seria um problema apenas para o agregado familiar como parte subordinada da ciência comercial. Caso a escassez resultasse dos preços muito altos ou de catástrofes, ela poderiam ser evitada por meio do bom policiamento. Além disso, segundo Sonnenfels, já que o homem é um ser gregário, isto é, dotado de inclinações natural para uma vida em sociedade, ele alcança sua máxima expressão na figura do Estado.

Ao tratar a natureza do homem de um ponto de vista sociológico, Sonnenfels considera o Estado como a culminação do projeto de realização da objetividade da vida social. Por isso, a premissa do todo (*Gemeinschaftlichen Willen*) é muito mais forte do que a do indivíduo (TRIBE, 2006, p. 543; 1988, p. 86-89; SONNENFELS, 1777, p. 23-24). Na verdade, o pensamento de Sonnenfels, pode ser lido também como uma extensão da filosofia política alemã e seu viés orgânico-corporativista. Consoante esse ponto de vista, extensamente discutido e aprofundado na *Rechtsphilosophie (Filosofia do Direito, 1820)* de Hegel, o Estado é concebido como expressão suprema de organização social, uma vez que nele todas as formas de alienação (*Entfremdung*) doméstica, conjugal e patriarcal são superadas como etapas em direção ao espírito objetivo (HEGEL, 1973 [1818/1819], p. 322-324; 1969 [1830], p. 413).

A realidade viva do Estado é a unidade [...]. O todo deve tudo penetrar, mas sendo distribuído, as pessoas devem saber que elas estão ativas no seu trabalho (especial) para o todo, e devem ter esse todo em sua finalidade. Esse todo é apenas como organismo¹²⁸ (HEGEL, 1973 [1818-1819], p. 327, tradução nossa).

Nessa grande sociedade, seus membros adquirem novo nome e experimentam novos relacionamentos que os tornam cidadãos, membros de um mesmo corpo moral. Tal perspectiva permite concluir que o bem-estar das partes depende do bem-estar do todo, na mesma medida que o bem-estar coletivo (*Gemeine Wohlfahrt*) se fundamenta no bem-estar dos indivíduos¹²⁹ (SONNENFELS, 1777, p. 18-19). Com efeito, cada um deve empenhar-se em perseguir a sua própria felicidade e a de quem está ao seu lado. Desse modo, a soma da felicidade do

¹²⁸ “Die lebendige Wirklichkeit des Staats ist die Einheit [...]. Das Ganze muss alle durchdringen, aber vertheilt seyn, die Einzelnen muessen wissen, dass sie in ihrer (besondern) Arbeit für das Ganze thätig sind, und müssen dieses Ganze zu ihrem Zweck haben. - Dieses ist nur als Organismus” (HEGEL 1973 [1818-1819], p. 327).

¹²⁹ “Die Wohlfahrt der Theile gruendet sich auf die Wohlfahrt des Ganzen” (SONNENFELS, 1777, p. 18).

indivíduo produzirá a felicidade do Estado (GUERRERO, 1986, p. 144). Sonnenfels argumenta que a partir da experiência é possível destacar algumas regras por meio das quais pode ser mantido o bem-estar geral quando se leva em conta o fato de que os assuntos inerentes à Ciência do Estado devem ser regidos segundo princípios universais, isto é, considerando que o objeto do bom governo é a unidade de propósito, de vontade, de força e poder. Conforme observado por Small, a teoria do Estado implícita na obra cameralista de Sonnenfels incumbe-se de conciliar as prerrogativas do governo centralizado às novas exigências do século das luzes. A sua solução proposta pelo autor consiste da conciliação de interesse entre o público e o privado (SMALL, 2001 [1909], p. 409-412; GUERRERO, 1986, p.145).

A receita é a medida da renda do governo; essa, contudo, só pode ser compreendida com aquela moderação que promove a grandeza de um país, a situação da população, a riqueza e outras circunstâncias, das quais o poder de um Estado depende. [...] Atualmente, porém, todos concordam que a despesa faz o bem-estar geral necessário, e o Estado é capaz de suportar que tal plano seja estabelecido, para que a renda regular do Estado, arrecadada certamente da renda nacional, torne-se permanente ¹³⁰ (SONNENFELS, 1777, p. 56-57).

Nota-se que Sonnenfels compôs a maior parte da obra cameralista usada no final do século XVIII. Entre 1760 e 1790, contam-se cerca de sessenta obras, introduções e traduções que podem ser qualificadas como pertencentes ao corpo de ensino cameralista. Destas, a maioria compartilhava de algum modo do paradigma proposto por Sonnenfels. Na verdade, sua influência manteve-se oficial não apenas dentro da monarquia austro-húngara, tendo se estendido para além das fronteiras austríacas e exercido considerável influência, sobretudo, nos Estados Alemães do Sul. No final do século XVIII, todavia, constata-se relativo declínio do ensino universitário alemão como resultado das turbulências causadas pela Revolução Francesa e, sobretudo, pelas Guerras Napoleônicas. O período napoleônico minou não apenas a estrutura social, política e econômica dos Estados Alemães, mas também implodiu o edifício do Cameralismo. No exato momento em que as Ciências Cameraais tinham finalmente adquirido o estatuto de disciplina universitária, elas

¹³⁰ “Der Aufwand ist der Maßstab der Staatseinkünfte; dieses kann gleichwohl nur mit derjenigen Mässigung zu verstehen sein, welche die Grösse eines Landes, der Bevölkerungstand, der Reichthum, und andere Umstände, von denen die Macht eines Staats abhängt, nothwendig an die Hand geben. [...] Sind nun aber alle Stimmen überein, welchen Aufwand die Allgemeine Wohlfahrt notwendig mache, und der Staat zu tragen fähig sei, so wird ein Plan festgesetzt, wornach die zureichenden Einkünfte des Staates von den Nationaleinkünften gewiss eingehoben und dauerhaft gemacht werden” (SONNENFELS, 1777, p. 56-57).

começaram a ser suplantadas por uma nova forma de raciocínio econômico (SMALL, 2001 [1909], p. 167; LINDENFELD, 1997, p. 36-46; TRIBE, 1988, 91-92).

A partir de então, o ensino da Economia em universidades alemãs tornou-se província de uma nova doutrina, a qual enfatizava, entre outras coisas, a produtividade e as necessidades dos indivíduos como instâncias fundadoras da ordem econômica, ainda que em prejuízo da atividade do governo sobre as populações dos Estados territoriais. A produção cameralista, porém, é demasiado vasta para ser discutida apenas nessa seção. Por isso, o que se propôs aqui foi destacar alguns aspectos importantes das ciências camerais e da política estatal, sobretudo, no que toca à condução das iniciativas públicas e econômicas dos Estados Alemães a fim de ressaltar que o Cameralismo produziu um efeito de longo prazo, na medida em que fundou as bases da concepção de Economia Política ou Nacional alemã, a qual, posteriormente, viria a ser examinada a fundo e discutida de forma abrangente por List, o qual, como burocrata, formou-se sob a égide do cameralismo.

Aquilo que na década de 1820 era considerado Cameralismo afigurava-se significativamente diferente das doutrinas do século XVIII, não apenas porque Estado e sociedade deixaram de ser sinônimos, mas também pela circunstância de o aparato estatal encontrar-se agora separado das considerações de bem-estar e felicidade, pois a formação dos quadros do Estado fundou-se na Ciência do Direito. Na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento da *Nationalökonomie* (Economia Nacional) foi notavelmente influenciado pela escola clássica liberal. A ruptura com a tradição cameralista, entretanto, criou as condições para o surgimento de uma nova concepção de Economia Política ou Nacional (LIEBIG, 1998, p. 27; TRIBE, 2004, p. 25-29).

3.2 DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS ENTRE ECONOMIA COSMOPOLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL SEGUNDO FRIEDRICH LIST

Em linhas gerais, o cosmopolitismo se funda na crença de que o mundo constitui uma grande pólis (πόλις) e que todos os seres humanos compartilham características essenciais que os unem, ou deveriam uni-los, em uma ordem global que suplante todas as fronteiras nacionais (CAVALLAR, 2015, p. 4). Na Grécia Antiga, o termo *κοσμοπολίτης* representava o ideal de “cidadão do mundo”, isto é, alguém que considerava a humanidade inteira essencialmente mais importante do que sua cidade, grupo ou região. Outrossim, as origens do cosmopolitismo podem ser vistas como resultado do esfacelamento do mundo fechado inerente à estrutura territorial e institucional da cidade-estado grega, bem como a ascensão do império universal de Alexandre. Por outro lado, consoante a tradição filosófica, o cosmopolitismo tem sido geralmente identificado com os cínicos e os estóicos, para quem todos os homens formam naturalmente uma única comunidade moral de seres racionais, de modo que esta congregação universal transcende todas as configurações sociais e políticas existentes. Decerto, para esses filósofos, uma vez que os homens agem em função de uma razão natural comum, todos são dotados de cidadania e direitos universais, dispensando-se, por isso, a necessidade de muitas instituições e tribunais (DELANTY, 2006, p. 26-28; COLISH, 1985, p. 38).

Durante o Helenismo, os ensinamentos de Epíteto (135-55 AC) e do estoicismo exerceram grande influência sobre Marcus Tullius Cícero (106-43 AC), o mesmo que sob a orientação de Diodotus, o Estóico, elevou a ideia de direito natural (*Jus Naturale*) à condição de lei universal, pela qual todas as leis civis particulares deviam ser julgadas. Importa ressaltar também que esta concepção ciceriana da lei universal veio acompanhada de considerável ênfase sobre a possibilidade de ser instituído um mundo cosmopolita comum, que abarcasse todas as criaturas possuidoras de razão e linguagem. Posteriormente, devido à sua inaudível reputação como estadista republicano, como fonte histórica para compreensão da vida política do século I a.C., e, principalmente, como autoridade expoente da oratória e retórica latina clássica, Cícero tornou-se extremamente influente na Idade

Média. Consequentemente, através dele o cosmopolitismo estóico foi transmitido à Igreja, embora o universalismo já estivesse presente desde os primórdios da cristandade (CONVERSI, 2001, p. 34; COLISH, 1985, p. 61).

O projeto de universalismo teocrático de Santo Agostinho (354-430), em sua monumental *De Civitate Dei (Cidade de Deus)*, reflete em grande medida essa visão. Nesta obra, verifica-se a plenitude da concepção medieval de direito natural, em que se destacam a apologia do poder papal e a defesa de uma jurisdição internacional sob o controle da Igreja. Foi este o quadro geral no interior do qual se fundou a teoria cosmopolítica da condição humana, a qual viu o papado como candidato ideal para um império mundial. Subsequentemente, em *De Monarquia* (1310-1313), Dante Alighieri (1265-1321) afirma que a humanidade constitui uma comunidade singular cujo principal objetivo é a universalização da paz entre os homens. Dante ainda preconiza que o mundo se torne uma pátria comum - causa última da felicidade geral -, colocando-se acima de todas as formas de diversidades, incluindo os diferentes credos religiosos. Desse modo, a monarquia universal seria o único sistema político capaz de assegurar a harmonia da sociedade humana como um todo¹³¹ (BREUILLY, 1982, p. 5; ALIGHIERI, 1839, p. 7).

Quatro séculos mais tarde, Gian Battista Vico (1668-1744) também concebeu a história da humanidade como uma unidade que segue o seu curso providencial, sujeita a leis universais (CONVERSI, 2001, p. 35; BERLIN, 1976, p. 42-45). De fato, a providência e a razão foram ideias complementares na filosofia de Vico, cada uma exercendo influência profunda no desenvolvimento da humanidade já que, em seu entendimento, elas permitem ao homem compreensão mais ampla da totalidade do mundo, dando-lhe o fundamento à instituição de um mundo social comum (CHOLEWIAK, 1994, p. 9, DRAY, 1979, p. 180). Similarmente, nos territórios germânicos, o cosmopolitismo assumiu grande variedade de acepções, sendo

¹³¹ “La monarchia temporale, la quale si chiama imperio, è uno principato unico e sopra tutti gli altri nel tempo, ovvero in quelle cose che sono tempo misurate. [...] Inoltre l’ università umana è un alcun tutto inverso alcune parti, ed è alcuna parte inverso alcun tutto, perché ella è un tutto rispetto de’ regni particolari e varie nazioni; ed è alcuna parte rispetto di tutto l’universo, come di per se è manifesto. Adunque come le cose inferiori della università umana le rispondono bene, così essa risponde bene al suo tutto. Le parti sue le rispondono bene per uno solo principio, come dalle cose sopra discorse, si può facilmente raccogliere. Adunque ella all’universo ed al principe suo, che è Iddio, bene risponde per uno solo principio, e questo è il monarca: dal che segue, che la Monarchia è necessaria al benessere del mondo” (ALIGHIERI, 1839, p. 7-23).

defendido tanto pelos representantes do Romantismo, quanto pelos seguidores do Idealismo Alemão.

Immanuel Kant (1724-1802) e Christoph Martin Wieland (1733-1813), por exemplo, acreditavam que os seres humanos compõem uma única comunidade moral, independentemente de sua nacionalidade, língua, religião, costumes etc. De modo idêntico, o cosmopolitismo cultural de Georg Forster (1754-1794) sustentava a ideia de que a humanidade se traduz numa rica variedade de formas culturais que devem ser reconhecidas em suas particularidades. Outrossim, o cosmopolitismo romântico de Novalis (Friedrich von Hardenberg, 1772-1801) e Friedrich Schlegel (1772-1829) predicavam a construção de um mundo democrático formado por repúblicas não-coercitivas, mas unidas pela fé e pelo amor. Por fim, destaca-se o cosmopolitismo econômico e sua defesa de um mercado livre global, onde todos os seres humanos seriam parceiros comerciais comuns etc. (CAVALLAR, 2015, p. 5; KLEINGELD, 1999, p. 515, 518). Com exceção deste último, as outras formas de cosmopolitismo tiveram existência efêmera, não resistindo ao entusiasmo nacionalista gerado durante e depois da ocupação napoleônica.

Conforme Marshall, o cosmopolitismo econômico floresceu nos tempos modernos como reação aos regulamentos do comércio de metais preciosos e às inúmeras ordenações que determinavam o que cada indivíduo podia produzir, quanto poderia ganhar e como deveria empregar sua fortuna¹³² (MARSHALL, 1982 [1890], v. II., p. 333-334). Esta ideia devia estar bastante em voga ainda na segunda metade do século XVIII, pois, como destaca Hume, mesmo em nações bastante familiarizadas com o comércio, era possível verificar forte apreensão com respeito ao saldo da balança comercial, devido ao temor extremo de que todo o seu ouro e prata estivessem lhes deixando (HUME, 1983 [1752], p. 217). Com efeito, pensadores como Seigneur de Vauban (1633-1707), Pierre Boisguillebert (1646-1714), Richard Cantillon (1680-1734) e o próprio Hume (1711-1776), propuseram

¹³² No século XVII, na Europa, tornou-se evidente que a riqueza não consiste apenas da acumulação de barras de ouro e tesouros de qualquer tipo. A eclosão da grande inflação provocada pelo influxo de metais preciosos mostrou que a política da balança comercial como fim em si mesmo acarretava, entre outras coisas, a elevação do preço das mercadorias e da mão-de-obra, ainda que gradativamente. Do mesmo modo, o aumento da oferta de dinheiro tendia a favorecer as importações em detrimento da indústria doméstica. Com o tempo, percebeu-se que o essencial não era entesourar ouro e prata, mas sim fazê-los circular. Por isso, de 1660 a 1776, o refinamento da análise econômica mostrou-se tão significativo que o período foi caracterizado como um momento de transição, já prenunciando as origens da ciência econômica (HARRY; COLANDER, 1994, p. 50; DEYON, 1989, p. 69).

revisão crítica da doutrina mercantilista, destacando, entre outras coisas, a importância do comércio internacional no que concerne à reprodução do capital. Entretanto, a crítica mais sistemática viria a ser elaborada em França por uma escola de pensamento econômico cujos integrantes denominavam-se *economistes*, tendo François Quesnay¹³³ (1694–1774) como seu principal representante, embora mais tarde se tornasse conhecidos como fisiocratas, graças não apenas à publicação de uma coleção de escritos do grupo, em 1768, mas sobretudo devido a seu princípio fundamental de Economia Política (NORTHBARD, 2006, p. 365; TRIBE, 1988, p. 119).

A fisiocracia, do grego *Φύσις* (Natureza) e *κράτος* (poder), considerava o sistema econômico como um “organismo” regido por leis naturais, isto é, por mecanismos que independem da vontade humana. Decerto, a concepção de ordem natural que se encontra nos escritos fisiocráticos baseia-se em regularidades e funções físicas que antecedem qualquer estado de coisas estabelecido pela intervenção excessiva e mal-dirigida do governo. Assim, os *economistes* apregoavam que a liberdade de comércio, entendida como força primária da riqueza social, seria necessária para que os produtos da terra enriquecessem o Estado. Nesse sentido, eles desenvolveram uma teoria do equilíbrio econômico baseada na ideia que de toda a riqueza provém de atividades produtivas como a agricultura, a pesca e a mineração, ou seja, bens produzidos com a ajuda da natureza. Por esse motivo, eles defendiam que a tributação deveria ser cobrada unicamente sobre os excedentes naturais decorrentes do trabalho da terra. Além do mais, foram eles os primeiros a conceber o comércio livre e irrestrito como condição primordial do aumento da riqueza e prosperidade de todas as nações¹³⁴ (OLIVEIRA, 2013, p. 157;

¹³³ Quesnay foi o grande mentor da escola fisiocrata, à qual se filiavam ainda Mirabeau, Mercier de la Rivière, Le Trosne, Baudeau e Dupont de Nemours. Os escritos econômicos mais notáveis de Quesnay são o *Tableau Économique* (*Quadro Econômico*, 1758); seus *Essai Physique sur l'Économie Animale* (*Ensaio Físico sobre a Economia Animal* 1736), bem como os artigos *Fermiers* (*Agricultores*, 1756) e *Grains* (*Grãos*, 1757), contidos na magistral *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert (1756-1757) (COOPER, 1829, p. 14).

¹³⁴ Em sua revolta contra o colbertismo, os fisiocratas foram levados a negar que o comércio e a indústria criam riqueza. De fato, eles acreditavam que estas atividades econômicas consistem apenas na troca de coisas de valores iguais. A agricultura, por outro lado, não apenas muda a forma material das coisas, mas também produz nova matéria útil que, além de pagar todos os custos de produção, também gera um excedente. Esse produto novo e adicional é a causa por meio da qual a terra tanto amortiza as despesas, quanto provê renda ao proprietário, constituindo parte fundamental da riqueza, quer individual, quer nacional. Os maiores equívocos desse grupo, todavia, localizavam-se em suas proposições de que todos os trabalhadores que não se dedicam à pecuária ou ao cultivo da terra são improdutivos, bem como de que as manufaturas, tal como o comércio, não produzem valor (CANNAN, 1903, p. 19-20; COOPER, 1829, p. 13).

KUCUKALKSOY, 2001, p. 109 -110; NAPOLEONI, 1988, p. 23; TRIBE, 1988, p. 120-123).

Segundo List, “Quesnay, do qual se originou a ideia do comércio universal livre, foi o primeiro a estender suas investigações à humanidade inteira, sem levar em consideração a idéia de nação” (LIST, 1983 [1841a], p. 89). Na verdade, na obra *Physiocratie, ou Constitution Naturelle du Gouvernement le plus Avantageux au Genre Humain (Fisiocracia ou a Constituição Natural do Governo mais Vantajoso para a Humanidade, 1767)*, encontra-se o princípio fundamental da economia cosmopolita. Partindo do pressuposto de que os comerciantes de todo o mundo formam uma única república comercial, a nova ciência fisiocrática propunha-se a ensinar como a humanidade inteira poderia atingir a prosperidade. Ao discorrer sobre o progresso social, Quesnay alerta:

Existe, portanto, *uma ordem* natural, essencial e geral, que contém as leis constitutivas e fundamentais de todas as sociedades; uma ordem da qual as sociedades não podem se apartar sem deixarem de ser sociedades, sem que o estado político perca consistência, sem que os seus membros se sintam mais ou menos desunidos e sujeitos a uma situação violenta. *Uma ordem* que não se pode abandonar inteiramente sem operar a dissolução da sociedade e, logo, a destruição absoluta da espécie humana¹³⁵ (QUESNAY, Tome III, 1763, p. 8; destaque no original).

A Fisiocracia, por conseguinte, pode ser considerada a primeira escola de economia, já que antes dela verificava-se apenas a prática da Economia Política, a qual derivava seu conhecimento das experiências e especulações, sobretudo, de estadistas, funcionários das alfândegas e autores que escreviam sobre matérias de administração, agricultura, manufatura, comércio e navegação dos países aos quais pertenciam, sem analisar, todavia, em profundidade, as causas últimas da riqueza ou levar em consideração os interesses de cada nação em particular. Decerto, os fisiocratas acreditavam que se fossem eliminadas todas as barreiras ao comércio, a agricultura e a economia, em geral, floresceriam continuamente. (LIST, 1983 [1841], p. 89; 1831, p. 38; COOPER, 1829, p. 8-13).

¹³⁵ “Il y a donc *un ordre* naturel, essentiel et general qui renferme les loix consitutives et fondamentales de toutes les societés; un ordre duquel les societés, sans que l’état politique ait moins de consistance, sans que ses membres se trouvent plus ou moins desunis et dans une situation violente; *un ordre* qu’on ne pourroit abandonner entierement sans opérer la dissolution de la societé et bientôt la destruction absolue de l’espece humaine” (QUESNAY, Tome III, 1763, p. 8).

Por volta da década de 1770, o fascínio pelo pensamento econômico fisiocrático se fez sentir também nos territórios germânicos. Assim, a difusão da desta doutrina coincidiu com a expansão das ciências cameraais, não obstante ela tenha sido difundida inteiramente fora do âmbito universitário. Conforme Helge Peukert, na maior parte dos Estados Alemães, a fisiocracia não exerceu influência duradoura. Na verdade, a abordagem fisiocrática tornou-se um dos episódios mais breve entre todas as escolas de pensamento econômico na Alemanha.¹³⁶ Enquanto persistiu algum interesse pela fisiocracia, este se concentrou principalmente em suas aplicações práticas, com destaque, sobretudo, à promoção da agricultura e o equilíbrio fiscal, tendo em vista aumentar o potencial econômico dos principados alemães. No entanto, as medidas concretas visando implantar a política fisiocrática falharam, mesmo quando implementadas em pequena escala (PEUKERT, 2011, p. 71, CHALOUPEK, 2011, p. 123; ROSCHER, 1874, p. 484).

Certamente, foi no sul da Alemanha que uma das tentativas mais contundentes foi levada a cabo a fim de aplicar oficialmente a doutrina fisiocrática. Em 1770, o margrave Karl Friedrich Von Baden-Durlach introduziu um sistema de imposto único na aldeia de Dietlingen, nas proximidades de Pforzheim. Para o cumprimento de tal finalidade, merece destaque a atuação de Johann August Schlettwein (1731-1802), o mais emblemático fisiocrata alemão. Nascido em 1731, em Groß-Obringen, próximo a Weimar, Schlettwein estudou Direito e Ciências Cameraais em Jena. Em seguida, entre 1763 e 1773, foi conselheiro privado e executivo (*Kammer-und Polizeirat*) do regente Karl Friedrich, acompanhando-o em sua visita ao Marquês de Mirabeau, em 1771, quando buscavam orientação acerca das questões concernentes à esterilidade das manufaturas e os problemas associados ao cálculo do imposto único. Foi nesse período que Schlettwein teve contato íntimo com a pensamento de Quesnay, especialmente a partir da leitura cuidadosa de *L'Ami des Hommes ou Traité de la Population (O amigo dos homens, ou tratado sobre a população, 1756)* e *Philosophie Rurale (Filosofia Rural, 1763)*.

¹³⁶ Apesar de todos os seus esforços teóricos e práticos, autores como Schlettwein, Springer, Iselin, Fuerstenau, Jung e Friedrich von Baden jamais conseguiram instituir com sucesso uma ordem econômica segundo a doutrina fisiocrática. Na verdade, de acordo com Cusumano, se comparados com os fisiocratas italianos e franceses do mesmo período, pode-se dizer que os pensadores alemães sequer tiveram importância significativa sobre o progresso da ciência fisiocrática, a qual já havia sido consolidada por meio do trabalho de Quesnay e Turgot (CUSUMANO, 1875, p. 15).

Desde então, intentou adequar certos princípios fisiocráticos ao Cameralismo Alemão (PEUKERT, 2011, p. 79; TRIBE, 1988, p. 125).

Em conformidade com a tese fisiocrática, Schlettwein argumenta que a terra é a fonte de toda a felicidade e riqueza nacionais, pois dela emana a matéria cuja posse, uma vez transformada pelo trabalho, torna a vida dos seres humanos mais prazerosa, ao fornecer ao homem os meios de subsistência, a vestimenta e a moradia de que necessita para uma vida feliz.¹³⁷ Em razão disso, quanto mais terras forem cultivadas sem cessar, de modo a multiplicar abundantemente a quantidade de produtos naturais e recursos materiais (madeira, minerais, metais, vegetais etc.) necessários ao conforto e comodidade, melhor para a conveniência e o bem-estar da sociedade humana.¹³⁸ Dito de outra forma, a natureza (*φύσις*) é, obviamente, a única fonte de riqueza, pois embora a manufatura e o comércio sejam importantes, essas atividades dependem dela como sua precondição de existência. Do mesmo modo que toda a ortodoxia fisiocrática, Schelettwein acreditava que somente a terra é capaz de produzir excedente. Em seu entendimento, uma vez que a indústria humana consiste, basicamente, da transformação de matéria, nada pode acrescentar-lhe de propriamente novo (PEUKERT, 2011, p. 80-89; ROSCHER, 1874, p. 480).

Em seu *Grundfeste der Staaten oder die Politische Okonomie (Alicerce dos Estados ou Economia Política, 1779)* Schlettwein afirma que o alvo principal do Estado e, por conseguinte, da Economia Política consistia em promover o permanente bom funcionamento da ordem econômica (*Wirtschaftliche Ordnung*), a qual consiste em manter constante o aumento da produção material, fundamento de

¹³⁷ “Unsere Glückseligkeit besteht im Genüsse. [...] Zur Befriedigung unserer wesentlichen Lebenstrieb sind uns Nahrungsmittel, Kleidungen, Wohnungen, und Lagerstätte nöthig. Wir müssen zu essen haben, wenn uns hungert, und zu trincken, wenn uns dürftet. Wir brauchen Kleidungen, um unsern Leib zu bedecken, und Wohnungen, wenn wir wider die schädlichen Wirkungen der Luft, wider die Unfälle der wilden Thiere, und der bösen ungerechten Menschen sicher leben”. *A nossa felicidade consiste de prazeres. [...] A satisfazer os nossos instintos de vida essenciais estão os alimentos, roupas, moradia e provisão necessários. Nós precisamos de algo para comer quando estamos com fome, e beber se sedentos. Precisamos de roupas para cobrir nossos corpos e casas, para viver em segurança contra os efeitos nocivos do ambiente, sobrepujar acidentes como animais selvagens e homens perversos e injustos* (SCHELETTWEIN, 1779, p. 1-2).

¹³⁸ “Wir sollen alle Grundstücke des Erdbodens ohne Unterlass benutzen, und die Menge der Naturproducte vervielfältigen, damit wir immer mehr Materien haben, die wir zu unserer Nothwendigkeit, zu unserer Bequemlichkeit, und zu unserm Begnügen geniessen können”. *Devemos usar todas as parcelas de terra sem cessar, e multiplicar grande quantidade de produtos naturais a fim de ter cada vez mais matérias para que possamos tirar proveito de nossa necessidade, nosso conforto e nosso contentamento* (SCHLETTWEIN, 1779, p. 40).

todo bem-estar e felicidade. Aceitando os pressupostos fisiocráticos, ele argumentava que, para realizar tão nobre finalidade, fazia-se necessário que o Estado dispensasse considerável atenção à instrução dos jovens, tendo em vista não apenas a qualificação técnica, mas também para capacitá-los ao pleno exercício da vida pública ¹³⁹ (PEUKERT, 2011, p. 79; ROSCHER, 1874, p. 489; SCHLETTWEIN, 1779, p. 438-463).

Por outro lado, suas ideias sobre a teoria do comércio continham forte apelo à livre concorrência, deixando explícito que a competição sempre conduziria ao mais completo equilíbrio (*das Vollkommenste Gleichgewicht*) entre compradores e vendedores. Igualmente, ele acreditava que a liberdade irrestrita no âmbito do comércio de grãos - uma liberdade para vender e comprar em todos os lugares - forneceria as bases do direito de cada indivíduo usufruir uma vida plenamente feliz. ¹⁴⁰ No que concerne à tributação, Schlettwein apregoa que os impostos só deveriam ser cobrados sobre o excedente puro ou dado pela natureza, de sorte que tal cobrança não interferisse nos direitos de propriedade, nem reduzisse tampouco a riqueza dos cidadãos. Além do mais, como inexiste produção e consumo que não resultem do esforço aplicado à terra, ninguém poderia estar isento do pagamento dos impostos, ou seja, os tributos deveriam recair igualmente sobre as diferentes classes sociais (PEUKERT, 2011, p. 80-89; TRIBE, 1988, p. 127-128; ROSCHER, 1874, p. 489).

Urge lembrar que quando Schlettwein converteu-se à ortodoxia fisiocrática, por volta de 1768, muitos alemães de Baden estavam migrando para os Estados Unidos, especialmente para a Pennsylvania, por causa, sobretudo, da fome e das más colheitas. Suas investigações, a pedido do Margrave, mostraram que as vilas

¹³⁹ “Wenn ein Staat über die wirthschaftliche und sittliche Ordnung der Glückseligkeit vollkommen erleuchtet werden soll, so müssen sowohl die erwachsenen Inwohner immer einer höhern Aufklärung über die heilsamen Wahrheiten jener Ordnung theilhaftig gemacht, als auch die Jugend zur deutlichsten, lichtvollsten, und wirksamsten Erkenntniss derselben geleitet werden. Die Staatspolicy hat also den des für die vollkommenste Erziehung der Jugend, für die beste Instruction der Erwachsenen hinlängliche Sorge zu tragen”. *Se um Estado deve ser totalmente esclarecido no que concerne à ordem econômica e moral da felicidade, então tanto o jovem quanto o adulto devem ser guiados a um mais claro, luminoso, efetivo e elevado conhecimento acerca das verdades salutares da ordem da qual participam. O Estado de Polícia tem, portanto, a preocupação de levar a mais perfeita educação ao jovem, e a melhor instrução suficiente aos adultos* (SCHLETTWEIN, 1779, p. 463).

¹⁴⁰ Sobre a questão concernente ao livre comércio de grãos no contexto da fisiocracia alemã merece destaque ainda a obra de Johann Friedrich Unger (1753-1804), *Von der Ordnung der Fruchtpreise und deren Einflüsse in die wichtigsten Angelegenheiten Lebens*, Goettingen, 1752, e particularmente a obra de Johann Albrecht Phillippi (1721-1791), *Der Vertheidigte Kornjude*, Berlin: Ruediger, 1765 (CUSUMANO, 1875, p. 16-17).

padeciam de elevados débitos, baixos rendimentos, pesados impostos etc. Seu plano de ação consistia em aumentar o número de bovinos; abolir as terras em *pousio*; melhorar a qualidade da pastagem; instituir um imposto geral sobre o rendimento e, principalmente, conceder liberdade ilimitada de troca e comércio entre as aldeias. O experimento, no entanto, mostrou-se impraticável. Seus inimigos na corte dificultaram sobremaneira a realização de seus projetos. Embora algumas das reformas tenham perdurado com certo êxito até meados de 1770, no final do século uma petição da comuna rural solicitou a abolição do que eles chamaram o sistema Schlettwein, dando fim a experiência fisiocrática alemã (PEUKERT, 2011, p. 90).

Nesse mesmo período, em 1776, veio à luz a primeira tradução alemã de *A Riqueza das Nações*, feita por J. F. Schiller, um alemão que viveu em Londres.¹⁴¹ Não obstante a revisão da tradução levada a termo por J. G. H. Feder, em março de 1777, e os comentários críticos divulgados no *Allgemeine Deutsche's Nicholai Bibliothek* e no *Efemérides der Menschheit*, em 1777 e 1779, por Isaak Iselin, pouco interesse despertou a obra de Smith (SCHUMPETER, 2006, p. 476; TRIBE, 2004, p. 25; ROSCHER, 1874, p. 598). Tem-se dito que a lentidão no reconhecimento das ideias de Smith se deve à má qualidade da tradução de Schiller, o que explicaria a sua rápida difusão e aceitação após a versão oferecida por Christian Garve, publicada em meados da década de 1790.¹⁴² A princípio, o texto de Smith foi encarado apenas como mais um dentre uma vasta plêiade de obras de economistas ingleses, franceses e italianos traduzidas para o alemão.¹⁴³ A esse respeito, vale

¹⁴¹ SMITH, Adam, *Untersuchung ueber die Natur und Ursachen von Nationalreichthumern*, Leipzig: Weidemanns Erben und Reich, Band I, 1776; Band II, 1778.

¹⁴² Christian Garve (1742-1798) foi um filósofo alemão de vasto conhecimento, tornando-se professor de Matemática e Lógica na Universidade de Leipzig. Graças a seu incansável esforço, ele pode ser considerado um dos eruditos que mais contribuiu para a difusão do pensamento escocês na Alemanha. Muito antes de realizar a tradução da obra de Smith, ele já havia traduzido o *Essay on the History of Civil Society (Ensaio sobre a História da Sociedade Civil, 1772)* de A. Ferguson; a obra de E. Burke, *On the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful (Sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e da Beleza, 1772)*; e a obra de J. MacFarlan, *Inquiries Concerning the Poor (Investigação sobre a Pobreza, 1785)*. Seu primeiro contato com a obra de Smith se deu por meio da tradução de Schiller. Certamente, foi a limitação da mesma que o estimulou a produzir uma versão mais aprimorada (HASEK, 2003, p. 100; ROSCHER, 1874, p. 603).

¹⁴³ Em 1754 e, em seguida em 1766, apareceram duas traduções alemãs dos escritos econômicos de David Hume, sob o título de *Vermischte Schriften ueber die Handlung, die Manufacturen und die andern Quelle des Reichthums und der Macht eines Staats* (Hamburg, 1752; Leipzig, 1766). Em 1755, os *Elémens du Commerce* de V. de Forbonnais foram traduzidos como *Der Vernünftige Kaufmann (1755-1767)*. Posteriormente, as *Lezioni di Commercio ossia de Economia Civile* de Antonio Genovesi foram publicadas em três edições como *Grundsätze der Buergerlichen Oekonomie*, 2 Bände (Leipzig, 1765; 1769; 1776). Do mesmo modo, a obra *Meditazione sulla Economia Politica* de P. Verri, foi traduzida em 1785 como *Betrachtungen ueber die Staatswirthschaft* (TRIBE, 1988, p. 135).

salientar que a obra do escocês James Steuart (1712-1790) *An Inquiry into the Principles of Political Economy (Investigação sobre os Princípios de Economia Política, 1767)* foi de longe o tratado econômico mais citado durante as décadas de 1770 e 1780 nos territórios alemães, já que, pelo menos em parte, sua reflexão sobre a economia, se comparada com sistema de liberdade natural proposto por Smith, podia ser facilmente assimilada pela tradição cameralista¹⁴⁴ (HASEK, 2003, p. 98; TRIBE, 1988, 133-140).

Conforme Roscher, entre 1776 e 1795, não houve uma real compreensão das ideias de Smith, pois, apesar dos esforços citados, as referências à sua obra eram de tal modo ambíguas que a obscureciam. De fato, o primeiro escritor alemão a dar expressão ao pensamento econômico smithiano foi Georg Sartorius (1765-1828), em um volume original intitulado *Handbuch der Staatswirthschaft (Manual de Economia Política, 1796)*, obra voltada para suas aulas na Universidade de Goettingen¹⁴⁵ (HASEK, 2003, p. 102; TRIBE, 1988, p. 145; ROSCHER, 1874, p. 598). Seu *Handbuch* baseia-se inteiramente na obra de Smith, dividindo-se em duas seções, da qual a primeira, *Die Elemente der Nationalen Wohlstand (Elementos da Prosperidade Nacional)*, trata das questões sobre a produtividade do trabalho e seus limites, a teoria do valor de troca e da renda, bem como alguns aspectos do capital e da distribuição da riqueza material (ROSCHER, 1874, p. 616; SARTORIUS, 1796, p. 2-3).

Importa ressaltar, todavia, que, por se tratar de um manual, grandes dificuldades se impõem à exposição do pensamento econômico de Sartorius. Em linhas gerais, pode-se dizer que suas ideias consistem, na verdade, de um grande

¹⁴⁴ A Grã-Bretanha detinha posição proeminente no norte do Sacro Império Germânico, visto que o eleitorado de Hanover era possessão continental da dinastia britânica no coração da Prússia e, portanto, esta região estava sob forte influência cultural inglesa. Com efeito, a primeira revisão alemã de *A Riqueza das Nações* apareceu no jornal oficial da Universidade de Göttingen, em Hanover. Assim, juntamente com o prestígio nas áreas da Filosofia, História, Matemática, Filologia e Direito, essa universidade, na década de 1790, tornou-se um importante núcleo de florescimento do pensamento smithiano nos territórios germânicos (HASEK, 2003, p. 98).

¹⁴⁵ Sartorius foi o responsável pela primeira revisão da tradução de *A Riqueza das Nações* no *Göttingische gelehrte Anzeigen*. Como discípulo e amigo de Feder, é provável que ele tenha recebido deste seu primeiro estímulo para estudar o pensamento de Adam Smith. Embora a princípio fosse professor de História e Filosofia, Sartorius começou em 1792 a lecionar cursos sobre os princípios de Economia Política. Dai a publicação do seu manual *Handbuch der Staatwirthschaft zum Gebrauche bey akademischen Vorlesungen nach Adam Smith's Grundsastzen ausgearbeitet*. Berlin, Johann Friedrich Unger, 1796. Dois fatores se destacam em sua obra, a saber, as inevitáveis simplificações resultantes de seu poder de síntese e a observação pertinaz da forma histórica da argumentação smithiana (TRIBE, 2004, p. 27; HASEK, 2003, p. 102).

resumo do primeiro e segundo livro de *A Riqueza das Nações*. A segunda parte de sua obra, por exemplo, intitulada *Staatswirtschaft* é uma síntese dos livros III, IV e V da obra de Smith. Posteriormente, publicou Sartorius outra obra intitulada *Von den Elementen des National-Reichthums, und von der Staatswirthschaft nach Adam Smith* (*Sobre os Elementos da Riqueza Nacional e de Economia Política segundo Adam Smith*, 1806), em que, apesar da reprodução quase mimética das ideias do economista escocês, ele introduz apreciável acomodação entre o pensamento clássico e a tradição cameral alemã. Por causa disso, desde então, nota-se crescente referência à obra de Smith na literatura cameralística (TRIBE, 2004, p. 27; HASEK, 2003, p. 102-103).

Seguindo essa mesma lógica interpretativa, Johann Friedrich von Pfeiffer (1718–1787) merece reconhecimento tanto por sua imprescindível contribuição à difusão do cameralismo, quanto por articular fecundas conexões entre esta ciência e a ortodoxia liberal clássica. Após servir ao Estado prussiano até 1750, ele adquiriu notável experiência como administrador em diversos principados alemães como Schlesien, Brandenburg, Mecklenburg, Sachsen, Österreich, Bayern e die Schweiz, o que repercutiu grandemente em sua vasta produção intelectual. Na década de 1780, já sob a influência de Smith, Pfeiffer se ocupa do estudo atinente às estratégias de crescimento econômico.

O resultado de sua diligente reflexão encontra-se em sua obra *Die Manufacturen und Fabricken Deutschlands: nach ihrer heutigen Lage betrachtet und mit allgemeinen Vorschlagen zu ihren vorzuglichsten Verbesserung Mitteln begleitet* (*Manufaturas e fábricas na Alemanha, considerados segundo sua localização presente, juntamente com as propostas gerais que acompanham seu principal meio de melhoramento*, 1780). Após tornar-se professor na Universidade de Mainz, Pfeiffer escreveu seus *Grundsätze der Universal-Kameral-Wissenschaft* (*Princípios da Ciência Cameralista Universal*, 1783), em que se dedica a uma exposição de *A Riqueza das Nações*, considerando a obra do economista escocês uma variante estrangeira do cameralismo. No mesmo ano, Sonnenfels acrescenta referências da obra de Smith em sua discussão sobre as manufaturas, na quinta edição do segundo volume dos seus *Grundsätze*, ressaltando os benefícios da divisão do trabalho para as economias industriais.

Ainda nesse contexto de final do século XVIII, merece destaque o trabalho de Christian Jakob Kraus, professor de alguns dos principais líderes do movimento reformista prussiano, cujas aulas de Economia Política na Universidade de Königsberg eram obrigatórias para todos os candidatos ao Departamento Financeiro da Prússia Oriental. Em sua extensa *Staatswirthschaft (A Economia Política, 1808-1811)*, o autor apresenta críticas incisivas à concepção mercantilista de riqueza, a qual assegurava que, assim como na vida privada, uma nação é rica ou pobre consoante a quantidade de ouro e prata de que dispõe. Tal percepção era usada para justificar restrições às importações, numa tentativa de assegurar uma balança comercial favorável. Contra isso, Kraus recomenda urgente redução dos tributos de alfândega, ao destacar a inutilidade do entesouramento ocioso, bem como os benefícios advindo da circulação e do livre comércio, tanto para a indústria nativa quanto para a estrangeira. Por outro lado, na mesma obra, ele faz eloquente apelo ao individualismo, ao mesmo tempo que defende a supressão drástica da intervenção do Estado na economia. Graças a ele, por volta do limiar do século XIX, os princípios da economia clássica foram bastante aceitos, sobretudo, nos Estados Alemães do norte, fazendo-se sentir sua influência nas políticas públicas de importantes estadistas prussianos como von Heinrich F. Stein, Karl A. Hardenberg e Theodor von Schön (SCHUMPETER, 2006, p. 476; HASEK, 2003, p. 98; KRAUS, 1808, p. 6-10; TRIBE, 1988, p. 146-147).

Além dos autores citados, August Ferdinand Lueder (1760-1819), Professor de Filosofia na Universidade de Göttingen, fez entusiástico apelo em favor da obra de Smith em seu *Über Nationalindustrie und Staatswirthschaft (Sobre a Indústria Nacional e a Economia Política, 1800-1802)*. Lueder divide sua exposição em dois volumes, de modo que, no primeiro, ele trata de questões estritamente econômicas como a divisão do trabalho, o valor de troca, a renda da terra, o capital e os mercados interno e externo. O segundo volume, o qual se ocupa dos princípios de economia política, trata especificamente das funções precípuas do Estado, da teoria do governo, das finalidades da constituição política, do sistema militar e de educação etc. Após exaustiva análise psicológica, apoiada nos ensaios de Hume e na antropologia Kant, Lueder argumenta que o governo deve se encarregar de assegurar a moralidade, a felicidade e, principalmente, a segurança dos cidadãos (ROSCHER, 1874, p. 619). Em seguida, ele fornece exaltada defesa da liberdade

em todas esferas da vida política e social, dando considerável destaque à esfera econômica. Na verdade, Lueder acredita que a ingerência do Estado na circulação natural de mercadorias diminui a possibilidade de empregos.¹⁴⁶ Medidas dessa natureza conspirariam contra a nação, uma vez que aumentariam o número de pessoas improdutivas (LUEDER, 1802, p. 16-38).

De fato, Lueder, assim como grande parte da intelectualidade alemã, foi fortemente influenciado pela revolução na França, tornando-se intrépido defensor da ideia de liberdade, não apenas no campo da atividade econômica, mas também em toda vida social. Igualmente, Ludwig Heinrich von Jakob (1759-1827), após contribuir para divulgação das ideias de Smith em São Petersburgo, ensinou Economia Política e Filosofia na Universidade de Halle. Em suas aulas, ele combinou a crítica de Kant com o individualismo de Smith, originando um pensamento econômico-filosófico sistemático que exerceu notável influência nas reformas levadas a termo por Stein e Hardenberg¹⁴⁷ (STIEHLER, 2013, p. 79-83; HASEK, 2003, p. 105-106).

Outro protagonista no processo de difusão do pensamento smithiano e, por conseguinte, defensor do cosmopolitismo econômico alemão foi Dietrich Hermann Hegewisch (1746-1812), o eminente historiador e professor da Universidade de Kiel. Seus dois artigos intitulados *Welche von den europaischen Nazionen hat das Merkantilssystem zuerst vollständig in Ausübung gebracht? (Qual das nações européias levou a cabo o primeiro Sistema Mercantil ao exercício pleno?, 1792)* e *Über den wahren Grundsatz der Handelsgesetzgebung, und ueber die Vorbereitungsmitel, das Handelsverkehr unter allen Volker zum möglich höchsten*

¹⁴⁶ “Der Staat bewirkt auch nicht, dass die Arbeit vermehrt wird, wenn er die alten Abgaben erhohet oder neue Steuern ausschreibet” (LUEDER, 1802, p. 36-37).

¹⁴⁷ Ainda sobre a filosofia, importa ressaltar que Hegel ensinou durante anos as obras de James Stuart e, principalmente, Adam Smith, durante a sua docência na Universidade de Jena, o que torna indubitável a influência do pensamento econômico escocês sobre o maior expoente do Idealismo Alemão. Em sua *Philosophie des Rechts (Filosofia do Direito, 1821)*, Hegel apresenta provas irrecorríveis de sua dívida para com esses pensadores, sobretudo no tocante à sua concepção de sociedade civil (*Bürgerlichen Gesellschaft*). Em *Das System der Bedürfnisse (Sistema das Necessidades)*, por exemplo, Hegel adotou a ideia de que o desenvolvimento da economia de mercado favorece o crescimento da liberdade e, ao mesmo tempo, estreita os laços de dependência mútua entre os indivíduos. De Smith, o grande filósofo alemão converteu a “mão invisível” no princípio dialético que rege a sociedade. Além disso, é provável que Hegel tenha concebido a ideia de que o espírito (*Geist*) se imprime na natureza, transformando-se em História mediante o trabalho, a partir da concepção smithiana de que o trabalho constitui parte essencial da natureza humana. Por outro lado, a *History of England* de Hume serviu a Hegel como ponto de partida para compreender o surgimento do moderno Estado de Direito (*Rechtsstaat*) (HENDERSON; DAVIS, 1991, p. 142-143; HEGEL, 1973 [1818/1819], p. 310; 1969 [1830], p. 406).

Grade zu erweitern und zu beleben (Sobre o verdadeiro princípio da legislação comercial, e meio de preparação minucioso para expandir e vivificar o comércio entre todos povos ao mais alto grau possível, 1792), publicados no *Berlinische Monatsschrift* e, posteriormente, na *Historische, Philosophische, und Literarische Schriften*, em 1801, atacaram veemente toda e qualquer forma de ação estatal intervencionista.

Após destacar os retrocessos da economia, causados em virtude das restrições impostas ao comércio, Hegewish compara a prática mercantilista com a prosperidade advinda da economia política inglesa da época. Em seguida, argumenta que a doutrina do livre comércio é a forma mais rápida e rentável de promover o crescimento econômico dos Estados Alemães. Nesse sentido, ele defende que o Estado deveria importar aqueles bens mais dispendiosos de serem produzidos internamente. Sem grandes pormenores, seu raciocínio partia do pressuposto de que se fossem abolidas as medidas protecionistas, outros Estados poderiam se beneficiar das vantagens recíprocas oferecidas pelo comércio internacional, já que assim todas as nações saem ganhando. Ademais, em seu modo de ver, a supressão das fronteiras nacionais permitiria a livre circulação não somente de mercadorias, mas, principalmente, de mão-de-obra. Nesse caso, os indivíduos desempregados em um país poderiam migrar para outro em busca de melhores condições de vida. Por outro lado, o comércio livre e universal levaria à situação em que cada país produziria os bens para os quais a natureza melhor lhes preparou, o que estimularia, por seu turno, o comércio entre todas as regiões do mundo, contribuindo sobremaneira para elevar o nível de vida de todos os seres humanos (KLEINGELD, 1999, p. 519-520; HEGEWISCH, 1801, p. 152-153).

Este era, basicamente, o contexto cultural a partir do qual List formulou sua crítica à concepção cosmopolita da economia. Segundo ele, os pensadores de corte smithiano estavam em total desacordo com o que, de fato, consistiria a verdadeira Economia Política, isto é, "a ciência que limita seu ensinamento a investigar como determinada nação pode obter, nas condições vigentes do mundo, a prosperidade, a civilização e o poder, por meio da agricultura, da indústria e do comércio" (LIST, 1983 [1841a], p. 89). Em vez disso, a economia cosmopolita - partindo da premissa da existência de uma república universal em perpétuo estado de paz - tem por único

objetivo ponderar sobre a condição econômica da sociedade humana como um todo, sem considerar, todavia, os interesses específicos de nações individuais. De acordo com List:

No momento a raça humana está ainda separada em nacionalidades distintas, sendo cada uma delas mantida coesa por poderes e interesses comuns, sendo diferente de outras sociedades da mesma espécie, as quais, no exercício de sua liberdade natural, se opõem entre si (LIST, 1983 [1841a], p. 89-90).

Por conseguinte, ao conferir à sua economia cosmopolita a denominação de política, a ortodoxia liberal clássica dispensa-se de explicar um paradoxo fundamental na sua teoria, efetuando, assim, não apenas uma transposição de termos, mas também uma transposição de sentido, a fim de contornar as limitações de sua ciência. De fato, os pensadores smithianos, em grande medida, não contemplaram em suas elucubrações a complexa natureza das nações, seus interesses e condições históricas específicos. Por isso, não atentaram para o grave erro de considerar como dado um estado de coisas que ainda se encontra por vir. Ao conferir abrangência universal à sua doutrina do livre comércio, Adam Smith e seus seguidores evocam para si terem encontrado o caminho por meio do qual todas as nações poderiam alcançar riqueza e prosperidade. No entanto, continua List, se o livre comércio universal fosse instaurado nas condições vigentes do mundo, o resultado disso não seria uma república universal, mas, ao contrário, uma sujeição total de todas as nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial, comercial e naval dominante. Em outras palavras, se o livre comércio viesse a ser plenamente instituído, a Inglaterra, devido ao seu estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas, tornar-se-ia uma cidade industrial de proporções imensuráveis (LIST, 1983 [1841a], p. 89). Nesse caso, adverte List:

A Ásia, a África e a Austrália seriam civilizadas pela Inglaterra, sendo cobertas por novos Estados conforme ao padrão inglês. Formar-se-ia um mundo de Estados ingleses, sob a presidência do Estado mãe, sendo que, neste mundo de Estados, as nações do continente europeu se perderiam como raças sem importância e improdutivas. Neste arranjo, caberia à França, à Espanha e a Portugal fornecer a este mundo inglês os vinhos mais selecionados, ficando para eles os vinhos de má qualidade; no máximo a França poderia conservar uma pequena indústria de modas. A Alemanha dificilmente caberia outra função senão fornecer a este mundo inglês brinquedos de crianças, relógios de madeira, escritos sobre filologia, e vez por outra, também um destacamento militar, disposto a sacrificar-se nos desertos da Ásia e da África, empenhando-se em difundir a supremacia comercial e industrial, a literatura e a língua da Inglaterra (LIST, 1983 [1841a], p. 95-96).

Baseando-se na experiência histórica, List chega então à conclusão de que uma união entre as nações da terra, reconhecendo todas elas as mesmas condições de direito entre si e renunciando aos seus próprios interesses, somente poderia ser realizada se a maioria destas nações tivesse atingido grau equivalente de indústria e civilização, assim como de cultura política e poder. Apenas sob tais circunstâncias essa união poderia desenvolver o livre comércio e proporcionar as mesmas vantagens auferidas pelas províncias e Estados já politicamente unidos.

A liberdade do comércio e a paz perpétua são, ao que nos parece, dois princípios que repousam sobre a mesma base e intimamente ligados; eles não serão possíveis a menos que a civilização, a condição política e a indústria das nações se encontrem de tal modo avançadas, e sejam de tal modo similares que sua união possa ser útil a cada uma delas, da forma como atualmente ocorre entre os vinte e quatro estados da América do Norte e que a todos eles é vantajosa¹⁴⁸ (LIST, 1831, p. 38).

Por conseguinte, segundo List, uma economia cosmopolita nas condições do mundo que lhe era contemporâneo resultaria uma grande quimera. Ao contrário, ele acreditava que a verdadeira Economia Política consistiria, outrossim, na Economia Nacional, pois esta emana diretamente do conceito e da natureza da nação.¹⁴⁹ Nesse sentido, diferentemente da economia cosmopolita ou mundial, ela ensina de que maneira determinada nação pode manter e melhorar suas condições econômicas a fim de prepará-la para ser admitida na sociedade universal do futuro (LIST, 1983 [1841a], p. 91-124; 1831, p. 38; 1909 [1827a], p. 155).

É nesse sentido que List salienta o papel da intervenção estatal no desenvolvimento das forças produtivas. Para ele, o sistema protecionista, na medida em que constitui a estratégia mais eficaz de colocar as nações atrasadas em situação de igualdade com a nação dominante, essa medida se apresenta como o

¹⁴⁸ “La liberté du commerce et la paix perpétuelle sont, à ce qu'il nous paraît, deux principes qui reposent sur la même base et qui sont intimement liés: elles ne seront possibles toutes deux que lorsque la civilisation, la condition politique et l'industrie des nations seront tellement avancées, seront devenues tellement semblables que leur union puisse être utile à chacune d'elles comme elle qui existe aujourd'hui entre les vingt-quatre états del'Amérique du Nord leur est à tous avantageuse” (LIST, 1831, p. 38).

¹⁴⁹ List reconhece que as nações são tão diferentes em sua condição quanto o são os indivíduos. Uns são enormes, outros anões; uns são jovens, outros velhos. Há aleijados e pessoas bem-feitas; alguns são supersticiosos, aborrecidos, indolentes, sem instrução, bárbaros; outros são iluminados, ativos, empreendedores e civilizados. Alguns são escravos, outros são meio-escravos, outros livres e autogovernados. Do mesmo modo, algumas nações são predominantes sobre outras. Umas são independentes, ao passo que outras vivem mais ou menos em um estado de dependência. Diante de tamanha discrepância, List afirmar ser grande indolência arrogar para si a prerrogativa de aplicar regras gerais a realidades tão diferentes (LIST, 1846, p. 305; 1909 [1827a], p. 164-165).

meio mais rápido e seguro de promover a união final das nações. Por outro lado, diferentemente do que se pensa sobre seu conceito de protecionismo, List ressalta:

O sistema protecionista não somente seria contrário aos princípios da economia cosmopolítica, mas até contra os próprios interesses da nação, se ele excluísse a concorrência estrangeira totalmente e de uma só vez – o que equivaleria isolar de outras nações o país a ser protegido. Se a potência a ser protegida estiver ainda no primeiro estágio de seu desenvolvimento, as taxas protecionistas devem ser moderadas, devendo aumentar gradualmente à medida que cresce o capital intelectual e material, as aptidões técnicas e o espírito empresarial da nação. Tampouco é necessário que todos os setores da indústria sejam protegidos no mesmo grau. Somente os setores mais importantes requerem proteção especial – os que exigem alto capital para implantação e administração, muita maquinária, e portanto muito conhecimento técnico, habilidade profissional, experiência, e muita mão-de-obra, e cujos produtos são artigos de primeira necessidade, sendo, portanto, da máxima importância no que tange ao seu valor total e à autonomia nacional (LIST, 1983 [1841a], p. 126).

Ainda, List argumenta que apenas aquelas manufaturas que empregam grande número de pessoas, consomem grandes quantidades de matérias primas e, por conseguinte, estimulam outras atividades econômicas, devem ser objetos da proteção temporária do governo. No entanto, autoriza-se a importação de artigos de luxo, se estes forem menos custosos que sua produção doméstica, pois, tal como Hume salienta em seus *Writings on Economics (Escritos Econômicos, 1752)*, eles estimulam o gosto pelo requinte e isso favorece o desenvolvimento das forças produtivas ao despertar nos conterrâneos o prazer pelo trabalho (LIST 1909 [1827a], p. 206; HUME, 1983 [1752], p. 189). A esse respeito, é interessante notar que embora Hume seja considerado um dos precursores do *laissez-faire* e do liberalismo, seu ponto de vista exprime grande flexibilidade às propostas concretas de política econômica, concedendo considerável espaço à atuação do governo. Em várias passagens ele apoia o argumento da indústria nascente, defendendo que impostos moderados e graduais não apenas incentivam a indústria nativa, mas também podem aumentar a diligência e probidade dos trabalhadores. Como ele mesmo sugere nem todos os impostos sobre mercadorias estrangeiras devem ser consideradas prejudiciais ou inúteis.

Um imposto sobre o linho alemão encoraja as manufaturas do país, e por isso multiplica nossa população e indústria. Um imposto sobre o conhaque aumenta a venda do rum, e sustenta nossas colônias do sul. Como é necessário que sejam levantados impostos para a manutenção do Governo, pode-se julgar mais conveniente atribuí-los às mercadorias estrangeiras,

que podem ser facilmente interceptadas no porto e submetidas ao imposto¹⁵⁰ (HUME, 1983 [1752], p. 225).

Como exposto, as obras de Hume e outros eruditos ingleses haviam sido traduzidas para o alemão já no final do século XVIII. Decerto, é notável a influência de Hume sobre diversos economistas alemães, com destaque, sobretudo, para August Ferdinand Lueder. Devido ao seu método empírico, ele foi, sem dúvida, o pensador escocês mais apreciado por List, o qual leu detidamente, entre outras, sua *History of England*, (*História da Inglaterra*, 1756-1761) obra em que Hume não apenas apresenta aspectos importantes de sua teoria política, mas também dedica espaço considerável a assuntos econômicos, incluindo observações sobre tendências de preços e como o progresso técnico apresenta-se mais rápido nas manufaturas do que na agricultura, argumento que List desenvolverá em toda sua extensão, e que será discutido adiante (ARTHMAR, 2014, p. 2; NORTHBARD, 2006, p. 425; ROSTOW, 1990, p. 25). Por enquanto, importa apenas destacar que List concebeu a Economia Política ou Nacional como a ciência que, levando em consideração os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações, preconiza normas por meio das quais cada nação individual possa chegar àquele estágio de desenvolvimento econômico no qual a união com outras nações e consequentemente a liberdade de comércio sejam capazes de se tornar benéficas para ela¹⁵¹ (LIST, 1983 [1841a], p. 93-94).

¹⁵⁰ “A tax on GERMAN linen encourages home manufactures, and thereby multiplies our people and industry. A tax on brandy encreases the sale of rum, and supports our southern colonies. And as it is necessary, that imports should be levied, for the support of government, it may be thought more convenient to lay them on foreing commodities, which can easily be intercepted at the port, and subject to the impost” (HUME, 1985 [1752], p. 324).

¹⁵¹ Nota-se que em uma carta a Georg von Cotta (1796-1863), de 6 de setembro de 1838, portanto, antes de começar a escrever o *Sistema Nacional*, List afirmou: “Há muitos anos coleciono ideias e materiais para um novo sistema de Economia Nacional. [...] Pretendo redigir meu ensaio (*O Sistema Natural de Economia Política*, 1837) como um livro completo em si, mas que sirva também como introdução a um trabalho maior, isto é, a um novo sistema de Economia Política. Este livro, intitulado Comércio Internacional e União de Estados sob Direito Internacional, mostrará até que ponto o comércio livre é desejável em teoria, e como pode ser alcançado na prática. Além disso, mostrará que, à medida que as nações avancem na indústria e no comércio, no conhecimento e nas invenções mecânicas, o que hoje chamamos de comércio internacional tornar-se-á a lei comum dos estados federados” (Carta a Cotta, 6 de setembro de 1838, traduzida por HIRST, 1909, p. 84-85).

3.3 A TEORIA DA UNIDADE DAS FORÇAS PRODUTIVAS COMO PRINCÍPIO DE INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS ALEMAES.

O lapso que se estende do último quartel do século XVIII até meados do século XIX é notoriamente aceito como um período de reformas institucionais que culminaram, posteriormente, na industrialização da Alemanha. Esse movimento, contudo, foi paulatino, já que se fazia necessário suplantar uma série de obstáculos estruturais que historicamente retardavam esse processo. Embora os dados variem muito de um lugar para outro, pode-se dizer, seguramente, que até os primeiros decênios do século XIX, três quartos da população alemã eram empregadas no setor primário ou em alguma atividade dependente da agricultura. Além disso, não obstante importantes cidades, como Frankfurt e Leipzig, se destacarem por articular o comércio europeu e internacional, a fragmentação política dos territórios germânicos criava obstáculos quase intrasponíveis para o estreitamento das relações econômicas. A esse respeito, cumpre ressaltar que o Emden pertencia à Prússia; Bremen, Lübeck e Hamburg eram cidades livres; Rostock fazia parte de Mecklenburg; Wismar era suéca; e os portos de Stettin, Königsberg e Memel estavam isolados por barreiras alfandegárias interestatais. Por isso, em vez de intercambiar entre si as coisas de que necessitavam, aos Estados Alemães era mais vantajoso importar madeira, pedras, grãos, peixes e ferro da Escandinávia; frutos, óleo e vinho de Portugal, Espanha e Itália; produtos manufaturados da Grã-Bretanha; vinho, conhaque e bens de luxo da França; peles e matérias-primas da Rússia e algodão dos Estados Unidos (PIERENKEMPER; TILLY, 2004, p. 46; BOEHME, 1978, p. 2; HENDERSON, 1975, p, 23).

Apesar das dificuldades, os Estados Alemães não estavam desprovidos em absoluto de manufaturas e inovação técnica. Na verdade, de acordo com Robert Lee, os territórios germânicos, no limiar do século XIX, não eram “subdesenvolvidos”, mas apenas tinham traçado um caminho de certo modo diverso se comparado com as outras monarquias européias. Certamente, existiam distritos desatualizados como o Eifel e o Senne, mas também havia regiões como a Saxônia e a Renânia, onde o processo cumulativo de mudança estrutural já estava em notável andamento. Por volta de meados do século XIX, nos centros têxteis da Renânia, por exemplo, as

exportações de pano, principalmente para os mercados exteriores, haviam se expandido significativamente. De fato, a primeira fábrica alemã de fiação mecânica foi fundada em 1784 perto de Ratingen. Um ano depois foi colocado em funcionamento o primeiro motor a vapor no distrito minerador de Mansfeld. Em seguida, entre 1794-1796, foi instalado o mais antigo alto-forno na Alta Silésia (*Friedrichsgrube*), em Gleiwitz. Mais tarde, em 1799, Königshuette tornou-se o segundo estabelecimento a possuir alto-forno (LEE, 1988, p. 347).

Um dos problemas mais notáveis na economia alemã no período em questão é que, embora algumas regiões já tivessem entrado em avançado processo de desenvolvimento das forças produtivas, possuindo importantes centros manufatureiros, como Ruhr, Saar, Saxônia, Augsburg, Schwäbisch Gmünd, Hanau e Pforzheim, bem como cidades industriais e de produção têxtil como Suhl e Ruhla, sua produção, em geral, restringia-se a um parco mercado consumidor. A título de exemplo, no que diz respeito à indústria de lã, além de ser amplamente dispersa na Renânia, Saxônia, Silésia, Baviera e Württemberg, sua base produtiva, durante muito tempo, esteve alicerçada sobre a produção artesanal, sendo sua técnica tradicionalmente exercida nas zonas rurais. Outrossim, devido às precárias vias de comunicação, as possibilidades de comercialização eram extraordinariamente limitadas, acarretando, em geral, crescimento lento neste setor da indústria. Além disso, visto ser igualmente difícil angariar capital para levar adiante novas atividades produtivas, as grandes conquistas da indústria alemã foram, grosso modo, empreendimentos isolados e, amiúde, conduzidos pelo Estado, em detrimento da iniciativa privada. De modo geral, poucas contribuições para o progresso técnico foram feitas na Alemanha na mesma época em que mudanças revolucionárias ocorriam na Inglaterra (PIERENKEMPER; TILLY, 2004, p. 19; HENDERSON, 1975, p. 23-27).

A situação da metalurgia não era diferente. Inovações também estavam ausentes neste setor, razão pela qual a maior parte da atividade produtiva seguia métodos obsoletos de produção. Embora as minas estatais e as usinas metalúrgicas da Alta Silésia tivessem à sua disposição equipamentos razoavelmente modernos, suas taxas de crescimento em termos de produtividade permaneceram baixas, salvo um ou outro casos especiais. Havia poucos aprimoramentos técnicos, apesar dos

esforços de indivíduos como Friedrich Harkort (1793-1880), Franz A. Egells (1788-1854), Johann F. A. Borsig (1804-1854), Ferdinand Schichau (1814-1896), Joseph A. Maffei (1790-1870) e Jacob Mayer.¹⁵² No setor da indústria pesada, a qual demandava maior investimento em termos de instalações e equipamentos, as deficiências na circulação de capital tiveram efeito ainda mais devastador. Somente nas décadas de 1830-1840 se verifica algum melhoramento no nível de desenvolvimento, ainda que lentamente (BOEHME, 1978, p. 25-26; HENDERSON, 1975, p. 24-25).

De fato, pode-se argumentar que o desenvolvimento das forças produtivas alemãs esteve intrinsecamente ligado à reforma agrária, ao *Zollverein* e ao sistema de transporte ferroviário. Como exposto acima, no início do século XIX, cerca de 65% da população alemã dedicava-se principalmente à agricultura, enquanto 20% ocupava-se do comércio e 15% do setor de serviços. Após o desastre de Jena em 1806, o reino da Prússia introduziu uma série de reformas, dentre as quais se destacaram as de cunho militar, político e econômico. Todavia, no que concerne à esfera social, é inegável que a emancipação da população camponesa (*Bauernbefreiung*) foi a medida de maior repercussão socioeconômica, pois teve implicações importantes, sobretudo no que concerne à ampliação das relações capitalistas de trabalho. Nesse sentido, o resultado mais significativo da reforma agrária foi que, com o tempo, os camponeses tornaram-se agricultores, proprietários de uma pequena gleba, o que, em termos práticos, implicava maior dedicação ao trabalho.

Constata-se que embora essas reformas fossem implementadas a nível regional, sendo seus primeiros passos dados pela Prússia em 1808, as mesmas medidas foram levadas cabo na Lituânia, em 1809, e em seguida, na Silésia, Pomerânia, Ostmark e Neumark, em 1810. Igualmente, com o tempo, o modelo de reforma agrária conduzido pela Prússia foi adaptado, em grande medida, aos demais territórios alemães. O efeito mais notável disso se verifica não apenas no aumento da produtividade do trabalho da terra, mas, principalmente, na elevação do nível

¹⁵² Esses são apenas alguns exemplos de manufatores, engenheiros, físicos, homens de negócio e comerciantes alemães que, mediante experiência prática ou conhecimento técnico, propuseram inovações que repercutiram no desenvolvimento da indústria alemã.

regional de especialização do setor primário. Ademais, a reforma agrária concorreu no sentido de promover a industrialização alemã, pois o agricultor pôde reter parcela maior do fruto de seu trabalho, ao passo que os grandes proprietários passaram a valer-se cada vez mais de mão de obra contratada, o que aumentava, sobretudo, os meios de circulação e o consumo (PIERENKEMPER; TILLY, 2004, p. 23-24; POLLARD, 2001, p. 46; LEE, 1988, p. 353).

Outro enorme obstáculo à ampliação das forças produtivas alemãs residia na persistente proliferação de tarifas aduaneiras e postos de alfândegas espalhados ao longo dos rios e estradas que cortavam os territórios germânicos, sob a alegação de proteger os produtores autóctones e preservar grande quantidade de pequenos mercados semi-autárquicos (LIST, 1850 [1819a], p. 17-18). Desde o século XVII, muitos dos grandes principados alemães criaram instituições específicas voltadas a regular o comércio e organizar as portagens. No entanto, percebe-se que o controle das aduanas era, certamente, um dos modos mais eficazes para auferir recursos econômicos e obliterar o enriquecimento dos Estados rivais, por restringir seu comércio. Por outro lado, além de elevar os custos de produção e onerar o preço das mercadorias, essas barreiras ofereciam dificuldades inexpugnáveis para o progresso da indústria, uma vez que inviabilizava, entre outras coisas, o traslado de matérias-primas. Por conseguinte, pode-se inclusive argumentar que a natureza fortemente regional da formação econômica alemã guarda, em certa medida, relação intrínseca com o isolamento histórico que caracteriza o desenvolvimento de suas forças produtivas (LEE, 1991, p. 8).

Após o fim do domínio napoleônico, o realinhamento forçado dos mercados e das rotas comerciais como resultado da imposição do sistema continental trouxe à tona a necessidade de renegociar em considerável escala os tratados comerciais, tendo em vista repensar a política tarifária alemã dentro de um contexto de crescente concorrência com a Inglaterra. Os conflitos endógenos envolvendo os Estados Alemães individuais, porém, significavam que eles se mostravam totalmente incapazes de concordar sobre uma estratégia comum contra o influxo de produtos manufaturados ingleses. Decerto, as resoluções do Congresso de Viena e a nova configuração política, instituída a partir de então, criaram novos empecilhos à integração econômica dos Estados Alemães, constituindo isso um dos problemas

fundamentais a distinguir os conflitos de interesses que se seguiram à década de 1810.

Estudiosos renomados como Lee e Dumke sustentam a tese de que o *Zollverein* foi, na verdade, uma iniciativa mais de cunho político-administrativo do que econômica, visto que servia principalmente aos interesses dos Estados Alemães, em seus esforços de centralização burocrática mediante a aquisição de recursos para a composição progressiva de um aparato estatal forte.¹⁵³ Olhando de outro ponto de vista, é também inequívoco que o *Zollverein* estimulou o contínuo avanço das forças produtivas alemãs e constituiu um grande passo em direção ao desenvolvimento dos Estados coligados. Ao extinguir uma miríade de barreiras comerciais internas, como os próprios autores citados reconheceram, o *Zollverein* intensificou as relações econômicas entre os Estados Alemães, fortalecendo, assim, o otimismo e as expectativas de negócios ao longo de praticamente toda a Europa Central.

A respeito disso, importa lembrar que a incorporação de Baden ao *Zollverein* foi seguida por uma nova fase de expressivo incremento das atividades comerciais e industriais, de modo que nos anos que sucederam a formalização da união aduaneira houve evidentes indicativos de crescimento econômico na Bavária. Do mesmo modo, a Prússia, a Saxônia, os Estados da Turíngia e os Estados do Hessen constituíram um mercado integrado muito maior do que o formado entre Bavaria, Baden e Württemberg, o que lhes permitiu desfrutar das vantagens comparativas regionais e internacionais no tocante à produção e comércio de bens manufaturados,

¹⁵³ De acordo com Dumke, um dos efeitos mais expressivos da integração dos Estados Alemães em um sistema único de tarifa foi o incremento da arrecadação fiscal, já que a possibilidade de aumentar as receitas do Estado por meio da união aduaneira se mostrou bastante profícua. Nesse sentido, para além da necessidade de evitar um possível isolamento econômico-geográfico, a urgência de aumentar a arrecadação pode ser considerada explicação plausível para entender por que os pequenos e médios Estados Alemães aderiram ao *Zollverein*. Além do mais, os governos associados a esta nova instituição puderam evitar ter de pagar elevado preço político para garantir votos involuntários do parlamento quanto ao aumento dos impostos. Nesse caso, as receitas advindas da união aduaneira afetou o precário equilíbrio político dentro dos Estados Alemães em favor do governo monárquico, uma vez que não apenas reforçou sua independência, mas também retardou os direitos parlamentares para mais de uma década depois de 1834. De acordo com essa interpretação, as receitas advindas da união aduaneira foram fator determinante na configuração do sistema político alemão do período que se estende da restauração até meados do século XIX. Com isso, a simetria entre o poder monárquico e a soberania do povo mudou em favor do primeiro, o que explica, em certa medida, por que o liberalismo político na Alemanha foi adiado por tanto tempo. (DUMKE, 1991, p. 92-95; LEE, 1988, p. 351).

enquanto os Estados do Sul tornavam-se centros especializados, principalmente na produção têxtil e agrícola (LEE, 1991, p. 10-11; DUMKE, 1991, p. 88).

Como bem notado por List, os ganhos advindos da união aduaneira não foram imediatos. Nos seus primeiros oito anos de operação, o *Zollverein* não gerou significativo ganho econômico. Por uma questão compreensível, os territórios a que correspondiam o Hanover, Brunswick, Oldenburg, bem como os Estados de Mecklenburg e as cidades *Hansa*, mais inclinadas ao livre comércio, não aderiram à união aduaneira, sob a alegação de que tarifas elevadas redundariam em obstáculos aos seus negócios. Por isso, a integração econômica de todos os Estados Alemães não poderia ser realizada plenamente em 1834 não apenas por causa das divergências políticas ainda muito latentes, mas principalmente pela existência de interesses econômicos diversos. Nem mesmo a proposta de criação de uma união aduaneira mais protecionista na década de 1840 realizou este grande objetivo nacionalista. De modo equivalente, salienta Lee, embora os efeitos da união aduaneira não sejam insignificantes, o *Zollverein* não conseguiu promover a rápida industrialização dos Estados Alemães, nem impediu a grave crise dos anos que se sucederam a 1840, pois a intercâmbio comercial não afetou fundamentalmente a dinâmica regional que marcou de forma indelével o desenvolvimento histórico das forças produtivas alemãs até então (DUMKE, 1991, p. 91; LEE, 1988, p. 351).

List discute essa questão de modo extensivo em sua teoria da unidade das forças produtivas. Nela se encontram não apenas seus contundentes argumentos em favor da integração dos Estados Alemães, mas também sua crítica à concepção smithiana de produtividade do trabalho. De acordo com List, nem Smith nem seus sucessores investigaram em profundidade as verdadeiras causas do rendimento do trabalho, sua natureza essencial e seu caráter fundamental, por isso não conseguiram compreender esse fenômeno em sua totalidade e consequências últimas. Para o economista alemão, a expressão “divisão do trabalho” é algo bastante indefinido, devendo necessariamente produzir ideias falsas e imprecisas. Na verdade, ela pode ser empregada tanto para o caso de um silvícola que num mesmo dia vai à caça e à pesca, corta madeira, repara sua cabana e prepara flechas, redes e roupas, quanto, como Smith o concebe, para referir ao caso de dez pessoas diferentes participarem de várias operações relacionadas com a manufatura

de um alfinete. No entanto, como nota List, as duas operações podem, com igual exatidão, ser também denominadas *uma união de trabalho*; pois o silvícola une várias tarefas em sua pessoa, ao passo que, no caso da famosa manufatura do alfinete, várias pessoas se unem em um trabalho de produção em comum (LIST, 1983 [1841a], p. 107). Com efeito, assevera List a esse respeito:

O caráter essencial da lei natural, a partir do qual a escola popular explica tais fenômenos importantes na economia social é, evidentemente, não só uma divisão de trabalho, mas uma divisão de diferentes operações comerciais entre várias energias, inteligências e forças em prol de uma produção comum. A causa da produtividade dessas operações é não meramente esta divisão, mas essencialmente esta união. O próprio Adam Smith percebe isto ao afirmar que: As coisas necessárias aos membros mais baixos da sociedade são um produto do trabalho conjunto e da cooperação de uma série de indivíduos. Lamentavelmente, Smith não seguiu nem desenvolveu essa ideia (tão claramente por ele expressa) (LIST, 1983 [1841a], p. 107).

De fato, continua List, “sem a combinação das forças produtivas em direção a um objetivo comum, pouco serviria a divisão do trabalho”. Nesse sentido, o incremento da produtividade do trabalho resulta da circunstância de que os diversos indivíduos cooperem corporal e mentalmente, e trabalhem juntos (LIST, 1983 [1841a], p. 107-108). Em outras palavras, “aquele que faz as cabeças dos alfinetes deve estar certo da cooperação daquele que faz as pontas”. Estendendo-se esse raciocínio a um nível mais abstrato, percebe-se que tal como a manufatura de alfinetes só prospera à medida que as forças produtivas dos indivíduos estão em correspondência recíproca, assim também qualquer espécie de manufatura só progride pela conjugação de suas forças produtivas com as de todas as outras formas de manufatura. “Para o sucesso de uma indústria mecânica, por exemplo, é necessário que a mineração e a metalurgia lhe forneçam os materiais necessários, e que todas as diferentes espécies que necessitam de máquinas comprem dela seus produtos” (LIST, 1983 [1841a], p. 108).

Na sutileza e argúcia desses argumentos está implícita a justificativa de que os operários devem viver o mais próximo possível uns dos outros, devendo ser assegurada a cooperação entre eles. Além disso, List faz menção, entre outras coisas, aos efeitos perniciosos da fragmentação política para a economia, ao questionar-se acerca de quantas vezes a cooperação e, por conseguinte, a produtividade do trabalho, podem ser interrompidas por querelas, guerras, crises

comerciais etc.. A fim de evitar tais infortúnios, é mister que os membros da mesma nação encontrem-se unidos em um território adstrito, isto é, isento de divisões políticas internas. As vantagens de sua união sob a mesma potência política são equivalentes às vantagens da união das pessoas pertencentes a uma manufatura de alfinetes sob um mesmo teto. Desse modo, “toda atividade produtiva da nação juntamente com sua agricultura, e esta última em união com a manufatura, progredirão tanto mais, quanto mais perto uma da outra estiverem localizadas, e quanto menos forem interrompidos seus intercâmbios recíprocos” (LIST, 1983 [1841a], p. 129).

O grande erro da escola clássica, na interpretação de List, foi ter considerado e aplicado a ideia de divisão das operações produtivas meramente e em separado à manufatura ou à agricultura. Por isso, não se deu conta de que a mesma lei estende sua ação essencialmente tanto sobre o conjunto da produção manufatureira e agrícola, quanto sobre o conjunto de toda a economia nacional (LIST, 1983 [1841a], p. 108).

Smith afirma que a divisão do trabalho se aplica menos à agricultura do que às manufaturas. [...] Infelizmente, ele deixou de estender esse princípio a distritos e províncias inteiros. Em nenhum caso a divisão de operações comerciais e a conjugação das forças produtivas exercem maior influência do que onde cada distrito e cada província está em condições de dedicar-se exclusivamente, ou ao menos principalmente, àqueles setores de produção agrícola para os quais são por natureza mais adequados (LIST, 1983 [1841a], p. 108).

Além da divisão dos territórios germânicos em diversos Estados independentes, cada um dotado do pleno controle dos negócios econômicos e das incontáveis aduanas que cortavam seus rios e estradas, outro problema a comprometer o processo de aprimoramento das forças produtivas alemães nas primeiras décadas do século XIX, residia no fato de que boas vias de comunicação para acelerar o deslocamento de matérias-primas às fábricas, bem como para transportar os produtos manufaturados aos centros consumidores, eram praticamente inexistentes na Europa Central. Como os distritos industriais importantes situavam-se nas regiões periféricas, a ausência de meios eficientes de comunicação dificultava sobremaneira o desenvolvimento econômico articulado da nação alemã. Conforme William O. Henderson, esses contratemplos devem ter influenciado a composição de outra característica particular da evolução econômica

alemã, a saber, a especialização geográfica das atividades produtivas (HENDERSON, 1975, p. 28-29).

Nesse sentido, a grande contribuição de List no que diz respeito à integração econômica e à superação da fragmentação política dos Estados Alemães foi ter ressaltado a importância da navegação à vapor (*Dampfschiffahrt*) - para o transporte marítimo e fluvial -, e do transporte ferroviário (*Eisenbahn-Dampfwagentransport*) - para vias terrestres -, no que concerne à efetivação daquilo que denominou “unidade das forças produtivas nacionais”¹⁵⁴ (LIST, 1838, p. 6). Não há dúvida de que List foi um dos primeiros a intuir os benefícios das ferrovias tanto para a indústria quanto para o comércio (HIRST, 1909, p. 56). De acordo com o economista suábio, um sistema de transporte eficiente como o ferroviário pode encurtar distâncias e, ao mesmo tempo, fazer com que cada distrito ou província possa transportar seus excedentes a todas as outras regiões, mesmo às mais distantes e, em troca, receber a produção destas últimas. Por isso, um dos efeitos mais significativos da expansão das redes ferroviárias seria a eliminação das barreiras comerciais interregionais ainda existentes e, assim, promover de fato um padrão muito diferente da industrialização local e especialização econômica regional (DAASTØL, 2011, p. 244; LEE, 1988, p. 352; LIST, 1893 [1841a], p. 109; 1841b, p. 3).

Além dos benefícios econômicos advindos da introdução do sistema ferroviário, List destaca ainda outras vantagens imediatas decorrentes de tal iniciativa. Ao facilitar a distribuição de todos os produtos literários, artísticos e científicos, o sistema de transporte favorece o intercâmbio cultural e, por conseguinte, a ampliação da *Bildung* a todos os indivíduos de todas as condições e idade. Por outro lado, atuando a serviço da defesa nacional (*Nationalvertheidigung*), o transporte ferroviário dinamiza a contratação, distribuição e gestão das forças armadas nacionais. Igualmente, uma vez destruídas as distâncias entre o doente e os médicos, ele universaliza o direito à saúde. Por fim, como mediador do tráfico do

¹⁵⁴ List diz que ele havia se familiarizado com as ferrovias durante sua breve visita à Inglaterra em 1823. No entanto, ele também reconhece que antes de sua estadia na América ele só tinha compreendido a importância desse novo meio de transporte tal como pode ser aprendido a partir da teoria do valor, ou seja, em casos isolados e no que toca à expansão dos mercados e à redução do preço final das mercadorias. Nos Estados Unidos, pela primeira vez, ele começou a considerá-lo do ponto de vista da teoria das forças produtivas e como um sistema de transporte nacional, tendo em vista avaliar sua influência sobre a vida intelectual, social e política da nação. Segundo List, foi neste país que se tornou evidente que somente mediante tais meios a União Comercial Alemã poderia obter plena eficiência (LIST, 1897 [1833], p. 18; 1829, p. 38).

lazer, ele conecta amigos e parentes, estreitando e vivificando o espírito nacional (LIST, 1841b, p. 3-4).

A constatação de todas essas vantagens pode ter levado List a conduzir sua campanha em prol do estabelecimento de uma rede unificada de ferrovia para toda a Alemanha¹⁵⁵. Em abril de 1827, quando já estava estabelecido nos Estados Unidos, List escreveu a Joseph von Baader, eminente engenheiro e perito em construção de canais e ferrovias na Bavaria, informando-lhe acerca dos problemas do transporte tanto nos Estados Unidos, quanto na Bavaria (LIST, 1897 [1833], p. 19; HIRST, 1909, p. 59). Grande parte do conteúdo desta correspondência foi impresso no *Allgemeine Zeitung* de Augsburg, sendo logo depois organizado, publicado e difundido na forma de panfleto com o título de *Mittheilungen aus Nord-Amerika (Comunicações sobre a América do Norte, 1829)* por Ernst Weber e E. W. Arnoldi. De modo sumário, além de fornecer detalhes sobre o rumo da política econômica em andamento na América, List sublinha as vantagens advindas da abertura de canais e do melhoramento dos meios de transporte na Bavária e como isso repercute na ampliação de suas possibilidades de crescimento econômico¹⁵⁶ (LIST, 1829, p. 8-11).

Nas décadas de 1820-1830, a economia da Bavária baseava-se na agricultura e quatro quintos da população vivia e trabalhava no campo. Seu obsoleto sistema de transporte impossibilitava que o produto dos esforços dos agricultores e dos artesãos, bem como o carvão, a turfa, a madeira, os grãos, o vinho e a cerveja bavaresas, fossem enviados às cidades mais distantes, onde os preços mais

¹⁵⁵ Urge frisar que List não estava sozinho nessa empresa em favor da introdução de ferrovias na Alemanha. Entre 1825 e 1835, vários projetos de ferrovias foram discutidos na Renânia, Westfália e na Alta Silésia, onde modernas indústrias estavam se desenvolvendo. Em 1825, Friedrich Harkort, o fundador do primeiro projeto de ferrovia alemã, escreveu artigos sobre a estrada de ferro Stockton-Darlington no jornal *Herrmann*. Em 1828, ele fundou a primeira companhia ferroviária para construir uma linha que se estendia das minas de carvão de Himmelfurst, no Ruhr, até Kupferdreh. No mesmo ano, um projeto de ferrovia ligando a Alta Silésia à Áustria foi submetido a Christian von Rother, o diretor do Conselho de Comércio Ultramarino, mas não veio à luz. Em dezembro de 1830, Harkort apresentou à Assembléia (*Landtag*) um projeto ligando os vales do Lippe e o Weser por uma linha férrea do Minden a Lippstadt. Plano similar já havia sido levado adiante em 1827 por Krueger, oficial do ministério de finanças da Prússia e, em 1829, pelo engenheiro Karl von Oeynhausen. Nota-se, no entanto, que List é reconhecido como um dos pioneiros na elaboração de projetos de estradas de ferro na Alemanha (HENDERSON, 1975, p. 44-45).

¹⁵⁶ O escopo dos *Mittheilungen* é muito mais abrangente, compreendendo não só registro minucioso acerca dos benefícios econômicos da introdução de canais e estradas de ferros nos Estados Unidos e na Bavária, mas também a respeito do que se passava naquele país no tocante às questões tarifárias, com destaque para os embates na Assembléia Nacional, bem como a atuação de políticos importantes como o Secretário do Tesouro, Richard Rush, junto ao Comitê de Finanças. Outrossim, List escreve o panfleto para ressaltar sua produção intelectual e a repercussão política dos *Outlines* na América (LIST, 1829, p. 4).

rentáveis eram assegurados, obtendo em troca matérias-primas a preços mais acessíveis¹⁵⁷ (HENDERSON, 2006, p. 124-128). Além disso, a insistência de List em construir uma rede de ferrovias para a Bavaria repousa sobre uma ideia original de interligar todos os Estados alemães. A princípio, ele considerava possível, a partir da Turíngia, efetivar tal integração por meio de estradas de ferro, tendo Gotha como o epicentro desse sistema de transporte nacional. Nesse caso, a linha *Hansa Bavaria* ligaria os portos de Hamburg e Bremen à rede ferroviária de Bavaria a Bamberg, irradiando-se em direção à Frankfurt am Main, e daí para Leipzig, açambarcando, em seguida, toda a Alemanha (LIST, 1897 [1833], p. 38-39). Após retornar dos Estados Unidos, List dirigiu-se a Hamburg, onde permaneceu por doze meses, trabalhando, ainda que sem muito êxito, na elaboração da rede *Hansa-Hanover*. Mudou-se então para Leipzig, na condição de cônsul americano no Estado da Saxônia. Quando ali chegou, debatia-se a construção de ferrovias não apenas na Saxônia, mas também em toda a Alemanha.¹⁵⁸ (HENDERSON, 2006, p. 129-132).

Assim, em 1833, com o apoio de um jovem empresário Gustav Harkort, cujo irmão mais velho, Fritz Harkort, já havia escrito artigos destacando os benefícios do transporte ferroviário, List apresentou um projeto de linha ferroviária conectando Dresden e Leipzig, o qual seria o núcleo de uma rede de ferrovias não apenas para o Estado da Saxônia, mas também, devido à sua topografia favorável, para todos os demais Estados alemães¹⁵⁹ (HIRST, 1909, p. 73-74; LIST, 1897 [1833], p. 38). Em

¹⁵⁷ Não obstante o fato de que vários projetos de ferrovias tivessem sido discutidos na Prússia e na Saxônia, a primeira estrada de ferro alemã foi a Ludwig Railway, na Baviera, a qual ligava Nürnberg a Fuerth, projetada pelo próprio Joseph von Baader, com quem List mantinha correspondência. Destaca-se que o recurso para a construção da linha foi obtido mediante ação conjunta, isto é, com a participação de alguns dos cidadãos mais ricos de Nürnberg, e com a ajuda do rei da Baviera. Diferentemente da Inglaterra e França, cujas linhas transportavam principalmente minerais, a que ligava Nürnberg-Fuerth foi projetada para conduzir passageiros (LEE, 1975, p. 46).

¹⁵⁸ Leipzig, a principal cidade comercial da Saxônia, havia sido um grande centro de comércio internacional, uma vez que por ela passavam as mais importantes estradas para a Polônia, como a que saía de Frankfurt am Main em direção a Krakow, bem como aquelas que se irradiavam de Hamburg, Bremen e Danzig para Bavaria e Áustria. Todavia, pelo menos dois fatores se colocavam diante do desafio proposto à rede de Leipzig; um deles era o receio de que o transporte ferroviário de passageiros e mercadorias pudesse inviabilizar os tradicionais negócios da cidade, já que nenhum canal havia sido construído para ligar a cidade com o Elbe ou o Saale. Além do mais, colocava-se um grande problema geopolítico, já que Leipzig podia se tornar o centro de uma rede ferroviária que ameaçaria os interesses da Prússia (HENDERSON, 2006, p. 132).

¹⁵⁹ O esboço desenhado por List para o sistema nacional de transporte a partir de Leipzig demonstrou notável imaginação. Seu esquema previa linhas de Leipzig para Dresden e daí para Praga; de Berlim para Leipzig, Wrocław, Gdansk, Szczecin e Hamburgo; de Hamburgo para Lübeck e Bremen, e desta para Hanover, Brunswick e Magdeburg. Novamente, de Leipzig para Gotha; de Gotha para Nuremberg e Munique, Minden e Colônia; da Basileia para Karlsruhe e Frankfurt, Stuttgart, Ulm, Augsburg e Munique; e, por fim, de Augsburg

seu jornal especializado em estradas de ferro (*Eisenbahnjournal*), List argumentou que as rivalidades entre os Estados alemães não deveriam impedir o planejamento de uma rede ferroviária abrangendo todo o país. Do mesmo modo, ressaltou que as vantagens obtidas pela união aduaneira seriam grandemente aumentadas por meio do melhoramento da comunicação.¹⁶⁰ Dentre os benefícios das ferrovias, List destaca a imensa possibilidade de difusão do conhecimento técnico-científico e da educação em geral, a maior agilidade no movimento de matérias primas para as fábricas e, em contrapartida, a maior prontidão no transporte de bens manufaturados para os mercados, o que impulsionaria, sobretudo, as forças produtivas nacionais e, assim, o desenvolvimento de todas as outras atividades econômicas (LIEBIG, 1998, p. 27; LEE, 1975, p. 45-47; LIST, 1838, p. 7-17; 1985 [1837b], p. 71-72).

Três anos se passaram antes que duas outras linhas fossem abertas. Uma foi a *Berlin-Potsdam* e a outra *Brunswick-Wolfenbuettel*. Entrementes, o Estado da Saxônia autorizou a construção de uma longa linha de aproximadamente 116 km entre Dresden e Leipzig, segundo o modelo proposto por List. Esta linha, a mais extensa da Alemanha até então, foi inaugurada em abril de 1839. Seu sucesso serviu de ímpeto para construção de outras linhas ferroviárias. Aos poucos a oposição dos governos e ministros à nova forma de transporte foi gradualmente superada. Quando ficou evidente que nada poderia deter o avanço das ferrovias, ficou estabelecido que os novos meios de transporte deviam ser propriedades sob o controle do Estado. Desse modo, Brunswick, Baden, Hanover e Oldenburg desde o início construíram ferrovias estatais, ao passo que Bavaria e Baden também tiveram muitas ferrovias executadas sob a regência do Estado (LEE, 1975, p. 48).

No caso da Prússia, por razões estritamente orçamentárias, a partir de 1840 a construção de estradas de ferro foi entregue à iniciativa privada. Assim, sociedades de capital social construíram as primeiras linhas Berlin-Potsdam (1838); Magdeburg-

para Lindau. Vale lembrar que o mapa de List e suas conexões foram concebidos num momento em que até a Inglaterra só dispunha de algumas ferrovias construídas isoladamente (HIRST, 1909, p. 76).

¹⁶⁰ A fim de convencer as autoridades competentes acerca da relevância do seu projeto, além das facilidades geográficas para construção das estradas de ferro, List foi particularmente enfático ao destacar os benefícios econômicos advindos do simples fato de tornar Leipzig o centro ferroviário da Alemanha. Nesse caso, List resalta que esta cidade, já famosa por suas atividades comerciais, multiplicaria exponencialmente seus negócios graças à criação de novos empregos gerados pela ferrovia, bem como pelo intenso intercâmbio associado ao tráfico de mercadoria que por aí passariam. Consequentemente, sua população, o número de edifícios, seu comércio e o valor de suas casas duplicariam em um curto espaço de tempo (LIST, 1897 [1833], p. 36-38).

Leipzig (1840); Düsseldorf-Elberfeld e Berlin-Koethen (Ferrovia Anhalt) em 1841; Berlin-Frankfurt-an-der-Oder-Köhl em direção à fronteira belga (Ferrovia da Renânia) em 1843; Deutz-Minden (1847); e a Elberfeld-Hagen (Ferrovia Berg-Mark) em 1848-1849. Este modelo de concessão estava em total desacordo com a tradição prussiana, na qual o Estado possuía amplo controle sobre os transportes. Contudo, no contexto que sucederam a década de 1830, o governo da Prússia não tinha o capital disponível para construir sozinho uma rede de ferrovias, mesmo que isso tivesse favorecido a rápida expansão do seu potencial produtivo. Sob tais circunstâncias, coube ao governo adquirir ações de algumas empresas visando garantir empréstimos e investimentos no setor.

Devido à profícua parceria entre o público e o privado, em 1850 os Estados alemães estavam integrados por quase 6.000 km de estradas de ferro, formando a mais expressiva rede ferroviária da Europa continental. Os três centros ferroviários mais importantes eram Berlim, Köhl e München. Berlim ligava-se a Hanover e Saxônia, e tinha acesso direto ao mar do Norte, do Báltico e às regiões industriais do Ruhr, Silésia e Saxônia. Na Renânia, Köhl foi o centro de ferrovias que se dirigiam para o Minden e Bonn. A posição da Alemanha na Europa Central permitiu que suas ferrovias favorecessem um tráfego internacional de modo rentável. Mercadorias e passageiros que se deslocavam da França, Bélgica e Holanda para Europa Oriental ou de Hamburg e Bremen para o Sul da Europa tinham que passar por suas estradas de ferro. Além da dinamização da comunicação, as ferrovias logo impulsionaram o progresso industrial alemão (LEE, 1975, p. 49-50).

A este respeito, importa salientar que quando uma ferrovia é construída, uma nova forma de transporte opera por meio de uma nova força de trabalho. Assim, novas ofertas de emprego são criadas, movimentando a economia. A construção de novas linhas contratou muitos mecânicos qualificados e uma miríade de trabalhadores braçais, bem como impulsionou as indústrias metalúrgicas e do carvão, que expandiram seus esforços para fornecer trilhos às ferrovias e combustíveis às locomotivas. Além disso, com a expansão das redes ferroviárias, novos mercados foram disponibilizados para a indústria e a agricultura alemãs. As fábricas situadas na Renânia e Westphalia puderam trocar suas mercadorias por produtos agrícolas das províncias agrárias situadas no Leste do Elba. Quando as estradas de ferro

chegaram a Hamburgo, Bremen, Stettin e Antuérpia, os produtos que antigamente tinham de ser vendidos só nos mercados locais puderam ser exportados para outras regiões distantes. Igualmente, foram as ferrovias que promoveram o rápido crescimento das grandes cidades do Ruhr e da Alta Silésia (LEE, 1975, p. 51).

As estradas de ferro também tornaram Berlim um centro industrial, comercial e financeiro da Alemanha. Diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, nos territórios germânicos, as antigas formas de transporte não foram suplantadas pela competição imposta pela ferrovia. Ao contrário, o tráfico por estrada e rios foi ampliado. Não obstante todas as vantagens indicadas, sem dúvida, o maior triunfo das redes ferroviárias alemãs foi ter garantido o sucesso da *Zollverein*, conforme List havia previsto. Por si só a abolição de muitas tarifas internas não poderia ter conferido imediatamente à indústria alemã o estímulo necessário que culminaria em seu rápido crescimento. O *Zollverein* e as estradas de ferro celebraram juntos o grande passo para o sucesso da unidade das forças produtivas alemãs. Com o tempo, os meios de transporte aproximaram as cidades e ajudaram a suprimir as rivalidades e o isolamento que tinham sido marca indelével de vários Estados e províncias alemãs durante séculos, oferecendo grande impulso à integração econômica e política (LIST, 1985 [1837b], p. 67; 1841b, p. 4; LEE, 1975, p. 51-52).

3.4 POTENCIAL MANUFATUREIRO E A UNIDADE ECONÔMICA NACIONAL

Em seu *Sistema Nacional de Economia Política*, List discute profusamente a importância das manufaturas na aceleração do progresso das forças produtivas nacionais. Nesse sentido, ele considera rica a nação que tenha alcançado dentro de seu território o máximo grau de desenvolvimento em todos os setores da atividade manufatureira, já que tal país tem sempre à sua disposição grande variedade de oferta e demanda de produtos. Assim sendo, List reputa à manufatura a causa primeira de todo progresso econômico e civilizacional. Para ele “uma nação que possui apenas agricultura, e apenas as indústrias mais indispensáveis, falta-lhe a primeira e mais necessária divisão das operações comerciais entre seus habitantes”.

Em vez disso, se sua manufatura atingir graus elevados de perfeição, a demanda pelo excedente agrícola será certa e considerável. Em tal circunstância, o produtor não apenas se sentirá seguro em aumentar ao máximo seus esforços, mas também não se importará em dispor de seu excedente de produção a preços convenientes, o que permitirá alimentar uma população duas ou três vezes maior e mantê-la em um grau de prosperidade e bem-estar muito superior ao que se encontra em um país dedicado exclusivamente à agricultura (LIST, 1983 [1841a], 109-144).

Percebe-se nesse raciocínio impressionante semelhança com os eloquentes argumentos formulados por Hume em seus *Escritos Econômicos*. Como pensador inserido no grande debate acerca do que é riqueza e como promover o poderio do Estado, Hume sugere que a grandeza do soberano e a felicidade dos súditos guardam relação intrínseca com o progresso das manufaturas e das artes de luxo, pois “quando uma nação prolifera em manufaturas e artes mecânicas, os proprietários da terra, tanto quanto os agricultores, estudam a agricultura como uma ciência e redobram sua indústria e atenção”.¹⁶¹ A partir da análise das paixões humanas, Hume acredita que a inclinação ao trabalho relaciona-se diretamente ao desejo de uma vida melhor. Consequentemente, ao avivar o gosto pelo requinte e pelo luxo, o refinamento das artes manuais impele naturalmente os agricultores a elevarem a sua habilidade e sua indústria a fim de obterem com a troca do seu supérfluo, os artigos que possam satisfazer-lhes o prazer e a vaidade (HUME, 1983 [1752], p. 189; ROSTOW, 1990, p. 22).

Para Hume, não há forma mais eficiente de exortar os homens a dedicarem-se diligentemente à atividade e à indústria do que a presença de objetos de luxo. Isso desperta neles o espontâneo desejo de uma vida mais esplêndida do que seus ancestrais (BERRY, 2008, p. 53). Nesse caso, como resultado do florescimento das manufaturas, “a terra fornece muito mais das necessidades da vida do que o suficiente para aqueles que a cultivam”.¹⁶² Por outro lado, perante ausência de manufaturas, os agricultores não se sentem propensos a trabalhar mais, prevalecendo entre eles o hábito de indolência (VELK; RIGGS, 1985, p. 156). Por

¹⁶¹ “When a nation abounds in manufactures and mechanics arts, the proprietors of lands, as well as the farmers, study agriculture as a science, and redouble their industry and attention” (HUME, 1985 [1752], p. 261).

¹⁶² “[...] land furnishes a great deal more of the necessaries of life, than what suffices for those who cultivated it” (HUME, 1985 [1752], p. 261).

consequente, de acordo com o filósofo escocês, o Estado se torna poderoso quando pode produzir cada vez mais acima da simples subsistência, o que ele chama de emprego para além das meras necessidades.¹⁶³ Aliás, importa lembrar que, segundo Hume, “constitui método violento, e em muitos casos impraticável, obrigar o trabalhador a esforçar-se por retirar da terra mais do que o necessário para sua subsistência e a de sua família. Forneça-lhe manufaturas e mercadorias, e ele o fará por si mesmo”¹⁶⁴ (HARRY; COLANDER, 1994, p. 57; HUME, 1983 [1752], p. 189-190).

Seguindo uma linha de raciocínio idêntica à concebida por Hume, List assevera não haver remédio mais eficaz para impedir a contínua deterioração da capacidade agrícola de uma nação do que estabelecer um poderio manufatureiro interno. Nesse caso, o aumento da população passa a ser carregado à manufatura, o que, por seu turno, gera uma demanda maior para os produtos agrícolas, já que o cultivo de áreas maiores tornar-se mais rentável e o agricultor é, conseqüentemente, induzido e encorajado a auferir da terra a maior quantidade possível de produção excedente. De fato, tanto a força produtiva do proprietário rural quanto a do trabalhador agrícola será sempre maior ou menor, conforme a circunstância em que a troca de produtos agrícolas por artigos manufaturados de várias espécies possa ocorrer com maior ou menor rapidez, tendo em vista as exigências do aumento da demanda. Além disso, a manufatura é a única atividade produtiva capaz que evitar o que List denominou de processo de mutilação da agricultura (LIST, 1983 [1841a], p. 111).

Por *agricultura multilada* entendemos aquele estado de coisas no qual, por falta de uma atividade manufatureira poderosa e em constante desenvolvimento, todo o aumento da população tende a lançar-se na agricultura à cata de emprego, consome todo o excedente de produção agrícola do país, e, tão logo tiver crescido consideravelmente, terá que emigrar para outros países, ou terá que repartir com os agricultores já existentes a terra disponível, até a propriedade territorial de cada família se reduzir tanto, que produzirá apenas a parte mais elementar e mais necessária daquilo que a respectiva família necessita em termos de

¹⁶³ David Hume é considerado um dos principais representantes do Iluminismo Escocês. Embora tenha se tornado conhecido por suas contribuições à teoria do conhecimento, expressas de forma magistral em sua *An Enquiry Concerning Human Understanding (Uma Investigação sobre o Entendimento Humano, 1748)*, o que, de fato, o tornou célebre não foi sua epistemologia, mas sim sua Filosofia Moral, exposta na forma de ensaios reunidos juntamente com seus *Escritos Econômicos*, em seus *Political Discourses (Discursos Políticos, 1752)*, e, sobretudo, sua exuberante *History of England (História da Inglaterra, 1754-1761)*.

¹⁶⁴ “It is a violent method, and in most cases impracticable, to oblige the labourer to toil, in order to raise from the land more than what subsists himself and family. Furnish him with manufactures and commodities, and he will do it of himself (HUME, 1985 [1752], p. 262).

alimento e matérias primas, não podendo mais produzir nenhum excedente considerável que possa trocar com os fabricantes pelos artigos manufaturados de que necessita (LIST, 1983 [1841a], p. 110).

Para que isso não ocorra, recomenda-se que a maior parte da população de um país que já tenha alcançado níveis apreciáveis de desenvolvimento das forças produtivas no campo seja transferida à atividade manufatureira. Em tal caso, uma parte do excedente de produtos agrícolas deve servir para fornecer à população manufatureira os gêneros e matérias primas necessários a seu sustento e produtividade, ao passo que outra parte deve permanecer com os agricultores a fim de proporcionar-lhes os meios de subsistência e condições para o aumento contínuo da produção. Do mesmo modo, List afirma que uma nação que já tenha atingido níveis consideráveis de progresso e civilização, aquisição de capital e população, verá que seu comércio interno, gerado a partir de um poderio manufatureiro próprio, é infinitamente muito mais benéfico à nação do que o mais florescente comércio exterior desprovido de tais manufaturas (LIST, 1983 [1841a], p. 110-111).

[...] dessa forma ela (*a nação*) se assegura contra todas as flutuações às quais pode estar exposta em virtude de guerras, de restrições externas ao comércio e de crises comerciais; porque dessa forma economiza a maior parte dos custos de transporte e ônus comerciais inerentes à exportação de seus próprios produtos e na importação de artigos manufaturados; porque auferes as maiores vantagens das melhorias de transportes geradas pela sua própria atividade manufatureira, enquanto, pela mesma causa, será desenvolvida uma série de forças pessoais e naturais até agora não utilizadas (LIST, 1983 [1841a], p. 111).

Já em seus *Outlines* de 1827, List salienta que um dos seus principais objetivos ao escrever suas cartas a Mr. Charles J. Ingersoll era ressaltar os fatores positivos advindos de uma união entre a produção manufatureira e a agricultura de um país, submetido a um único poder político. Considerando que riqueza e poder resultam do crescimento harmônico da agricultura, do comércio e da manufatura dentro dos limites do país, uma nação nunca pode ser considerada rica e poderosa quando lhe faltar um desses elementos. Nesse caso, seus mercados estarão condicionados e dependentes da boa vontade ou inimizades das nações estrangeiras (LIST, 1909 [1827a], p. 163). A fim de ilustrar esta tese, List escreve:

Supondo que você não entendia da arte de moer trigo, que certamente constituía uma grande arte, em seu tempo; supondo também que você desconhecia a arte de fazer pão; [...] supondo, então, que você fosse obrigado a mandar seu trigo à Inglaterra para moê-lo e transformar a farinha

em pão; que quantidade de trigo os ingleses haveriam de reter em pagamento pelos serviços de moagem do trigo e de confecção do pão; que quantidade de trigo seria consumida para pagar o trabalho dos carroceiros, dos marujos e dos comerciantes que participariam, de uma forma ou outra, do processo de exportação do seu trigo e do de importação do pão; e quanto disso tudo voltaria às mãos daqueles que cultivaram realmente o trigo? Não há dúvida alguma de que, por meio desse processo, o comércio exterior receberia um impulso considerável, mas é muito duvidoso que esse intercâmbio comercial trouxesse vantagens para o bem-estar e para a independência do país (LIST, 1983 [1841a], p. 112).

Posto isso, List argumenta que uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é com um indivíduo que, desprovido de um braço, sustenta-se graças à ajuda de um braço alheio. De fato, esse apoio pode ser-lhe útil. Contudo, não tanto como se possuísse ele mesmo dois braços. De posse de sua própria força manufatureira, a nação pode produzir tantos gêneros e matérias-primas quanto os manufatores do país podem consumir. Se um país for dependente da produção manufatureira de outros países, no entanto, ele só pode produzir a medida de excedente de produtos que as nações estrangeiras, não fazendo questão de produzir para seu próprio consumo, são obrigadas a comprar mediante o comércio exterior. Por conseguinte, ao contrário dos teóricos da escola clássica, sobretudo os adeptos da teoria da vantagens comparativas, List acredita que a cooperação internacional das forças produtivas é muito imperfeita, já que pode ser interrompida a qualquer momento por guerras, regulamentos políticos, crises comerciais etc. Por isso, é importante que, antes de tudo, um país desenvolva sua própria indústria (LIST, 1983 [1841a], p. 113).

Efetivamente, o raciocínio de List em prol do avanço das manufaturas demonstra sua perspicaz intuição sobre a unidade das forças produtivas. Com efeito, pode-se até mesmo arguir ser este um dos motivos que o leva propor um estudo comparativo entre um Estado agrícola e um Estado manufatureiro.¹⁶⁵ Desse modo,

¹⁶⁵List baseia-se inteiramente na experiência inglesa para elaborar seu modelo de Estado manufatureiro. Para tanto, ele tributa à manufatura a causa do desenvolvimento e do poderio da Inglaterra. Decerto, por meio das manufaturas, a Inglaterra elevou a produção de carvão e a sua frota marítima, tendo em vista fornecer suas mercadorias para todas as nações, auferindo em troca suas matérias-primas e produtos agrícolas. Com o aumento da população manufatureira, a demanda por gêneros alimentícios ampliou-se notavelmente. O crescente comércio marítimo e a marinha pesqueira possibilitaram à Inglaterra uma poderosa frota de guerra, a qual lhe permitiu conquistar as mais importantes ilhas e rotas em todos os mares e rios, bem como mercados para seus manufaturados em regiões longínquas. A princípio, sua produção têxtil limitava-se ao consumo interno. Aos poucos, porém, essa atividade impulsionou outros ramos da indústria, desencadeando o processo de mudança estrutural que teve reflexos direto sobre sua agricultura. O melhoramento e a ampliação das atividades manufatureiras e comerciais aumentaram de cinco a seis vezes a sua população, gerando demanda proporcional. Consequentemente, a produtividade da terra, a renda e o valor da propriedade agrícola cresceram

ele não apenas chama a atenção para a situação econômica vigente na maior parte dos Estados alemães da primeira metade do século XIX, mas também destaca os inúmeros benefícios advindos da expansão das atividades manufatureiras. Conforme List, a natureza da manufatura é fundamentalmente diferente da que se encontra na agricultura. Ao contrário do que se verifica em uma cidade manufatureira, no campo, em geral, os agricultores se encontram separados por imensuráveis distâncias. Por causa disso, eles se relacionam mais com a natureza inanimada do que com seus próprios pares, não havendo, por isso, muito estímulo para o intercâmbio cultural ou a troca material. Por outro lado, as pessoas que se dedicam à manufatura, “atraídas entre si já pelos próprios negócios em que se ocupam, só vivem em sociedade e, conseqüentemente, em intercâmbio comercial, fazendo desse intercâmbio parte essencial de sua própria natureza” (DAASTØL; 2011, p. 247; LIST, 1983 [1841a], p. 137-138; 1983 [1837a], 52).

Ademais, diferentemente do agricultor que interage somente com seus vizinhos, não conhecendo os compradores de seus produtos ou, pelo menos, não fazendo questão disso, já que não precisa se preocupar com a venda dos mesmos, o manufator depende não apenas de conhecer seus clientes como também de criar laços duradouros fundados na fidelidade e na confiança. De fato, a necessidade de conquistar o respeito e a credibilidade dos cidadãos e de mantê-los, somado à concorrência contínua de seus rivais, que constantemente ameaçam sua subsistência e prosperidade, constituem para ele forte estímulo à atividade assídua e ao progresso incessante. Da mesma maneira, o dinamismo de suas atividades o distingue, sobretudo, se comparado à repetição e à morosidade rotineiras das ocupações agrícolas. Nesse caso, List destaca que, quando contrastada com o trabalho do homem do campo, o qual requer sempre as qualidades pessoais de mesma espécie, assim como força física e perseverança atreladas à ideia de uma ordem simples, a manufatura é celeiro fértil para o florescimento de grande variedade de aptidões mentais, habilidades e experiência.

[...] em um Estado manufatureiro, cada indivíduo encontra com facilidade uma ocupação correspondente a suas habilidades e gostos, enquanto que

significativamente, enquanto a concorrência interna manufatureira, a ampliação do capital e o progresso técnico, não apenas reduziram bruscamente o custo de vida, mas também criaram as condições para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes (LIST, 1850 [1839b], p. 107-108-109).

em um país agrícola existem poucas alternativas. No primeiro, os dotes intelectuais são infinitamente mais apreciados do que no segundo, onde normalmente o critério de avaliação se baseia na força física do indivíduo. Frequentemente, o trabalho da pessoa fisicamente fraca ou mesmo do aleijado é muito mais valorizado em um país manufatureiro do que em um país agrícola (LIST, 1983 [1841a], p. 139).

Igualmente, List apregoa que as manufaturas atuam como sustentáculo e guardiãs da ciência e das artes. Realmente, continua List, é impossível encontrar qualquer atividade manufatureira que não se relacione, direta ou indiretamente, com a física, a mecânica, a química, a matemática etc. Por isso, pois, é inevitável que em Estados manufatureiros, as ciências e as artes se tornem patrimônio cultural coletivo em vez de propriedade exclusiva de um seleto grupo de indivíduos. Nesses Estados, a demanda cada vez maior por educação e instrução induz pessoas de notáveis talentos à função de ensinar e escrever livros. Conseqüentemente, a natural competição de tais talentos, devido à grande procura de seus serviços, gera uma divisão e, ao mesmo tempo, uma cooperação na atividade científica, a qual exerce influência altamente benéfica tanto para o progresso futuro da própria ciência como também para o ulterior aperfeiçoamento das artes e das indústrias (LIST, 1983 [1841a], p. 139; DAASTØL; 2011, p. 247).

Sem dúvida, para List, o mais importante benefício decorrente da manufatura reside no aumento vertiginoso do potencial produtivo da nação, a qual se depara com muito mais oportunidades de ampliar sua capacidade produtiva tirando proveito da força da máquina do que uma nação agrícola. Por certo, como salienta List, é irrecorrível que “um aleijado, dirigindo um motor a vapor, pode produzir centenas de vezes mais do que o homem mais forte pode fazer valendo-se apenas de sua mera força manual”. Isso explica, em certa medida, por que em um Estado manufatureiro não existe caminho mais rápido e seguro para se alcançar a riqueza do que o das invenções e descobertas; diferentemente de um país agrícola, em que novas invenções e melhoramentos são vistos, em geral, com desconfiança. “Assim, em um Estado manufatureiro, o gênio é valorizado e recebe recompensa maior do que a habilidade profissional, e a habilidade profissional recebe remuneração superior à mera força física” (LIST, 1983 [1841a], p. 140).

As manufaturas antecipam, outrossim, o processo civilizatório. A esse respeito, é interessante notar que uma das maneiras mais precisas de avaliar o grau de civilização de uma nação e o valor de sua força produtiva é o grau de importância que se atribui ao aproveitamento profícuo do tempo. Quanto a isso, constitui demonstração tautológica o fato de que no Estado manufatureiro dá-se muito mais apreço ao tempo do que num Estado agrícola. Nesse sentido, prossegue List, “como pode o pastor aprender a avaliar o valor do tempo, se para ele o tempo é simplesmente um peso que apenas sua flauta pastoril ou o sono tornam suportável?” Do mesmo modo, “como pode um escravo, um servo, um agricultor, sujeitos à obrigação do trabalho forçado, aprender a valorizar o tempo, se para eles o tempo é um castigo e a ociosidade um lucro?” (LIST, 1983 [1841a], p. 140).

Segue-se que somente a manufatura impõe a objetividade do tempo. Uma vez que qualquer acréscimo da demanda por produtos agrícolas, gerada pelas manufaturas, implica proporcional aumento da renda e, por conseguinte, acréscimo no valor da terra, o agricultor sente-se tentado a investir maior capital no seu cultivo, elevando os lucros e a necessidade de se auferir do solo maior produtividade, tendo em vista atender ao incremento da renda e dos juros do capital, bem como o aumento do consumo. Aliás, com os negócios em ascensão, o proprietário pode oferecer melhores salários em troca de mais trabalho e maior rendimento. Em tais circunstâncias, o trabalhador começa a perceber que suas forças físicas e sua habilidade intelectual e profissional constituem meios para melhorar sua condição. Por conseguinte, pode-se assim entender por que o inglês afirma que “tempo é dinheiro” (LIST, 1983 [1837a], p. 52; 1983 [1841a], p. 140).

List acredita ser próprio da natureza da manufatura estreitar as relações sociais entre os indivíduos. Certamente, a intuição desse fenômeno exerceu influência na concepção de suas teorias da divisão nacional das operações comerciais e da unidade das forças produtivas, uma vez que aí se funda a ideia de estreitamento dos laços de dependência mútua. Assim ocorre pois quanto mais as pessoas vivem juntas em um mesmo lugar, trabalhando e desejando melhorar sua condição vida, tanto mais cada uma delas depende, em seus negócios, da cooperação de todas as outras. De forma similar, o estreitamento da dependência produz efeito cívico positivo, já que a interferência da obstinação, da opressão e da

oposição arrogante à justiça diminuem à medida em que todos os indivíduos perseguem os mesmos objetivos. Em tal sociedade, a segurança decorrente do aprimoramento das instituições civis acresce não somente o grau de liberdade já existente, mas também amplia as oportunidades para o autoaperfeiçoamento e para a cooperação mútua. Segue-se disso que “quanto mais o homem e a comunidade se aperfeiçoarem, tanto maior será sua capacidade de fazer uso das forças naturais a seu alcance para atingir seus objetivos, e tanto maior será o âmbito desse próprio alcance” (DAASTØL, 2016, p. 88; LIST, 1983 [1841a], p. 141-145).

Igualmente, pode-se arguir ser a manufatura uma propedêutica fundamental à modernização de um país, já que ela direciona grande parte das forças produtivas nacionais ao aproveitamento mais vantajoso dos recursos naturais. Sem elas, grande parte dos recursos naturais disponíveis permanece sem uso, conservando-se à mesma situação a força hidráulica e a força dos ventos, as várias jazidas minerais e, principalmente, a fertilidade do solo, a qual só pode ser utilizada em pequena escala. Em vez disso, estabelecendo-se o poderio manufatureiro, todos os minerais e todos os metais que no passado jaziam improdutivos passam a ser valorizados. Como os produtos materiais resultam de atividades intelectuais e corporais anteriores, a capacidade produtiva da nação é diretamente proporcional à possibilidade de conversão das forças naturais ociosas em capital material, isto é, em instrumentos valiosos e geradores de renda. Por isso, um Estado cujos recursos naturais restam inaproveitados ou ociosos dispõe de capacidade restrita de adquirir riqueza material (LIST, 1983 [1841a], p. 146-154).

De acordo com List, a um país agrícola abre-se um campo imenso, mas ao mesmo tempo limitado, para enriquecer fazendo uso apenas de suas forças naturais. O paradoxo do crescimento econômico de um Estado agrícola repousa sobre o problema demográfico, já que o acréscimo dos meios de subsistência é acompanhado pelo aumento da população.

O capital material (isto é, a terra cultivada e o gado), na proporção em que o solo se torna mais fértil e a população aumenta, é dividido entre um número maior de pessoas. Na medida, porém, em que a superfície do solo não pode ser aumentada pelo trabalho, e não se pode utilizar o solo até a medida de sua capacidade natural, por falta de meios de transporte, [...] e já que uma nação puramente agrícola em geral não dispõe daqueles instrumentos da inteligência e também daquela energia e daquele desenvolvimento social

gerados em uma nação pelas manufaturas e pelo comércio, a população puramente agrícola atinge logo um ponto em que o aumento do capital material agrícola já não consegue acompanhar o aumento da população, e onde, conseqüentemente, a pobreza individual aumenta cada vez mais, apesar de o capital total da nação estar em aumento contínuo (LIST, 1983 [1841a], p. 156).

Muitos argumentam ser raro um país agrícola encontrar-se completamente desprovido de comércio externo, e que este, na medida em que se amplia, favorece o comércio em geral, ao colocar o manufator do país estrangeiro em contato com o produtor do país agrícola. Entretanto, como ressalta List, esse comércio comumente se restringe apenas a gêneros de primeira necessidade e, em geral, desenvolve apenas as regiões situadas à costa marítima e ao longo dos rios navegáveis. Além do mais, pelas razões supracitadas, a qualquer momento o comércio entre um país agrícola e um país manufatureiro pode ser interrompido por efeitos de guerras, flutuações comerciais, mudanças na legislação comercial, safras mal-sucedidas etc. Aliás, a inconstância da demanda externa pode gerar um efeito ainda mais devastador para a economia de um país agroexportador, pois se ela durar pouco, “a nação agrícola poderá auferir algum benefício, mas se durar vários anos, ou séries de anos, acontecerá que os padrões de consumo e todas as demais atividades produtivas serão regulados por essa demanda” (DAASTØL, 2016, p. 88; LIST, 1983 [1841a], p. 155). Ou, como explica List:

O produtor se habitua a certo padrão de consumo, e certas diversões, que em outras circunstâncias teria considerado como luxo, tornam-se indispensáveis para ele. Confiando no aumento de produção e de valor de sua terra, empreende melhorias no cultivo, nas construções, fazendo compras que em outras circunstâncias nunca teria feito. As compras e as vendas, os contratos de arrendamento do solo, os empréstimos são efetuados de acordo com a escala das rendas e valores aumentados (LIST, 1983 [1841a], p. 167).

Entretanto, se essa elevada demanda cessar repentinamente, ocorrerá o fenômeno da desproporção entre a produção e o consumo. Tal discrepância manifesta seus efeitos mais negativos no valor inferior da terra e no peso acrescido das obrigações financeiras que pesam sobre esta, como resultado da diminuição do valor da colheita. Por isso, “um período de prosperidade agrícola temporária e transitória constitui desgraça muito maior do que a pobreza uniforme e constante”. A prosperidade deve ser adquirida de forma gradual e contínua. É incomparavelmente melhor a terra ter valor baixo do que ter valor flutuante. Nesse sentido, a posse de

uma produção manufatureira própria constitui o caminho mais seguro de fornecer às nações agrícolas garantias de aumento no valor de suas terras de modo permanente. Isso porque numa nação populosa e bem aparelhada, a produção manufatureira é capaz de gerar entre dez a vinte vezes maior demanda por produtos agrícolas do que qualquer exportação de tais produtos, exercendo, assim, na mesma proporção, uma influência efetiva tanto sobre a renda da terra, quanto sobre o valor de troca da propriedade rural (LIST, 1983 [1841a], p. 167-168).

Compare-se, por um lado, o valor da propriedade e da renda da terra em um distrito que não conta com um moinho na redondeza, com o valor das mesmas nos distritos em que existe um moinho de trigo localizado entre os agricultores, e veremos que a presença desse único empreendimento industrial já exerce efeito considerável sobre o valor da terra e de sua renda; observar-se-á que ali, em condições semelhantes de fertilidade natural, o valor total da terra não somente dobrou, mas aumentou de dez a vinte vezes mais do que o custo de implantação de tal moinho. [...] Como acontece no caso da moagem do trigo, assim também ocorre com as instalações para serrar madeira, extrair óleo, fazer tijolos, o mesmo acontecendo com as fundições; em toda parte pode-se provar que a renda e o valor da propriedade fundiária aumentam na proporção em que a propriedade estiver localizada mais perto dessas instalações, e sobretudo na proporção em que mantiverem relações comerciais mais ou menos estreitas com a agricultura (LIST, 1983 [1841a], p. 170-171).

De tudo isso, se conclui que o aumento do capital agrícola só pode efetuar-se em grande escala, com regularidade e de modo ininterrupto, se no meio dos agricultores for implantada uma indústria bem desenvolvida, capaz tanto de gerar demanda de alimentos e matérias primas quanto fornecer bens manufaturados para os homens do campo, despertando nestes, como Hume havia assinalado, o interesse em aumentar a produtividade do seu trabalho (LIST, 1983 [1841a], p. 157-171). List admite que Smith reconhece a importância das manufaturas no incremento do valor de troca da terra, porém o renomado economista escocês não desenvolve em toda extensão as consequências disso. Realmente, Smith afirma ser a renda da terra diretamente proporcional ao melhoramento da pastagem e, principalmente, das condições do solo, já que qualquer acréscimo da fertilidade implica não apenas aumentar renda do senhorio e o valor de troca da terra, mas também contribui igualmente para elevar o valor das terras circunvizinhas, ao criar novas demandas e, por conseguinte, exacerbar a concorrência. Smith chama atenção ainda para o fato de a renda constituir parte integrante e essencial na determinação dos salários e dos

lucros, visto que salários elevados ou baixos derivam diretamente dela¹⁶⁶ (HUNT, 1989, p. 10-11; SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 153-154).

Além disso, Smith assegura que as terras próximas à cidade proporcionam maior renda do que terras igualmente férteis situadas, todavia, em regiões distantes dos centros urbanos. Ele observa ainda que mesmo na circunstância em que o valor do trabalho para cultivar a terra seja absolutamente igual em ambos casos, será sempre mais dispendioso para os agricultores das terras distantes levar seus produtos ao mercado, visto que, nesse caso, parte considerável da renda é dissipada no transporte das mercadorias às cidades, o que interfere diretamente no lucro. Smith admite também que boas estradas, canais e rios navegáveis, além de diminuir as despesas de transporte, aproximam as regiões mais remotas do país e encorajam o cultivo de terras longínquas. Por causa disso, ele lembra que o melhoramento da comunicação favorece o intercâmbio comercial na medida em que desfaz monopólios e facilita o deslocamento de mercadorias de um lugar para outro. Consequentemente, se por um lado a introdução de novos produtos concorrentes nos mercados tradicionais pode levar à natural extinção dos produtos obsoletos, por outro lado isso propicia, na mesma medida, a abertura de novos mercados devido ao comércio espontâneo gerado a partir do contato com outros negociantes (SMITH, 1983 [1776], v. I, p. 154).

Convém recordar, no entanto, que embora Smith observasse que toda melhoria introduzida na sociedade tende, direta ou indiretamente, a aumentar a renda da terra, ele não desenvolve as consequências disso. Destarte, o grande mérito de List consiste não apenas em ter indicado onde essa melhoria deve acontecer, mas também em ter discutido extensamente os benefícios naturalmente advindos do aperfeiçoamento do potencial manufatureiro nacional, demonstrando como tal fenômeno acelera as mudanças estruturais que favorecem o desenvolvimento da economia, ao desencadear um conjunto de *inovações* que culmina no avanço técnico-científico e, por conseguinte, no aprimoramento de todas

¹⁶⁶ Smith acreditava que a renda da terra guarda relação direta com aumento da demanda por alimento e matéria prima. Assim, a demanda por meios de subsistência constitui o fator que sempre e necessariamente proporcionará alguma renda ao proprietário da gleba. Nesse sentido, Smith considerava a alimentação humana a fonte original da renda, sendo que a oferta dos demais bens está intrinsecamente ligada à produtividade da terra (SMITH, 1983 [1776], v. I., p. 153-157).

as forças produtivas da nação. Conforme List, isso é o que, de fato, assegura o aproveitamento mais rentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que favorece o melhoramento dos meios de transporte e o cultivo mais vantajoso da terra etc.

É interessante notar também que dentro do *Sistema* de List, toda a discussão a respeito das vantagens decorrentes do progresso das manufaturas relaciona-se basicamente a dois propósitos fundamentais, a saber: (i) responder de forma definitiva por que se faz necessário a introdução de medidas protecionistas durante as primeiras fases de desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, principalmente, (ii) refutar a tese segundo a qual apenas a manufatura se beneficia de tal política. Segundo List, era pensamento comum considerar as leis e regulamentos fiscais que visam à implantação de um poderio manufatureiro nacional como medidas que só serviam para favorecer os fabricantes, em detrimento dos agricultores. Todavia, a fim de refutar esse tipo de afirmação, List esclarece:

Se as taxas protecionistas aos manufaturados internos trouxessem desvantagens para os consumidores de bens manufaturados e servissem apenas para enriquecer os fabricantes, essa desvantagem seria sentida especialmente pelo proprietário rural e pelo agricultor, que constituem a classe mais numerosa e mais importante desses consumidores. Ora, pode-se provar que mesmo essa classe auferia da implantação de manufaturas vantagens muito maiores do que os próprios fabricantes; pois em razão dessas manufaturas, cria-se uma procura de maior variedade e maior quantidade de produtos agrícolas, cresce o valor de troca desses produtos, e o agricultor passa a ter a possibilidade de tirar mais lucro do uso de seu solo e de suas forças de trabalho. Consequentemente, teremos um aumento de renda, de lucros e de salários (LIST, 1983 [1841a], p. 161).

Opondo-se ao argumento de que as medidas protecionistas bloqueiam aos agricultores o acesso a bens mais baratos importados de outras regiões em que são abundantes, List adverte que “para os agricultores não é tão importante que os artigos manufaturados sejam baratos, mas que exista grande procura pelos vários produtos agrícolas, e que estes tenham elevado valor de troca”. Além do mais, prossegue List, se de fato tais medidas, em vez de gerar perdas, propiciam ganhos ao agricultor, uma vez que o desenvolvimento da manufatura acarreta a ampliação do mercado para seus produtos, então não se pode dizer que ele esteja fazendo um sacrifício em favor do fabricante. Outrossim, a prosperidade do agricultor e do proprietário rural depende intrinsecamente da valorização do instrumento do qual

provém sua renda, isto é, a terra, a qual constitui não somente a condição primordial da sua prosperidade, mas também, frequentemente, da sua existência inteira (LIST, 1983 [1841a], p. 165; 1844, p. 5).

A proteção aos fabricantes não prejudica os agricultores da nação protegida. Ao contrário, através do crescimento do poder manufatureiro doméstico, da riqueza, da população, a demanda por produtos agrícolas vai sempre aumentar. Conseqüentemente, haverá um incremento considerável nas rendas e preços da propriedade fundiária, enquanto que, com o passar do tempo, os produtos manufaturados exigidos pelos agricultores reduzem progressivamente seu valor. Esses ganhos compensarão as perdas sofridas pelos agricultores durante a alta temporária dos preços dos produtos manufaturados (LIST, 1909 [1841], p. 314).

Em países em que a manufatura floresce com vigor, a condição do agricultor e proprietário rural é totalmente diversa. Ali, ao aumentarem as capacidades produtivas da terra e os preços dos produtos, ele não ganha apenas o montante pelo qual o valor de sua produção excede o valor de seu consumo; como proprietário rural, ganha não somente um aumento da renda anual, mas o montante do capital representado pelo aumento da renda da terra. O valor de sua propriedade dobra e triplica não porque trabalhe mais, ou porque aumente a produtividade de sua terra, ou porque economize mais, senão simplesmente porque o valor de sua propriedade aumentou em consequência da implantação de manufaturas. Isso o estimula a dedicar-se com mais empenho físico e intelectual, a melhorar o seu solo, a aumentar o gado e demais animais, a economizar mais, não obstante o aumento do consumo. Aumentando o valor de sua propriedade rural, aumenta igualmente seu crédito, e com isso a possibilidade de conseguir o capital material exigido para as necessárias melhorias (LIST, 1983 [1841a], p. 166).

No caso de um país populoso e adiantado na agricultura e no processo de civilização, a restrição à importação de matérias primas e as medidas protecionistas fazem surgir e atuar uma grande amplitude de forças naturais que, de outra forma, restariam dormentes. Importa destacar que embora List reconheça o paradoxo implícito no protecionismo, ele também acredita que se, por um lado, as restrições à importação de matérias primas constituem obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas do país, por outro lado, uma força produtiva manufatureira interna, gerada por restrições à importação de manufaturados de fora, estimula o conjunto das forças produtivas agrícolas a um grau que jamais o comércio externo, por mais pujante que seja, conseguirá igualar. Diante da complexidade dos fatores positivos e negativos inerentes às medidas protecionistas, List tenta avaliar essa delicada

situação contrastando o caso de um país que se encontra em estágio de pleno desenvolvimento das forças produtivas com outro que se ocupa apenas de exportar produtos *in natura* e importar manufaturados.

Se é verdade que a importação de produtos e matérias primas tira do país estrangeiro o material necessário para empregar e sustentar sua população, desviando-o para o nosso país, da mesma forma, a importação de tecidos manufaturados nos priva da oportunidade de aumentar nossa própria população e de garantir emprego para ela. Se a importação de produtos naturais e de matérias primas aumenta a influência de nosso país nos negócios mundiais e nos dá a possibilidade de comerciar com todas as outras nações e regiões, da mesma forma, ao importarmos tecidos manufaturados, ficamos submetidos à nação manufatureira mais adiantada, que poderá então nos governar da maneira como lhe aprouver, assim como a Inglaterra domina Portugal. [...] Efetivamente, podemos provar que nações inteiras foram à ruína simplesmente porque exportaram apenas meios de subsistência e matérias primas, importando exclusivamente bens manufaturados (LIST, 1983 [1841a], p. 149).

Tendo sempre em mente a situação alemã, List se indaga se é de fato conveniente que uma nação compre tecidos e outros bens manufaturados de um país estrangeiro, enquanto suas indústrias nacionais ainda não estejam suficientemente desenvolvidas a ponto de poder competir em preços e qualidade com o estrangeiro. De fato, as leis protecionistas, se bem aplicadas e conduzidas, diz ele, podem influir poderosamente sobre o aumento da riqueza da nação, na medida em que inúmeros recursos e forças naturais em estado latente passam a ser convertidos pela produção manufatureira em capital produtivo, o que favorece não apenas a geração de emprego e o aumento do bem-estar, mas também cria todas as condições para seu progresso contínuo (LIST, 1983 [1841a], p. 150; 1850 [1839a], p. 106).

CAPITULO IV. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO LISTIANO DE *DEUTSCHLAND* E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DO *ZOLLVEREIN* EUROPEU

O capítulo IV inicia com uma breve exposição sobre a historicidade do conceito de progresso para mostrar que, sob a perspectiva iluminista, esse ideal exerceu enorme influência no pensamento econômico de List, principalmente no que concerne à formulação de sua teoria dos estágios de desenvolvimento. Em seguida, indaga-se acerca do significado implícito no emprego da terminologia “sistema” na obra do economista alemão a fim de ressaltar sua intrínseca relação com a tradição filosófica clássica alemã, mais precisamente, aquela se estendendo de Kant a Hegel. Consequentemente, por ter como escopo a totalidade do real, no sentido de aspiração acrônica, o *Sistema* de List pretende servir de base operacional para o processo de indução ao desenvolvimento de qualquer nação que se encontre em estágio técnico-produtivo defasado. Na terceira seção discutem-se as implicações do conceito de *Deutschland* cunhado por List. Ressalta-se que, em seu entendimento, o *Zollverein* abrangeria uma área que corresponderia a grande parte das atuais Europa central e oriental. Além disso, coloca-se em evidência como sua concepção de comércio internacional está inseparavelmente ligada a seu pensamento geopolítico. Por fim, sublinha-se o papel desempenhado pela *Friedrich List-Gesellschaft* (Sociedade Friedrich List 1925-1935) e a *List-Gesellschaft* (Sociedade List), respectivamente, na reestruturação econômica da Alemanha e da Europa durante a Guerra Fria. Nesse particular, confere-se enfoque à atividade política e intelectual do Prof. Dr. Edgar Salin (1892-1974), o qual não apenas forneceu suporte para a estruturação do Estado de Israel, mas também deu respostas plausíveis quanto a solução de problemas teóricos relevantes como a questão relativa à identidade europeia e a unificação monetária. Todavia, apesar de toda contribuição da LG, o argumento capital de Friedrich List sobre o comércio livre, a saber, que este só deve ser instituído de modo irrestrito se as partes anuentes dispuserem de um nível similar de desenvolvimento das forças produtivas, parece, de certo modo, não ter sido apreciado em toda sua extensão pelos intelectuais que formavam esta entidade. Por conseguinte, chama-se a atenção para os problemas socioeconômicos decorrentes do livre comércio, no caso de países com grandes

desníveis nas forças produtivas nacionais, como forma de elucidar as atuais vicissitudes enfrentadas pela União Européia.

4.1. A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA DO PROGRESSO NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE LIST.

A ideia de progresso pode ser entendida como a crença segundo a qual a espécie humana, ao longo do seu largo período de existência, passou por um vasto processo de formação e aprimoramento mediante uma sequência regular de etapas em que, salvo exceções, os últimos estágios seriam superiores aos antecedentes. Sem grandes pormenores, a doutrina do progresso apregoa que no passado a humanidade sobrepujou uma condição aborígine de primitivismo, barbárie, e mesmo de nulidade. Que se encontra progredindo agora e, além disso, continuará avançando no futuro. Trata-se, portanto, de uma visão teleológica do mundo, que proclama estar tudo evoluindo para um *τέλος* (fim), cujo resultado é qualitativamente melhor do que o estado anterior e atual das coisas. Por conseguinte, isso significa que a humanidade ou a civilização caminha para uma direção desejável (NISBET, 1980, p. 4-5; BURY, 1920, p. 2-3). De um ponto de vista socioeconômico, por exemplo, durante muito tempo se acreditou que esse *τέλος* seria a instituição de uma sociedade universal em que todos os indivíduos desfrutariam existência próspera, perfeita e plenamente feliz.

Nota-se que não existe consenso entre os estudiosos acerca da origem do termo progresso. Conforme Robert Nisbet, a ideia de que a humanidade tem progredido lenta, gradual e continuamente a partir de uma condição original de privação cultural, ignorância e insegurança, rumo a níveis constantemente mais elevados de civilização pode ser encontrada no pensamento greco-romano clássico (NISBET, 1980, p. 10). Em contrapartida, John B. Bury assevera que embora se verifique as primeiras insinuações da ideia de progresso na tradição literária e filosófica gregas, os pensadores gregos não possuíam consciência de um longo passado histórico, dentro do qual tal representação pudesse ser reconhecida. Além disso, continua Bury, eles eram vítimas tanto de sua própria crença em uma teoria

da degeneração histórica, resultante do declínio humano a partir da Idade de Ouro, como de sua concepção cíclica do eterno retorno, o que tornava a noção de avanço linear através do tempo uma imagem completamente impensável. Para este renomado historiador e teórico social, é somente a partir do século XVI, mais precisamente no último período do Renascimento, que os obstáculos à formulação conceitual do termo progresso começam a ser suplantados, criando-se, assim, ambiente favorável para sua gradual exposição e refinamento (BURY, 1920, p. 19-35).

No século XVIII, a ideia de progresso atingiu o seu apogeu tanto na mentalidade popular quanto nos círculos acadêmicos, prevalecendo mesmo quando se leva em conta a importância crescente de outras ideias como liberdade, igualdade, soberania popular etc. Desde então, é possível constatar notável preocupação com a demonstração da realidade científica do progresso humano nos diversos sistemas filosóficos (NISBET, 1980, p. 171-172). Em seu ensaio sobre a população (*Of the Populousness of Ancient Nations*), Hume, por exemplo, afirma que “há muito pouco fundamento para concluir, com base na observação, que o mundo seja eterno e incorruptível”. Conforme o filósofo escocês, “o mundo, tal como cada forma individual, deve ter sua infância, juventude, virilidade e velhice”. Por conseguinte, até onde é possível julgar, “o universo, como um corpo animal, teve um avanço natural da infância à velhice”. Com seu ceticismo característico, Hume abstém-se de se pronunciar a respeito do progresso das coisas em direção a um ponto de perfeição, embora reconheça não ser sensato pressupor qualquer declínio ou deterioração da natureza humana. Além disso, parece-lhe que o *modus vivendis* dos antigos era, em geral, infausto se comparado à modernidade. A fim de corroborar seu ponto de vista, Hume destaca os inúmeros melhoramentos que se verificam nas artes e nas indústrias, bem como a ampliação da segurança e da liberdade, as quais tornaram a vida do homem moderno significativamente mais prazerosa e salutar¹⁶⁷ (HUME, 1987 (1752), p. 378-406).

¹⁶⁷ Hume sugere ser necessário largo intervalo de tempo, com grande variedade de acidentes e circunstâncias para produzir as grandes transformações que tanto mudam a face das coisas humanas. É precisamente isso que ele ilustra ao traçar a lenta cadeia de mudanças pelas quais passaram a humanidade para superar a sociedade agrária rumo à sociedade comercial, a qual, por seu turno, se define pelo progresso simultâneo do conhecimento e da indústria, fontes de prosperidade tanto para os indivíduos, quanto para o soberano (ALEXANDRE, 1998, p. 143).

Aos poucos, tornou-se pensamento comum a ideia de que o progresso da humanidade se relaciona intrinsecamente com a promoção da liberdade. Nesse caso, admitia-se que o avanço do homem origina-se dos ganhos evidentes no conhecimento e no controle do mundo natural, sendo tais conquistas resultantes da liberdade de pensar, trabalhar e criar. A esse respeito, importa salientar que, apesar de Anne Jacques Turgot (1727-1781) ser mais lembrado como economista e administrador, foi ele o pensador que mais enfaticamente associou o progresso à liberdade (NISBET, 1980, p. 179). Em seu texto *Tableau Philosophique des Progrès successifs de l'Ésprit Humain (Quadro filosófico sobre os sucessivos progressos do espírito humano, 1750)*, ele descreveu, de forma magistral, o curso geral do progresso da mente humana, ressaltando a contribuição de diversos povos como chineses, egípcios, fenícios, gregos, romanos etc., até chegar aos tempos modernos, no tocante às conquistas da ciência nos seus diferentes ramos do saber. Desse modo, ele estabelece uma cadeia de causas e efeitos que, em certa medida, pretende explicar o estado atual do mundo como resultado do processo de formação cultural que o precedeu¹⁶⁸ (TURGOT, 1999 [1750], p. 9-10; BURY, 1920, p. 154).

Por outro lado, em seu *Plan de deux Discours sur l'Histoire Universelle (Plano de dois Discursos sobre a História Universal, 1751)*, ele apresentou uma tese que, posteriormente, aparecerá com elaboração extensiva na teoria dos estágios de desenvolvimento das forças produtivas de List. Para Turgot, a humanidade, como um todo, ainda que lentamente e mediante períodos alternados de tranquilidade e turbulência, progrediu de um estágio primitivo de cultura rumo uma etapa pastoril e, desta, para uma fase agrícola. A partir daí, ela avançou em direção ao comércio e à manufatura. Igualmente, em suas *Réflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses (Reflexões sobre a formação e distribuição da riqueza, 1769)*, Turgot desenvolve extensamente sua tese sobre os benefícios da liberdade em sua relação com o progresso econômico, antecipando, assim, alguns dos aportes mais importantes de Adam Smith (NISBET, 1980, p. 184-185). Mais precisamente, seguindo ainda a perspectiva fisiocrática, Turgot descreve como o cultivo da terra progrediu da escravidão para a vassalagem, daí para o sistema de *metayer* ou divisão da colheita com cultivadores livres e, finalmente, para o arrendamento do

¹⁶⁸ “[...] tous les âges sont enchainés les uns aux autres par une suite de causes et d'effets qui lient l'etat présent du monde à tous ceux qui l'ont précédé” (TURGOT, 1999 [1750], p. 3).

solo por fazendeiros durante certo tempo, este último característico de nações ricas. O sinal mais conspícuo da civilização adviria do aprofundamento da especialização do trabalho possibilitado pelas trocas econômicas mediadas pelo dinheiro:

Quanto mais o dinheiro se torna meio universal de expressar as coisas, mais cada um se torna capaz, ao se dedicar somente àquela espécie de cultivo e trabalho que escolheu, de despir-se inteiramente de preocupação com suas outras necessidades e ocupar-se unicamente em obter o máximo de dinheiro que o fruto de seu trabalho lhe permita, estando certo que com esse dinheiro poderá adquirir todo o resto. É assim que o uso do dinheiro acelerou prodigiosamente o progresso da sociedade (TURGOT, 2011 [1766], p. 29-30).

Ainda na França, o mais notável teórico do progresso a suceder Turgot foi, sem dúvida, Nicolas de Condorcet (1743-1794), o qual apresentou interessantes estudos sobre o aprimoramento da mente humana ao longo da história e como isso influenciou a humanidade na busca da verdade e da felicidade. Percebe-se, como bem destaca Bury, que Condorcet não apenas se abstém de justificar suas divisões históricas, como também não coordena lapsos de intermitências segundo rupturas ou critérios de alguma relevância. Na verdade, sua organização do mapa da história corresponde a uma tentativa de demarcar discontinuidades não em função de mudanças políticas, mas, sim em virtude de avanços significativos na área do conhecimento (BURY, 1920, p. 209). Assim, ele divide a história da humanidade em dez estágios que se estendem desde, primeiramente, as sociedades primitivas, passando pelo segundo estágio, o pastoril, seguido pela fase agrícola e, na sequência, o quarto período, em que se verificou o aperfeiçoamento das faculdades mentais mediante o advento da escrita, sucedido pela divisão das ciências na civilização grega. Ainda, durante a Idade Média, após o relativo declínio das ciências, elas ressurgem logo depois, na sexta etapa, ao final das cruzadas. Em seguida, durante o Renascimento, ocorreu notável progresso do conhecimento graças ao reavivamento das artes, da filosofia e à invenção da imprensa. O período subsequente teve início com o racionalismo de René Descartes (1596-1650) e se estendeu até o décimo e último período, o da Revolução Francesa, quando então a marcha do espírito humano ingressa na fase final de progresso da humanidade por meio da universalização da ciência e da liberdade.¹⁶⁹

¹⁶⁹ Condorcet foi o primeiro biógrafo de Turgot, a quem venerava como o verdadeiro precursor da lei do progresso. Em sua obra *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (*Esboço para um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, 1795), ele levou às últimas consequências as conclusões de

Conforme Condorcet, todos os progressos que ocorreram, sobretudo, nos séculos XVII e XVIII, quer no campo das artes, quer no âmbito da filosofia e das ciências, tiveram reflexos notáveis na teoria do governo, na sociedade e na economia. Baseando-se tanto nas observações e experiências passadas, quanto na análise da marcha do desenvolvimento da inteligência humana, Condorcet, inspirado no Iluminismo francês, acreditava ser indubitável que a última etapa do progresso do espírito coincidiria com o momento em que a humanidade seria regida pela força da razão.¹⁷⁰ Quando assim ocorresse, todas as nações resultariam livres, não se reconhecendo mais nenhuma forma de dominação entre os homens. Uma vez extirpada definitivamente toda forma de tirania e sujeição entre os povos, a única preocupação dos homens residiria na permanente vigilância dos seus atos a fim de que não mais se repetissem as atrocidades do passado. Nesse dia, a ciência tornar-se-ia o baluarte a conduzir a humanidade à perfeição final, instaurando o espírito igualitário do futuro (CONDORCET, 1795, p. 319- 327).

Nos países anglófonos, o grande arauto e defensor da ideia de liberdade como condição necessária do progresso foi Adam Smith. Na verdade, pode-se argumentar que dentre os propósitos de sua obra maior se destaca sua intenção não apenas de descrever o progresso econômico, mas também de demonstrar como se processa esse padrão de desenvolvimento (NISBET, 1980, p. 189-190). Para o economista escocês, nada parece ser mais prejudicial ao crescimento econômico de um país do que a intromissão inoportuna dos governos. Repetidas vezes, Smith expõe de modo categórico os danos causados pelas interferências políticas nos assuntos econômicos. Em seu entendimento, mesmo quando revestidas de “boa vontade”, estas ingerências destroem o equilíbrio inerente ao bom funcionamento da economia. Nesse caso, o governo, em vez de acelerar, retarda o progresso da sociedade rumo ao sistema natural de riqueza e à grandeza nacional (SMITH, 1998 [1776], p. 375-376). De fato, ninguém foi tão genuinamente adepto à doutrina da

Turgot e estabeleceu o progresso como uma das leis vitais do estudo da humanidade (NISBERT, 1990, p. 207-208; BURY, 1920, p. 206). A fase final de supremacia da ciência e da liberdade de Condorcet reflete, em boa medida, a ideia de república do conhecimento (*republique de las lettres*), universal, apátrida e guiada pela razão, de Voltaire (ARTHMAR, 2013).

¹⁷⁰ É interessante frisar ser possível identificar grande influência do modelo de progresso de Condorcet no projeto idealista hegeliano de expansão do Espírito, expresso em sua obra capital, *Die Phänomenologie des Geistes* (*A Fenomenologia do Espírito*, 1806).

liberdade individual como Adam Smith, o qual não hesitou em considerá-la como causa do progresso natural da opulência.¹⁷¹ Nesse sentido, sua célebre referência a uma mão invisível que, como ele argumenta, conduz os indivíduos que perseguem seus próprios interesses privados a instaurar um máximo bem público, deve ser visto nesse contexto de filosofia do progresso humano, dentro do qual ele mesmo está inserido (NISBET, 1980, p. 191-192).

Na Alemanha, o debate sobre a ideia de progresso assumiu contornos culturais específicos graças, sobretudo, à reflexão de Herder sobre o conceito de História. Não compartilhando da crença iluminista de um progresso infinito, resultante das conquistas da razão absoluta, Herder concebeu a História Humana (*Menschengeschichte*) como o meio através do qual a *Deidade* realiza seu plano de conduzir os homens a um ideal mais elevado de humanidade (HERDER, 1841 [1784], p. x). Em sua *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit (Ideias para a Filosofia da História da Humanidade, 1784)*, Herder afirma ser a História um fenômeno essencialmente natural em que os eventos, uma vez desencadeados, seguem seu fluxo de modo ininterrupto, independentemente da vontade humana. Com isso, ele suprimiu ao mínimo a livre iniciativa e a capacidade do homem guiar o seu próprio destino (VILLAMIL, 2001, p. 132; BURY, 1920, p. 241; HERDER, 1841, p. x-xi).

É contra essa filosofia da História que Kant escreve seu ensaio *Idee zu Einer Allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlicher Absicht (Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita, 1784)*. Ao contrário de Herder, que concebe a História segundo uma perspectiva místico-religiosa, Kant a entende como uma ferramenta teórica que lhe possibilita perceber regularidades na profusão das manifestações humanas. Kant acreditava que, devido à sua natureza racional, o homem é predisposto a desenvolver-se tendo em vista um *τέλος*, a saber, a edificação do reino dos fins, um mundo regido pela razão, em que todos os homens, obedecendo a lei moral, relacionam-se mutuamente como um fim em si mesmo.

¹⁷¹ A mola mestra do progresso humano para Adam Smith é o esforço natural de cada ser humano para melhorar sua própria condição de vida. Quando este esforço inato está autorizado a exercer-se com liberdade e segurança, o indivíduo se torna, por si só, apto a conduzir a sociedade à riqueza e à prosperidade, sendo até mesmo capaz de, sem qualquer assistência, superar uma centena de obstruções impertinentes, com as quais a estupidez das leis humanas com tanta frequência inibem suas operações (SMITH, 1983 [1776], p. 379-380).

Uma vez que a existência humana é efêmera, todavia, esse ideal de perfeição não pode ser realizado no indivíduo, mas sim na espécie como um todo. Segundo Kant, “é como se as gerações passadas cumprissem suas penosas tarefas em prol das gerações vindouras, as quais terão a felicidade de habitar a obra que uma longa linhagem de antepassados edificou” (KANT, 2011 [1784], p. 5-7; BURY, 1920, p. 247).

Ao longo de praticamente toda tradição filosófica clássica alemã, o conceito de História (*Geschichte*) e a ideia de progresso se amalgamam harmoniosamente em uma síntese, em que juntos exprimem a noção idealista de um espírito que se desenvolve de modo incessante e teleologicamente no espaço e no tempo. No limiar do século XIX, juntamente com o nacionalismo, concebeu-se a noção de que, além da liberdade, a finalidade do progresso é, outrossim, a unidade nacional e o poder político. Desse modo, o indivíduo somente alcançaria a mais elevada forma de liberdade sendo parte orgânica e integrante do Estado-nação. No caso alemão, essa liberdade consistiria na própria consciência do cumprimento do dever em relação ao Estado. De fato, não obstante essa noção de progresso possa ser encontrada em outros países, em nenhum outro lugar ela teve maior difusão e aceitação do que nos territórios germânicos, principalmente na Prússia, onde gerações de pensadores dedicaram-se com afinco a construir uma teoria do progresso tomando como ponto de partida a identidade entre o Estado, o Direito e a liberdade. Para eles, o Estado não era apenas uma estrutura política, mas também uma forma exaltada de perfeição moral (SPIEGEL, 1991, p. 414; NISBET, 1980, p. 238-268).

Ao longo de praticamente toda tradição filosófica clássica alemã, o conceito de História (*Geschichte*) e a ideia de progresso se amalgamam harmoniosamente em uma síntese, em que juntos exprimem a noção idealista de um espírito que se desenvolve de modo incessante e teleologicamente no espaço e no tempo. No limiar do século XIX, juntamente com o nacionalismo, concebeu-se a noção de que, além da liberdade, a finalidade do progresso é, outrossim, a unidade nacional e o poder político. Desse modo, o indivíduo somente alcançaria a mais elevada forma de liberdade sendo parte orgânica e integrante do Estado-nação. No caso alemão, essa liberdade consistiria na própria consciência do cumprimento do dever em relação ao Estado. De fato, não obstante essa noção de progresso possa ser encontrada em outros países, em nenhum outro lugar ela teve maior difusão e aceitação do que nos

territórios germânicos, principalmente na Prússia, onde gerações de pensadores dedicaram-se com afinco a construir uma teoria do progresso tomando como ponto de partida a identidade entre o Estado, o Direito e a liberdade. Para eles, o Estado não era apenas uma estrutura política, mas também uma forma exaltada de perfeição moral (SPIEGEL, 1991, p. 414; NISBET, 1980, p. 238-268).

Uma das primeiras defesas sistemáticas da ampliação das prerrogativas do Estado encontra-se em *Der Geschlossene Handelsstaat* (*O Estado Comercial Fechado*, 1800) de Fichte. Nessa obra, o Estado, tanto de uma perspectiva jurídico-política, como de um ponto de vista espiritual e moral, é representado de acordo com uma estrutura totalizante.¹⁷² No que concerne à esfera socioeconômica, por exemplo, ele é tido como a única instituição capaz de prover a segurança e as condições necessárias para que os indivíduos possam explorar todas as suas potencialidades por meio do trabalho, entendido como o mais elevado propósito de toda atividade livre, bem como fazer com que o produto do seu labor seja garantido à maior parte da população¹⁷³ (FICHTE, 1800, p. 22-24). Além disso, o Estado é aceito como a única entidade legal e apta a garantir a eficácia dos contratos internos e o valor do dinheiro, sendo, portanto, imprescindível sua atuação tanto nos assuntos domésticos, quanto nas relações econômicas internacionais. Em Fichte, é também manifesto o contraste entre, de um lado, a ordem econômica, baseada no egoísmo, no desejo e na cobiça das aspirações individuais, e, de outro lado, a ordem política, regida pelos princípios gerais enraizados na ideia de uma coletividade ideal. Daí a necessidade enfática da educação nacional por ele preconizada em seus *Reden an die Deutsche Nation* (*Discursos à Nação Alemã*, 1808) (SPIEGEL, 1991, p. 417; FICHTE, 1800, p. 59-60).

Em nenhum outro filósofo alemão do século XIX, porém, a ideia de progresso e seu constante padrão de desdobramento através de sucessivos estágios de

¹⁷² “Der Staat allein ist’s, der eine unbestimmte Menge Menschen zu einem geschlossenen Ganzen, zu einer Allheit vereinigt; er allein ist’s, der bei allen, die er in seinen Bund aufnimmt, herumfragen kann; durch ihm allein sonach wird erst ein rechtsbeständiges Eigentum begründet”. *O Estado é o único que une uma multidão indeterminada em um todo compacto, em uma totalidade. Somente ele pode perscrutar e subsumir a todos em sua aliança; portanto, somente por seu intermédio funda-se, antes de tudo, um bem legalmente válido* (FICHTE, 1800, p. 13).

¹⁷³ Fichte trata extensamente dessa questão no capítulo II, intitulado *Allgemeine Anwendung der Aufgestellten Grundsätze auf den Öffentlichen Verkehr* (*Aplicação geral dos princípios já estabelecidos sobre o transporte público*).

desenvolvimento foi discutido em maior extensão e consequência do que nas obras de Hegel. De fato, em praticamente todos os seus escritos políticos e, principalmente, filosóficos são evidentes as ideias do vir-a-ser e do progresso. Não apenas em sua *Wissenschaft der Logik* (*Ciência da Lógica*, 1816) e em sua filosofia da História, mas também em sua filosofia da Arte, do Direito e da Religião é possível encontrar a mesma noção dialética, segundo a qual o Espírito (*Geist*) progride necessariamente rumo à liberdade, sua finalidade absoluta. A própria dialética hegeliana, entendida como negação da estabilidade, traz em seu bojo uma perspectiva dinâmica de autoaperfeiçoamento progressivo. Uma vez transposta essa ideia de progresso do campo da metafísica para filosofia política, Hegel acredita que o Estado-nação é o triunfo final do progresso do espírito objetivo, já que ele encarna a superação de todos os modos de alienação (*Entfremdung*) inerentes às formas particulares da vida social, isto é, a família, a sociedade civil, a comunidade etc.¹⁷⁴

O Estado revela-se à imagem e à realidade da razão, na qual a consciência encontra no desenvolvimento orgânico a efetividade de seu saber e vontade substancial, assim como na religião o sentimento e a representação desta sua verdade como essencialidade ideal. Na ciência, porém, encontra-se o livre conhecimento compreensível desta verdade, enquanto uma manifestação de si mesma que se completa no Estado, na natureza e no mundo ideal¹⁷⁵ (HEGEL, 1821, p. 355, tradução nossa).

Essa breve reconstrução contextual do universo das ideias tem por objetivo destacar o otimismo compartilhado por muitos dos intelectuais inseridos no *Sattelzeit*, os quais acreditavam piamente que os avanços do conhecimento técnico-científico levariam a humanidade, inexoravelmente, a um estágio de progresso ilimitado. Como homem do seu tempo, List também demonstrava grande entusiasmo e admiração por essa visão de mundo. No conjunto de sua obra, aparece uma miríade de expressões como avanço (*Weiterentwicklung*), melhoramento (*Verbesserung*), aperfeiçoamento (*Wertsteigerung*), desenvolvimento (*Entwicklung*) e, principalmente,

¹⁷⁴ Uma característica marcante da filosofia política de Hegel é sua noção de *ex oriente lux*, ou seja, a ideia de que o Espírito se move continuamente de uma nação a outra a fim de realizar os seus sucessivos estágios de autoconsciência. Assim, o Espírito migrou da China à Índia; da Índia à Ásia Menor, e desta à Grécia. Em seguida, avançou para Roma e daí para o mundo germânico, onde alcançou sua plenitude no Estado prussiano (HEGEL, 1973 [1818/1819], p. 344; BURY, 1920, p. 254).

¹⁷⁵ “[...] den Staat zum Bilde und zur Wirklichkeit der Vernunft entfaltet, worin das bewusstsein die Wirklichkeit seines substantiellen Wissens und Wollens in organischer Enwicklung, wie in der Religion das Gefühl und die Vorstellung dieser seiner Wahrheit als idealer Wesenheit, in der Wissenschaft aber die freye begriffene Erkenntniss dieser Wahrheit als Einer und desselben in ihren sich ergänzenden Manifestation, dem Staate, der Natur und der ideellen Welt, findet” (HEGEL, 1821, p. 355).

progresso (*Fortschritt*), o que, em grande medida, corrobora a hipótese de Pocock, segundo a qual a linguagem que um autor emprega já se encontra em uso, expressando aspectos importantes da vida política, social ou cultural da época na qual ele se insere.¹⁷⁶

Tanto Pocock, quanto Koselleck estão inteiramente de acordo com o fato de que nenhum autor pode criar algo novo sem se apoderar do *corpus* linguístico dado como um recurso diacrônico, criado no passado próximo ou remoto e compartilhado por todos os oradores e ouvintes. Compreender ou ser compreendido pressupõe tal conhecimento prévio de como a linguagem tem sido usada. Cada palavra ou conceito tem assim um impulso diacrônico contra o qual qualquer pessoa que procura adicionar um novo significado deve estar consciente. Por outro lado, uma vez que os principais atributos da linguagem são a continuidade e a transformação, ao se apropriar dela, um autor pode ser considerado tanto um expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, como também um inovador que atua sobre ela de maneira a induzir mudanças momentâneas ou duradouras na forma como é usada (POCOCK, 2003, p. 29-37; KOSELLECK, 1996, p. 63).

Como ressalta Koselleck, é possível compreender qualquer período passado reconstruindo a linguagem usada pelos indivíduos para conceituar o mundo ao seu redor. Da mesma forma, Pocock sustenta que a linguagem empregada por um autor responde a questões específicas de seu contexto histórico (KOSELLECK, 1996, p. 59-60; POCOCK, 2003, p. 37). No caso de Adam Smith, por exemplo, pode-se arguir que ele se ocupa, entre outras coisas, de propor soluções para um problema comum ainda no final do século XVIII, a saber, a questão sobre o que é riqueza e como tornar o Estado mais rico e poderoso (OLIVEIRA, 2013, p. 162). Apesar das inúmeras *performances* do economista escocês, muitos dos elementos que compuseram seus discursos já estavam presentes tanto nos *Escritos Econômicos* de

¹⁷⁶ Conforme Pocock, bem como Skinner e outros estudiosos, a linguagem consiste de uma estrutura complexa formada por vocábulos, gramática, retórica e um conjunto de usos, suposições e implicações que juntos subsumem os indivíduos em situações históricas específicas e os impele a interagir com o mundo a partir dela, sem, todavia, privar-lhes do espaço para explorar inovações e atos criativos. Uma característica interessante desse conceito de linguagem é o fato de que ela, uma vez empregada, não se limita a uma mera visão de mundo ou ideologia (POCOCK, 1996, p. 47).

Hume, quanto na obra dos fisiocratas¹⁷⁷ (CANNAN, 1903, p. 5). No que diz respeito a List, seus esforços para fundamentar a expansão das prerrogativas econômicas do Estado e, ao mesmo tempo, propor um viés alternativo para conceber a riqueza como resultante do desenvolvimento das forças produtivas encontram ecos no Cameralismo, na filosofia política de Fichte e Hegel, nos *Reports* de Alexander Hamilton e nas obras de Daniel Raymond, e, principalmente, na crítica de Adam Müller (1779-1829) à ortodoxia liberal clássica.

Além de ser considerado um dos maiores expoentes do romantismo alemão, Müller foi também crítico intrépido de Smith, especialmente no que concerne às suas doutrinas do livre comércio, da divisão do trabalho e de sua rejeição à intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Na verdade, Müller acreditava que a teoria de Smith apresentava unicamente valor relativo à Inglaterra do seu tempo, mas que não podia ser aplicada a todas as nações pelo simples fato de que estas se encontravam em condições econômicas diversas (SCHUMPETER, 2006, p. 397; CUSUMANO, 1875, p. 93-94). Inserido no hostil contexto da Revolução Francesa, das guerras napoleônicas e da expansão do capitalismo, Müller comparava o Estado a uma grande família.¹⁷⁸ Assim, ele defendia uma concepção orgânica da vida econômica e política, em que o governo, envolto pelos mais elevados valores morais e espirituais, seria responsável por mediar os conflitos entre os integrantes da nação. De acordo com seu pensamento essencialmente corporativista, ao homem sequer seria

¹⁷⁷ Adam Smith foi amigo íntimo de Hume, com quem mantinha assídua correspondência, além de ter sido seu executor literário a partir de 1776. Sabe-se que Hume viveu tempo suficiente para felicitar Smith pela publicação de *A Riqueza das Nações*, elogiando-o por sua profundidade, solidez e acuidade, mas nem por isso deixou de ressaltar as faltas cometidas por Smith no que concerne, sobretudo, à renda da terra. Em *A Riqueza das Nações*, Smith adotou certos pontos de vista de Hume como, por exemplo, a sua teoria do *price-specie flow*. A título de exemplo, em seu ensaio *Of Commerce (Sobre o Comércio, 1752)* Hume, diz que tudo no mundo é comprado pelo trabalho; no Livro I, Capítulo V. de *A Riqueza das Nações*, Smith diz que toda a riqueza do mundo é originalmente adquirida pelo trabalho. Outrossim, a filosofia utilitária de Hume, sua crença na compatibilidade entre as aspirações dos indivíduos e o interesse do Estado, bem como sua atitude crítica ao mercantilismo e às ideias fisiocratas foram todas compartilhadas por Smith (SPIEGEL, 1991, p. 214; CANAN, 1903, p. 43-124).

¹⁷⁸ “Der Staat ist oft mit einer Familie verglichen und als ein Aggregat mehrerer Familien dargestellt worden. Wenn sich die Vergleichung nur um das innere Wesen der Familie drehet, so muss unter demselben klar werden, das der Staat nichts andres als die erweiterte Familie, und dass die erste gründliche Probe aller Verfassungen und Gesetze die Untersuchung ist: ob und in wie fern dieselbe mit dem Familien-Verhältnisse harmonire, und ob die beiden Verhaeltnisse, aus deren inniger Vereinigung jede Familie besteht, Alter und Jugend Einerseits, und maennliches und weibliches Geschlecht andererseits, die ganze Gesetzgebung gleichmassig durchbringen”. *O Estado é muitas vezes comparado com uma família e tem sido representado como um agregado de várias famílias. Se a comparação é só sobre a natureza íntima da família, então urge tornar claro que o Estado nada mais é do que a família alargada, e que o primeiro teste fundamental de todas as constituições e leis é investigar, se e em que medida o mesmo harmoniza as relações familiares, e se ambas relações, das quais consistem a associação íntima de cada família, perpassam uniformemente toda a legislação* (MÜLLER, 1809, p. 125).

possível uma existência minimamente digna e tolerável fora dos domínios do Estado, já que é a este que se atribui a continuidade da sociedade e da vida econômica nacional.¹⁷⁹

Decerto, Müller pode ser considerado um dos precursores do nacionalismo econômico, pois, convicto dos progressos advindos da indústria, ele sustentava que a intervenção estatal por meio de restrições às importações poderiam conferir um caráter nacional à riqueza de um povo (MULLER, 1809, p. 66). Em seu entendimento, Smith ilustrava apenas o lado positivo de sua concepção materialista e individualista da sociedade.¹⁸⁰ Em contrapartida, Müller afirmava que, na ausência de instituições reguladoras, a liberdade de comércio e de competição desenfreada acarretaria inevitavelmente o afrouxamento dos tradicionais laços pessoais ao colocar os indivíduos em permanente enfrentamento para salvaguardar os seus próprios interesses. A fim de evitar tal estado de coisas, ele enfatizava energicamente a necessidade do elemento ético-coletivo como instância normativa determinante. No entanto, cumpre frisar que Müller não intencionava suprimir totalmente a liberdade do indivíduo, mas sugerir um modo alternativo dele se desenvolver como membro coeso de um organismo nacional. Por fim, ressalta-se que Müller, como homem de seu tempo, deu considerável importância à História no estudo dos fenômenos políticos e econômicos, bem como afirmou ser o capital intelectual (*geistiges Kapital*) parte integrante fundamental de toda riqueza da nação¹⁸¹ (BACKHOUSE, 2000, p. 160; SPIEGEL, 1991, p. 416-417; CUSUMANO, 1875, p. 94).

¹⁷⁹ “Der Staat ist die Totalität der menschlichen Angelegenheiten, ihre Verbindung zu einem lebendigen Ganzen”. *O Estado é a totalidade dos assuntos humanos, sua conexão a um todo vivo* (Zweite Vorlesung – Gehalten am 22sten November 1808).

¹⁸⁰ Outra objeção de Müller a Smith refere-se à concepção cosmopolítica do mundo, a qual, contrariando as leis da natureza, pressupõe um mundo regido apenas por um governo, uma lei, uma moeda, uma medida e um peso, desconsiderando-se a diversidade de necessidades, de climas e modos de governos (MÜLLER, 1809, p. 110-111). Nota-se que essa crítica, posteriormente, receberá aprofundamento extensivo no conjunto da obra de List.

¹⁸¹ Logo após a publicação do *Sistema Nacional de Economia Política*, List foi acusado por Brüggeman de ter plagiado a obra de Adam Müller, com quem ele tinha se encontrado em 1820, durante uma conferência ministerial em Viena. Conforme Hirst, uma vez que seu pensamento estava mais inclinado para o sistema econômico e político da Idade Média, é possível que Müller tenha recebido com desconfiança o entusiasmo de List para com o progresso das manufaturas (SALIN, 1960, p. 8; HIRST, 1909, p. 122). Importa lembrar, todavia, que embora os dois autores concordassem em muitas objeções às teorias de Smith, as aspirações que os moviam eram totalmente diversas. Enquanto Müller declarava-se contra o livre comércio em nome do passado, List assim o fazia em defesa da prosperidade futura alemã (CUSUMANO, 1875, p. 94-95). Sem dúvida, outro economista a influenciar List foi Friedrich Julius Heinrich (1754-1831), ex-oficial prussiano que retirou-se da vida pública em 1796 após discordar do governo. Sua obra mais importante *National-Oekonomie (Economia Nacional)* dividida em nove volumes (1805-1824) é resultado de sua crítica à obra de Smith, a qual ele considerava estreita e insular.

Em 1812, Müller publicou uma obra intitulada *Die Theorie der Staatshaushaltung und ihre Fortschritte in Deutschland und England seit Adam Smith* (A teoria da Gestão Pública e os seus progressos na Alemanha e na Inglaterra desde Adam Smith), na qual expõe não apenas seu ponto de vista sobre a administração do Estado, mas também discute aspectos importantes de sua concepção de progresso. Embora a obra não tenha o mesmo prestígio que seu *Die Elemente der Staatskunst* (Os Elementos da Arte de Governar, 1809), sua teoria da gestão pública logrou considerável difusão, despertando grande interesse nos territórios germânicos, sobretudo, devido à ideia de progresso em sua relação com a organização proficiente do Estado.

Conforme Koselleck, embora o vocábulo progresso exprima uma ideia cuja origem remonta a um passado longínquo, seu emprego é muito mais compatível e conveniente quando usado para expressar a dinamicidade dos tempos modernos. Até meados do século XVIII, este termo era muito naturalmente traduzido no alemão como *Fortgang*, *Fortschreiten*, *Fortrücken*, para referir-se a um ente em movimento. Foi Kant quem o traduziu como *Fortschritt*, emprestando-lhe, assim, a forma de um conceito genuinamente histórico, capaz de orientar experiências e expectativas futuras (KOSELLECK, 1997, p. 18; 2006, p. 160-173; 1996, p. 63). De fato, em razão de sua ampla difusão, mesmo antes de seu exílio nos Estados Unidos, List também já fazia menção ao termo progresso, embora a percepção disso se faça notar em toda amplitude após seu regresso à Alemanha, isto é, quando o conceito assume grande importância em seu pensamento econômico.

Diferentemente do vocábulo desenvolvimento, o qual ainda não havia recebido precisa definição teórica, a expressão progresso parecia representar discursivamente algo que não apenas exprime mudança, mas que se refere também a algo que se aperfeiçoa de modo qualitativamente positivo, tendo em vista um fim. List, por exemplo, imbuído do espírito da época, acreditava piamente no progresso contínuo e incessante da civilização do Ocidente. Aqui, importa ressaltar, todavia, o aspecto imaterial de sua concepção de progresso, já que, em seu entendimento, todo incremento na produção material guarda alguma relação com o aprimoramento das faculdades cognitivas. Para List, qualquer país que queira se industrializar deve

canalizar parte de seus recursos à formação de um capital mental não apenas como forma de ampliar sua infraestrutura de produção, mas também para compor quadros administrativos eficientes, dotados um sistema legal coerente e compatível com os anseios da nação¹⁸² (DAASTØL, 2011, p. 41-43).

Como mencionado, o termo progresso adquiriu relevância muito maior no pensamento de List após sua estadia nos Estados Unidos, país onde testemunhou na prática a materialização daquilo que até então lhe parecia apenas um conceito filosófico. Como ele mesmo recorda, “ali se pode observar como regiões selvagens se transformam em Estados ricos e poderosos; [...] e o progresso, que exige séculos na Europa, ali acontece à vista de todos”. (LIST, 1983 [1841a], p. 5). De acordo com Daastøl, além do fato de o *Sistema Nacional* ser bem mais extenso do que o *Sistema Natural* (1837), e quatro vezes mais longo que os *Outlines* (1827), um estudo comparativo revela que nos *Outlines* contam-se apenas seis menções ao termo progresso; 26 alusões ao termo avanço; e 28 referências ao termo melhoramento. Por outro lado, no *Sistema Natural*, contam-se 89 menções ao termo progresso; 68 alusões ao termo avanço; 45 referências ao termo melhoramento. Por fim, no *Sistema Nacional* (1841), verificam-se 136 menções ao termo progresso; 112 alusões ao termo avanço; 107 referências ao termo melhoramento.¹⁸³ (DAASTØL, 2011, p. 44).

List ressalta que em lugar algum como nos Estados Unidos podia-se constatar a ênfase na importância dos meios de transporte, tendo em vista o seu efeito positivo sobre a vida intelectual e material do povo. É importante destacar tal passagem, pois esse constitui, sem dúvida, o fundamento sobre o qual List ancora sua concepção de progresso. Para ele, a expansão do sistema de transporte promove o aprimoramento técnico-científico e a ampliação das forças produtivas, ao

¹⁸² Ainda que List não proponha uma definição geral para o que ele entendia por progresso, constata-se que, diferentemente da palavra desenvolvimento, a qual, repetidas vezes, aparece relacionada às forças produtivas e ao capital material, o termo progresso refere-se, sobretudo, aos avanços, melhoramentos e refinamentos morais e intelectuais que, de acordo com List, são precondições de toda cultura de prosperidade. Em razão disso, mesmo admitindo que o progresso material é algo imprescindível à civilização, ele considera a educação, a moralidade e as instituições políticas como parte integrante e necessária desse processo.

¹⁸³ Ao propor esse estudo comparativo, Daastøl mostra que List associou as transformações estruturais ocorridas nos Estados Unidos à concretização do ideal de progresso. Todavia, nos seus escritos mais antigos, List já lançava mão do termo *Fortschritt* (progresso), para expressar a ideia de avanço e melhoramento técnico e moral.

mesmo tempo em que cria sentido de unidade nacional.¹⁸⁴ Nos Estados Unidos, List percebeu nitidamente como o suporte concedido pelo Estado à iniciativa privada oferece as condições propícias para o aumento da riqueza nacional. Após retornar para o velho mundo, ele concebeu uma ideia de progresso conforme um ponto de vista sistemático, em que o Estado assume posição ativa na condução do processo de desenvolvimento. Na verdade, List acreditava ser incumbência inalienável do governo criar meios para acelerar o curso do progresso. Para tanto, dever-se-ia remover todos os obstáculos e, ao mesmo tempo, estimular o aprimoramento das forças intelectuais e econômicas da nação.

List ainda acredita que não se possa conceber qualquer lei ou decisão legal pública que não exerça influência maior ou menor no aumento ou diminuição do poder produtivo da nação. Nesse caso, ele lembra que leis, instituições sólidas e legítimas, juntamente com uma administração eficiente, podem abolir o fanatismo, a superstição, o ócio e a ignorância. Elas podem suprimir privilégios e costumes danosos, e, por causa disso, melhorar a educação, elevar os padrões morais e atrair investimentos para o país, criando, assim, novos recursos econômicos e benefícios para a sociedade. Em contraposição à escola liberal, a qual acredita que os indivíduos por si só são capazes de tais avanços, List argumenta ser por meio de leis e instituições políticas, isto é, mediante o Estado, que se pode disseminar o conhecimento técnico, melhorar a comunicação interna, concluir tratados comerciais com outros países e criar empresas comerciais. Além disso, como a riqueza nacional não se restringe apenas ao valor de troca de suas *commodities*, mas se concretiza, principalmente, no contínuo aperfeiçoamento das forças produtivas, o mais elevado bem-estar nacional exige o desenvolvimento igualitário e harmonioso da agricultura, da manufatura e do comércio, o qual só pode ter lugar em um Estado que possua liberdade política, sistema eficiente de educação e meios eficazes de transporte (LIST, 1983 [1841a], p.139; 1983 [1837a], p. 42-43; HIRST, 1909, p. 128).

¹⁸⁴ Segundo List, quanto mais o espírito humano tem a capacidade de se comunicar, mais se acelera o progresso da humanidade, pois cada indivíduo dispõe assim de maiores possibilidades para se educar e contribuir para o progresso geral. Atualmente, as pessoas inteligentes, devido à discrepância de espaço, estão separadas uma das outras. Se então essas distâncias forem reduzidas e as pessoas aproximadas, isto deve contribuir grandemente para o progresso humano, já que a fertilização mútua da mente é maior e mais forte quanto mais as pessoas entram em contato falado ou escrito entre si (LIST, 1985 [1837b], p. 65-67).

Por outro lado, uma das implicações mais polêmicas da concepção de progresso de List decorre da percepção de como se configura a superação dos estágios de desenvolvimento e, principalmente, de suas considerações acerca das diferenças estruturais entre países de clima temperado, os quais ele reputa como naturalmente aptos a alcançar a plenitude do progresso, em contraposição aos países tropicais, os quais estariam destinados a um estágio inferior. Por esse motivo, List tem sido reconhecido como o precursor da ideia segundo a qual o processo de mudança econômica se realiza mediante a superação de diferentes etapas (ROBBINS, 1968, p. 2-3). De fato, para List, de um ponto de vista histórico, as forças produtivas nacionais ter-se-iam aprimorado por meio da suplantação de diversas fases, quais sejam: (i) o estágio selvagem; (ii) o estágio pastoril; (iii) a economia agrícola; (iv) o estágio agrícola-manufator, até chegar o momento em que se combinam harmonicamente agricultura, manufatura e comércio (LIST, 1909 [1841], p. 303; 1983 [1841], p. 125).

É notório que grande parte dessa noção de desenvolvimento e, principalmente, de progresso, foi assimilada por List a partir da concepção iluminista do final do século XVIII, sobretudo a partir de reflexões de Turgot e Condorcet. Além destes, urge ressaltar que, durante sua juventude, List foi exímio leitor de *L'Esprit des Lois* (*O Espírito das Leis*, 1758) de Montesquieu, razão pela qual se pode demonstrar que essa obra também, em grande medida, revelou-se influente na sua interpretação da discrepância do potencial econômico entre os países de clima temperado e os de clima tropical. Para entender tal fenômeno, List divide o mundo em dois amplos blocos geográficos. Nas zonas de clima temperado estão os países industrializados, ou a industrializar-se. Nas zonas tropicais, por sua vez, situam-se os países essencialmente agrícolas. Esse tipo de divisão se funda na ideia segundo a qual a natureza estabelece as condições para o progresso da manufatura ou da agricultura ao exercer influência determinante sobre o esforço físico e mental dos homens¹⁸⁵ (BOYANOVISKY, 2011, p. 6-11; COUSTILLAC, 2009, p. 203; LIST, 1909 [1841], p. 308).

¹⁸⁵ Importa frisar que essa divisão proposta por List não se funda sobre critérios racistas. Na verdade, ele elabora uma teoria das raças bastante sofisticada para época ao afirmar que “a raça humana, como as várias raças animais, pode ser intelectual e fisicamente aperfeiçoada pelos cruzamentos”. Decerto, prossegue List, “[...] o homem degenera progressivamente, se os filhos e filhas de algumas poucas famílias sempre se casam entre si – da mesma forma uma planta cuja semente é semeada sempre no mesmo solo”. Nesse sentido, [...] “é inegável

Grosso modo, o raciocínio de List constrói-se sobre o pressuposto de que, diferentemente das regiões tropicais, em que seus habitantes dispõem de facilidades no tocante à oferta de alimentos, preocupando-se apenas em proteger-se contra as chuvas, nos países de clima temperado as várias estações do ano impõem hábitos como previdência, parcimônia, ordem e economia, além da contínua necessidade de aprimoramento das faculdades cognitivas como forma de sobrepujar as adversidades climáticas. Com efeito, as nações temperadas desenvolveram ao longo da história o engenho, a capacidade inventiva, a perícia e a destreza por meio das quais sujeitaram a natureza e desenvolveram a manufatura como resultado natural de seu próprio esforço mental e físico. Por outro lado, no caso das nações tropicais, em razão da inércia de suas forças produtivas, restaram-lhes apenas o monopólio natural dos produtos agrícolas, os quais, por sua vez, estão sempre em alta demanda nos países de zonas temperadas¹⁸⁶ (LIST, 1909 [1841], p. 308; BOYANOVISKY, 2011, p. 11-12).

Note-se que essa doutrina serviu posteriormente de princípio para fundamentar, entre outras coisas, a prática do imperialismo como uma forma de expansão das forças produtivas. Segundo List, a formação de colônias entre as nações bárbaras e semibárbaras, e das nações cuja cultura estava em regresso, como no caso dos países das regiões tropicais, ofereciam às nações civilizadas amplo campo para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, o que lhes

que do cruzamento de duas raças bem diferentes resulta futuramente, quase sem exceção, progênie poderosa e de excelente qualidade. [...] Essa observação parece confirmar, mais do que qualquer outra coisa, o fato de que as nações que resultaram de um cruzamento de raças repetido com frequência, e que abarcou a nação inteira, tem ultrapassado todas as outras nações em poder e energia mental e caráter, em inteligência, força corporal e beleza pessoal” (LIST, 1983 [1841a], p. 151).

¹⁸⁶ Na Itália, a obra de List começou a ganhar repercussão graças a um artigo crítico de Carlo Cattaneo (1801-1869), *Dell economia Nazionale di Federico List*, publicado em 1843, em que o eminente economista e editor do *Politecnico* não apenas advoga em defesa da universalização do princípio econômico da livre concorrência, mas também reprova aspectos importantes dos argumentos protecionistas de List, ao refutar sua afirmação de que a Inglaterra conspirava em prol do malogro econômico das nações atrasadas. Sobre a questão atinente à influência do clima sobre as formações econômicas nacionais, Cattaneo observa: “L’indiano e il Chinese abitano paesi caldi e sono industriosi e laboriosi; il Turcomano e il Calmuco abitano paesi freddi e sono inertti e ladri. Tutto il settentrione fu barbaro per molti secoli, mentre l’Egito, la Persia, Sidone e Damasco erano fiorenti di industrie, e nessuno può affermare ciò che il futuro tiene in serbo pei popoli della terra”. (CATTANEO, 1956 [1843], p. 408-409).

prometia frutos muito mais ricos e garantidos do que as hostilidades na forma de guerras ou restrições comerciais.¹⁸⁷

Nota-se que essa doutrina serviu posteriormente de princípio para fundamentar, entre outras coisas, a prática do imperialismo como uma forma de expansão das forças produtivas. Segundo List, a formação de colônias entre as nações bárbaras e semibárbaras, e das nações cuja cultura está em regresso, como no caso dos países das regiões tropicais, oferece às nações civilizadas amplo campo para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, o que lhes prometem frutos muito mais ricos e mais garantidos do que as hostilidades recíprocas das guerras ou das restrições comerciais. Nas palavras de List:

Observamos que em toda parte, sob a influência da civilização, a população, os poderes da inteligência e o capital material atingem tais dimensões que necessariamente transbordam para países menos civilizados. Se a área cultivável do país já não é suficiente para sustentar a população e para dar emprego à população agrícola, o excedente desta população agrícola procura territórios adequados ao cultivo, em terras distantes; se os talentos e as habilidades técnicas de uma nação se tornaram tão abundantes que já não há remuneração suficiente para os mesmos, emigram para lugares onde a procura é maior; se, em consequência da acumulação do capital material, as taxas de juros baixam ao ponto de o pequeno capitalista já não poder prosperar com elas, este procura investir seu dinheiro mais satisfatoriamente em países menos ricos (LIST, 1983 [1841a], p. 93).

De fato, List conclui que quanto mais os países não civilizados entram em contato com os civilizados, tanto mais estes compreenderão que a civilização das nações bárbaras, dos países dilacerados pela anarquia interna, constitui uma tarefa que oferece a todos vantagens iguais. Em seu entendimento, a troca de produtos manufaturados das zonas temperadas por produtos tropicais das zonas tórridas é o exemplo mais emblemático das vantagens advindas da divisão cosmopolita do trabalho, bem como da cooperação recíproca estabelecida pelo comércio internacional em grande escala¹⁸⁸ (LIST, 1909 [1841], p. 308). Por outro lado, é

¹⁸⁷ A esse respeito, é interessante lembrar que, no século XVIII, Hume também já afirmava que “as manufaturas tendem a mudar de lugar gradualmente, deixando os países e províncias que já enriqueceram para mudarem-se para outros, onde são atraídas pelo baixo custo dos materiais e da mão-de-obra”, de sorte que enriqueçam também a estes, e sejam, assim, expatriadas pelas mesmas causas (HUME, 1983 [1752], p. 202).

¹⁸⁸ De fato, List acreditava ser incrivelmente grande a probabilidade de fracasso de qualquer tentativa de fundar manufaturas nos países de clima tropical. Inaptos por natureza para tal empreendimento, eles de longe auferem as maiores vantagens da riqueza e da civilização quando trocam seus produtos por manufaturados de países temperados (LIST, 1909 [1841], p. 308).

evidente que tal intercâmbio comercial deixa os países tropicais em estado de dependência para com os países temperados. Para List, porém, essa dependência não seria prejudicial, já que desapareceria à proporção que mais países temperados aumentassem seu potencial manufatureiro, comercial, naval e político. Em tais circunstâncias, elevar-se-ia, sobretudo, a demanda por produtos tropicais, de sorte que todos os países envolvidos no comércio internacional enriqueceriam (LIST, 1909 [1841], p. 309). Na verdade, List, tal como David Ricardo (1772-1823) e sua teoria das vantagens comparativas, considera a troca de bens manufaturados dos países de clima temperado com os produtos tropicais das zonas tórridas como uma forma de comércio em que ambas as partes são igualmente beneficiadas.¹⁸⁹ Desse modo, ele identifica o progresso econômico nacional em termos de complementaridade e interdependência econômica entre as nações (LIST, 1983 [1841a] p. 134; HIRST, 1909 [1841], p. 308-310).

Conforme List, quatro estágios distintos podem ser reconhecidos no que tange ao desenvolvimento econômico das nações por meio do comércio internacional. No primeiro, a agricultura doméstica é promovida pela importação de bens manufaturados e pela exportação de matérias-primas e gêneros alimentícios. Na segunda, a manufatura autóctone se desenvolve juntamente com a importação de bens provenientes do exterior. Na terceira, a manufatura nativa supre grande parte do mercado interno nacional. No quarto, grandes quantidades de bens manufaturados domésticos são exportadas, ao passo que matérias-primas e produtos agrícolas passam a ser importados. Com efeito, o progresso se realiza plenamente quando a nação é suficientemente rica e poderosa a ponto de exportar manufaturados, importar matérias-primas e consumir produtos tropicais (LIST, 1909 [1841], p. 310-311).

¹⁸⁹ Existe uma polêmica acerca da autoria da teoria das vantagens comparativas. Embora muitos atribuam os méritos dessa descoberta a Robert Torrens (1780-1864), essa teoria está intimamente associada ao nome de Ricardo, já que foi ele quem escreveu uma completa formulação da teoria no capítulo VII de sua obra mais importante, *On the Principles of Political Economy and Taxation*. A intenção ali era mostrar que o livre comércio é benéfico para todos os países participantes. Segundo Ricardo, em oposição ao comércio interno, as mercadorias negociadas no comércio internacional podem ser trocadas por outros bens que incorporam diferentes quantidades de trabalho. Com efeito, o aspecto determinante das trocas não residiria nas diferenças absolutas de custos de produção entre países, como acreditava Smith, mas, sim, nas diferenças relativas. Noutros termos, mesmo que um país fosse mais produtivo do que seus vizinhos em todos os ramos de produção, ainda assim haveria espaço para sua especialização nas atividades de maior rendimento e troca do excedente com outras nações menos avançadas, com vantagens mútuas no intercâmbio (SCHUMACHER, 2012, p. 26-27; RICARDO 2001 [1821], p. 90-91).

4.2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E O ELO EXPLICATIVO DO SISTEMA ECONÔMICO LISTIANO.

Devido à grande quantidade de representações (*Vorstellungen*) que emanam do conceito “desenvolvimento”, sua definição geral e apodítica tem-se mostrado persistente desafio para os economistas que se ocupam em oferecer resposta à questão do caminho mais profícuo para promover o crescimento da riqueza nacional. De acordo com Joseph A. Schumpeter, o crescimento econômico pode ser entendido como o processo gradual de expansão da produção, em que se produz mais e mais da mesma mercadoria, usando-se, todavia, os mesmos métodos de produção. Nesse sentido, uma das mais admiráveis contribuições de Schumpeter à Economia foi ter precisado em sua *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung* (*Teoria do Desenvolvimento Econômico*, 1912), em que circunstância se introduz o *elemento novo*, o qual, por sua vez, desencadeia todo o processo de *mudança estrutural* que rompe com as condições econômicas existentes (SCHUMPETER, 1997 [1926], p. 70; HUNT, 1989, p. 23).

Até o período imediatamente anterior ao surgimento da economia clássica, a escola fisiocrática constituiu-se o primeiro grupo de pensadores a se dedicar a compreender o processo de crescimento econômico de um ponto de vista sistemático. Ao constatar que um dos principais obstáculos à prosperidade da economia francesa era a pesada carga tributária que oprimia a sociedade, Quesnay e seus discípulos preconizavam, como medida necessária para alavancar a produtividade, que fossem removidos todos os regulamentos e impostos que pesavam injustamente sobre os trabalhadores agrícolas. Na verdade, partindo do pressuposto de que somente o trabalho empregado à exploração da terra era capaz de produzir valor superior aos custos de produção, os fisiocratas acreditavam que qualquer incremento nas atividades agrícolas, incluindo a indústria extrativista, acarretaria não apenas a elevação da oferta de alimentos, mas também de matérias-primas, o que favoreceria a expansão de todos os outros ramos da economia. O problema da análise fisiocrática relacionava-se à restrição da ideia de trabalho produtivo apenas ao setor primário. Por esse motivo, ao considerar como estéril ou improdutivo o trabalho de todos os que se ocupam do transporte, do comércio, das

finanças e da manufatura, os fisiocratas obscureceram a própria percepção da fonte da riqueza e seu processo de crescimento (ROBBINS, 1968, p. 7).

Por outro lado, caso se entenda por desenvolvimento econômico somente o estudo de como as economias são retiradas da estagnação rumo ao crescimento, ou de um *status* de baixa renda para um mais elevado, em que se verificam melhorias nos níveis de vida em grande escala, então, de acordo com essa definição particular, pode-se admitir que Smith foi o primeiro economista do desenvolvimento, e que sua *Riqueza das Nações* mostrou-se a primeira obra a ocupar-se do estudo rigoroso dos problemas e processos de desenvolvimento econômico. De fato, a partir das reflexões de Hume e, sobretudo, Smith, segue-se um reconhecimento generalizado de que o crescimento dinâmico pode ser originado por meio da manufatura, atividade por excelência promotora de incrementos na produtividade total do trabalho. Em *A Riqueza das Nações*, pela primeira vez na história do pensamento econômico, a produção *per capita*, como distinta da produção de agregados, é adotada como critério central (HUNT, 1989, p. 9; ROBBINS, 1968, p. 9).

Aqui, vale lembrar que embora pareçam referir-se ao mesmo fenômeno, crescimento e desenvolvimento representam acepções distintas. Certamente, muitas vezes elas são alvo de incompreensão, pois o termo desenvolvimento é capaz de abarcar diversos significados. Por outro lado, o problema de considerar o desenvolvimento econômico em termos de elevação da renda *per capita* ou aumento da capacidade produtiva encontra sua antítese no próprio pensamento de Smith, para quem a expansão da produtividade do trabalho e, por conseguinte, da produção nacional, dependeria intimamente da extensão dos mercados, os quais, todavia, tanto estimulam a ampliação da produção quanto delimitam a divisão do trabalho.¹⁹⁰ Nesse caso, o fenômeno do desenvolvimento encontra seu limite na extensão do mercado, o qual não apenas encoraja, mas também impõe restrições à expansão da produção. Outra questão daí resultante é que, para sobrepujar a tendência

¹⁹⁰ Smith confere considerável importância ao livre comércio, pois reconhece no comércio internacional a possibilidade de ampliação das forças produtivas mediante o aprimoramento gerado pela divisão do trabalho. Em outras palavras, para atender as demandas de um mercado muito maior do que o doméstico, a divisão do trabalho alcança seu grau mais elevado de especialização. Em consequência, ao se abrir um mercado mais amplo para qualquer parte do produto do trabalho que exceda o consumo doméstico, verifica-se um aumento da capacidade produtiva nacional, o que repercute no incremento do valor de troca do produto anual da terra, bem como na receita anual dos seus habitantes (SCHUMACHER, 2012, p. 16-17).

estacionária da economia e responder positivamente às novas oportunidades, os agentes empreendedores devem se comprometer em angariar recursos de forma ininterrupta para manter sempre crescente a produção.¹⁹¹ Por isso, Smith considera de extrema importância o aumento contínuo das poupanças como forma de incrementar o capital e as atividades produtivas¹⁹² (SMITH, 1998 [1776], v. I, p. 268-327).

Conforme Smith, o aumento da poupança só pode ser alcançado mediante a parcimônia daqueles grupos que recebem renda suficientemente para tanto, a saber, os latifundiários, os comerciantes e os fabricantes. No caso dos proprietários de terras, suas rendas derivam da posse de uma gleba, da qual se origina o direito de auferir para si parte considerável do produto do trabalho daqueles que a cultivam. Ostentando pouco interesse em inserir-se esfera produtiva, a tradicional classe de proprietários, em geral, gasta sua renda prodigamente no consumo de bens e na contratação de trabalho improdutivo (preceptores, artistas etc.). Por outro lado, embora considere produtivo o trabalho dos agricultores, Smith não identifica nesse grupo uma importante fonte potencial de aumento da poupança, já que a maioria dos pequenos lavradores auferem renda insuficiente após pagar o aluguel da terra. Por fim, tendo em vista a prodigalidade dos latifundiários, Smith chega à conclusão de que os comerciantes e, principalmente, os fabricantes, seriam os grupos cuja renda permitiria gerar a maior parte das poupanças necessárias à exploração de novos mercados. Com efeito, para Smith, a expansão dos mercados, a poupança e o investimento, constituem fatores primordiais para o incremento da produtividade do trabalho (HUNT, 1989, p. 10-11).

Em certa medida, Schumpeter reconhece que o fenômeno do desenvolvimento se relaciona com a elevação da capacidade produtiva, o que, por sua vez, depende da formação de um capital anual, tendo sempre como referência o

¹⁹¹ A concepção clássica de produção contrasta fortemente com a formulação neoclássica, a qual entende a produção como um processo "de sentido único" de transformação de recursos, por meio da aplicação de "fatores de produção", em "bens" finais. Os clássicos reconheceram explicitamente que, para manter um bom nível de produção, parte da produção atual deve ser tal que possibilite substituir, no próximo círculo de produção, os *inputs* que estão sendo usados no círculo atual (GRIEVE, 2005, p. 2).

¹⁹² "Assim como a acumulação prévia de capital é necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da mesma forma ela conduz naturalmente a esse aprimoramento. A pessoa que emprega seu capital para manter mão-de-obra necessariamente deseja empregá-lo de maneira a produzir a maior quantidade de trabalho possível" (SMITH, 1983 [1776], v. I. p. 244).

crédito e o investimento. Contudo, ele também afirma ser inegável que essa concepção negligencia coisas muito mais essenciais (ROBBINS, 1968, p. 1-3; SCHUMPETER, 1997 [1926], p. 77). Para o economista austríaco, o que melhor caracteriza o processo de desenvolvimento econômico é a perturbação do estado de equilíbrio que ele impõe ao sistema econômico como resultado de modificações descontínuas no canal do fluxo circular, afetando diretamente a esfera da vida industrial e comercial.¹⁹³ Nesse sentido, uma vez que produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance, o desenvolvimento nada mais é que o processo por meio do qual novas combinações dos fatores de produção aparecem de modo descontínuo. Para Schumpeter, foram os métodos criativos e originais de fazer coisas, e não a poupança e os aumentos na quantidade disponível de mão-de-obra, que mudaram a face do mundo econômico.

O lento e contínuo acréscimo da oferta nacional de meios produtivos e de poupança ao longo do tempo é obviamente um fator importante para entender o curso da história econômica, mas não constitui razão suficiente para a compreensão das causas do desenvolvimento, o qual “consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não” (SCHUMPETER, 1997 [1926], p. 78). Consequentemente, o desenvolvimento econômico evidencia um processo drástico e perturbador, em que novas combinações transformam repentinamente as condições de produção de bens existentes, de modo a introduzir novos produtos ou novas fontes de matérias primas, o que não apenas cria novos mercados ou indústrias, mas também, de certo modo, torna obsoleto os métodos de produção precedentes (HUNT, 1989, p. 23-24).

Desse modo, Schumpeter acredita que o desenvolvimento é um fenômeno endógeno, derivado exclusivamente de mudanças que ocorrem no âmago da

¹⁹³ Nota-se que, segundo Schumpeter, mudanças descontínuas aparecem somente na esfera da vida industrial e comercial, e não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. Quando ocorrem alterações no gosto dos consumidores, trata-se apenas de uma questão de súbita variação dos dados, aos quais o homem de negócio deve se acomodar, não lhe oferecendo nenhum outro problema além de uma mutação dos dados naturais, nem requerendo dele nenhum método novo de tratamento. Grosso modo, “é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daqueles que tinham o hábito de usar” (SCHUMPETER, 1912, p. 103; 1997 [1926], p. 75-76).

atividade produtiva.¹⁹⁴ Outrossim, trata-se de um evento essencialmente dinâmico, já que em todo seu decurso ele cria os pré-requisitos para o seguinte, de sorte que a forma do último é constantemente alterada, fazendo com que as coisas se desenrolem sempre de modo diferente do que, de fato, seriam se cada fase concreta tivesse sido primeiro compelida a criar suas próprias condições. Por outro lado, Schumpeter ressalta que embora “novas combinações” possam, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo ou mediante pequenas etapas, tal circunstância evidencia possivelmente um crescimento, mas não a introdução do *elemento novo*. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento¹⁹⁵ (SCHUMPETER, 1911; p. 107; 1997 [1926], p. 74-76; BORBÉLY, 2008, p. 402).

Com efeito, enquanto o crescimento econômico se caracteriza pela expansão dos mesmos processos de produção, o desenvolvimento econômico se distingue por introduzir um bem com o qual os consumidores ainda não estejam familiarizados, valendo de um método de produção que, por sua vez, não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, mas que nem por isso precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, podendo, ao contrário, consistir apenas de um novo modo de manufaturar uma mercadoria.¹⁹⁶ Outra característica fundamental do desenvolvimento econômico é que ele sempre traz consigo um efeito positivo, uma vez que propicia a abertura de um novo mercado cujo ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tinha ainda explorado. Tudo isso favorece a conquista de novas fontes de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, independentemente de essa fonte já existir ou ter

¹⁹⁴ “Unter „Entwicklung“ sollen hier nur solche Veränderungen des Kreislaufs des Wirtschaftslebens verstanden werden”. *Por desenvolvimento devem ser entendidos aqui apenas mudanças do ciclo da vida econômico* (SCHUMPETER, 1911, p. 103).

¹⁹⁵ Para Schumpeter, novas combinações, via de regra, estão corporificadas, por assim dizer, em empresas novas que geralmente não surgem das antigas, mas começam a produzir a seu lado. Por isso, a realização de combinações novas dos fatores produtivos significa simplesmente o emprego diferente da oferta de meios de produção existente no sistema econômico (SCHUMPETER, 1997 [1926], p. 77-78).

¹⁹⁶ “Es sei kurz bemerkt, daß in unserm Sinne auch das bloße Wachstum der Wirtschaft, wie es sich in Bevölkerungs-und Reichtumszunahme darbietet, hier nicht als Entwicklungsvorgang bezeichnet wird. Denn sie ruft keine neuen Erscheinungen hervor, sondern nur Anpassungsvorgänge derselben Art, wie etwa die Änderungen der natürlichen Daten”. *Deve-se notar que mesmo o mero crescimento da economia, como se verifica no aumento da população e da riqueza, não é referido como um processo de desenvolvimento em nosso sentido, pois isso não produz novos fenômenos, mas apenas processos de adaptação do mesmo tipo, como as alterações dos dados naturais* (SCHUMPETER, 1911, p. 104).

que ser criada anteriormente (SCHUMPETER, 1997 [1926], p. 76; BORBÉLY, 2008, p. 401-402).

De acordo com Schumpeter, dois termos fundamentais derivam da análise do conceito “desenvolvimento”, a saber, invenção (*Invention*) e inovação (*Innovation*). Esses dois vocábulos estão intrinsecamente ligados, pois enquanto a invenção exprime discursivamente o ato de conceber idealmente algo ou alguma coisa, a inovação, por seu turno, consiste de sua metódica implementação, tendo em vista a realização de algo novo. Por outro lado, ambos emanam da capacidade criativa homem e, portanto, resultam daquela parte da riqueza imaterial que List chama de capital mental, do qual se originam novas ideias a serem empregadas não apenas para a proficiente gestão da atividade econômica privada e pública, mas também para o emprego eficiente de novas tecnologias de produção.¹⁹⁷ De fato, List amiúde buscou apontar oportunidades para desenvolver e aplicar novas tecnologias – ou na terminologia de Schumpeter: novas combinações dos fatores de produção (SCHMIDT, 2012, p. 362). Além disso, entender e definir políticas para estimular o desenvolvimento econômico, social e cultural, constitui propósito permanente no conjunto da obra de List. Como primeiro passo a promover o desenvolvimento de economia alemã, ele recomendava a supressão das tarifas internas e a adoção de uma tarifa geral a ser aplicada em toda federação dos Estados alemães, até que as forças produtivas se tornassem competitivas e todas as nações praticassem irrestritamente o livre comércio (SCHMIDT, 2012, p. 354; LIEBIG, 1998, p. 26).

Pode-se dizer então que o pensamento de List está imbuído do ideal sistemático hegeliano de aspiração à totalidade do real. Uma vez que deriva seus princípios direto da experiência histórica e se ocupa de revelar o que de fato acontece da vida econômica, seu *Sistema Nacional de Economia Política*, tem sido lido como base operacional à indução do processo de desenvolvimento das nações

¹⁹⁷ Como intelectual que escreve no começo do século XX, Schumpeter concede apreciável atenção ao papel desempenhado pelo crédito na aceleração do processo de desenvolvimento, bem como ressalta a atuação do agente empreendedor, o qual se incumbe não apenas de mobilizar recursos para realização de projetos inéditos, mas também de assumir o risco de introduzir as novas combinações dos fatores de produção. Não se confere aqui devida ênfase a estas duas variáveis da concepção de desenvolvimento econômico de Schumpeter, pois, em se tratando dos Estados alemães da primeira metade do século XIX, esses dois fatores, embora não totalmente ausentes, não eram significativos.

que se encontram em defasado estágio técnico-produtivo.¹⁹⁸ O próprio List diz que por muito tempo pensou em denominar sua *magnum opus* de *Sistema Natural de Economia Política*, pois, ao contrário das obras dos demais economistas, ela, baseando-se nos fatos históricos, exprime a própria natureza dinâmica do real. No entanto, List não levou a ideia adiante, somente porque, dissuadido por um amigo, percebeu que o emprego do termo “natural” poderia induzir alguns leitores a suporem que seu livro seria, na verdade, mera repetição do sistema fisiocrático (LIST, 1983 [1841a], p. 189-190).

Para erigir seu *Sistema* sobre bases sólidas, List necessitava fundar seu argumento em princípios elementares universais. Para tanto, ele toma como ponto de partida o conceito de nação, o qual define como um fato natural que, além de manifestar-se de modo apodítico, transcende a mera vontade humana. Como ele mesmo afirma: “a característica básica de meu sistema reside na nacionalidade. Toda minha estrutura está baseada na natureza da nacionalidade, a qual é o interesse intermediário entre o individualismo e a humanidade inteira” (LIST, 1983 [1841a], p. 5). Para List, é incontestável o fato de que o mundo é dividido em nações dotadas de língua e literatura específicas, com sua própria origem e história, com suas maneiras e costumes, leis e instituições, de modo que, em condições normais, cada uma delas possui um território extenso com múltiplos recursos naturais. Trata-se, portanto, de uma sociedade que, unida por milhares de vínculos intelectuais e interesses comuns, forma um todo independente, que em seu caráter de unidade se opõe a outras sociedades de tipo semelhante no que concerne à sua liberdade nacional (LIST, 1983 [1841a], p. 123-124).

Um dos maiores equívocos cometidos pela escola clássica, na percepção de List, foi negligenciar o fato de os indivíduos serem unidos inexoravelmente a uma

¹⁹⁸ Conforme Boianovsky, independentemente das explícitas ressalvas de List quanto à discrepância entre os padrões de crescimento dos países temperados e tropicais, sua teoria e política de desenvolvimento econômico foram generalizadas e aplicadas em países como a Índia, onde ele foi surpreendentemente celebrado como “padroeiro” de um caminho à industrialização e desenvolvimento econômico nacionais. No entanto, continua Boianovsky, aqueles que veem List como um campeão da industrialização em países subdesenvolvidos esquecem que, nesse particular, ele não viu nenhum futuro para muitos desses países. Apesar da afirmação de List de que o desenvolvimento político e econômico nacional são atributos exclusivos das nações da zona temperada, tal fato foi largamente ignorado ou rejeitado, de modo que o economista alemão se tornou o “teórico favorito” dessas nações da região tórrida, adquirindo veneração similar à que Karl Marx recebeu na Rússia (BOIANOVSKY, 2011, p. 2-3).

nação, da qual herdam não apenas a língua, mas também o arcabouço cultural e formação histórica, devendo-lhe, ainda, sua segurança e prosperidade. Assim, direta ou indiretamente, todos os indivíduos que compõem a nação compartilham tanto da glória e da riqueza adquiridas a partir do estreitamento dos laços nacionais, quanto dos infortúnios e da pobreza que podem abater-lhes em virtude da supressão dos vínculos originados a partir dessa identidade comum. Por isso, List acreditava que cada povo deve estar preparado para sacrificar seus próprios interesses em benefício da nação a que pertence (LIST, 1983 [1837a], p. 29).

Após expor as características distintivas do conceito de nação, o qual já vinha sendo discutido extensivamente na literatura alemã, List lança mão da História com a finalidade específica de revelar as particularidades do processo de desenvolvimento econômico, já que, em seu entendimento, a independência nacional está intrinsecamente ligada ao aperfeiçoamento das forças produtivas. Nesse sentido, em seu *Sistema*, a História cumpre a função instrumental de mostrar como nações inteiras perderam sua independência por obra de uma política comercial que não resultou favorável ao encorajamento de sua nacionalidade, ao passo que outras, por razões opostas, saíram da condição de pobreza e barbárie para se tornarem impérios ricos e poderosos (LIST, 1909 [1841], p. 287; 1983 [1837a], p. 32).

De fato, para List, a História não se presta apenas a entender o passado. Ao contrário, seus ensinamentos são úteis para o presente e o futuro. Ela discursa inequivocamente em favor das reivindicações do futuro, uma vez que ensina como o bem-estar material e moral da nação crescem em todos os momentos na mesma proporção de sua unidade política e comercial. Mas ela também apoia as reivindicações do presente e da nacionalidade quando revela como nações que não adotam como principal objetivo o progresso da sua própria cultura e poder caminham velozmente à ruína. No sistema listiano, a História serve, outrossim, para mostrar como o comércio irrestrito com nações mais avançadas só é vantajoso reciprocamente nas fases iniciais de seu desenvolvimento. Chega um momento, contudo, em que a nação em desvantagem só consegue progredir mediante a educação nacional e certas restrições ao comércio internacional. Assim, por meio da

História, List assevera que primeiro vem a nação, depois o indivíduo e, por fim, a humanidade (LIST, 1909 [1841], p. 291).

Importa lembrar, contudo, que a abordagem histórica de List não se limita à coleta e catalogação de fatos que possam, por si mesmos, fazer com que certos paradigmas surjam naturalmente. Em vez disso, como exposto acima, trata-se de procurar padrões permanentes, ou seja, eventos cujos traços mais emblemáticos se repetem, o que favorece a formulação de teorias capazes de explicá-los tendo em vista sua aplicação à compreensão de problemas contemporâneos. Seu objetivo prático consiste em fundamentar a contínua necessidade de mudanças nas esferas institucionais, políticas e tecnológicas a partir da exposição de dados reais (CHANG, 2007a, p. 6). Assim, por meio da História aplicada à análise da Economia Nacional, List funda os alicerces de sua teoria dos estágios do desenvolvimento a fim de mostrar, entre outras coisas, como nações inteiras, por não saberem com clareza o momento certo para empreender as mudanças estruturais que lhes assegurassem a ampliação de suas forças produtivas e, por conseguinte, sua própria independência intelectual, econômica e política, padeceram ante à submissão estrangeira, como foi o caso, por exemplo, de Portugal em relação à Inglaterra.

No seu sistema de pensamento, a teoria dos estágios econômicos tem por objetivo, entre outras coisas, sublinhar as grandes diferenças entre as nações. Assim, List chama a atenção para o fato de que no mundo existem nações que são civilizadas, semi-civilizadas e outras em estado de barbárie. Certas nações desfrutam de liberdade; algumas são apenas em parte livres, enquanto outras são escravizadas. Certas nações são dotadas de abundantes recursos naturais, enquanto outras mostram-se totalmente desprovidas desse tipo de riqueza. Muitas nações sustentam-se por meio de um frágil sector agrário; outras dispõem de indústrias e atividades comerciais, enquanto algumas conseguiram desenvolver um equilíbrio invejável entre todos os setores da atividade econômica. Em razão disso, o comércio livre e irrestrito representa uma sentença deliberada e voluntária de sujeição perene das nações atrasadas às nações desenvolvidas (LIST, 1983 [1841a], p. 42).

Com efeito, após a identificação e exposição do problema, bem como sua fundamentação empírica com base na ciência histórica, List propõe uma solução para a questão concernente às estratégias de desenvolvimento econômico de nações que padecem de retardo de técnico-produtivo. A sua conclusão é que o desenvolvimento econômico de uma nação que se encontra em nível inferior de conhecimento e cultura, ou em que a população é pequena em relação à extensão e produtividade do seu território, é melhor realizado através do livre comércio com nações cultas, ricas e laboriosas. No caso de tal país, muitas restrições ao comércio, a fim de fundar as bases de sua própria indústria, resultariam prematuras e nocivas não apenas ao bem-estar da humanidade em geral, mas também para a prosperidade nacional. Segundo List, somente quando a educação intelectual, política e econômica da nação atigem avanços consideráveis, o progresso oriundo do livre comércio será dificultado pela importação de manufaturados estrangeiros e pela ausência de tarifas protecionistas (LIST, 1909 [1841], p. 310- 312).

List entendia que um programa eficiente de tarifas estimula o espírito empreendedor, gerando novas oportunidades de investimento, o que encoraja os trabalhadores a dedicarem-se a uma nova ocupação. Do mesmo modo, tarifas de importação protegem os negócios dos empresários que assumiram os riscos de empregar seus capitais, e não têm meios de saber se eles serão bem sucedidos. Como resultado da prosperidade advinda dessa proteção, os capitalistas, os fabricantes e trabalhadores qualificados estrangeiros tendem a ingressar no país, trazendo consigo o seu dinheiro, máquinas e conhecimento técnico. Assim, medidas protecionistas, ao contrário de prejudicar a economia nacional, possibilitam as fábricas autóctones alcançar um patamar técnico com um grau de eficiência igual ou superior a maioria das empresas estrangeiras, tornando-as aptas a produzir bens de qualidade similar aos fabricados em países industriais avançados. Por isso, uma política protecionista bem dirigida proporciona aos empresários nacionais mercados tão extensos quanto aqueles açambarcados pelos fabricantes de outros países (LIST, 1983 [1841a], p. 105).

List recomenda várias formas de incentivar o desenvolvimento econômico nacional por meio de tarifas, respeitando-se a especificidade de cada caso. Determinado tipo de tarifa é salutar na circunstância de competição desigual entre

países com diferentes materiais e recursos humanos; no caso de um país agrícola e outro manufatureiro, ou no caso de país em que vários ramos da produção já fizeram alguns progressos. Apesar disso, grande parte do argumento em defesa da indústria nascente no pensamento econômico de List se funda na experiência alemã. Por esse motivo, ele elenca dois métodos para proteger a indústria nacional. O primeiro, que se origina em contextos de guerra, consiste da proibição integral à importação do exterior, seja de matérias-primas e gêneros alimentícios, seja de manufaturados, em geral. O segundo é o sistema de proteção envolvendo a imposição de tarifas sobre certos bens que prejudicam o desenvolvimento da indústria nacional. A vantagem deste último método reside no fato de que isso favorece a entrada de quantidade suficiente de bens provenientes do exterior no país, permitindo a circulação e aquisição de produtos não fabricados internamente, o que, por sua vez, encoraja a competição entre as manufaturas nativas e estrangeiras (LIST, 1983 [1841a], p. 109-114).

Sem dúvida, a interdição à importação acarreta sérios incômodos, uma vez que não apenas viola a liberdade individual, mas também sufoca a competição e, portanto, incentiva a indolência. Em razão disso, prossegue List, o protecionismo integral deve ser posto em prática somente em contextos de longas guerras, as quais interrompem o contato pacífico entre duas grandes nações por anos. Durante esse lapso, a indústria sob proteção desenvolve notavelmente todos os ramos das forças produtivas nacionais. Tão logo a paz é reinstaurada, porém, é provável que o país defronte-se novamente com um Estado rival dotado de uma economia industrial mais avançada e apoiada em abundante oferta de capital. Tais circunstâncias constituem grande ameaça para a prosperidade econômica da nação menos desenvolvida. Nesse caso, List sugere a introdução de tarifas de importação como forma de salvaguardar os interesses das manufaturas nacionais, pois assim como todas as indústrias tinham sido protegidas durante a guerra, do mesmo modo elas precisarão de proteção após o armistício. Estas garantias se fazem necessárias até que a experiência adquirida demonstre que as indústrias nacionais estão permanentemente estabelecidas e com elevados níveis de competitividade (LIST, 1983 [1841a], p. 110-111).

Constitui dever do Estado, segundo List, proteger a indústria nacional, visto que, em função da guerra, o governo persuadiu o povo a aplicar seu capital, seu conhecimento técnico, sua capacidade criativa e sua futura prosperidade no estabelecimento de novas indústrias. A fim de demonstrar empiricamente seu argumento neste particular, List baseia-se na experiência dos Estados Unidos. Assim, ele acredita que a melhor política industrial consistiria em começar com tarifas moderadas e elevá-las por meio de uma escala predeterminada até que se tornassem suficientes para assegurar à indústria nativa uma posição dominante no mercado interno. Isso aumentará a concorrência entre os fabricantes nacionais, de modo que a competitividade elevará a produtividade, forçando a queda progressiva do preço dos bens manufaturados. Quando a manufatura autóctone tiver posição dominante no mercado nacional, não fará mais sentido manter elevadas as tarifas, podendo-se reduzi-las à escala favorável à introdução do livre comércio (LIST, 1983 [1841a], p. 115-312).

O protecionismo, desse modo, constitui elemento essencial no *Sistema* de List, pois no caso de nações economicamente atrasadas, ele se faz necessário para impulsionar o progresso das manufaturas, as quais, como descrito, conformam o berço de todas as ciências, artes, literatura, esclarecimento, liberdade e, por conseguinte, poderio nacional. Uma vez que os responsáveis pela indústria tornam-se cada vez mais familiarizados com os constantes avanços do conhecimento técnico-científico, as manufaturas ampliam o capital mental da nação, sendo, portanto, fontes de novas descobertas e invenções que serão aplicadas de forma prática, aumentando a produtividade nacional. Por isso, elas são campos férteis para o incremento contínuo e ininterrupto de novas combinações dos fatores produtivos, sendo consideradas, por causa disso, o meio mais rápido e seguro de promover o desenvolvimento econômico. Nesse caso, se um país aspira a sua independência nacional e a elevado nível de prosperidade, riqueza e poder, ele deve desenvolver suas indústrias ao mais eficiente grau de produtividade (LIST, 1983 [1841a], p. 66-70).

Igualmente, é graças à expansão do poderio manufatureiro que, como decorrência das novas combinações dos fatores produtivos e do uso profícuo do capital mental da nação, todas as forças produtivas do país são acionadas e seus

habitantes tornam-se aptos a aproveitar da forma mais vantajosa os recursos naturais disponíveis no país. Com isso, melhora-se também a fertilidade do solo, de sorte que ele produza não apenas grandes quantidades de alimentos para atender a demanda gerada nos centros urbanos, mas também grande sortimento de matérias primas para responder a uma produção industrial em escala progressiva. É por esse motivo que a unidade nacional constitui um conceito fundamento no sistema listiano. Sem ela, é inconcebível a divisão das operações comerciais e a união das forças produtivas nacionais.

Com base na história, demonstramos que a unidade da nação constitui a condição fundamental de uma prosperidade nacional duradoura; mostramos também que as nações só têm conseguido chegar ao desenvolvimento harmônico de suas forças produtivas onde o interesse dos indivíduos foi subordinado aos interesses da nação, e onde gerações sucessivas perseguiram um e mesmo objetivo [...] (LIST, 1983 [1841a], p. 115).

De fato, essas doutrinas configuraram premissas fundamentais do *Zollverein*, pois, para List, não é aconselhável que a indústria e, por conseguinte, a prosperidade nacional, cresçam dependentes da exportação de manufaturados e da importação de matérias-primas e gêneros alimentícios provenientes de mercados estrangeiros. Tal dependência é extremamente perigosa, uma vez que isso pressupõe um estado ideal de paz perpétua entre as nações. Ao contrário, a experiência tem mostrado de forma evidente constantes interrupções no comércio internacional, seja por causa de guerras, seja em razão de tarifas exorbitantes impostas pelos países estrangeiros em defesa de seus interesses. A resposta de List para promover efetivamente a integração econômica e política dos Estados alemães jazia no seu sistema nacional de transporte ferroviário, o qual perpassa todo o seu raciocínio. Para List, as ferrovias encerram o progresso definitivo da nação uma vez que não apenas articulam todos os mercados, interligando as mais diversas e longínquas províncias, mas também por aumentarem de modo ininterrupto as forças produtivas nacionais ao gerarem novos empregos em todos os setores da economia.

Com efeito, o pensamento econômico de List pode ser dividido em duas partes. A primeira cumpre função essencialmente teórica em que se destaca, de uma parte, a exposição do conceito de nação para refutar a ideia de indivíduo como centro da atividade econômica e, de outro, a instrumentalização da História com fins heurísticos de fundamentar sua interpretação dos estágios econômicos, tendo em

vista evidenciar a necessidade de se postergar a instituição do livre comércio para uma etapa vindoura do devir histórico. Com base nisso, List funda sua concepção de Economia Política ou Nacional, isto é, a ciência que, levando em consideração o estágio concreto das forças produtivas da nação, preconiza um conjunto de normas a fim de prepará-la para ser admitida na sociedade universal do futuro (LIST, 1983 [1841], p. 124). A segunda parte de sua concepção geral tem por objetivo discutir as questões práticas, como a introdução de medidas protecionistas, a união aduaneira e, por fim, o sistema nacional de transporte, o qual assume relevância precípua, pois, para List, uma nação que aspira o desenvolvimento deve suprimir todas as tendências regionalistas que conspiram contra sua unidade política e econômica.

4.3 O CONCEITO DE *DEUTSCHLAND* COMO ANTECIPAÇÃO DA CIÊNCIA GEOPOLÍTICA

List afirma que desde o começo de sua vida pública, tanto na função de burocrata em Reutlingen, quanto na docência em Tübingen, e mesmo depois, em suas atividades políticas e intelectuais, todos seus esforços tinham como objetivo promover a grandeza da nação alemã (*deutschen Nation*). Com efeito, cumpre indagar qual conceito de Alemanha (*Deutschland*) ele tinha em mente e, sobretudo, o que ele considerava como terras dos alemães.¹⁹⁹ Esta é uma questão fundamental devido, principalmente, às suas implicações políticas. Em List, aparece pela primeira vez a ideia de um projeto geopolítico que, embora obviamente não fosse sua intenção, posteriormente, foi usado, entre outros, pelo *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) para justificar a anexação da Áustria, os Sudetos Tchecos, parte da Polônia etc²⁰⁰. De fato, apesar de List não se manifestar explicitamente sobre a extensão territorial

¹⁹⁹ O termo Alemanha é a tradução portuguesa de *Deutschland*, a qual significa *ipsis litteris* território ou domínio alemão. List acreditava que essa região corresponde ao *locus* cujos habitantes possuíam todos os elementos morais e políticos de uma nacionalidade de primeira grandeza, em parte devido ao elevado nível de educação de seu povo - em especial sua aristocracia e sua classe média (*Mittelstand*) -, em parte devido ao elevado sentido conferido à lei, à ordem, à erudição, à moderação, à diligência e ao apreço às coisas públicas. Tais virtudes nacionais exercem influência extremamente positiva no seu desenvolvimento como um todo (LIST, 1846a, p. 305).

²⁰⁰ Em 1934, o centenário da fundação do *Zollverein* foi amplamente celebrado e, neste contexto, List foi reverenciado como o teórico da nova ordem nacional-socialista (TRIBE, 2004, p. 36).

na nação alemã, está implícito em seu pensamento um conceito tão amplo de Alemanha que abrange praticamente todo o antigo Sacro Império Germânico.

Constata-se que List não intuiu de uma só vez sua noção de Alemanha (*Deutschland*), mas, ao contrário, foi concebendo-a gradualmente, como resultado, sobretudo, de suas especulações sobre a extensão do *Zollverein*. Certamente, ele acreditava que o *Zollverein* deveria unir uma nação historicamente dividida, uma vez que a confluência dos interesses econômicos particulares serviria de elo para a instituição de um sentimento nacional coletivo que deveria suprimir todos os obstáculos que obliteravam o tráfico interno. Valendo-se de uma concepção orgânica da vida econômica, List considerava a nação como um corpo. Nesse caso, as alfândegas e os pedágios paralisavam a livre circulação das mercadorias da mesma forma que um cancro, ao interromper o fluxo natural do sangue, destrói ou reduz a força e a vitalidade de um organismo²⁰¹ (LIST, 1850 [1819a], p. 17; 1909 [1819b], p. 139).

Em 1819, quando Conselheiro da Associação de Comerciantes Alemães (*Consulent des deutschen Handelsvereins*), List foi incumbido de elaborar uma petição na qual, mediante argumentos contundentes, deveria mostrar a legitimidade das reivindicações do grupo no tocante à supressão das tarifas aduaneiras e portagens. Esse requerimento foi apresentado durante a Feira de Páscoa em Frankfurt am Main, evento que reunia grande contingente de comerciantes e fabricantes de praticamente todos os Estados alemães. Na ocasião, List discursou em prol da abolição das barreiras alfandegárias em todos os domínios germânicos, incluindo nestes a Áustria (*Österreich*) e a Suíça (*Schweiz*), além dos Estados alemães propriamente ditos. Ao se referir aos inúmeros portos de alfândegas espalhados pela Alemanha, List ressalta que para ir de Hamburg à Áustria, ou de Berlim à Suíça, contavam-se dez aduanas e dez portagens que, além de dificultar o

²⁰¹ “Achtungdreissig Zoll- und Mauthlinien in Deutschland lähmen den Verkehr im Innern, und bringen ungefähr dieselbe Wirkung hervor, wie wenn jedes Glied des Menschlichen Koerpers unterbunden wird, damit das Blut ja nicht in ein anderes überflisse” *Na Alemanha, trinta e oito postos de aduanas e linhas de pedágios paralisam o tráfico interno e produzem aproximadamente o mesmo efeito de obliterar a circulação do sangue a cada membro do corpo humano* (LIST, 1850 [1846b], p. 370).

comércio, oneravam sobremaneira o preço final das mercadorias²⁰² (LIST, 1850 [1819a], p. 17; 1909 [1819b], p. 139-140).

É interessante notar que, levando-se em consideração apenas a extensão oriental da Prússia, os domínios alemães (*Deutschland*) se estendiam até Königsberg, hoje Kaliningrado, território russo limítrofe com a Lituânia. Outrossim, a despeito das diferenças étnicas, os territórios sob domínio do Império Habsburgo abrangiam uma área englobando as modernas República Tcheca, Eslovênia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Croácia e grande parte do norte da Itália, compreendendo a região Lombardo-Veneta, a qual foi concedida aos Habsburgos no Congresso de Viena, sendo possessão austríaca até 1866. Com efeito, se por um lado List construiu seu conceito de nação alemã tendo em vista um *télos* político-econômico, por outro lado, em contrapartida, ele concebeu uma ideia de Alemanha que exprime fundamentalmente ambições e interesses geopolíticos. Tal visão resultava de sua percepção das necessidades econômicas e militares de uma nação que, ao contrário da Inglaterra e da França, potências dotadas de vastos domínios coloniais, ou diferentemente da Rússia e dos Estados Unidos, países com expressiva população e amplos territórios, encontrava-se, em grande medida, desprovida de recursos naturais para adentrar a nova fase do capitalismo industrial, a qual demandava oferta abundante de matérias-primas e grandes mercados consumidores.

Na primeira metade do século XIX, tornou-se evidente a escassez de novos territórios a serem descobertos. Por causa disso, pensar estratégias cautelosas para obter novos domínios era questão mais essencial do que levar adiante a mera exploração de suas riquezas. Por conseguinte, constitui um dos objetivos fundamentais de List prover uma solução factível para essas questões. Em seu *Sistema* encontram-se os primeiros rudimentos da ciência geopolítica. De fato, fatores geográficos ocupam lugar de destaque na obra do economista alemão. Em sua história econômica das repúblicas italianas, por exemplo, List reconhece que as condições naturais aí predominantes foram essenciais para sua prosperidade. Além

²⁰² “Um von Hamburg nach Österreich, von Berlin in die Schweiz zu handeln, hat man zehn Staat zu durchschneiden, zehn Zoll und Mauthordnungen zu studiren, zehnmal Durchgangszoll zu bezahlen”. *Para ir de Hamburgo e à Áustria, ou de Berlim à Suíça, o comerciante deve atravessar dez estados, deve estudar dez tarifas alfandegárias, deve pagar dez taxas de trânsito sucessivas* (LIST, 1850 [1819a], p. 17).

do clima e da fertilidade do solo, continua List, “em toda parte havia locais de pescaria abundante, e a navegação ao longo das extensas costas marítimas da Itália compensava abundantemente sua falta de meios internos de transporte” (LIST, 1983 [1841a], p. 9). Quanto à Inglaterra, List é também pródigo em tributar grande parte de sua paz e riqueza ao isolamento territorial. Por outro lado, no caso da Suíça e Países Baixos (Holanda, Flandres e Brabante), ele sugere que o êxito econômico desses países se deveu, entre outras coisas, à sua posição geográfica dentro da Europa. Enquanto os Países Baixos aproveitaram a fertilidade da desembocadura do Reno e a navegação que este importante rio lhes proporcionava para comerciar com a Europa Central, a Suíça tornou-se importante intermediário comercial por situar-se praticamente no cerne da Europa²⁰³ (LIST, 1983 [1841a], p. 26).

As Guerras Napoleônicas deram grande impulso ao estudo científico do espaço natural, ao colocar em evidência questões como os problemas de alocação, deslocamento e uso vantajoso da natureza física. Nesse sentido, merece destaque o coronel Christian von Massenbach (1758-1827), matemático e geógrafo militar de Frederico, o Grande. Além de ser um dos fundadores do generalato militar prussiano (*Generalquartiermeisterstab*), Massenbach foi editor da *Militärischen Monatsschrift* e colaborador do *Allgemeiner Deutscher Bibliothek*. Posteriormente, ele veio a lecionar no *Potsdamer Militär-Ingenieurakademie*, onde tratou de questões sobre a política externa, a formação de oficiais e o desenvolvimento da Cartografia. Entre 1816 e 1817, ele foi membro dos Estados Gerais de Württemberg como representante de seu irmão Reinhard von Massenbach. Devido à sua campanha para uma reforma parlamentar liberal, Massenbach foi expulso do reino em 1817 e, em 1819, foi preso em Frankfurt am Main por 14 anos (DAASTOL, 2011, p. 23).

²⁰³ Além de sua posição geográfica estratégica, outro fator importante a favorecer a prosperidade da Suíça foi a grande liberdade política que por séculos concedeu-lhe enorme vantagem em relação aos seus vizinhos, assegurando-lhe o desenvolvimento de suas indústrias. Graças às suas instituições livres e democráticas, as Reformas Religiosas serviram para atrair dinheiro e hábeis alemães, franceses e italianos que fugiam às perseguições religiosas, o que contribuiu para estimular avanços na indústria, na educação e na moralidade. Do mesmo modo, sua exuberante reserva de capital não foi dissipada em guerras, perseguições, despotismo ou para sustentar a vaidade, a luxúria e a opulência de príncipes e nobres, mas, em vez disso, foi, em grande medida, canalizada em prol do progresso humano, tanto material, quanto intelectual. Por fim, importa salientar que seu comércio, interno e externo, foi amplamente estimulado pelo fato de os suíços poderem falar praticamente todas as línguas de seus vizinhos (LIST, 1983 [1837a], p. 106-107).

Provavelmente, as teorias avançadas de estratégia e espaço propostas por Massenbach tenham inspirado a List, embora a relação intrínseca entre o *Zollverein*, o conceito de Alemanha e o pensamento geopolítico de List tenha se tornado mais explícita após seu retorno dos Estados Unidos. Ao lado dos mais renomados estadistas americanos, List pôde assistir de perto os resultados não somente da efetivação da Doutrina Monroe, primeira expressão do que em seguida se configurou imperialismo americano, mas também testemunhou na prática os efeitos da ampliação das fronteiras deste país por meio daquilo que se convencionou chamar de “marcha” para o Oeste.²⁰⁴ List deve ter ficado deveras impressionado com o imensurável capital natural oriundo dessas conquistas territoriais. Igualmente, é provável que o fato tenha reforçado nele a tese de que a grandeza política e econômica de uma nação vincula-se intimamente à sua dimensão espacial.

Embora a questão não tenha recebido devida atenção em seu *Sistema Natural de Economia Política* – já que o escopo principal dessa obra é responder ao problema da introdução do livre comércio na França -, no *Sistema Nacional de Economia Política*, obra em que List discute extensamente os efeitos positivos da integração econômica à nação alemã, ficam claras suas intenções. Na verdade, ele se vale do *Zollverein* como panorama que articula seu pensamento geopolítico, o qual deve ser entendido não apenas como doutrina da influência do espaço geográfico sobre a política de um Estado, mas também como a ciência que analisa a influência das condições geográficas sobre as estratégias políticas e econômicas do governo nos âmbitos nacional e internacional. De fato, para List, a Alemanha só alcançaria prosperidade real e duradoura quando se tornasse uma potência tanto na terra quanto no mar. Somente assim ela poderia defender sua independência e proteger seu comércio exterior (LIST, 1983 [1841a], p. 124). Com efeito, o progresso

²⁰⁴ A Doutrina Monroe foi anunciada pelo então presidente James Monroe em 2 de dezembro de 1823 em um discurso ao Congresso americano. Sua proposta ficou mais conhecida pela máxima: “A América para os americanos”. Em linhas gerais, ela declarava às nações europeias que seria uma ameaça à paz e à segurança dos americanos qualquer tentativa de expansão de seu sistema de dominação novamente sobre a América. Assim, ficou estabelecido que os Estados Unidos não interviriam em nenhuma das possessões europeias no novo mundo, se as potências do velho mundo se comprometessem a respeitar a autonomia das antigas colônias que se tornaram independentes. Por outro lado, a primeira manifestação explícita do imperialismo americano ganhou forma por meio do “Destino Manifesto”, o qual apregoava serem os americanos predestinados a civilizar a América e, por isso, seu expansionismo era apenas o cumprimento de um mandamento divino. Para alguns, a ideia significava expandir-se em direção ao Pacífico; para outros, implicava conquistar todo o hemisfério norte do continente. Em meados da década de 1840, essa doutrina transformou-se em verdadeiro movimento político, pois para muitos ela significava a oportunidade de construir a estrutura sobre a qual se ergueria a grande nação americana (MERK, 1995, p. 24; REID, 1915, p. 13-14).

econômico alemão exigia que seus domínios abarcassem os mares do Báltico, Negro e Adriático, incluindo uma área muito maior do que aquela ocupada pelos povos alemães propriamente ditos (SICKER, 2010, p. 45).

Baseando-se na relativa identidade cultural dos povos nórdicos, List defendia insistentemente a anexação dos Países Baixos e da Dinamarca para atender à necessidade de acesso e controle sobre a desembocadura do rio Reno e do Mar do Norte, ainda que insinuando ser isso, na verdade, uma oportunidade para que essas nações encontrassem um meio de superarem suas limitações (LIST, 1850 [1844], p. 238).

Foi pelo seu *Zollverein* que a nação alemã conseguiu pela primeira vez um dos mais importantes atributos de sua nacionalidade. Mas essa providência não pode ser considerada completa enquanto não abranger o território inteiro, desde o Reno até as fronteiras da Polônia, incluindo a Holanda, e a Dinamarca. Uma consequência natural dessa união deve ser a admissão desses dois países na Confederação Germânica e conseqüentemente na nacionalidade alemã; com sua união, a Alemanha conseguirá o que atualmente lhe faz falta, ou seja: locais de pesca, poderio naval, comércio marítimo e colônias. Além disso, deve-se enfatizar que os dois países já faziam parte da Alemanha, no que diz respeito à sua origem e às características gerais. A dívida que oprime essas duas nações é apenas uma consequência de seus extraordinários esforços no sentido de se manterem como nações independentes, sendo de se esperar que esse mal chegue um dia a tornar-se um peso insuportável para essas duas nações, quando então a incorporação a uma nação maior lhes parecerá desejável e necessária (LIST, 1850 [1841a], p. 124- 125).

Segundo List, é imperativo que o território nacional disponha não apenas de ampla costa marítima, dotada de marinha mercante e força naval, mas também de vasto território como base de sua grandeza econômica e segurança política. Além da proteção às invasões externas, a marinha é indispensável para o desenvolvimento do transporte de cabotagem e ultramarino, da indústria pesqueira, do poderio náutico e, por conseguinte, para o estabelecimento de colônias no além-mar. Do mesmo modo, imensos domínios territoriais são imprescindíveis à expansão do capital natural da nação e sua própria proteção. Em outras palavras, no juízo de List, uma nação não delimitada por mares e cadeias de montanhas encontra-se constantemente vulnerável a ataques externos. Por esse motivo, List expressa grande interesse pela Bélgica e Suíça (LIST, 1850 [1844], p. 238; SALIN, 1960, p. 13). Realmente, ele acreditava que esses territórios foram separados da Alemanha em um período de desintegração nacional, mas que devido à sua posição geográfica e às circunstâncias comerciais e industriais, sem esquecer a origem e a língua de

seus habitantes, tratavam-se, com efeito, de províncias alemãs (LIST, 1983 [1841a], p. 272).

Se os Estados alemães conseguissem incorporar pacificamente essas regiões, formando um todo, e se esse poderoso organismo nacional fosse capaz de fundir suas instituições representativas com os atuais interesses monárquicos, aristocráticos e dinásticos, até onde fosse possível compatibilizá-los, então a Alemanha realizaria aquilo que o sistema napoleônico não foi capaz de implementar por meio da violência. Ela poderia assegurar a paz ao continente europeu por muito tempo e, simultaneamente, transformar-se no ponto central de uma aliança continental duradoura (LIST, 1983 [1841a], p. 277). Conforme List, o projeto de Napoleão continha em seu bojo uma visão correta das necessidades e interesses do continente europeu, não obstante sua intenção estivesse em desacordo com a independência e as aspirações das demais nações europeias.

O sistema continental de Napoleão padecia de três falhas primordiais. Em primeiro lugar, procurava estabelecer, no lugar da supremacia marítima inglesa, a supremacia continental francesa; procurava a humilhação, ou a destruição e dissolução de outras nações do continente em benefício da França, ao invés de basear-se no ideal de equalizar as demais nações do continente. [...] Um sistema continental eficaz só pode originar-se da livre união das forças continentais, e só poderá ter êxito se tiver como objetivo (e concretizar) uma participação igual nas vantagens resultantes desse pacto, pois somente dessa forma as forças marítimas de segunda categoria poderão fazer-se respeitar pela força predominante inglesa, de maneira que esta, sem recorrer à força das armas, seja obrigada a atender a todas as justas exigências dos Estados menos poderosos (LIST, 1983 [1841a], p. 281-282).

Da mesma forma que a dominação napoleônica introduziu uma nova forma de articulação econômica entre as nações européias, as *Freiheitskriegen* (Guerras de Libertação) contra Napoleão mostraram ser possível uma aliança política entre as potências continentais em prol de um objetivo comum. Após a experiência da luta conjunta, ficaram assentadas as bases de uma confederação, não mais contra uma potência militar, mas sim em prol de uma união econômica (SALIN, 1960, p. 16). Apesar da eloquência exuberante dessa retórica de List, ocultavam-se aí ambições e interesses diversos. A esse respeito, é interessante frisar que List é particularmente enfático quanto à urgência em anexar a Holanda aos Estados *Zollverein*.

Como observador perspicaz, List nota que a Holanda agia de forma ardilosa ao exportar para a Alemanha a maior parte de seus produtos coloniais, e, em contrapartida, obter os manufaturados de que necessitava da Inglaterra. Para reverter essa situação, List sugere que a Alemanha exigisse do governo holandês taxas alfandegárias diferenciadas em favor da produção manufatureira alemã, assegurando mercado exclusivo para seus manufaturados na Holanda e em suas colônias, ou, em caso de recusa, a Alemanha deveria elevar as taxas de importação para os produtos coloniais holandeses. Tal política, prossegue List, constituiria o meio mais eficaz de induzir a Holanda a aderir ao *Zollverein* (LIST, 1983 [1841a], p. 284-285).

Tão logo os alemães compreenderem que aqueles de quem compram produtos coloniais devem entender que eles, por seu lado, devem comprar manufaturados da Alemanha com tratamento favorável, então os alemães compreenderão também que está em seu poder obrigar a Holanda a incorporar-se ao *Zollverein*. Tal união seria de grande vantagem para os dois países. A Alemanha daria à Holanda não somente os meios para tirar proveito de suas colônias, muito melhor do que no momento, mas também para fundar e adquirir novas colônias. A Alemanha asseguraria privilégios preferenciais à navegação holandesa e hanseática, garantindo outrossim privilégios especiais à entrada de produtos coloniais holandeses nos mercados alemães. Em retorno, a Holanda e as cidades hanseáticas exportariam preferencialmente manufaturados alemães, e haveriam de investir preferencialmente seu capital excedente nas manufaturas e na agricultura do interior da Alemanha (LIST, 1983 [1841a], p. 272-273).

List estava convicto de que somente por meio desse intercâmbio recíproco com a Alemanha e em íntima ligação com ela, a Holanda poderia voltar a seu antigo estado de prosperidade. Apenas participando do *Zollverein* alemão ela poderia se tornar harmonicamente uma nação agrícola, manufatureira e comercial de primeira grandeza. Do mesmo modo, List reconhece que, em termos geopolíticos, a nação alemã encontrava-se em situação de dependência e, sobretudo, vulnerabilidade perante as frotas cada vez mais poderosas das marinhas inglesa, russa e francesa. Por conseguinte, ele admite que sem a Holanda, “a Alemanha pode ser comparada a uma casa cuja porta está em poder de um estrangeiro”. Em razão disso, ele propõe duas soluções à nação alemã: ou ela atrairia para si a adesão da Holanda, ou então reequiparia a sua marinha, já que mais portos, mais navegação, bem como a posse de uma esquadra e de uma imponente frota mercantil constituiriam aspirações de qualquer nação que vislumbrasse autonomia nacional, sendo também desejo generalizado de todos os partidários da União Comercial Alemã (LIST, 1983 [1841a], p. 272-273). Além disso, de posse de sua própria marinha, a Alemanha não mais

teria motivo para depender dos mercados holandeses uma vez que lhe seria mais vantajoso atender às suas próprias necessidades por meio do intercâmbio direto com os países tropicais.²⁰⁵

A experiência recente tem ensinado fartamente quanto contribui para o comércio em larga escala a manutenção de linhas regulares de navios cargueiros. A França e a Bélgica já estão no encaço da Inglaterra, sob esse aspecto, dando-se conta de que toda nação atrasada nesse ponto acusa necessariamente retrocesso em seu comércio exterior. [...] Os interesses comerciais da Alemanha exigem não apenas um serviço regular de transporte marítimo para América do Norte, especialmente para Nova York, Boston, Charleston e Nova Orleans, mas também para Cuba, São Domingos, América Central e do Sul. A Alemanha não deve ficar atrás de nenhuma outra nação quanto a essas linhas de navegação (LIST, 1983 [1841a], p. 285).

Para List, é evidente a importância de uma poderosa frota naval não apenas de um ponto de vista estritamente econômico, mas, essencialmente, por razões de cunho militar e geopolítico. Por isso, ele assinala que a indústria naval e a marinha mercantil foram os alicerces que sustentaram tanto a riqueza dos grandes impérios coloniais dos tempos modernos quanto a supremacia e o domínio da Inglaterra sobre o mundo. Graças à sua imponente frota de navios, os ingleses conseguiram apossar-se de todos os mares, colocando sob sua permanente vigilância e monitoramento praticamente todos os povos. Na Alemanha, colocou uma sentinela em Heligolândia; na França, controlava Guernsey e Jersey; na América do Norte, estavam sob seu domínio a Nova Escócia e Bermudas; na América Central, a Jamaica. Além do mais, a Inglaterra detinha de posse de quase todos os estreitos e canais estratégicos do mundo, tendo nas suas mãos a chave que abria e fechava, a seu arbítrio, quaisquer mares e rotas. Sua esquadra naval sozinha superava em muito as forças conjuntas de todos os outros países, se não em número de navios, pelo menos em força de combate (LIST, 1983 [1841a], p. 38).

²⁰⁵ O papel dos mercados tropicais para o desenvolvimento econômico das nações industriais foi discutido por List durante sua permanência na América. Em seu entendimento, a independência política dos países latino-americanos apresentou a oportunidade de um grande mercado às manufaturas dos Estados Unidos. Na verdade, List considerou a emancipação das repúblicas sul-americanas como um dos eventos políticos mundiais mais importantes desde a publicação de *Riqueza das Nações*. Segundo List, a estratégia de crescimento americano deveria basear-se na proteção da indústria nascente contra a concorrência inglesa, seguida de um esforço para compartilhar com a Inglaterra o novo mercado sul-americano. Para List, a Inglaterra promoveu a independência política da América do Sul para afastar esse vasto mercado do controle da Espanha. Os Estados Unidos, por conseguinte, deveriam agir rapidamente para capturar esses mercados e dominá-los por meio do seu crescente poder industrial, comercial e marítimo na região (LIST, 1909 [1827a], p. 225-252; BOIANOVSKY, 2011, p. 15).

List sabe perfeitamente que para reequipar a marinha alemã, bem como para levar a cabo importantes obras de infraestrutura nos principais portos das cidades marítimas, seriam necessários vultosos investimentos, os quais excederiam largamente os recursos oriundos do mero espírito empresarial. Por isso, ele argumenta ser urgente que os diversos estados do *Zollverein* estivessem dispostos a conceder generosos subsídios para a consecução de tais obras, haja visto que o retorno econômico advindo de taxas diferenciadas em favor da navegação alemã, deveriam constituir forte motivo para esses portos marítimos serem incorporados à União Comercial. Nesse caso, Hamburgo, Bremen e Lübeck tornar-se-iam para a nação alemã o que Londres e Liverpool representam para os ingleses, e o que Nova York, Boston e Filadélfia significavam para os americanos (LIST, 1983 [1841a], p. 270-285).

Uma vez dotada dessa infraestrutura, prossegue List, os alemães teriam diante de si, além de um vasto mercado nas Américas, a possibilidade de fundar colônias nesses territórios, o que aumentaria ainda mais o intercâmbio comercial com a região. List também percebe, entretanto, que para levar adiante tal comércio,urgia conquistar a simpatia da população e dos governos desses países, tendo em vista auxiliá-los na provisão da segurança, administração e ordem pública.²⁰⁶

Aqui, sim, há um grande e rico mercado de manufaturados a ser conquistado; quem conseguir estabelecer relações comerciais aqui, poderá manter a posse delas para sempre. Esses países, desprovidos de suficiente força moral própria para atingir alto estágio de civilização, para implantar bons sistemas de governo e dotá-los de estabilidade, chegarão sempre mais à convicção de que devem ser ajudados de fora, ou seja, pela imigração. Nessas regiões, os ingleses e os franceses são odiados por sua arrogância, e também devido ao ciúme pela própria independência – ao passo que os alemães são alvo de estima pelas razões opostas. Eis porque os Estados do *Zollverein* devem dispensar o máximo de atenção a esses países (LIST, 1983 [1841a], p. 287).

Uma vez que os produtos oriundos das regiões de clima tropical seriam pagos com os produtos manufaturados provenientes das zonas temperadas e, portanto, o consumo dos primeiros dependeria das vendas destes últimos, toda nação manufatureira deveria estabelecer relações mercantis diretas com os países

²⁰⁶ Os países sul-americanos herdaram de suas metrópoles deploráveis hábitos que se arraigaram em todas as suas instituições políticas e econômicas, constituindo-se uma peculiar mistura de fraqueza com barbárie, que tem minado todas as possibilidades de utilização sensata de sua independência. Assim, eles se encontram e do mesmo modo permaneceram à mercê das potências mundiais (LIST, 1850 [1846a], p. 440).

tropicais. Além do mais, com a emancipação das colônias espanholas e portuguesas na América do Sul e nas Índias Ocidentais, não seria necessário dispor de colônias nessas regiões para operar o intercâmbio comercial. Como os mercados desses países emancipados encontravam-se livres, toda nação manufatureira dotada de bem equipada frota marítima poderia manter comércio diretamente com eles. Por outro lado, visto que esses países só poderiam produzir grandes quantidades de produtos coloniais e consumir artigos manufaturados em grande escala se reinar neles um clima de prosperidade e moralidade, de paz e sossego, de ordem na lei e tolerância religiosa, seria imperativo que os Estados *Zollverein* unissem suas forças e assegurassem-lhes a criação de instituições que favoressessem tal estado de coisas (LIST, 1983 [1841a], p. 277).

No que concerne à Ásia, List é também categórico ao afirmar que, deixando-se de lado os conflitos territoriais, os interesses dinásticos, monárquicos, aristocráticos e religiosos, os países do continente europeu tinham diante de si um continente em que a maior parte do território foi abundantemente dotado pela natureza para fornecer às nações manufatureiras da Europa grandes quantidades de matérias-primas e artigos de primeira necessidade de todos os tipos, a serem trocados pelos manufaturados europeus. Com efeito, por maior que tenha sido o êxito das potências europeias no sentido de relegar em segundo plano a Questão do Oriente, este problema que sempre viria à tona novamente, com maior intensidade, sendo imperativa ação decisiva da Europa na região (LIST, 1983 [1841a], p. 280; 1850 [1846a], p. 439). Ou, como expresso pelo próprio List:

Toda vez que a deteriorada civilização da Ásia entra em contato com a fresca atmosfera da Europa, desfaz-se em partículas; e mais cedo ou mais tarde a Europa sentir-se-á na necessidade de tomar sob seu cuidado e tutela a Ásia inteira, como a Inglaterra já fez com a Índia. Nesse autêntico caos de países e povos, não existe sequer uma nação que seja capaz de manter-se e regenerar-se. Daí que parece inevitável a dissolução total das nações asiáticas, e que a regeneração da Ásia só parece ser possível por uma infusão de força vital européia, pela introdução geral da religião cristã e das leis morais e da ordem européias, pela imigração européia, e pela introdução de sistemas de governo europeus (LIST, 1983 [1841a], p. 280).

List admite que seria ato de tirania tomar posse de um território já dotado de independência política. Nesse caso, tal demonstração de despotismo incitaria e avivaria o rancor da nação atingida e, conseqüentemente, os sacrifícios a serem incorridos pela nação conquistadora para manter tal território redundariam

incomensuravelmente maiores do que as vantagens derivadas da posse. Ele também percebe, todavia, que a divisão do mundo entre as nações europeias à época não correspondia à natureza das coisas, visto que ela não refletia os anseios dos povos. Ao contrário, as nações encontravam-se divididas e afastadas umas das outras por causas múltiplas, sendo as principais delas a fragmentação arbitrária e os conflitos sobre a posse territorial daí resultantes. Certamente, o que List tem em mente ao colocar em evidência essas questões é mostrar, entre outras coisas, não haver nada ortodoxo ou definitivo na divisão do mundo (LIST, 1983 [1841a], p. 275).

Isto é precisamente um dos fatores que o leva a reivindicar a incorporação de novos territórios, sobretudo aqueles que, por razões históricas ou culturais, favoreceriam tal assimilação.²⁰⁷ Certamente, List acreditava que se uma nação padecesse de deficiências territoriais, elas deveriam ser atendidas de alguma forma. Desse modo, ele identifica basicamente quatro maneiras diferentes de expansionismo, a saber: a sucessão hereditária, como no caso da Inglaterra e Escócia; a compra, como no caso da aquisição da Flórida e da Louisiana pelos Estados Unidos; a conquista, como no caso da Grã-Bretanha e Irlanda; e, por fim, a que, segundo List, estaria mais de acordo com a justiça e com a prosperidade das nações, ou seja, quando se realiza a união dos interesses dos diversos Estados por meio de convenções livres. List considera ainda importante ampliar o território nacional, pois de um ponto de vista estritamente econômico, um Estado pequeno jamais conseguiria aperfeiçoar totalmente os vários setores de produção dentro de seu limitado domínio. No que diz respeito a autonomia política, tal país só lograria manter com dificuldade sua independência mediante alianças com nações mais poderosas, o que, implicaria o comprometimento de sua própria soberania (LIST, 1983 [1841a], p. 124).

De acordo com Friedrich Ratzel (1844-1909), List foi o primeiro economista a reconhecer claramente o significado econômico e político da extensão territorial da nação (RATZEL, 1903 [1897], p. 190). Decerto, pode-se dizer que List figura entre os

²⁰⁷ Aqui, importa lembrar que uma das características centrais do pensamento geopolítico é seu modo peculiar de interpretar o mundo como estruturas geográficas, passivas de novas articulações políticas, já que as representações espaciais, a percepção de distância e das estimativas e, é claro, os potenciais de riqueza de certas regiões, aguçam os interesses econômicos e influenciam as ações dos atores políticos. Por conseguinte, as relações entre os Estados são expressas, outrossim, em termos de “Geo”, isto é, como campo analítico indispensável à deliberação da ação política (MEYER, 2014, p. 15).

primeiros teóricos do imperialismo e do neocolonialismo, ainda que sob a retórica da missão civilizadora da cultura do ocidente. Martin Sicker, renomado estudioso de Geopolítica, considera List o primeiro teórico dessa disciplina, mesmo antes do termo ter sido inventado (SICKER, 2010, p. 44-45). Com efeito, List ensinou uma geração de historiadores, geógrafos, cientistas políticos, jornalistas, filósofos, escritores e estadistas alemães a pensar em termos de *Raum*, o qual não deve ser entendido aqui no mero sentido estático de área, território ou região, mas, sim, na acepção dinâmica multidimensional de “campo de força”, em que os diversos organismos governamentais disputam maior espaço territorial como forma de aumentar o seu poder político. Nesse contexto, a geografia entra no rol das Ciências do Estado, na medida em que fornece informações fundamentais às políticas estratégicas do governo.

Do mesmo modo, é notório que o pensamento de List apresenta traços da doutrina imperialista que depois aparecerá com abordagem extensiva nas elucubrações dos autores clássicos da Ciência Geopolítica. Nesse particular, somente a título de exemplo, constata-se que em List encontram-se os rudimentos da noção de espaço vital (*Lebensraum*), conceito que ganhou forma sistemática com a publicação de *Politische Geographie (Geografia Política, 1897)* de Ratzel, e que veio a desempenhar importância de primeira ordem no pensamento geopolítico alemão do século XX. Em linhas gerais, *Lebensraum* pode ser definido como a área necessária para prover os meios de vida e modos de existência a uma espécie. O problema é que, uma vez que as espécies em seu processo de evolução tendem a expandir-se continuamente, seu espaço vital cobre dimensão indefinida. Nota-se, portanto, que Ratzel vinculou de certo modo o crescimento espacial dos Estados à teoria biológica vigente na época, a qual apregoava que as espécies mais fortes conquistariam naturalmente maior *Lebensraum* (MEYER, 2014, 50; SMITH, 1980, p. 52-53).

Igualmente, outro geopolítico alemão em que se pode verificar a influência de List é Karl Ernst Haushofer (1869-1946), o qual, antes de se tornar General do Exército Alemão (*Wehrmacht*), durante sua docência na Universidade de Munique, havia sido professor de Geografia e Geopolítica de Rudolf Hess, graças ao qual exerceu notável influência sobre a política expansionista Nacional Socialista. Em

Haushofer, o enfoque multidimensional do Estado ocupa lugar de destaque. Em sua opinião, a Geografia e a Geopolítica são ciências aplicadas, destinadas a orientar a ação política em proveito dos interesses nacionais. Em 1924, como líder da Escola de Pensamento Geopolítico Alemão, Haushofer fundou a *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica). Suas ideias, contudo, alcançaram notoriedade quando da publicação de *Volk ohne Raum* (*Povo sem Espaço*, 1926), através do qual se popularizou a ideia de *Lebensraum* (MEYER, 2014, p. 28-29; CAHNMAN, 1943, p. 56-57).

Além dos geopolíticos clássicos de origem alemã, pode-se encontrar resquícios do pensamento de List nos principais representantes da geopolítica anglófona, tal como o inglês Halford J. Mackinder (1861-1947), o qual, percebendo o declínio da Inglaterra como potência marítima, concebeu a tese de que a riqueza e o poder não repousam sobre o domínio do mar, mas principalmente na posse da terra. Assim, ele criou o conceito de *Heartland* para precisar com detalhe a região geopolítica mais importante do mundo (Eurásia) em termos de matérias-primas e recursos naturais, cuja posse criaria as condições propícias para o desenvolvimento econômico infindável. Nos Estados Unidos, Alfred Thayer Mahan (1840-1914) ressaltou a importância da ampliação das frotas marítimas e das bases navais como estratégia geopolítica de controle dos mares e oceanos. Por outro lado, o sueco Rudolf Kjellén, a quem se atribui o mérito ter cunhado o termo Geopolítica, partia do princípio de que o Estado, tal como os indivíduos e a nação da qual eles fazem parte, não é algo estático. Em vez disso, ela é uma entidade orgânica pulsante, sendo, por isso, passível de crescimento ou, alternativamente, de estagnação e morte (MEYER, 2014, p. 51-52; SICKER, 2010, p. 44-46; KRISTOF, 1960, p. 22-24).

4.4 O LEGADO DE LIST NO SÉCULO XX E O PROBLEMA DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA UNIÃO EUROPEIA

A partir de meados do século XIX, o pensamento econômico de Friedrich List ganhou notoriedade graças aos trabalhos críticos e biográficos relativos à sua vida e

obra.²⁰⁸ Posteriormente, a *Friedrich List-Gesellschaft* (FLG) (Sociedade Friedrich List) foi fundada em 5 de setembro de 1925, em Heidelberg, por Edgar Salin, Bernhard Harms, Erwin V. Beckerath, Karl Goeser, Geoger Mayer, Friedrich Lenz, Arthur Sommer e Arthur Spiethoff. Seu propósito era corrigir, catalogar e reeditar a vasta produção intelectual de List e, ao mesmo tempo, promover conferências voltadas a melhorar os objetivos e métodos da política econômica alemã.²⁰⁹ Nos dias 16 e 17 de setembro de 1931, por exemplo, a FLG realizou um grande e sigiloso encontro em que se reuniram em Berlim funcionários do alto escalão do governo, eminentes economistas (*die Elite der akademischen Nationalökonomie*), políticos, homens de negócio e banqueiros, ocupados em encontrar uma forma de deter ou até mesmo provocar uma viragem na crise que assolava a economia alemã²¹⁰ (PROEGER, 2016, p. 61; JANSSEN, 2009, p. 1; TOOZE, 2003, p. 166; KIM, 1997, p. 127-128; BORCHARDT; SCHÖTZ, 1991, p. 1).

Um dos temas fundamentais desse congresso localizou-se na questão concernente ao financiamento da criação de novos empregos pelo *Reichbank*, considerando-se a necessidade impreterível de retomar a produção. A esse respeito, é digna de menção a proposta do Dr. Wilhelm Lautenbach (1891-1948), Conselheiro do Ministério da Economia do *Reich* (*Oberregierungsrats im Reichswirtschaftsministerium*). Em linhas gerais, sua recomendação para resolver o

²⁰⁸ O primeiro grande biógrafo de List foi Ludwig Häusser (1818-1867), historiador, filólogo e político alemão, colaborador do *Allgemeinen Zeitung*, desde quando o jornal surgiu em Augsburg. Häusser recebeu autorização diretamente da família List para produção de material biográfico sobre o economista suábio, bem como para reunir seus escritos com vistas à sua publicação. Devido ao *Märzrevolution* (1848-1849), os trabalhos de redação e editoração tiveram de ser suspensos, de modo que o primeiro volume veio a luz somente em 1850 com o título *Friedrich List's Gesammelte Schriften (Coletânea de Escritos de Friedrich List)*, em que Häusser detalha fatos importantes sobre a carreira e a contribuição de List (HÄUSSER, 1850, p. iii-v). O segundo volume, publicado no mesmo ano, reúne diversos textos que sugerem uma interpretação cronológica do pensamento de List. O terceiro e último volume é dedicado à reedição do *Sistema Nacional de Economia Política*.

²⁰⁹ Entre 1927 e 1935, a FLG publicou uma coleção de dez volumes (LIST [1927/1935], *Werke I-X*) em que foram reunidos grande número de discursos, cartas e manuscritos de List. É graças a essa proeza que hoje se conhece em profundidade as ideias do economista alemão. Uma edição completa do trabalho de List atualmente seria inexecutável devido à falta de materiais disponíveis, já que grande parte da produção original se perdeu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (WENDLER, 2013, p. 264; 2005, p. 197).

²¹⁰ Embora a Alemanha não tenha sofrido uma crise tão dramática como a que atingiu os Estados Unidos, ela foi uma das economias europeias mais afetada. Na verdade, em 1928, já se manifestavam sintomas de recessão na economia industrial alemã. Em 1929, a produção da indústria pesada havia declinado bruscamente, ao passo que a taxa de desemprego chegou a alcançar, ainda no primeiro semestre, a cifra de 30,1% da força de trabalho. Consequentemente, o ano de 1930 foi marcado pela intensificação da crise, já que volume de depósitos bancários havia despencado de modo abrupto, levando à falência muitas instituições financeiras (NOORD, 2009, p. 15; SCHNABEL, 2004, p. 826; JAMES, 1984, p. 68-69). No verão de 1931, devido à crise cambial e de crédito, bem como à fuga de capitais, veio à bancarrota, em 13 de julho, uma das mais importantes instituições financeiras alemãs, o *Darmstadter- und Nationalbank*, o que levou à falência os demais bancos (TOOZE, 2003, p. 157-165).

problema do desemprego vinculava maiores investimentos à expansão sistemática do crédito como forma de promover o incremento da produção e controlar a deflação. Outros, como o proeminente reformador Gerhard Colm (1897-1968), julgavam importante delegar ao Estado maior participação na vida econômica, particularmente no controle do câmbio e da circulação monetária; na estabilização dos preços; na criação de novos empregos e na expansão do crédito visando melhorar a situação econômica geral (*wirtschaftliche Gesamtlage*). Por outro lado, em seu discurso de abertura, Salin considerava desnecessária a intervenção monetária como forma de superar a profunda crise. Ele questionou até que ponto o *Reichbank* podia aumentar o crédito e em que medida tal iniciativa poderia gerar um *boom* (*Sonderkonjunktur*) na economia. Além disso, Salin via com ceticismo a possibilidade de retorno a uma política de crédito liberal tal como a que vigorara anteriormente à crise ²¹¹ (PROEGER, 2016, p. 62-63; KIM, 1997, p. 126; BORCHARDT; SCHÖTZ, 1991, p. 3).

Dentre os intelectuais que compunham a FLG merece especial reconhecimento o Professor Salin (1892-1974), o qual auferiu notável reputação como economista a partir da publicação de um ensaio em 1913, reimpresso repetidas vezes, com o título *Geschichte der Volkswirtschaftslehre (História da Economia Política, 1923)*, em que oferece exame crítico e abrangente acerca da História do Pensamento Econômico, com particular atenção aos teóricos clássicos e neoclássicos (Smith, Malthus, Ricardo, Pareto, Marshall), assim como aos economistas historicistas, sobretudo Werner Sombart e Max Weber. Seu principal objetivo nesse trabalho é expor sua própria concepção orgânica da economia (WILHELM, 2016, p. 1146). Após a Segunda Guerra Mundial, Salin dedicou-se, principalmente, ao Zionismo e a construção do Estado de Israel, questões que, na verdade, já vinha discutindo desde 1931 com o Prof. Dr. Josef Cohn.

Dentre as instituições que desde o início financiaram prodigamente a *List-Gesellschaft* (LG) (Sociedade List), entidade fundada por Salin na década de 1950, merece destaque não apenas o Fundo Nacional Suíço e a Fundação Ford, mas

²¹¹ As estimativas pessimistas sobre o impacto da intervenção monetária expressas por Salin foram reiteradas de modo ainda mais claro por Rudolf Löb (1877-1966), Rudolf Hilferding (1877-1941) e Wilhelm Röpke (1899-1966) (KIM, 1997, p. 127-128).

principalmente o Instituto Israelita Flak²¹². Além da questão energética, uma das especialidades de Salin, a LG incumbiu-se de elaborar estudo minucioso sobre a importância das organizações coletivas, como o Histadrut, Kibbutz e o Moshav para o desenvolvimento social, cultural e, sobretudo, econômico do novo país. Valendo-se de sua grande influência no mundo político, financeiro e intelectual, Salin conseguiu formar parceria com o Prof. Dr. Theo Pirker, especialista em assuntos de organização do trabalho, com pesquisas na Freie Universität em Berlim, e membro da Confederação Alemã de Sindicatos (*Deutscher Gewerkschaftsbund*). Seu objetivo no grupo foi conduzir estudo sistemático sobre aquelas comunidades coletivas, articulando-as de acordo com o viés sindical (WILHELM, 2016, p. 1140-1147).

Desde sua fundação em 1955, a *List-Gesellschaft* direcionou seus esforços à resolução de problemas econômicos contemporâneos (WENDLER, 2013, p. 264). Com esse propósito, ela não apenas desempenhou papel de destaque dando suporte à organização econômica do Estado de Israel, mas também teve importância decisiva no que concerne à integração econômica europeia. Convém ressaltar, no entanto, que a ideia de reunir todos os Estados europeus em uma confederação não foi invenção do século XX. Desde o reinado de Carlos Magno (747-814), o ideal de congregar toda a Europa sob um mesmo sistema político e econômico tem sido perseguido, ora de maneira pacífica, ora de forma violenta (DINAN, 2014, p. 1). A Grande Guerra (1914-1918) revelou de modo indelével o potencial destrutivo das rivalidades. Apesar disso, embora deliberações em favor da integração tenham sido cuidadosamente consideradas na obra *Pan-Europa* (1923) de Richard Condanhove Kalergi (1894-1972), esse debate somente recebeu a devida atenção nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou seja, quando diversos líderes políticos viram-se diante da necessidade de

²¹² O sucesso e o prestígio da FLG não passaram despercebido às ambições açambarcadoras do *Nationalsozialismus*. Essa aproximação, todavia, tornou-se inevitável na década de 1930, como resultado do aumento expressivo do número de parlamentares nazistas no *Reichstag*. De fato, uma cadeia de eventos parece ter conspirado contra aquela sociedade. Em 6 de novembro de 1932, o *Nationalsozialismus* aumentou o número de seus representantes para 196 assentos parlamentares, ocupando um terço das cadeiras do *Reichstag*. Com efeito, diante da impossibilidade de governar, Paul von Hindenburg aceitou nomear Adolf Hitler chanceler da Alemanha, em 30 de janeiro de 1933. Não obstante a pressão sobre a FLG tenha se intensificado desde então, ela ainda era suportável. No ano seguinte à morte do presidente Hindenburg, no entanto, Hitler declarou-se *Führer* da Alemanha e instaurou um governo totalitário, colocando todas as instituições sob seu comando. Por essa razão, no dia 11 de agosto de 1934, a FLG cancelou formalmente seu registro de inscrição de associações em Stuttgart (*Stuttgarter Vereinsregister*), vindo a ser dissolvida logo em seguida a fim de não se curvar aos interesses nazistas.

assegurar a paz e a estabilidade a longo prazo na Europa Ocidental a fim de criar um ambiente favorável à recuperação e o crescimento econômicos (ARCHICK, 2016, p. 3).

Merece destaque, igualmente, a atuação dos Estados Unidos, os quais tinham grande interesse no estabelecimento de uma Europa Ocidental forte do ponto de vista político e econômico. Uma das condições para a implantação do Plano Marshall, por exemplo, era que os Estados beneficiados buscassem articular entre si maior integração econômica. Com efeito, foi a partir desse programa que brotou a proposta de fundar a *Organization of Europe Economic Cooperation* (OCEE) (Organização para a Cooperação Econômica Europeia, 1947), entidade originalmente composta pela Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Alemanha Ocidental (GUZZETTI, 1955, p. 2). O passo seguinte foi o estabelecimento da *European Coal and Steel Community* (ECSC) (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), acordo supranacional proposto originalmente por Robert Schuman (1886-1963) e Jean Monnet (1888-1979), em 1950, para promover o fortalecimento da indústria siderúrgica mediante um mercado comum para o carvão, o minério de ferro e o aço entre a França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo (NUGENT, 1995, p. 29-31; STEINBERG, 1993, p. 5). Em seguida, os Estados membros da ECSC nomearam um comitê, presidido pelo Ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Paul-Henry Spaak (1899-1972), principal fomentador da Benelux (União Aduaneira entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo), para levar adiante a integração econômica. Foi a partir das deliberações sobre o relatório de Spaak, publicado em abril de 1956, que, por meio do Tratado de Roma, veio a ser formalizada a criação de duas novas instituições, isto é, a *European Atomic Energy Community* (EURATOM) (Comunidade Europeia da Energia Atômica) e a *European Economic Community* (ECC) (Comunidade Econômica Europeia) (DINAN, 2007, p. 1121; STEINBERG, 1993, p. 6; HALLSTEIN, 1963, p. 165-166; SALIN, 1960, p. 31).

Os anos que se seguiram à criação da LG foram marcados por notável produção monográfica, bem como por uma série de conferências em que se discutiram em profundidade questões como integração plena e parcial, política de

preços, oferta de trabalho, extensão do mercado, métodos e custos de exploração do carvão e produção do aço etc. (ERB; ROGGE, 1958, p. 9-17). Antes de Salin e seu grupo, teóricos do comércio internacional e da união aduaneira, como Jacob Viner e James Edward Meade, já haviam explicitado, a nível conceitual, as vantagens inerentes à integração econômica. Direta ou indiretamente, esses estudiosos reconheciam a validade do postulado listiano de que uniões e tratados comerciais que envolvam benefícios mútuos são os meios mais eficazes de facilitar a relação entre as diferentes nações. O *Zollverein* foi considerado, por isso, um importante acordo de livre comércio e um paradigma a ser seguido. Por seu intermédio, pela primeira vez, Estados politicamente independentes eliminaram barreiras comerciais entre si, conferindo autoridade delegada a um corpo superior. Por conseguinte, ao longo das negociações para instaurar uma área de livre comércio na Europa, inúmeras referências foram feitas ao *Zollverein*. Com efeito, quase todas as especulações sobre a origem, natureza e consequências políticas e econômicas da unificação das tarifas tendiam de alguma forma basear-se na experiência alemã. Não é de se admirar que, desde o início, a Alemanha já fosse considerada um modelo para a integração europeia (DE CECCO, 1999, p. 22-27; DUMKE, 1984, 71-73; HALLSTEIN, 1963, p. 162; SALIN, 1960, p. 39; VINER, 1950, p. 97; LIST, 1909 [1841], p. 314).

A LG, por sua vez, desempenhou papel proeminente na avaliação da exequibilidade da união aduaneira europeia. Todavia, em vez de lançar mão da designação Comunidade Econômica Europeia (*Europäische Wirtschaftsgemeinschaft*), ou mesmo do conceito listiano de *Mitteleuropa*, Salin propôs o termo *Kerneuropa*, com intenção de inserir, ainda que implicitamente, a Alemanha no âmago do debate sobre a integração, bem como chamar atenção para o fato de ser a Europa um continente, e não uma espécie de apêndice da Ásia. De fato, Salin emprega o vocábulo *Kern* estrategicamente em sua retórica, pois ela tanto pode significar “cerne” e “centro”, quanto “embrião”, “origem”, “princípio”, “base”, “começo” etc. Desse modo, em seu opúsculo *Friedrich List. Kerneuropa und die Freihandelszone: Zwei Reden zur Europäischen Politik* (*Friedrich List. Núcleo da Europa e a Área de Livre Comércio: Dois Discursos sobre a Política Europeia*, 1960), Salin faz referência explícita à experiência do *Zollverein* e, simultaneamente, assenta as bases da futura União Europeia, visto que em sua visão uma área de livre

comércio no interior de um território aduaneiro único (*einheitlichen Zollgebiet*) contemplaria a circulação não apenas de mercadorias, mas também de pessoas, capitais e serviços²¹³ (SALIN, 1960, p. 20-24).

Conforme Salin, a Comunidade Econômica Europeia não é senão o que List havia concebido como União Aduaneira Europeia (*Europaischer Zollverein*) ou aliança continental.²¹⁴ Essa entidade, todavia, do mesmo modo que o *Zollverein* alemão, não seria um fim em si mesmo, mas apenas uma etapa intermediária com vistas à instituição da economia mundial ou cosmopolita. Isso porque uma área de livre comércio implica tanto a supressão de todas as barreiras comerciais internas (*Handelsbeschränkungen*), quanto o estabelecimento de restrições à entrada de mercadorias provenientes do exterior²¹⁵ (SALIN, 1960, p. 14-20). A esse respeito, Salin recorda que List, baseando-se na História, ilustra tal paradoxo ressaltando a experiência da Grã-Bretanha, a qual, por meio da união dos três reinos, isto é, Inglaterra, Escócia e Irlanda, revelou ao mundo como funcionam, na prática, os mecanismos implícitos à política econômica de um território aduaneiro unificado. Para Salin, portanto, o *Zollverein* europeu seria somente um estágio intermediário (*Zwischenzustand*), visando o aperfeiçoamento das instituições europeias, bem como seu fortalecimento econômico. Para levar a termo esses propósitos, no entanto, era mister vencer a resistência, gerada pela desconfiança e, sobretudo, pelo trauma causado pelas duas grandes guerras (SALIN, 1960, p. 15-16).

²¹³ Conceitualmente, os teóricos da *List-Gesellschaft*, como Gottfried Erb e Peter Rogge, definem esse fenômeno como integração plena (*Vollintegration*), o qual se caracteriza pela uniformização dos pedágios de trânsito, políticas sociais, normas jurídicas e financeiras, bem como pelo estabelecimento de maior segurança quanto à oferta de bens, capitais, serviços etc. A integração é, portanto, algo completamente diferente da mera interação de mercados, pois ela cria de modo efetivo uma maior unificação político-econômica. Hebert Giersch, por exemplo, definia integração como uma articulação interdependente dos mercados em um comércio comum, ou seja, isenta de fronteiras internacionais que impedissem as relações políticas e econômicas entre os países envolvidos (ver o discurso de Hebert Giersch (ERB, ROGGE, 1958; p. 23-24).

²¹⁴ “List hat nicht vorausgesehen, dass ein nationalistischer Wahnsinn zur Zerstückelung Europas führen und nur noch kleinen Resteuropa den Versuch der Einigung gestatten werde. Und natürlich kennt er die Abkürzung EWG noch nicht. [...] Was man heute Europäische Wirtschaftsgemeinschaft nennt, heisst also bei List Europäischer Zollverein oder Kontinentalallianz”. *List não previu a loucura nacionalista que levaria Europa ao desmembramento e que apenas pequeno refugio da Europa permitirá que a tentativa de unificação. E, claro, ele ignorou a abreviatura CEE. [...] O que hoje é chamado de Comunidade Econômica Europeia, List denomina União Aduaneira Europeia ou Aliança Continental* (SALIN, 1960, p. 14).

²¹⁵ “Jeder Zollverein bedeutet Handelsfreiheit im Innern, Abschirmung nach aussen. Sogenannte Discriminierung sind mit jedem Zollsystem verbunden. Das Wesen des Zolls besteht in der Diskriminierung”. *Qualquer união aduaneira significa liberdade comercial doméstica, e bloqueio para o exterior. As assim chamadas discriminações estão presentes em qualquer sistema aduaneiro. A essência da aduana consiste de discriminação.* (SALIN, 1960, p. 20).

Tal como List no caso da Alemanha, Salin apoia-se na História para assentar as bases da futura confederação europeia. Em seu entendimento, a Europa é essencialmente um fenômeno histórico que deriva sua singularidade cultural da mistura de elementos germânicos e latinos, ao passo que funda sua unidade política no Império de Carlos Magno, o qual não era nem francês nem alemão, mas sim europeu, situado no coração da Europa²¹⁶ (SALIN, 1960, p. 24-25). De acordo com Salin, desde a fragmentação do Império Carolíngio, a Europa encontra-se dividida. Somente com a instituição da Comunidade Econômica Europeia, ela caminharia novamente no sentido de reestabelecer diplomaticamente os alicerces de sua completa unidade. Além dos intrincados problemas políticos e econômicos, outra questão a ocupar o pensamento de Salin residia na interrogação de se os habitantes da *Kerneuropa*, ou seja, alemães, franceses, belgas, holandeses, luxemburgueses e italianos se reconheciam, de fato, como europeus. Salin chama a atenção, assim, para a necessidade de se construir uma nova identidade cultural supranacional como forma de estreitar os laços de solidariedade entre esses povos, os quais, de certo modo, ainda ressentiam as lembranças perturbadoras da recente guerra²¹⁷ (SALIN, 1960, p. 30).

²¹⁶ Em geral, os proponentes e defensores da integração europeia se distinguiram particularmente por sugerir ser a Europa um fenômeno histórico único e identificável. Walter Hallstein (1901-1982), o primeiro Presidente da Comissão da CEE, é um típico expoente deste ponto de vista. Em discurso proferido em 1972, lê-se: “A Europa não é uma criação. É uma redescoberta. [...] Por mais de um milênio, a ideia de uma Europa unificada nunca foi completamente esquecida. Os defensores de uma federação europeia sabem que a Europa compartilha um senso de valores do que é bom e mau; de quais devem ser os direitos de um indivíduo e quais suas funções; de como a sociedade deve ser ordenada; em que consiste a felicidade e o que é o infortúnio. A Europa partilha muitas coisas; suas memórias que chamamos de História; realizações de que pode ser episódios de orgulho e desonra; suas alegrias e sofrimentos; e, não menos importante, o seu futuro”. Personagens como Hallstein sugerem que, para além das diferenças, divisões e conflitos entre povos e Estados, já existiria há séculos na Europa uma certa comunhão e identidade de interesses com base na sua história, geografia, cultura política e economia. Este argumento, entretanto, é discutível e, certamente, historiadores de boa cepa não levariam isso muito a sério, já que, neste continente, divisões e divergências têm pesado muito mais do que identidade de interesses ou a comunhão de valores e experiências (METZELTIN, 2014, p. 10; NUGENT, 1995, p. 24-25).

²¹⁷ Conforme Metzeltin, após a Segunda Guerra Mundial, uma “identidade europeia” não mais estava presente na consciência das pessoas, mas precisava ser recriada mediante a cooperação e solidariedade entre os países e seus cidadãos. No começo, essa identidade comum não se concretizou, pois a CEE foi concebida segundo interesses econômicos concretos. Aos poucos, porém, foram se desenvolvendo tendências comunitárias de cunho supranacional, baseadas em instituições de representação coletiva. Em 1970, em reunião de cúpula em Paris, reconheceu-se a necessidade de se criar um espírito europeu, fundado em valores básicos como a democracia, a liberdade de expressão e circulação de pessoas. No ano seguinte, o tema central da Conferência de Copenhagen foi a questão da “identidade europeia”, sua herança cultural e civilização comum. Um passo de maior alcance nesse sentido foi dado em 1995, no Congresso da Europa. Nesse mesmo ano, foi realizado em Lübeck o *Ordentlich Kongress der Europa-Union Deutschland*, em que foi apresentado a *Charta der Europäischen Identität* (Carta da Identidade Europeia), a qual endossava a ideia de comunidade de valores, tolerância, humanidade e fraternidade entre os povos europeus (METZELTIN, 2014, p. 11-12).

Salin estava convicto de que não haveria alternativa mais viável para impulsionar as economias dos Estados europeus do que a aposta máxima da união aduaneira europeia. A completa efetivação desse objetivo, todavia, levantava uma série de questões econômicas importantes, como a uniformização monetária, a qual constituía elemento fundamental à plena integração econômica.²¹⁸ Novamente, Salin recorreu a experiência histórica alemã para mostrar como a padronização monetária instaurada pelo *Mark Bank* de Hamburgo, com a implementação do *Deutsche Mark*, provou-se favorável à promoção do comércio e à estabilização econômica. Ele acreditava que a introdução de um *goldflorin* europeu seria de grande benefício para fundar a aliança continental, já que a estabilidade do dinheiro e a preservação de seu poder de compra criam uma realidade que proporciona segurança em um mundo suscetível a ciclos inflacionários.²¹⁹ Salin argumentava que a equivalência pecuniária certamente ofereceria maior garantia de unidade contra as tendências de desintegração melhor do que qualquer acordo econômico. Isso porque, ao facilitar a circulação de mercadorias e, por conseguinte, o intercâmbio comercial, a moeda única (*einheitswährung*) promoveria a prosperidade de todos os envolvidos.²²⁰

Cumprir observar que a abolição das aduanas e dos direitos de portagem tem como implicação necessária uma transformação fundamental ao nível das relações

²¹⁸ Ao refletir sobre a questão em seu livro *Preispolitik im Teilintegrierten Markt (A Política de Preços no Mercado Semi-integrado)*, Erb e Rogge já afirmavam que a integração plena não geraria qualquer problema particular à política de preços no que se refere à economia nacional. Eles afirmam que possíveis incompreensões desse ponto decorrem da forma como o conceito de integração é empregado. Na prática, ele nada mais é do que a criação de um mercado comum a integrar os traços característicos específicos dos mercados internos das economias nacionais individuais (BOCHUD, 1965, p. xv-xvi; ERB; ROGGE, 1958, p. 23).

²¹⁹ Urge lembrar que a decisão de adotar o euro como moeda única foi tomada num momento em que os movimentos de capital foram liberalizados. A iniciativa foi a forma encontrada para evitar a especulação sobre as taxas de câmbio, pois grandes flutuações ameaçariam o mercado integrado de bens e serviços. A questão não muito clara à época sobre a lógica de adotar a moeda única, é que o sistema bancário se torna, assim, cada vez mais pan-europeu, com bancos operando acima das fronteiras nacionais e sendo propriedade de acionistas de muitos países (WYPLOSZ, 2009, p. 22-23).

²²⁰ Nos dias 5 e 6 de Março 1965, em Frankfurt am Main, a LG realizou uma conferência, organizada por Edgar Salin, Hans C. Boden, Franz Etzel, Hand Moeller, em que se reuniram cerca de sessenta especialistas em finanças e administração pública, banqueiros e economistas de oito diferentes países dos continentes europeu e americano para discutir o tema da política monetária. Nesse evento intitulado, *Fundamentale Fragen künftiger Währungspolitik (Questão Fundamental da Política Monetária Futura)*, os participantes refletiram basicamente sobre três tópicos essenciais: (i) *Erhöhung des Goldpreises? (Elevação do preço do ouro?)* (ii) *Flexibel Wechselkurse? (Taxas de câmbio flexíveis?)* (iii) *Europäische Währungsunion? (União Monetária Europeia?)*. Em seu discurso intitulado *II Thesen zur Frage der Europäischen Währungsunion (II Teses sobre a Questão da União Monetária Europeia)*, Salin sustentou que o êxito da CEE dependeria não apenas da unificação dos direitos aduaneiros ou o estabelecimento de uma unidade nuclear de conta europeia, mas, principalmente, da instituição de uma moeda comum. Ele afirma também que a união monetária europeia não seria um postulado utópico, mas uma ferramenta útil cuja validade geral seria verificada historicamente, sendo, portanto, oportuna a deliberação sobre a formação da futura política monetária (BOCHUD, 1965, p. 94-96).

de concorrência. Na prática, se a supressão das tarifas internas cria, por um lado, novas oportunidades de empreendedorismo e de ampliação de postos de trabalho, favorecendo o crescimento de algumas indústrias, ao abrir-lhes novas oportunidades de mercado, por outro lado, é inegável que essas novas configurações das forças políticas e econômicas aumentam, com efeito, a concorrência das importações, ocasionando a falência dos negócios obsoletos. Isto pode até parecer razoável do mero ponto de vista do consumidor, mas acarreta diversos problemas socioeconômicos. Quanto a esse dilema, Salin não vislumbrava solução imediata. Ele acreditava que o resultado final desse processo dependeria do tamanho do mercado comum e do conseqüente aumento da produtividade, o que acarretaria maior oferta de bens e, por conseguinte, a generalização da melhoria do padrão de vida a todos os níveis sociais (SALIN, 1960, p. 46).

Como os sintomas desses problemas eram ainda inexistentes à época, no começo de 1964 o Conselho de Ministros da CEE formou um Comitê de Política Econômica, composto por peritos dos Estados-membros, para discutir a supressão das principais barreiras ao comércio interno, considerando-se a possibilidade de efetivação da união aduaneira a médio prazo. Obviamente, na ocasião, diversos países contavam com políticas econômicas que diferiam radicalmente entre si. O modelo protecionista francês, por exemplo, contrastava com as pretensões de livre mercado propostas pela Alemanha. Essas divergências, porém, não foram obstáculo à formalização de acordos que amalgamassem políticas econômicas nacionais com interesses comuns relevantes para o desenvolvimento dos respectivos estados-membros, sem implicação de prejuízos às partes. Nesse caso, a formulação do referido plano econômico conjunto baseou-se em projeções quantitativas que consideravam tendências de evoluções econômicas a médio e longo prazo, tendo sempre em vista a harmonização e coordenação das políticas nacionais em direções favoráveis aos vários objetivos de crescimento, estabilidade de preços e pleno emprego (GUZZETTI, 1995, p. 35).

No final da década de 1960, o crescimento econômico do Japão e, sobretudo, dos Estados Unidos vieram reforçar a urgência da integração econômica europeia, corroborando, em grande medida, a previsão de List no tocante à inserção da Inglaterra ao *Zollverein* europeu. Na ótica de List, os ingleses, sempre desejosos de

manter e aumentar sua supremacia, ver-se-iam isolados e, por causa disso, tenderiam a ressentir-se quando percebessem que as nações continentais aumentavam continua e progressivamente sua força manufatureira por meio de concessões comerciais recíprocas e tratados. Com efeito, prossegue List, as mesmas causas que levaram a Inglaterra à sua elevada posição de supremacia comercial, levariam os Estados Unidos a possuírem um grau de indústria, riqueza e poder, que superaria rapidamente sua antiga metrópole, na mesma proporção em que esta sobrepujara outrora a pequena Holanda. Com olhar crítico sobre as mudanças econômicas em andamento na América do Norte, List, em 1841, observou:

Segundo o curso natural das coisas, os Estados Unidos aumentarão sua população [...] para centenas de milhões de pessoas; difundiram sua população, suas instituições, sua civilização e seu espírito sobre toda a América Central e do Sul, da mesma forma como difundiram recentemente pela vizinha província do México. A União englobará todos esses territórios imensos uma população de várias centenas de milhões que desenvolverá os recursos de um continente que ultrapassa infinitamente o continente europeu em extensão e riqueza natural. [...] Assim, em futuro não muito distante, a necessidade natural que agora impõe aos franceses e alemães a urgência de estabelecerem uma aliança continental contra a supremacia inglesa imporá aos ingleses a necessidade de estabelecer uma coalizão contra a supremacia da América. Então, a Grã-Bretanha será obrigada a procurar e achar, na liderança das potências unidas da Europa, segurança e compensação contra o predomínio da América, e um equivalente para sua supremacia perdida (LIST, 1983 [1841a], p. 282).

Na década de 1970, a integração econômica europeia veio a ser acelerada graças à conjugação de fatores exógenos como a grande instabilidade monetária causada pela suspensão da convertibilidade do dólar e, principalmente, a crise do petróleo.²²¹ Assim, em 1973, juntaram-se à Comunidade Europeia (CE) Dinamarca, Irlanda e o até então relutante Reino Unido.²²² Os anos que se sucederam viram o

²²¹ O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973, quando os países produtores diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. As vendas para os EUA e Europa também foram embargadas nessa época, devido ao apoio dado a Israel na Guerra do Yom Kippur. Com isso, as cotações chegaram a um valor equivalente a US\$ 40 nos dias de hoje. Em 1979, a paralização da produção iraniana, consequência da revolução islâmica liderada pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini (1902-1989), provocou o segundo grande choque do petróleo, elevando o preço médio do barril ao equivalente a US\$ 80 atuais. Os preços permaneceram elevados até 1986, quando voltam a cair. Durante a invasão iraquiana no Kuwait, o barril chegou novamente ao patamar dos US\$ 40, caindo após o final do conflito (CARVALHO, 2007, p. 8).

²²² Em 29 de janeiro de 1973, as negociações para a adesão da Grã-Bretanha à Comunidade Econômica Europeia foram suspensas. Tal evento resultou da própria natureza intrínseca à área de livre comércio. Além das questões relativas à união aduaneira, outro motivo de discordância relacionava-se aos ajustes políticos necessários à instituição do mercado comum. Para usufruir todos os benefícios de uma união aduaneira, é preciso abolir não só as barreiras tradicionais que obliteram o comércio entre as partes anuentes, mas também as restrições menos evidentes à concorrência. Nesse caso, se o movimento dos bens e serviços for liberado, o mesmo deve acontecer com a relocação econômica de recursos, capital e mão de obra. Já na década de 1960, percebia-se que devido à livre movimentação de bens e dos fatores de produção, as regras comuns de concorrência deveriam ser

ingresso de Portugal, Grécia e Espanha, e a formalização de acordos que celebravam o mercado comum, graças ao qual pessoas, bens, capitais e serviços podiam circular livremente entre os estados-membros. Em 1992, após a derrocada do regime soviético, foi assinado o Tratado de Maastricht, o qual continha dispositivos que conduziram à criação da *Eurozone*, um banco central (*The European Central Bank*), e uma política monetária comum, embora fosse preservado aos estados-membros manter o controle sobre a despesa e tributação nacionais a fim de, sob determinadas condições, preservarem o seu controle sobre a situação fiscal. Entrementes, Áustria, Finlândia e Suécia também se juntaram à União Europeia. Em 1 de janeiro de 2002, o euro entra em vigor, sendo adotado como moeda oficial em doze dos quinze estados-membros, iniciando-se as deliberações para a integração dos antigos países socialistas, ainda que sem levar em conta questões como as diferenças culturais, históricas e, principalmente, o desnível no desenvolvimento de suas respectivas forças produtivas (ARCHICK, 2016, p. 3-4).

A inclusão da Europa Central e Oriental na União Europeia foi considerada questão de prioridade para o cumprimento da promessa histórica de promover a integração do continente por meios pacíficos. Assim, em 2004, oito países anteriormente socialistas (República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) aderiram à UE, juntamente com Chipre e Malta. Bulgária e Romênia aderiram em 2007.²²³ Durante seus primeiros anos de vigência, a UE foi considerada sucesso extraordinário e a pedra angular da estabilidade e prosperidade econômica continental. Atualmente, porém, ela enfrenta inúmeros problemas, dentre os quais se destacam o lento crescimento e o aumento da taxa de desemprego em muitos países. Na verdade, o modelo de unidade econômica europeia revelou seus primeiros sinais de fragilidade e inconsistência quando veio à

generalizadas e as políticas nacionais - sociais, econômicas e monetárias – começava a ter cada vez menos sentido. Nessa ocasião, o principal problema para a Grã-Bretanha consistia em adequar seu sistema de *Commonwealth* às exigências de uma união aduaneira (HALLSTEIN, 1963, p. 163-164).

²²³ Na década de 1990, esses países tinham passado por uma transição bem-sucedida rumo à economia de mercado, devido às suas desregulamentação, privatização e estabilização financeira. Além disso, eles haviam se beneficiado do vasto capital real e humano subutilizados, de modo que suas exportações logo inseriram-se ao crescente mercado internacional. A Europa Oriental, no entanto, cometeu crasso erro de política econômica ao fixar as taxas de câmbio. Tal fato acarretou grandes fluxos de empréstimos de curto prazo por parte dos grandes bancos europeus. Consequentemente, devido a maior oferta dinheiro, as importações cresceram vertiginosamente, aumentando a inflação e, por conseguinte, os *deficits* da balança de pagamento. Apesar disso, a atração pelos bancos internacionais se tornara irresistível. Na Ucrânia, por exemplo, os empréstimos chegaram à taxa de 50% ao ano, com custos de financiamento mínimos (STROE, 2011, p. 1547-1548).

tona a recessão de 2007-2009, a qual colocou em risco o sistema bancário europeu, afetando diretamente as economias europeias desprovidas de sólida força produtiva.²²⁴

Tem-se procurado encontrar os fatores determinantes da crise que levou a economia europeia à beira do colapso, considerando-se quase que exclusivamente os mecanismos intrínsecos ao sistema financeiro internacional. Tal perspectiva analítica, contudo, não examina com a mesma argúcia os problemas econômicos decorrentes da diminuição de investimentos em infraestrutura, transporte, produção de energia, gestão de recursos hídricos etc. Essa circunstância conjuntural tem afetado diretamente as condições necessárias para o desenvolvimento da economia. Nas últimas décadas, houve expressiva expansão do sistema de crédito em praticamente todo o mundo mediante a criação de poder de compra pelos bancos, mesmo que o contrato de crédito pelo qual esse poder aquisitivo foi criado estivesse apoiado em garantias sem correspondência na ampliação da capacidade produtiva. De fato, desde a fixação do padrão ouro, as operações estruturadas em derivativos ampliaram sobremodo o escopo das transações de financiamento internacional, as quais, no momento, compreendem o levantamento de fundos via títulos de dívida ou emissão de ações, acoplado a estruturas de gestão de riscos (CARVALHO, 2007, p. 155).

Com a globalização, parte do mercado financeiro foi redirecionado para os negócios de ações. Consequentemente, no caso da Europa, o volume das transações cresceu de US\$ 44 bilhões, em 1995, para US\$ 84 bilhões, em 2004, e o percentual do estoque de títulos negociados nas bolsas europeias sobre o PIB, em 2005, foi de 13,8%, superando os Estados Unidos, que registraram 11,7% no mesmo período. Um relatório publicado em 2004 pelo BIS – *Bank for International Settlements* (Banco de Compensações Internacionais), intitulado *Triennial Central*

²²⁴ A recente crise econômica do capitalismo pode ser entendida como um efeito de três crises interdependentes e que se reforçaram mutuamente: uma crise financeira, uma crise de liquidez e uma crise na economia real. As crises financeiras que surgiram e se desenvolveram nas últimas décadas caracterizam-se, principalmente, por sua dimensão global, com consequências que se propagaram rapidamente através dos mercados de capitais, das atividades bancárias internacionais e dos mercados monetários. Conforme Stroe, a crise de 2007 propagou-se inicialmente apenas entre países desenvolvidos, particularmente através da aquisição por bancos europeus de produtos derivados com base em hipotecas de alto risco, bem como através do aumento do mercado de títulos respaldados por ativos. Seus efeitos, contudo, logo se fizeram sentir entre os países emergentes cujas economias estavam, de certa forma, ancoradas em financiamento externo (STROE, 2011, p. 1547).

Bank Survey – Foreign Exchange and Derivatives Market Activity (Levantamento Trienal dos Bancos Centrais – Atividade do Mercado de Câmbio e do Mercado de Derivativos) revelou que somente no mercado tradicional de câmbio (aqueles para transações locais, remessas diretas e *swaps* cambiais e os derivados em divisas e taxas de juros), entre 2001 e 2004, observou-se uma elevação de 60% nas transações à vista e a termo, e de 44% nos *swaps* de câmbio, o que evidencia notável atividade interbancária (CARVALHO, 2007, p. 22-155). Em 2007, os resultados das pesquisas do BIS revelam aumento sem precedentes de atividades no mercado tradicional de câmbio, comparado com 2004. O volume médio de negócios diários subiu para US\$ 3,2 trilhões em abril de 2007, um aumento de 71% nas taxas de câmbio atuais e 65% a taxas de câmbio constantes (GALATI, 2007, p. 1). Decerto, é inquestionável que desde a criação do euro até a eclosão da crise de 2007-2009, o mercado financeiro cresceu vertiginosamente, comparado com a economia real. Por causa disso, tem-se dito que a especulação sobre o sistema financeiro internacional foi o responsável pela última depressão, a qual somente encontra fenômeno semelhante retrocedendo-se à crise dos anos de 1930 (STROE, 2011, p. 1549; BELKA, 2009, p. 8; NOORD, 2009, p. 14; EICHENGREEN, 2009, p. 19).

No caso da Europa, grande especulação sobre a possibilidade de crescimento econômico acompanhou o processo de integração econômica que culminou na União Europeia. Durante os anos de euforia e otimismo, sobretudo a partir da instituição do Euro, grandes fluxos de capital provenientes de nações como Alemanha, França e Países Baixos convergiram para as periferias da Zona do Euro, como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha, (GIPS) e o Leste Europeu etc. O problema é que, com o tempo, estes países passaram a depender cada vez mais dos credores estrangeiros para cobrir seus déficits de poupança e investimento. À medida que a crise global se tornava irreversível, os investidores estrangeiros ficaram receosos de aplicar seu dinheiro para além de suas fronteiras. A súbita interrupção dos fluxos de capital produziu efeitos ainda mais devastadores sobre as economias europeias desprovidas de sólida força produtiva. Por causa disso, o lento crescimento gerou desequilíbrios fiscais que aumentaram rapidamente, de modo que os governos tiveram que assumir algumas dívidas de seus bancos, aumentando

ainda mais os volumes de dívida nacional (NOORD, 2009, p. 14-15; LANDESMANN, 2012, p. 1).

A fim de solucionar a crise, alguns governos da União Europeia impuseram medidas de austeridade num esforço de controlar os défices orçamentais e a dívida pública. Alguns países como a Grécia, Irlanda, Portugal e Chipre tiveram de recorrer à assistência financeira europeia e internacional para frear os efeitos negativos da contração. Desde o final de 2009, os efeitos da crise na zona do euro tem gerado tensões entre os estados-membros, sobretudo, no que diz respeito ao equilíbrio adequado entre a imposição de medidas de austeridade, o estímulo ao crescimento e a necessidade de uma maior integração fiscal. O caso da Grécia, por exemplo, tem produzido um grau ainda maior de acrimônia interna, levantando sérias questões sobre a solidariedade do grupo. Por causa disso, tem-se exacerbado as tensões políticas como resultado não apenas das afinidades históricas, mas principalmente devido à severidade das exigências impostas aos estados-membros em recessão por parte dos países economicamente fortes. Isso tem levantado intensa discórdia na região, fazendo com que se questione a sustentabilidade da União Europeia, enquanto alguns grupos propõem a imediata separação dos estados-membros individuais. (ARCHICK, 2016, p. 5-8).

Enquanto a França e a Itália enfatizaram a importância de políticas que promovam a integridade da zona do euro, a Alemanha e outros países como os Bélgica, Finlândia, Eslováquia e Eslovênia frisam a necessidade de todos os Estados-membros aderirem às regras fiscais estabelecidas (MÖLLER, 2014, p. 23). Além dos problemas econômicos, as pressões migratórias em curso, o avanço geopolítico russo e a crescente ameaça terrorista têm gerado um clima de desconfiança e incerteza quanto ao futuro da união (ARCHICK, 2016, p. 4). Como resultado, juntamente com a crise, a instabilidade e o aumento do desemprego, partidos nacionalistas têm crescido em diversos países, contrários, entre outras coisas, ao modelo de integração política e econômica vigentes na Europa (SCHMITT, 2014, p. 35-36). Na verdade, a súbita ascensão do nacionalismo étnico em diversas partes da Europa depois de 1989 foi um evento inesperado e inoportuno. Nem os intelectuais, nem o poder público parecem encontrar uma solução para esse problema. Ante à ausência de respostas convincentes e factíveis, várias pseudo-

teorias, fundadas amiúde em suposições e preconceitos, foram reavivadas de modo a fortalecer grupos nacionalistas que há muito estavam de certa forma alijados da vida política (SCHOEPFLIN, 2000, p. 14).

Alguns desses partidos tem obtido significativos ganhos não apenas nas eleições a nível local e nacional, mas também no Parlamento Europeu. Na Inglaterra, foram esses partidos “eurocéticos” que tomaram a dianteira como principais proponentes da realização do referendo concernente à permanência ou não do Reino Unido na União Europeia. Em meio a todos os problemas e desafios enfrentados nos últimos anos e a pressão política dentro e fora do Partido Conservador, eles propuseram reconsiderar as relações entre o Reino Unido e a União Europeia. Assim, em referendo realizado no dia 23 de junho de 2016 foi decidido por mais de 1,2 milhões de votos que o Reino Unido deixará o bloco europeu, o que fez aumentar ainda mais o clima de incertezas quanto ao futuro da União Europeia. Tal evento terá implicações não apenas no que concerne à relação do Reino Unido com a UE como um todo e com os Estados membros da UE individualmente, bem como com seus parceiros em todo o mundo. Para muitos países, o Reino Unido é um parceiro importante. Por isso, com certeza, a União Europeia perderá parte de sua influência sobre as relações econômicas mundiais.

Além do problema da imigração crescente, outra questão a levar o Reino Unido a abandonar o bloco reside no lento crescimento econômico do continente. Isso, em certa medida, faz recordar um dos argumentos mais importantes elaborado por List no que concerne à área livre comércio. Como exposto, o economista alemão acreditava que o comércio livre e sem restrições entre diferentes nações, reconhecendo todas elas as mesmas condições de direito entre si e renunciando aos próprios interesses, só poderia ser realizado com sucesso se as partes tivessem atingido grau similar de desenvolvimento industrial, civilização, cultura política e poder. Somente sob tais circunstâncias a união favoreceria o crescimento de todos. Caso contrário, as nações em estágio defasado de desenvolvimento teriam em pouco tempo solapadas suas já precárias forças produtivas. A rigor, observando a questão com as lentes de List, um sistema continental eficaz só poderia ter êxito se tivesse como objetivo concretizar uma participação igual nas vantagens resultantes desse pacto, o que não aconteceu até agora na União Europeia, uma vez que o

crescimento econômico de alguns dos seus membros resulta da importação de capital, e não do aprimoramento e ampliação de investimentos em infraestrutura, transporte, produção de energia e gestão de recursos hídricos, ou seja, no aprimoramento das condições necessárias para o desenvolvimento econômico harmônico entre as nações dividido por Lis (LIST, 1983 [1841], p. 124-286; 1850 [1839a], p. 65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Sistema Nacional de Economia Política* constitui evidência tangível de que grandes ideias não se manifestem de uma só vez. Ao contrário, elas se desenvolvem paulatinamente como resultado de longa reflexão e amadurecimento intelectual. Para compreender o pensamento econômico de List, largo caminho foi percorrido. Constatou-se que ele desenvolveu a sua concepção de Economia Política em um contexto de significativas transformações políticas e econômicas provocadas, sobretudo, pelo advento do Iluminismo, da Revolução Francesa, da ocupação napoleônica e da Revolução Industrial. Grande atenção foi concedida à reconstrução do universo cultural no interior do qual se constituíram o Romantismo e o Idealismo Alemão, porquanto esses movimentos literário-filosóficos influenciaram sobremaneira o conceito de nação em List, bem como o seu emprego crucial da História na análise econômica.

Do mesmo modo, destacaram-se os eventos primordiais na formação temporal e peculiar do pensamento de List. A princípio, ele mostrou-se leal seguidor de Adam Smith e Jean-Baptiste Say, a quem leu cuidadosamente durante sua vida acadêmica em Tübingen. Como ele mesmo recorda, porém, o corte epistemológico em seu modo de compreender a finalidade de Economia Política aconteceu após confrontar a doutrina liberal clássica com a realidade. Em outras palavras, depois de mensurar os benefícios advindos da proteção parcial instaurada por Napoleão contra a concorrência inglesa. A supressão das barreiras comerciais estabelecidas pelo novo regime deixou marcas profundas em List. Como funcionário público, responsável, entre outras coisas, pela fiscalização das alfândegas, ele conheceu em profundidade os efeitos negativos decorrentes da fragmentação do sistema tarifário

alemão, sobretudo, para a indústria e o comércio. Além disso, ele avaliou criticamente o estado desolador do Reino de Württemberg, ao defrontar-se com a situação lamentável dos assuntos públicos, dominado pelo absolutismo e pela corrupção (DAASTOL, 2011, p. 31).

Detalhou-se, outrossim, aspectos relativos à biografia de List, pois entende-se que uma sucessão de eventos trágicos em sua vida, como a morte de seu irmão Johannes List, seu pai e, logo depois, sua mãe, tiveram peso determinante em sua intensa atividade em favor de reformas administrativas. Nesse ínterim, entre outras coisas, List passou a defender veemente a união aduaneira e medidas protecionistas como forma de incentivar o desenvolvimento do comércio e da indústria alemães. É nesse momento que ele concebe o seu modelo de unidade econômica nacional. Em 1819, List já insistia que o objetivo dos Estados federados alemães deveria coalescer em torno da defesa contra os inimigos externos e da promoção do bem-estar da nação alemã, já que tais objetivos dificilmente poderiam ser alcançados pelos governos dos estados alemães individuais e em constante rivalidade. No tocante às fronteiras nacionais, continua List, as obrigações federais deveriam incluir a proteção não apenas por meio de exércitos, mas também mediante a instituição de um sistema tarifário com base no princípio de retaliação. Para List, as aduanas e pedágios internos da Alemanha constituíam grilhões e, enquanto permanecessem, impediriam qualquer forma de prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que sufocariam qualquer manifestação de sentimento genuinamente nacional (LIST, 1909 [1819b], p. 142-144).

Ao longo de toda sua vida, List propagou ideias que tinha seguido desde sua juventude. Muitas delas - integração econômica, liberdade e unidade política - foram esboçadas já em 1819. Com base nisso, buscou-se chamar a atenção para o fato de que, embora o conhecimento adquirido nos Estados Unidos tenha sido significativo para o aprimoramento de suas ideias econômicas, é evidente que List havia mudado sua opinião enquanto ainda habitava Württemberg, ou seja, baseando-se apenas na experiência alemã. Dois anos após desembarcar nos Estados Unidos, List afirma que seus *Outlines* resultaram de longos anos de estudo para a elaboração de um *Sistema* sobre a economia nacional alemã (LIST, 1909 [1827a], p. 148). Com efeito, antes de exilar-se na América, ele já era dotado de admirável conhecimento da

ciência econômica de sua época. É, portanto, questionável a afirmação de que List somente adquiriu maturidade intelectual quando de sua estadia em solo norte-americano.

Foi com a intenção de propor interpretação alternativa a esse ponto de vista que se realçou a influência do Historicismo e do Idealismo Alemão no pensamento listiano. Sem dúvida, um elemento a corroborar tal fato é o emprego incessante da História para fins heurísticos em suas obras. De fato, antes de List, autores como Hume, James Steuart, Smith e outros, baseavam-se na história para fundamentar suas argumentações. List, no entanto, empregou-a com outra finalidade. Seu propósito era criticar os postulados da escola clássica e averiguar, assim, a validade universal da doutrina do livre comércio. Já nos *Outlines*, pode-se verificar argumentos de natureza antropológica e, sobretudo, de caráter histórico para explicitar as incoerências daquela escola, como no caso em que ele discute o malogro da política econômica polonesa, quando esta apoiava-se na venda de bens de baixo valor agregado e na compra de manufaturados estrangeiros, ou as dificuldades atinentes à administração de vasta extensão territorial, como no caso da antiga Roma (LIST, 1909 [1827a], p. 185-200).

No século XIX, a História ocupou lugar de destaque em todas as manifestações culturais alemãs. Propôs-se, assim, a hipótese de que o emprego extensivo da História à análise econômica constituiu, no caso de List, expressão cultural do contexto em que ele se encontra inserido. Com isso, buscou-se dar um passo avante na interpretação do seu pensamento, pois há muito tempo ele tem sido lido apenas como uma reprodução das ideias fundamentais de Hamilton, Raymond, Carey e outros expoentes do *American System*. O objetivo foi reconsiderar a originalidade da obra do economista alemão. Nesse sentido, a contribuição de List em seus *Outlines* resulta, em certa medida, do contato com o Sistema Americano, mas também e, talvez, principalmente, de suas experiências anteriores. Sua estadia nos Estados Unidos não apenas reforçou suas ideias de unidade econômica e poderio nacional, mas também inseriu-lhe no riquíssimo debate sobre as tarifas alfandegárias naquele país. Verifica-se, contudo, que a maior contribuição dos debates econômicos nos Estados Unidos à formação de List foi ter legado-lhe a nítida percepção dos benefícios práticos do sistema de transporte ferroviário na

integração política e econômica de um vasto território. Essa experiência, sem dúvida, produziu efeitos duradouros em sua vida, pois foi a partir daí que ele intuiu de modo claro a possibilidade de interligar concretamente os estados alemães.

Ainda, para melhor entender a natureza complexa do problema com que List se defrontava, recorreu-se ao estudo da estrutura política do Sacro Império Germânico. Constatou-se que o vasto período durante o qual a Europa Central esteve fragmentada criou as condições propícias à profusão de uma miríade de postos aduaneiros e pedágios ao longo de praticamente todo o território alemão. Considerações acerca da abolição desses entraves ao comércio estiveram fora de cogitação por muito tempo, já que eles constituíam uma das principais fontes de receitas para os condes, duques, príncipes etc., em um contexto em que as guerras tornavam-se constantes e dispendiosas. Além disso, o estado de fracionamento em que se encontrava o Sacro Império forjou, outrossim, um sentimento de identidade local que, em grande medida, superava os laços de solidariedade nacional. Buscou-se, portanto, assinalar que a ideia de nação passou por um longo período de ressignificação em que foram incorporados à sua acepção original valores culturais e políticos que, a princípio, pareciam contrários às concepções cosmopolitas apregoadas pelo Iluminismo, mas que, em seguida, se tornaram expressões de repúdio à ocupação napoleônica.

Apesar da originalidade dessas concepções de nação, elas não foram suficientes para promover a integração política e econômica da Alemanha. Após a dominação napoleônica e o Congresso de Viena, o vasto território que compreendia o antigo Sacro Império Germânico foi reunido em 33 Estados alemães, com destaque para Áustria, Prússia, Saxônia, Baden, Württemberg, entre outros, que guardavam zelosamente seus direitos de autonomia, independência e, sobretudo, o controle sobre as inúmeras aduanas nos rios e estradas que cortavam seus domínios. Com efeito, a supressão das rivalidades entre estes estados foi levada adiante não apenas por conta de fatores culturais, mas, essencialmente, pelas novas necessidades oriundas da expansão do capitalismo. Foi por essa razão que se procurou ressaltar que as atividades política e intelectual de List em prol do livre comércio entre os Estados alemães revelaram-se decisivas para suprimir as tendências de clivagem historicamente construídas.

O breve estudo do Cameralismo mostrou-se importante para assinalar que parte considerável das obrigações delegadas por List ao Estado já eram profusamente discutidas no pensamento econômico alemão da época. Vislumbrou-se assim em que medida as ideias de Estado mínimo foram assimiladas nos territórios germânicos. Decerto, a ortodoxia liberal clássica teve maior aceitação em alguns Estados alemães do norte, em que a presença da coroa inglesa era significativa, graças às suas possessões na Europa Central. O mesmo ocorreu nas cidades hanseáticas, em que os comerciantes pugnavam por menor intervenção do Estado na economia, e, sobretudo, na Prússia. Por outro lado, não se percebe o mesmo nível de assimilação da doutrina clássica nos domínios do sul da Alemanha. Do mesmo modo, foi mostrado que a proposta de administração estatal eficiente propugnada pelo Cameralismo fundamentou, a longo prazo, as bases da economia nacional alemã, de modo que o discurso de List jamais esteve desprovido de audiência.

Ressaltou-se, igualmente, a influência do Iluminismo escocês tanto no Idealismo, como também na formação do pensamento econômico alemão. David Hume, por exemplo, não apenas acordou Kant do seu sonho dogmático, mas também influenciou a List, o qual discutiu amplamente alguns argumentos que aparecem nos *Escritos Econômicos* e na *History of England* de Hume. Basta citar aqui as proposições de Hume sobre os benefícios das manufaturas e das artes mecânicas e de como elas promovem crescimento de todas as outras atividades produtivas ao estimular os trabalhadores a elevarem ao máximo sua habilidade e engenhosidade visando a aquisição dos artigos que possam satisfazer-lhes o prazer e a vaidade. List, na verdade, não apenas esgota todas as consequências desse raciocínio, mas também encontra na organização da indústria moderna o princípio que lhe permite intuir o fundamento teórico do *Zollverein*, bem como a justificativa quanto à necessidade de integrar os Estados alemães.

De Adam Smith, apreendeu List o princípio para a elaboração de um dos seus maiores aportes à economia, qual seja, sua teoria das forças produtivas e, por conseguinte, sua concepção de capital mental. De fato, o próprio List reconhece ter sido Smith o mentor da teoria das forças produtivas. Na introdução de *A Riqueza das*

Nações, o economista escocês afirma que o aumento da riqueza depende primeiramente da *força produtiva* da mão-de-obra, ou seja, do grau de habilidade, destreza e competência com o qual ela é aplicada. List, todavia, percebe Smith demasiadamente imbuído da ideia cosmopolita de liberdade universal de comércio, bem como de divisão do trabalho, visando explorar ao máximo os benefícios advindos do desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Por outro lado, ao conferir novo sentido ao raciocínio de Smith, List concebe a ideia de que, tal como a produtividade de uma fábrica de agulhas aumenta exponencialmente devido à divisão e à cooperação de cada trabalhador, do mesmo modo, a riqueza da nação resulta não apenas da divisão das operações comerciais, mas, principalmente, da união das forças produtivas nacionais.

Em List, a premissa da unidade econômica se exprime em sua totalidade no conceito de nação, não sendo razoável, portanto, que a mesma estivesse dividida e, muito menos, dependente do comércio internacional, visto que as rivalidades e as guerras poderiam colocar em risco a sobrevivência nacional ao interromper o intercâmbio comercial com o exterior. Além de explicitar as vantagens econômicas resultantes da integração econômica, outra colaboração de List, no que diz respeito à expansão das forças produtivas, foi sua incessante defesa de medidas protecionistas como forma de promover o desenvolvimento da indústria nacional. Fundou List, desse modo, os alicerces de uma concepção de economia política que incumbe o Estado de responsabilidades maior no tocante, entre outras coisas, ao aperfeiçoamento das forças produtivas nacionais por meio do incentivo à formação contínua do capital mental. Este, por sua vez, constituiria a parte mais importante da riqueza da nação, assentando, assim, as bases últimas de uma concepção imaterial da economia e da civilização.

Soaria demasiado romântico admitir que List fez tudo isso despido de qualquer outro interesse que não o ideal de unir a Alemanha. Constata-se que, em vários momentos de sua vida, ele atuou em proveito próprio. Do mesmo modo, sua teoria não é isenta de limitações. Um exemplo disso se encontra em sua ideia de que as nações devem passar por quatro estágios de desenvolvimento e que os povos que habitam as regiões dos trópicos estão fadados, pela natureza, à morosidade, à anarquia social, à imprevidência etc., cabendo-lhes, na melhor das

hipóteses, a função de fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios às nações temperadas. List também não considerou, em sua reflexão sobre o livre comércio, se no interior de uma área aduaneira limitada, os mesmos efeitos negativos do *free trade* não seriam replicados entre as distintas regiões, problema que tem se verificado, por exemplo, no caso da União Europeia.

De fato, os proponentes da união aduaneira europeia parecem não ter examinado em profundidade em que medida a supressão das barreiras comerciais pode proporcionar vantagens a todos os países participantes. Outrossim, eles reconheceram o êxito do *Zollverein* alemão, desconsiderando, contudo, um amplo conjunto de fatores que concorreram para seu sucesso. Atualmente, o maior desafio da União Europeia consiste em impedir que a comunidade venha a se fragmentar. Em 2015, a Islândia retirou seu pedido de adesão à União Europeia. No presente instante, um dos seus mais importantes membros, a saber, o Reino Unido, já acionou a cláusula de desligamento. Ainda é cedo, porém, para se fazer prognósticos acerca do futuro da União Europeia. O que se percebe é que o viés econômico da integração não foi capaz de suprimir séculos de rivalidades e ressentimentos entre os diversos países que compõem o grupo, muito menos promover o desenvolvimento econômico uniforme de todos os membros. Tudo isso evidencia ser esse o momento crucial para se repensar não apenas o futuro da Europa, mas também a própria validade geral do postulado listiano.

Volumosa produção acadêmica sobre o pensamento econômico de Friedrich List encontra-se em curso em praticamente todo o mundo. Na Alemanha, além da *List-Gesellschaft*, que, por meio da *List Forum für Wirtschafts-und Finanzpolitik*, (Forum List para Política Econômica e Financeira), continua a promover conferências sobre questões afins, merece destaque a *Friedrich-List-Instituts*, fundada em 1992, no momento, sob a direção do Professor Eugen Wendler, renomado estudioso de List, que contribui de forma constante para a divulgação da obra do economista alemão. A esse respeito, também é digno de menção o trabalho dos pesquisadores Arno M. Daastøl, Ha-Joo Chang, David Levi-Faur, Mauro Boianovsky, Keith Tribe, William O Henderson, entre outros, que tem se ocupado de discutir a nível teórico as implicações do pensamento econômico de List. Tal fato

sugere que a obra do economista alemão segue despertando grande interesse acadêmico e político devido a sua relevância e atualidade.

REFERÊNCIAS

Literatura Primária

LIST, Friedrich. Vorschläge, Deutschlands künftigen Handel betreffend. **Allgemeiner Anzeiger der Deutschen**, n. 209-211, p. 2209-2216, 1815.

LIST, Friedrich. Gutachten über die Errichtung einer Staatswirthschaftlichen Fakultät (1817). In: HAUESSER, Ludwig (ed). **Friedrich List's gesammelte Schriften (Zweiter Theil). Band II, Stuttgart und Tübingen.** J.G. Cotta'scher Verlag, p. 1-14, 1850.

LIST, Friedrich. Aufsätze in Sache des Handelsvereins (1819a). In: HAUESSER, Ludwig (ed). **Friedrich List's gesammelte Schriften (Zweiter Theil).** Band II, Stuttgart und Tuebingen. F.G. Cotta'scher Verlag, p. 15-62, 1850.

LIST, Friedrich. Petition on behalf of the Handelsverein to the Federal Assembly (1819b). In: HIRST, Margaret E. **Life of Friedrich List and Selections from his Writings.** London: Smith, Elder & CO., p. 135-144, 1909.

LIST, Friedrich. Introduction to the National System of Political Economy. In: HIRST, Margaret E. **Life of Friedrich List and Selections from his Writings.** London: Smith, Elder & CO., p. 287-318, 1909.

LIST, Friedrich. Outlines of American Political Economy (1827a). In: HIRST, Margaret E. **Life of Friedrich List and Selections from his Writings.** London: Smith, Elder & Co., p. 147-272, 1909.

LIST, Friedrich. Speech to the Pennsylvania Society (1827b). In: HIRST, Margaret E. **Life of Friedrich List and Selections from his Writings.** London: Smith, Elder & CO., p. 273-286, 1909.

LIST, Friedrich. **Mittheilungen aus Nord-Amerika.** Hamburg: Ernst Weber und E.W. Arnold. Erstes Helf (Ueber Canaele und Eisenbahnen, 1829.

LIST, Friedrich. Ideas sur les réformes économiques, commerciales e financières, applicables à la France. **Revue Encyclopédique, ou Analyse raisonnée des**

productions les plus remarquables dans la littérature, les sciences et les arts.
n. 30, p. 37-52, 1831.

LIST, Friedrich. **Über ein sächsisches Eisenbahn-System als Grundlage eines allgemeinen deutschen Eisenbahn-Systems** (1833). Leipzig: Philipp Reclam jun. Verlag, 1897.

LIST, Friedrich. **The Natural Sistem of Political Economy** (1837). London: Frank Cass and Company Limited. 1983.

LIST, Friedrich. **Die Welt bewegt sich. Über die Auswirkungen der Dampfkraft und der neuen Transportmittel auf die Wirtschaft, das bürgerliche Leben, das sozieale Gefüge und die Macht der Nation** (1837b). (Pariser Preisschr.). Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1985.

LIST, Friedrich. **Das deutsche National-Transport-System in volks-und staatswirthschaftlicher Beziehung beleuchtet.** Altona und Leipzig, Hammerich Verlag, 1838.

LIST, Friedrich. Die Freiheit und die Beschränkungen des auswaertigen Handels aus dem historischen Gesichtspunkt beleuchtet (1839a) In: HAUSSER, Ludwig (ed.). **Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tübingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 63-100, 1850.

LIST, Friedrich. Das Wesen und Werth einer nationalen Gewerbsproduktivkraft (1839b). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) **Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tübingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 101-149, 1850.

LIST, Friedrich. Das nationale System der politischen Oekonomie. Der internationale Handel, die Handelspolitik und der deutsche Zollverein (1841). In: HÄUSSER, Ludwig (ed). **Friedrich List's gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tübingen. F.G. Cotta'scher Verlag, 1851.

LIST, Friedrich. **Das deutsche Einsenbahnsystem als Mittel zu Verkommung der deutsche Industrie, des deutschen Zollvereins und des deutschen Nationalverbandes überhaupt.** Stuttgart und Tuebingen: J. G. Cotta'scher Verlag, 1841b.

LIST, Friedrich. Die Ackerverfassung, die Zwergwirtschaft und die Auswanderung (1842). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) **Friedrich List's gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 150-234, 1850.

LIST, Friedrich. Zur deutschen Eisebahnfragen (1844). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) **Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II. Stuttgart und Tübingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 235-254, 1850.

LIST, Friedrich. Die politische oekonomische Nationalheit der Deutschen (1846b). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) **Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 367-434, 1850.

LIST, Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política** (1841). São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

LIST, Friedrich. **The National System of Political Economy** (1841). London: Longman's Green & Co, 1985.

LIST, Friedrich. Preussen und der Zollverein. **Das Zollvereinsblatt**. n. 1, Zweiter Jahrgang, p. 41-44, 1 januar 1844.

LIST, Friedrich. Brife über die grossen Fragen des Tages. **Das Zollvereinsblatt**, n.1, Zweiter Jahrgang, p. 5-33, 1844.

LIST, Friedich. Ueber die national-ökonomische Reform des Königreiches Ungarn (1845). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) **Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p.299-366, 1850.

LIST, Friedrich. Politik der Zukunft. (Aus List's Zollvereinsblatt vom 15 Januar 1846). **Allgemeine Zeitung**, n. 39, p. 305-312, 1846a.

LIST, Friedrich. Ueber den Werth und die Bedingungen einer Allianz zwischen Grossbritannien und Deutschland (1846b). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) **Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)**. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cotta'scher Verlag, p. 435-468, 1850.

LIST, Friedrich. **Die Lehren der Handelspolitischen Geschichte der Europäischen Staaten und der Vereinigten Staaten von Amerika: Auszug aus dem nationalen System der politischen Oekonomie**. Stuttgart: Verlag der Königl. Hofbuchhandlung von Julius Weise, 1877.

Literatura Secundária sobre List

ABBOTT, John S. **History of Prussia**. New York: Dood, Mead, and Company, 1882.

ANDERSON, Matthew S. **Europe in the Eighteenth Century, 1713-1783**, London: Routledge, 2014.

ALESINA, Alberto; REICH, Bryoni; RIBONI, Alessandro. Nation-Building, Nationalism and wars. **NBER Working Paper Series**. n. 23435, p. 1-39, 2017.

ALEXANDRE, Antonio F. Economia e Política em Hume. **Philosophica**, n. 11, p. 133-152, p. 1998.

ALIGHIERI, Dante. **La Monarchia**. Florentiae: Typis Allegrini Mazzoni, 1839.

ARTHMAR, Rogério. Hume, Smith e as etapas da sociedade comercial. **Encontro Nacional de Economia ANPEC**, 2013.

ARCHICK, Kristin. The Europe Union: Current Challenges and Future Prospects. **Congressional Research Service**, n. 7, p. 1-21, 2016.

AZEVEDO, Jose L. **Épocas de Portugal Económico: esboços de história**. Lisboa: Classica, 1997.

BACKHOUSE, Roger E. **Early Histories of Economic Thought (1824-1914)**. London & New York: Routledge, 2000.

BALOGLOU, Christos P. Jeremy Bentham (1748-1832). In: BACKHAUS, Jürgen G. (ed). **Handbook of the History of Economic Thought: Insights on the Founders of Modern Economics**. New York: Springer, p.279-298, 2012.

BAVEL, Bas J. P; ZANDEN, Jan L. The Jump-start of the Holland Economy during the Late Medieval Crisis, c. 1350 – c. 1500. **Economic History Review**. Vol 57. p. 503-532, 2004.

BEARD, Joseph. **The Administration of Spain under Charles V, Spain's New Charlesmagne**. 2005, 232f. (Dissertação) Mestrado em História das Arte, University of Texas, Texas, 2005.

BELL, John F. Frederick List, Champion of Industrial Capitalism. **The Pensilvânia Magazine of History and Biography**, Vol. 66, n. 1, p. 56-83, 1942.

BELL, John F. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BELKA, Marek. The global economic crisis is testing the cohesion of the European Union. **Finance & Development**, Vol. n. 2, p. 8-12, 2009.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: Printed for W. Pickeringin, 1823.

BENTO, Luiz Carlos. Historicisimo e Historia: A especificidade do conceito de sentido histórico em Herder e Droysen. In: BENTO, Luiz Carlos (org). **História e Ensino de História: as Perspectivas do Saber Histórico e sua Culminância para o Desenvolvimento de um Projeto de Homem**. Jundiaí: Paco Editorial, p. 13-25, 2010.

BERDAHL, Robert M. **The Politics of the Prussian Nobility: The Development of a Conservative Ideology, 1770-1848**. New Jersey: Princeton University Press. 1988.

BERDAHL, Robert M. New Thoughts on German Nationalism. **The American Historical Review**, Vol 77, n. 1, pp. 65-80, 1972.

BERLIN, Isaiah. **Vico and Herder: Two studies in the History of Ideas**. London: Chatto & Windus, 1976.

BERRY, Christopher J. Hume and Superfluous Value or the Problem with Epictetus Slippers. In: WENNERLIND, C.; SCHABAS, M. (ed). **David Hume's political economy**. London: Routledge, p. 49-64, 2008.

BOCHUD, François (ed). **Fundamentale Frage Kuenftiger Waerungspolitik**. Kyklos-Verlag (Veroeffentlichungen der List Gesellschaft): Basel e Tübingen, 1965.

BOEHME, Helmut. **An Introduction to the Social and Economic History of Germany: Politics and Economic Change in the Nineteenth and Twentieth Centuries**. Oxford: Basil Blackwell, 1978.

BOIANOVSKY, Mauro. Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries. **History of Political Economy**, Vol. 45, n. 4, p. 1-52, 2011.

BONNEFON, Charles. **História da Alemanha**. São Paulo: Nacional, 1941.

BORBÉLY, Emesse. J. A. Schumpeter und die Innovationsforschung. **MEB Budapest Tech**, n. 17, p. 401-411, 2008.

BORCHARDT, Knut; SCHÖTZ, Hans-Otto. Wirtschaftspolitik in der Krise – Die Geheimkonferenz der Friedrich-List-Gesellschaft im Setember 1931 über Möglichkeiten und Folgen einer Kreditausweitung. **Aus Monografien der List-Gesellschaft Neue Folge**, Vol. 13, p. 1-6, 1991.

BLAUFARB, Rafe. Napoleon and the Abolition of Feudalism. In: FORREST, A.; WILSON, P. H. (Org.) **The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 131-154, 2009.

BLAUG, Mark. **Economic Theory in Retrospect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BLAUG, Mark. No History of Ideas, Please, We're economists. **Journal of Economic Perspective**. Vol. 15, n. 1, p. 145-164, 2001.

BLÄTTLER, Sidonia: Nationale Identität, nationaler Gegensatz und die Geschlechterdifferenz am Beispiel von Fichtes „Reden an die deutsche Nation. **IWM Working Paper**, n. 2, p. 1-18, 2002.

BREUILLY, John. The Response to Napoleon and German Nationalism. In: FORREST, A.; WILSON, P. H. (Org.) **The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 256-283, 2009.

BREUILLY, John. **Nationalism and State**. Manchester: Manchester University Press, 1982.

BRÜGELMANN, Hermann. **Politische ökonomie in kritischen Jahren — die Friedrich List-Gesellschaft e.V. von 1925–1935**. Tübingen: Veröffentlichungen der List Gesellschaft e.V., Bd. I, 1956.

BUARQUE, Virgínia C. Fundamentos para uma História da Diversidade e da Transformação Cultural: A Obra de J. G. Herder. **Encontros**. Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 1, p. 85-61, 2003.

BURNS, Jimmy H. Happiness and Utility: Jeremy Bentham's Equation. **Utilitas**. Vol. 17, n. 1, p. 46-61, 2005.

BURY, John B. **The Idea of Progress: An inquiry into its Origem and Growth**. New York: Cosimo Classics, 2008.

BUTLER, Jon. The Revocation of the Edict of Nantes and Huguenot Migration to South Carolina. In: GOLDEN, Richard M. (ed). **The Huguenot Connection: The Edict of Nantes, Its Revocation, and Early French Migration to South Carolina**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, p. 63-82, 1988.

CAHNMAN, Werner J. Concepts of Geopolitics. **American Sociological Review**, Vol. 8, n. 1, p. 55-59, 1943.

CAMIC, Charles. **Talcott Parsons: The Early Essays**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

CANNAN, Edwin. **A History of the Theories of Production and Distribution in English Political Economy from 1776 to 1848**. London: P. S. King & Son, Orchard House, 1903.

CARSTEN, Jahnke. **Die Hanse**. Stuttgart: Reclam. 2014.

CARVALHO, Genésio de. **Introdução às finanças internacionais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CATTANEO, Calo. Scritti Economici. In: BERTOLINO, A. (ed). **Dell' Economia Nazionale di Federico List**. Vol. II, Firenze: Felice le Monnier, p. 355-424, 1956.

CAVALLAR, Georg. **Kant's Embedded Cosmopolitanism: History, Philosophy and Education for World**. Göttingen: Hubert & Co. 2015.

CHANG, Ha-Joo. **Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective**. London: Anthem Press, 2007a.

CHANG, Ha-Joo. **Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism**. London: Bloomsbury Press, 2007b.

CHEVALLIER, Jean Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

CONDORCET, Jean A. N. **Outlines of an Historical View of the Progress of the Human Mind**. London: J. Johnson Publishers, 1795.

COLISH, Marcia. **The Stoic Tradition from Antiquity to the Early Middle Ages: Stoicism in Classical Latin Literature**. Leiden: E. J. Brill Publishers, 1985.

COOPER, Thomas. **Lectures on the Elements of Political Economy**. Columbia: S. C. M' Morris & Wilson, Printers, 1829.

CONVERSI, Daniele. Cosmopolitanism and Nationalism. In: LEOUSSI, Athena S; SMITH, Anthony D. (eds). **Encyclopaedia of Nationalism**. New Jersey: Transaction Publishers, p. 34-39, 2001.

CORBISIER, Roland. **Hegel: Textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

COUSTILLAC, Mechthild. Friedrich List (1789-1846): la construction d'un système d'économie politique entre libéralisme et nationalisme. In: ALCOUFFE, Alain; DIEBOLT, Claude. **La pensée économique allemande**, Paris: Economica. p. 201-226, 2009.

CHOLEWIAK, David B. Giambattista Vico's Idea of Progress: The Collapse of Reason. **All-College Writing Contest**. n. 1. p.5-21, 1994.

CUNHA, Alexandre M. Johann Heinrich Gottlob Von Justi (1717-1770) e o pensamento cameralista. **Encontro Nacional de Economia ANPEC**, 2013.

CUNHA, Marcelo Durão R. **O caminho à unidade: Heinrich von Sybel e os dois momentos do conceito de nação na Alemanha oitocentista**. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CUSUMANO, Vito. **Le Scuole Economiche della Germania in rapporto alla Quis-tioni Sociale**. Napoli: Giuseppe Marghieri, 1875.

CUSUMANO, Vito. **Le scuole economiche della Germania in rapporto alla ques-tione sociale. La scuola del libero scambio, i socialisti cattedratici, i conserva-tori sociali, il socialismo**. Napoli: Studii, 1875.

DAASTØL, Arno M. **Friedrich List's Heart, Wit and Will: Mental Capital as the Productive Force of Progress**. 2011, 583f. Tese (Doutorado em Economia) - Staatswissenschaftliche Fakultät, Universität Erfurt, Erfurt. 2011.

DAASTØL, Arno M. Friedrich List: the international dynamics of mindpower. In: REINERT, Erik S; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer (eds). **Handbook of Alternative Theories of Economic Development**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p. 87-106, 2016.

DE CECCO, Marcello. **L'oro di Europa: monete, economia e politiche nei nuovi scenari mondiali**. Roma: Donzelli Editore, 1999.

DELANTY, Gerard. The cosmopolitan imagination: critical cosmopolitanism and so-cial theory. **The British Journal of Sociology**. Vol. 57, n. 1, p. 25-47, 2006.

DEYON, Pierre, **O Mercantilismo**. Lisboa: Gradiva, 1989.

DINAN, Desmond. **Europe Recast: A History of European Union**. Boulder: Lynne Rienner, 2014.

DINAN, Desmond. Fifty Years of European Integration: A Remarkable Achievement. **Fordham International Law Journal**. Vol. 31, n. 5, p. 1118-1142, 2007.

DONALDSON, Bruce. **Dutch: A linguistic history of Holland and Belgium**. Leiden: Uitgeverij Martinus Nijhoff, 1983.

DRAY, William. Isaiah Berlin, Vico and Herder: Two Studies in the History of Ideas. **Canadian Journal of Philosophy**. Vol 9, n. 1, p. 179-183, 1979.

DUMKE, Rolf. H.. Tariffs and Market structure: The German Zollverein as a Model for Economic Integration. In: LEE, Robert W. (ed.) **German Industry and German In-**

dustrialisation: Essays in German Economic and Business History in the Nineteenth and Twentieth Centuries. London: Routledge, 1991.

DUMKE, Rolf H. Der Deutsche Zollverein als Modell ökonomischer Integration: Wirtschaftliche und politische Integration in Europa im 19. und 20. **Geschichte und Gesellschaft – Sonderheft**, Vol. 10, p. 71-101, 1984.

EARLE, Edward M. Friedrich List, Forerunner of Pan-Germanism. **The American Scholar**, Vol. 12, n. 4 p. 430-443, 1943.

EDELMAYER, Friedrich. Nuevas investigaciones sobre la historia del Sacro Império Romano Germânico (1519-1648). **Cuadernos de Historia Moderna**, n. 15, p. 171-189, 1994.

EICHENGREEN, Barry. Stress Test for the Euro: countries tempted to abandon the European currency face formidable barriers. **Finance & Development**. Vol. 46, n. 2, p. 19-23, 2009.

ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

ERB, Gottfried; ROGGE, Peter. **Preispolitik im Teilintegrierten Markt.** Basel und Tübingen: Kyklos-Verlag (Veröffentlichungen der List Gesellschaft), 1958.

EULAU, Heinz H. F. Theories of Federalism under the Holy Roman Empire. **The American Political Science Review**. Vol. 35, n. 4, p. 643-664, 1941.

FERRER, Diego. O Nacionalismo de Fichte e a Transformação da Doutrina da Ciência. **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 17, p. 97-119. 2000.

FICHTE, Johannes G. **Reden an die deutsche Nation.** Berlin: Realschulbuchhandlung, 1808.

FICHTE, Johannes G. **Addresses to German Nation.** New York: Cambridge University Press, 2009.

FICHTE, Johannes G. **Der Geschlossene Handelsstaat: Ein philosophischer Entwurf als Anhang zur Rechtslehre, und Probe einer kuenftig zu liefernden Politik.** Tübingen: J. G. Cotta'schen Buchhandlung, 1800.

FICHTE, Johannes G. **Beitrag zur Bereichtigung der Urteile des Publikums über die Französische Revolution.** Danzig: Verlag Ferdinand Troschel, 1793.

FICHTE, Johannes G. **Fichte: Seleção de textos.** São Paulo: Abril Cultura, 1980.

FORSTER, Michael (org). **Herder's Philosophical Writings.** Cambridge: University Press, 2002.

FORREST, A.; WILSON, P. H. (Org.). **The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

FRANÇA, Lincoln M. Hegel, o Movimento Especulativo do Espírito e a História. **Revista Simbiologias**, Vol. 3, n. 5, p. 75-89, 2010.

FREEMAN, Lawrence. Economic Wealth Flows from the Mind. **Fidelio**. Vol. 6, n. 1, p. 95-97, 1997.

FREEMAN, L.; BOWEN, M. The Legacy of Friedrich List: The American System's Battle Against British Free Trade. **The American Patriot**, Vol. 1, p. 56-59, 2008.

FRIELAND, Klaus. The Hanseatic League and Hanse Towns in the Early Penetration of the North. **Arctic**, Vol 37, p. 539-543, 1984.

FUCHS, Erich. Fichte capostipite del nazionalismo tedesco? Contributo alla comprensione dei Discursi alla Nazione Tedesca. **Archivio di storia della cultura**. Anno XIX, p. 3-15. 2006.

FURNISS, Henry. Life of Frieddrich List, and Selections from his Writings by Margaret E. Hirst and F. W. Hirst. **The Economic Journal**. Vol. 19, n. 75, p. 432-435, 1909.

GALATI, Gabriele. Triennal Central Bank Survey of Foreign Exchange and Derivatives Market Activity in April 2007. **Bank for International Settlements – Monetary and Economic Department**, Vol. 1, p. 1-20, 2007.

GIRAUDEAU, Martin. Performing Physiocracy: Pierre Samuel Du Pont de Nemours & the limits of Political Engineering. **Journal of Cultural Economy**, Vol. 3, n. 2, p. 225-242, 2010.

GOUVEIA, Regiane Cristina, Projetos para a Nação: reflexões a partir de Fichte, Renan e Rodó. **Revista Ágora**, n.12, p. 1-15. 2011.

GORDON, P: WHITE, J. **Philosophers as Educational Reformers: the influence of Idealism on British educational thought and practice**. New York: Routledge, 2010.

GOETHE, Johann W. **Fausto**. Sao Paulo: Ed. Tres, 1974.

GÓMES, Juan L. J. La Idea de Nación: Fichte y Hegel. **Saberes**, Vol. 3, p. 1-14, 2005.

GOTTHART, Axel. El Sacro Imperio durante la Guerra de los Treinta Años. **Salamanca**, n. 23, p. 149-170, 2001.

GRAICHEN, Gisela; KIESOW-HAMMEL, Rolf. **Die Deutsche Hanse: Eine heimische Supermacht**. Hamburg: Rowohlt Verlag. 2013.

GRAMPP, William D. The Liberal Elements in English Mercantilism. **The Quarterly Journal of Economics**. Vol. 66, n. 4, p. 465-501, 1952.

GRIEVE, Roy H. Nearer to Sraffa than Marx: Adam Smith on Productive and Unproductive Labour. **SIRE Discussion Paper**. n. 36. p. 1-28, 2013.

GRIEVE, Roy. H. Adam Smith's concept of productive and unproductive labour: an interpretation. **Strathclyde – Discussion Papers in Economics**, n. 8, p. 1-29, 2005.

GUERRERO, Omar. Las Ciencias Camerales. **Ensayos**. Vol. 2, n. 6, p. 16-20, 1985.

GUERRERO, Omar. **Las Ciencias de la Administración del Estado**. México: Fontamata, 1986.

GUDEMAN, Alfred. The Sources of the Germania of Tacitus. **Transactions and Proceeding of the American Philological Association**, Vol. 31, p. 93-111, 1900.

GUERLAC, Henry. Vauban: The Impact of Science on War. In: PARET, Peter (ed). **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

GUISCCIARDI, Francesco. **Storia d'Italia**. Torino: Letteratura italiana Einaudi. 1971.

GUZZETTI, Luca. **A Brief History of European Union Research Policy**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1945.

HAGEMANN, Karen. Desperation to the Utmost: The Defeat Occupation in Prussian Experience and Perception. FORREST, A.; WILSON, P. H. (Org.). **The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 191-213. 2009.

HALLSTEIN, Walter. The European Economic Community. **Political Science Quarterly**. Vol. 78, n. 2, p. 161-178, 1963.

HAMILTON, Alexander. Report to Congress on the Subject of Manufactures. **Annals of the Second Congress**, Appendix, p. 971-1034.

HART, Marjoleint. Town and Country in the Dutch Republic 1550-1800. In: EPSTEIN Stephan. R. (ed). **Town and Country in Europe 1300-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 80-105, 2009.

HARRY, Landreth; COLANDER, David C. **History of Economic Thought**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1994.

HÄUSSER, Ludwig (ed.). **Friedrich List's gesammelte Schriften**. (Erster Theil). Stuttgart und Tübingen. F. G. Cotta'schen Verlag, 1850.

HALLSTEIN, Walter. The European Economic Community. **Political Science Quarterly**. Vol. 78, n. 2, p. 161-178, 1963.

HAUG-MORITZ, Gabriele. The Holy Roman Empire, the Schmalkald League, and the Idea of Confessional Nation-Building. **Proceedings of American Philosophical Society**. Vol. 152, n. 2, p. 427-439, 2008.

HECKSCHER, Eli F. **La Epoca Mercantilista: Historia de la organizaciòn y las ideas econòmicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal.** México: Fondo de Cultura Economica, 1943.

HEGEL, Georg F. W. **Fenomenología del Espíritu.** Ciudad del México: Fondo de Cultura Economica, 1987.

HEGEL, George F. W. **Vorlesungen über Rechtsphilosophie 1818-1831. Der objektive Geist ; Naturrecht und Staaswissenschaft nach der Vorlesungsnachschrift von C.G. Homeyer 1818/19 ; Zeitgenössische Rezensionen der Rechtsphilosophie : aus der Heidelberger Enzyklopädie 1817, mit Hegels Vorlesungsnotizen 1818-1819.** Stuttgart: Frommann Holzboog, 1973 .

HEGEL, Georg F. W. **Enzyklopaedie der philosophischen Wissenschaften (1830).** Felix Meiner Verlag: Hamburg, 1969.

HEGEL, Georg F. W. **Grundlinien der Philosophie des Rechts.** Berlin: In der Nicolaischen Buchhandlung, 1821.

HEGEWISH, Dietrich H. **Welche von den europaeischen Nazionen hat das Merkantilsystem zuerst vollständig in Ausübung gebracht?.** In: HEGEWISCH, Dietrich H. *Historische und Litterarische Aufsätze.* Kiel: Neuen academischen Buchhandlung, p. 145-153, 1801.

HENDERSON, James P.; DAVIS, Jonh B. Adam Smith's influence on Hegel's philosophical writings. **Journal of the History of Economic Thought**, Vol. 13, n. 2, p. 184-204, 1991.

HENDERSON, William O. **Friedrich List: Economist and Visionary 1789- 1846.** New York: Frank Cass and Company Limited, 2006.

HENDERSON, William O. Friedrich List: Railway pioneer. In: CHALONE William H; RATCLIFFE, Barrie M (eds). **Trade and Transport: Essays in Economic History in honour of T. S. Willan.** Oxfort: Manchester University Press, pp. 136-156, 1997.

HENDERSON, William O. **The Rise of German Industrial Power 1834-1914.** California: University of California Press, 1975.

HENDERSON, William O. The German Zollverein and the European Community. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft / Journal Institutional and Theoretical Economics**. Vol. 137, n. 3, p. 491-507, 1981.

HERDER, Johann G. **Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit**. (Erster Band). Leipzig: Johann Friedrich Hartknoch Verlag, 1841.

HERDER, Johannes G. Alklalliks Rede an feinen Schuh. In: **Sämmtliche Werke. Zur Philosophie und Geschichte**. (Zweiter Theil). Karlsruhe, Bureau der deutschen Classiker, 1820.

HERDER, Johann G. **Filosofía de la Historia para la Educación de la Humanidad** (1774). Buenos Aires: Editorial Nova, 2007.

HIRST, Margaret E. **Life of Friedrich List and Selections from his Writings**. London: Smith, Elder & CO., 1909.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin (eds). Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. **Contributions to the History of Concepts**. Vol. 7, n. 1, p. 78-128, 2012. p. 78.

HUGHES, Jonathan. **American Economic History**. Evanston: Harper Collins Publishers, 1990.

HUME, David. **Essays Moral, Political and Literary**. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.

HUME, David. **Escritos econômicos**. São Paulo: *Abril* Cultural, 1983 (Os Economistas).

HUNT, Diana. **Economic Theories of Development: An analysis of competing paradigms**. New York [etc.]: Harvester Wheatsheaf, 1989.

IGGERS, Georg G. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical thought from Herder to the Present**. Connecticut: Wesleyan University Press. 1983.

IRWIN, Douglas A. Mercantilism as Strategic Trade Policy: The Anglo-Dutch Rivalry for the East India Trade. **Journal of Political Economy**, Vol. 99, n. 6, p. 1296-1314, 1991.

JAMES, Harold. The Causes of the German Banking Crisis of 1931. **The Economic History Review**, Vol 37, n. 1, p. 68-87, 1984.

JANSSEN, Hauke. **Zwischen Historismus und Neoklassik: Alexander Ruestow und die Krise in der deutschen Volkswirtschaftslehre**. Tübingen: Hamburgischer Weltwirtschafts Institut, 2009.

JOHNSON, Lonnie. **Central Europe: Enemies, Neighbors, Friends**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

JUSTI, Johann H. G. **Staatswirtschaft oder systematische Abhandlung aller Oeconomischen und Cameral-Wissenschaften, die zur Regierung eines Landes erfordert werden**. Leipzig: Bernhard Christoph Breitkopf Verlag, 1755.

KALERGI-COUDENHOVE, Richard. **Pan-Europa**. Wien: Pan-Europa-Verlag, 1982.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2007.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma Historia Universal de um ponto de vista Cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KIM, Hak-le. **Industrie, Staat und Wirtschaftspolitik: Die Konjunkturpolitische Diskussion in der Endphase der Weimar Republik 1930-1932/33**. Berlin: Duncker & Humblot, 1997.

KELLENBENZ, Hermann. The Impact of Growth on Government: The Example of Spain. **The Journal of Economic History**. Vol. 27, n. 3, pp. 340-362, 1967.

KLEINGELD, Pauline. Six Varieties of Cosmopolitanism in Late Eighteenth-Century Germany. **Journal of the History of Ideas**. Vol. 60, n. 3, p. 505-524, 1999.

KOCH, Hannsjoachim W. **A History of Prussia**. New York: Routledge, 1996.

KOHN, Hans. **The Idea of Nationalism**. New York: Times Book Review, 1944.

KOHN, Hans. **The Idea of Nationalism: a study in its origins and background**. New Jersey: Transaction Publishers. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Begriffsgeschichten: Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social**. Madrid: Trotta, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. A Response to Comments on the Geschichtliche Grundbegriffe. In: LEHMANN, Hartmut; RICHTER, Melvin (eds). The Meaning of historical terms and concepts: New studies on Begriffsgeschichte. **German Historical Institute, Occasional Paper**, n. 15, p. 59-70, 1996.

KRAUS, Christian Jacob. **Staatswirthschaft: öffentlichen Lehrer der praktischen Philosophie und der Cameralwissenschaften auf der Koenigsbergischen Universitaet**. Koenigsberg: Hans von Auerswald, 1808.

KRAUS, Hans C. Del Cameralismo a La Economía Nacional: La tradición alemana de las ciencias políticas hasta el comienzo del siglo XX. **Historia** 396, n. 1, p. 103-125, 2011.

KRISTOF, Ladis K. The Origins and Evolution of Geopolitics. **The Journal of Conflict Resolution**. Vol. 4, n. 1, p. 15-51, 1960.

KROCKOW, Christian G. **Prússia: um balanço**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

KUCUKAKSOY, Ismail. Adam Smith's conceptual contributions of international economics: Based on the Wealth of Nations. **Business and Economic Horizons**, Vol. 4, p. 1080-119, 2001.

KRIEGER, Leonard. **The German Idea of Freedom: History of a Political Tradition from the Reformation to 1871**. Chicago. Chicago University Press. 1972.

LANDESMANN, Michael. Effects of the Euro crisis on Europe's periphery (East, South and Southeast); **Wiener Institut für Internationale Wirtschaftsvergleiche**, n. 8, p. 1-3, 2012.

LANDRETH, Harry; COLANDER, David C. **History of Economic Thought**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1994.

LEE, Robert W. Economic Development and the State in Nineteenth Century Germany. **The Economic History Review, New Series**, Vol. 41, n. 3, p. 346-367, 1988.

LEE, Robert. The Paradigm of German Industrialisation: Some recent issues and debates in the modern historiography of German industrial development. In: LEE, Robert W. (ed). **German Industry and German Industrialisation: Essays in German Economic and Business History in the Nineteenth and Twentieth Centuries**. London: Routledge, p. 1-47, 1991.

LEVI-FAUR, David. Economic Nationalism: from Friedrich List to Robert Reich. **Review of International Studies**. Vol. 23, n. 3, p. 359-370, 1997.

LEVI-FAUR, David. Friedrich List and the Political Economy of the Nation-State. **Review of International Political Economy**, Vol. 4, n. 1, p. 157-178, 2012.

LEVINGER, Matthew. **Enlightened Nationalism: The transformation of Prussia Political Culture (1806-1848)**. New York: Oxford University Press, 2000.

LIEBIG, Michael. Friedrich List and the American System of political economy. **EIR News Service Inc**. Vol. 25, n. 12, p. 25-29, 1998.

LIGGIO, Leonard P. The Hanseatic League and Freedom of Trade. **Jornal of Private Enterprise**. Vol. XXIII, n. 1, p. 134-141, 2007.

LINDENFELD, David F. **The partical imagination the German sciences of state in the nineteenth century**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

LUEDER, August F. **Ueber Nationalindustrie und Staatswirthschaft**. Henrich Froelich Verlag: Berlin, 1802.

LYNCH, John. **The hispanic world in crisis and change: 1598-1700**. Oxford: Blackwell, 1992.

MACCHIAVELLI, Niccolò. **Il Principe**. Torino: Einaudi, 1961.

M.A.D. **The History of Prussia: From the times of the Knights of the Cross and Sword to the occupation of Hanover, 1867**. London: Whittaker & Co., 1869.

MARSTON, Daniel. **The Seven Years War**. Chicago: Osprey Publishing, 2001.

MARSHALL, Alfred. **Principios de economia: tratado introdutório** (1890). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MCGEE, Robert W. The Economic Thought of David Hume. **Hume Studies**. Vol. 15, n. 1, p. 184-204, 1989.

MEINECKE, Friedrich (1911). **Cosmopolitanism and the National State**. New Jersey: Princeton University Press, 1970.

METZELTIN, Michael. Europäische Identität und Europäische Integration. In: MAZOH, Brigitte. Europäische Integration – Europäische Identität?. **OeAW: Forschung und Gesellschaft**. n. 8, p. 8-34, 2014.

MENEZES, Sezinando L.; COSTA, Célio J. Considerações em torno da origem de uma verdade historiográfica: o Tratado de Methuen (1703), a destruição da produção manufatureira em Portugal, e o ouro do Brasil. **Acta Scientiarum**, Vol. 34, n. 2, p. 199-209, 2012.

MERK, Frederick. **Manifest Destiny and Mission in American History: A reinterpretation**. Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

MEYER, Robert. **Europa zwischen Land und Meer. Geopolitisches Denken und geopolitische Europamodelle nach der "Raumrevolution"**. Goettingen: Hubert & Co, 2014.

MOITA, Luís. Uma releitura crítica do consenso em torno do «sistema vestefaliano». **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 3, n. 2, p. 17-43, 2012.

MONTANI, Guido. Human Nature, Nationalism and Cosmopolitism. **Il Politico**, anno LXXVII, n. 3, p. 68-90, 2012.

MÜLLER, Adam. **Elemente der Staatskunft. Öffentliche Vorlesungen.** Berlin: J. D. Lander Verlag, 1809.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo e Marx.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NEGISHI, Takashi. Adam Smith's division of labor and structural changes. **Elsevier**, Vol. 11, p. 5-11, 2000.

NEILL, Charles P. **Daniel Raymond: An Early Chapter in the History of Economic Theory in the United States.** Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1897.

NEU, Tim. Moralizing metaphors: Veit Ludwig von Seckendorff on parliamentary oratory. **Parliaments, Estates & Representation.** Vol. 29, p. 85-101, 2009.

NISBET, Robert. **The History of the Idea of Progress.** London: Heinemann, 1980.

NOORD, Paul v. Economic Crisis in Europe: Causes, Consequences and Responses. **European Economy**, n. 7, p. 1-90, 2009.

NUGENT, Neill. **Governo e politiche dell'Unione europea.** Bologna: Società editrice il Mulino, 1995.

OLSEN, Niklas. **History in the plural: an introduction to the work of Reinhart Koselleck.** New York: Berghahn Books, 2012.

OLIVEIRA, Flávio S. Reflexões sobre o papel do Estado na produção da Riqueza Nacional. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Vol. 5, n. 8, p. 156-169, 2013.

OLIVEIRA, Flávio S. Sobre a origem e função precípua do governo na concepção dos contratualistas, David Hume e Adam Smith. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Vol. 6, n. 10, p. 69-85, 2014.

OSTERLOH, Karl-Heinz. **Joseph von Sonnenfels und die oesterreichische Reformbewegung im Zeitalter ides aufgeklaerten Absolutismus: eine Studie in Zusammenhang von Kameralwissenschaft und Verwaltungspraxis.** Matthiesen Verlag: Hamburg, 1970.

PAGANELLI, Maria P. David Hume on Monetary Policy: a Retrospective Approach. **Journal of Scottish Philosophy**. Vol. 7, n. 1, p. 65-85, 2009.

PALMER, R. R. Frederick the Great, Guilbert, Bülow: From Dynastic to National War. In: PARET, Peter (ed). **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton: Princeton University Press, p. 91-122, 1986.

PARET, Peter. Napoleon and the Revolution in War. In: PARET, Peter (ed). **Markers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton: Princeton University Press, p. 123-142, 1986.

PEUKERT, Helge. Johann August Schlettwein (1731-1802): The German Physiocrat. In: BACKHAUS, Jürgen G. (ed). **Physiocracy, Antiphysiocracy and Pfeiffer**. New York: Springer, 2011.

PIERENKEMPER, Toni; TILLY, Richard. **The German Economy during the Nineteenth Century**. Oxford: Berghahn Books, 2004.

PHILPOTT, Daniel. The Religious Roots of Modern International Relations. **World Politics**, Vol. 52. p. 206-245, 2000.

PLOECKL, Florian. The Zollverein and the Formation of a Customs Union. **University of Oxford Discussion paper in Economic and Social History**. n. 84, p. 1-37, 2010.

PITITTO, Rocco. Herder o la ragione umana come linguaggio. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università della Basilicata*, Vol. 1, n. 8, p. 183-220, 1998.

POLLARD, Sidney. **Typology of Industrialization process in the nineteenth century**. London: Routledge, 2001.

POCOCK, J. G. A.; MICELI, Sergio. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

POCOCK, John L. A. Concepts and Discourses: A Difference in Culture? Comments on a Paper by Melvin Richter. In: LEHMANN, Hartmut; RICHTER, Melvin (eds). *The*

Meaning of Historical Terms and Concepts: New Studies on Begriffsgeschichte. **German Historical Institute**, n. 15, p. 47-85, 1996.

PONTE, Yeimy D. Relación entre el sistema de Fichte y la Realidad Social em la obra: Discursos a la Nación Alemana. **Revista Diálogos & Confrontos**, Vol. 2, n. 1. p. 69-77, 2013.

PROEGER, Till. Eine Ideengeschichtliche Analyse der Kritik deutscher Oekonomen an Geldmengenexpansionen 1929-1933. **Sofia (Sonderforschungsgruppe Institutionenanalyse)**, Vol. 16, n. 2, p. 1-92, 2016.

QUESNAY, François. **Physiocratie, ou Constitution Naturelle du Gouvernement le Plus Avantageux au Genre Humain**. Tome III. Yverdon, 1768.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie oder die Geographie der Staaten, des Verkehrs und des Kriegs** (1897). München und Berlin: Oldenbourg Verlag, 1903.

RANKE, Leopold. **Memoirs of House of Brandenburg, and History of Prussia during the seventeenth and eighteenth centuries**. New York: Haskell House Publishers Ltd, 1969.

RAYMOND, Daniel. Thoughts on Political Economy, in Two Parts. **American Review and Miscellaneous Journal**. Vol. 12, n. 31, p. 443-466, 1821.

REID, Gilbert. An Imitation Monroe Doctrine. **The Journal of Race Development**. Vol. 6, n. 1, p. 12-22, 1915.

REINERT, Erik. S. A Brief Introduction to Veit Ludwig von Seckendorff (1626-1692). **European journal of Law and Economics**, Vol 19, p. 221-230, 2005.

REINERT, Sophus A. Another Grand Tour: Cameralism and Antiphysocracy in Baden, Tuscany and Denmark-Norway. In: BACKHAUS, Jürgen G. (ed.) **Physiocracy, Antiphysocracy and Pfeiffer**. New York: Springer, p. 39-69, 2011.

RICARDO, David. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. Kitchener: Batoche Books, 2001.

RICARDO, David. **The works and correspondence of David Ricardo**. SRAFFA, Pietro (ed). Cambridge: At the University Press for the Royal Economic Society, 2004.

RICHTER, Melvin. Appreciating a Contemporary Classic; The Geschichtliche Grundbegriffe and Future Scholarship. In: RICHTER, Melvin. The Meaning of historical terms and concepts: New studies on Begriffsgeschichte. *German Historical Institute, Occasional Paper*, n. 15, p. 7-20, 1996.

ROBBINS, Lionel. **The Theory of Economic Development in the History of Economic Thought**. London: Macmillan St. Martin's Press, 1968.

ROSCHER, Wilhelm. Der sächsische Nationalökonom Johann Gottlob von Justi: Ein Beitrag zur innern Geschichte von Deutschland um die Mitte des vorigen Jahrhunderts. In: WEBER, Karl. **Archiv für die saechsische Geschichte**, Leipzig: Bernhard Tauchniss Verlag, p. 76-106, 1868.

ROSCHER, Wilhelm. **Geschichte der Nationalökonomik in Deutschland**. München: R. Oldenbourg Verlag, 1874.

ROSTOW, Walt. W. *Theorists of economic growth from David Hume to the present: with a perspective on the next century*. Oxford: Oxford University Press. 1990.

ROWE, Michael. The Political Culture of the Holy Roman Empire on the Even of its Destruction. In: FORREST, A.; WILSON, P. H. (Org.). **The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 42-64, 2009.

ROTHBARD, Murray N. **Economic Thought before Adam Smith: An Austrian Perspective on History of Economic Thought**. Alabama: Edward Elgar Publishing, 2006.

SALIN, Edgar. **Friedrich List. Kerneuropa und die Freihandelszone: Zwei Reden zur europaischen Politik**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1960.

SAKLI, Ali R. The German and Bluntschli Influence on the Establishment of Public Administration. **Journal of Public Administration and Governance**. Vol. 3, n. 1, p. 153-167, 2013.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantismo: uma questão alemã**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

SARGENT, Arthur J. **The Economic Policy of Colbert**. Kitchener: Batoche Books, 2014.

SARTORIUS, Georg. **Handbuch der Staatswirthschaft zum Gebrauche bey akademischen Volesungen nach Adam Smith's Grundsätzen**. Berlin, Johann Friedrich Unger, 1796.

SCHLETTWEIN, Johann A. **Grundfeste der Staaten oder die politische Oekoonomie**. Giessen: Kriegerischen Buchhandlung, 1779.

SCHOEPFLIN, George. **Nations, Identity, Power: The New Politics of Europe**. London; Hurst & Company, 2000.

SCHMIDT, Karl-Heinz. Friedrich List's Striving for Economic Integration and Development. In: BACKHAUS, Jürgen G. **Handbook of the History of Economic Thought. Insights on the Founders of Modern Economics**. London: Springer, p. 351-368, 2012.

SCHULZE, Hagen. **The course of German nationalism: from Fredereck the Great to Bismarck, 1763-1867**. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.

SCHUMACHER, Reinhard. **Free Trade and Absolute and Comparative Advantage: A Critical Comparison of two Major Theories of International Trade**. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam, 2012.

SCHUMPETER, J. A. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of Economic Analysis**. London: Routledge, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. **Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung**. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1912.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo; Editora Nova Cultura Ltda, 1997.

SCHNABEL, Isabel. The German Twin Crisis of 1931. **The Journal of Economic History**, Vol. 64, n. 3, p. 822-871, 2004.

SELZER, Stephan. Die Mittelalterliche Hanse. **Vierteljahrschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte**. Vol. 3, p. 406-407, 2012.

SESTAN, Ernesto. **Opere di Giandomenico Romagnosi, Carlo Cattaneo, Giuseppe Ferrari**. Milano: Riccardo Ricciardi Editore, 1957.

SICKER, Martin. **Geography and Politics Among Nations: An Introduction to Geopolitics**. Bloomington: Universe, Inc, 2010.

SPIEGEL, Henry W. **The Growth of Economic Thought**. Durham & London: Duke University Press, 1991.

SMALL, Albion W. **The Cameralists: The Pioneers of German Social Polity**. Kitchener: Batoche Books, 2001.

SECKENDORFF, Ludwig V. **Teutscher Fürsten-Staat**. Sachsen: Theodor Wilhelm Ernst Verlag, 1754.

SHELBURNE, Robert C; TRENTINI, Claudia. Public Health in Europe: The 2007-2009 Financial Crisis and UNECE Activities. **UNECE Discussion Paper Series**, n. 2, p. 1-21, 2009.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**. Vol. 8, n. 1, p. 3-53, 2011.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os economistas).

- SMITH, Antony. **Nationalism and Modernism**. London: Routledge, 1998.
- SMITH, Woodruff D. Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum. **German Studies Review**. Vol. 3, n.1, p. 51-68, 1980.
- SNYDER, Louis L. **Roots of German Nationalism**. Bloomington: Indiana University Press, 1978.
- SONNENFELS, Joseph Von. **Grundsätze der Polizey, Handlung und Finanzwissenschaft**. Wien: Erst Theile, Dritte Auflage, 1777.
- STEPHEN, James. **Lectures on the History of France**. New York: Harper & Brothers, 1855.
- STEINBERG, James B. **An Ever Closer Union: European Integration and its Implications for the Future of U.S. - European Relations**. California: Rand Published, 1993.
- STIEHLER, Jens. Naturrecht und liberale Staatswissenschaft. Ludwig Heinrich von Jakob - Philosoph, Ökonom und Staatswissenschaftler in Halle und Russland. In: RECKNAGEL, Dominik; WOELLER, Sabine (eds). **Vernunft, du weisst allein, was meine Pflichten sind!**. Halle: Mitteldeutscher Verlag. p. 77- 91, 2013.
- STROE, Mihaela-Andreea. Impact of the Financial Crisis upon eastern Europe countries: Still a problem for the economy of the region? **Challenges of the knowledge Society, Economy**, Vol. 1, p. 1547-1552, 2011.
- TAYLOR, Overton H. **História do Pensamento Econômico: ideias sociais e teorias econômicas de Quesnay a Keynes**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- TRIBE, Keith. Cameralism and the sciences of the state. In: GOLDIE, Mark; WOKLER, Robert (ed) **The Cambridge History of Eighteenth Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 525-548, 2006.
- TRIBE, Keith. **Governing Economy: The Reformation of German Economic Discourse 1750-1840**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

TRIBE, Keith. **Strategies of Economic Order: German Economic Discourse (1750-1950)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TOOZE, Adam J. **Statistics and the German State, 1900-1945: The Making of Modern Economic Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TURGOT, Anne-Robert-Jacques. Tableau Philosophique des Progrès successifs de L'Esprit Humain (1750). In: **Ecrits économiques**. Milano: Cofide, p. 3-22, 1999.

TURGOT, Anne R. J. A Philosophical Review of the Successive Advances of the Human Mind [1750]. In GORDON, D. (Ed.). **The Turgot Collection**. Auburn: The Mises Institute, p. 321-343.

VELK, T; RIGGS, A. R. David Hume's practical Economics. **Hume Studies**, Vol. 11, n. 2, p. 154-165, 1985.

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010.

VILLACAÑAS. Jose L. Fichte y los Origenes del Nacionalismo Alemão Moderno. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)**, n. 72, p. 129-172, 1991.

VILLAMIL, Ronald. El Pensamiento de Herder y su influxo sobre la Nueva Generación Romántica de la Argentina. **Suma Cultural**, n. 4, p. 127-149, 2001.

VINER, Jacob. **Studies in the Theory of International Trade**. New York: Harper and Brothers, 1965.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for international Peace, 1950.

WENDLER, Eugen. **Friedrich List (1789-1846) A Visionary Economist with Social Responsibility**. Wiesbaden: Springer-Fachmedien, 2013.

WENDLER, Eugen. Die Friedrich-List-Gesellschaft (FLG) und der Nationalsozialismus. **List Forum für Wirtschafts- und Finanzpolitik**, Vol. 31, n. 3, p. 197-214, 2005.

WENDLER, Eugen. **Friedrich List: Die Politik der Zukunft**. Reutlingen: Springer Gabler, 2016.

WHALEY, Joachim. **Germany and the Holy Roman Empire: from the Peace of Westphalia to the dissolution of the Reich 1648-1806**. New York: Oxford University Press, 2012.

WHITE, Craig M. **The Great German Nation: Origins and Destiny**. Indiana: AuthorHouse, 2001.

WHITE, Richard. Herder: On the Ethics of Nationalism. **Humanitas**, Vol. 18, n. 2, p. 166-181, 2005.

WILHELM, Karin. They help to weave the veil: Edgar Salin and the Israel Economic and Sociological Research Project. In: BEN-RAFAEL, Eliezer; SCHOEPS, Julius H; STERNBERG, Yitzhak; GLOECKNER, Olaf (eds). **Handbook of Israel: Major Debates**. Berlin: Mendelssohn Foundation, p. 1134-1160, 2016.

WILSON, Peter H. The Meaning of Empire in Central Europe around 1800. In: FORREST, A.; WILSON, P. H. (Org.). **The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 22-42, 2009.

WIPPERMANN, Wolfgang. **Der Ordensstaat als Ideologie: Das Bild des Deutschen Ordens in der deutschen Geschichtsschreibung und Publizistik**. Berlin: Colloquium Verlag, 1979.

WINTER, William L. Netherland Regionalism and the Decline of the Hansa. **The American Historical Review**, Vol. 53, n. 2, p. 279-287, 1948.

WYPLOSZ, Charles. Viewpoint. The Euro's finest Hour? **Finance & Development**. Vol. 46, n. 2, p. 22-24, 2009.

ZANDEN, Jan L; LEEUWEN, Bas. The character of growth before 'modern economic growth? The GDP of Holland between 1347 and 1807. **Center of Global Economic History**, n. 4, p. 1-80, 2011.

ZANK, Wolfgang. **Nation, Customs Union, Political Union: Collective Identity, Economy, and Politics in Germany 1771-1871 in a Non-Structualist Perspective.** Aalborg: European Research Unit, 1994.

ZEMAN, Vladmir. Fichte's Philosophy and its influence on the Ideas of the Fall of 1914. **Symposium**, Vol 3, n. 2, p. 259-274, 1999.

ZUBIRÍA, Martín. Los Discursos a la Nación Alemana de Fichte, ¿ Um "paso atrás" en el proyecto político de la Ilustración? **Philosophia**. Vol. 74, n. 1, p. 77-94, 2014.